



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

ANDRESON CARLOS ELIAS BARBOSA

**O INSTITUTO PARAENSE DE EDUCANDOS ARTÍFICES E
A MORIGERÂNCIA DOS MENINOS DESVALIDOS NA
BELÉM DA *BELLE ÉPOQUE*.**

BELÉM

2011

ANDRESON CARLOS ELIAS BARBOSA

**O INSTITUTO PARAENSE DE EDUCANDOS ARTÍFICES E
A MORIGERÂNCIA DOS MENINOS DESVALIDOS NA
BELÉM DA *BELLE ÉPOQUE*.**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Pará, na Linha de Pesquisa Currículo e Formação de Professores, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.
Orientação: Profa. Dra. Sônia Maria da Silva Araújo.

BELÉM

2011

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) –

Biblioteca Prof^ª Elcy Rodrigues Lacerda / Instituto de Ciências da Educação / UFPA, Belém-PA

Barbosa, Andreson Carlos Elias.

O Instituto paraense de educandos artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da *Belle Époque*; orientadora, Profa. Dra. Sônia Maria da Silva Araújo. – 2011.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2011.

1. Instituto Paraense de Educandos Artífices. 2. Crianças – Formação- Belém (PA). 3. Currículos. I. Título.

CDD - 22. ed.: 353.53608098115

ANDRESON CARLOS ELIAS BARBOSA

**O INSTITUTO PARAENSE DE EDUCANDOS ARTÍFICES E
A MORIGERÂNCIA DOS MENINOS DESVALIDOS NA
BELÉM DA *BELLE ÉPOQUE*.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Conceito: EXCELENTE

DATA DA APROVAÇÃO: 22/06/2011

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Sônia Maria da Silva Araújo (Orientadora - UFPA)

Profa. Dra. Irma Rizzini (Membro Externo - UFRJ)

Profa. Dra. Laura Maria Araújo Alves (Membro Interno - UFPA)

AGRADECIMENTOS

A Deus, alfa e ômega. Dono de todas as coisas. Meu Senhor.

À Marta Teixeira, que cedeu tantas horas as quais tinha direito, para que eu me dedicasse a esse trabalho. Além de tudo o que já é para mim, tornou-se pesquisadora, digitadora, suportadora ... Enfim, uma verdadeira ajudadora idônea nesse processo.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA, pela oportunidade de estudo e aprendizado.

À Capes pela bolsa de estudos ofertada.

Aos alunos da turma de 2009, que contribuíram com esse trabalho, em especial às amigas Margarida, Lenise, Céres e Andreea pelas trocas de experiências, literaturas e dicas, e também pelas incertezas compartilhadas nas aulas, nas bibliotecas, nas copiadoras, no Restaurante Universitário.

À minha orientadora, Sônia Araújo, que, desde o início confiou em mim e me motivou nos momentos em que as coisas ficavam confusas. Agradeço o desafio que me propôs e o apoio que ofereceu para que eu pudesse vencê-lo.

À professora Irma Rizzini (UFRJ) pela disponibilidade em ajudar. Apesar de todas as suas ocupações, nunca deixou de responder minhas mensagens. Saiba que sua contribuição foi importantíssima nesse trabalho.

A professora Laura Alves (UFPA) e ao professor Cesar Castro (UFMA), pelas observações e sugestões, no início e no final da pesquisa, respectivamente.

Ao Lourival Vieira Junior, meu auxiliar de pesquisa, que apareceu na hora certa e contribuiu de forma imprescindível na pesquisa de campo. Muito obrigado!

Aos servidores do setor de microfilmagem da Fundação Cultural Tancredo Neves e do Arquivo Público do Pará pela colaboração durante a pesquisa de campo.

À Silvane que me ajudou e me motivou a participar do processo de seleção para o mestrado, contribuindo muito na elaboração do projeto e nas discussões teóricas. Obrigado pela atenção.

À Heliana Bittencourt pela ajuda preciosa com o Abstract e à Dilcele Oliveira pelo auxílio na organização dos dados e pelo apoio.

À Isabel Juliana que tão caprichosamente cuidou da revisão final e aperfeiçoou o texto tornando-o mais inteligível.

A todos que de alguma forma contribuíram com essa produção, seja com uma indicação ou empréstimo de material, seja com uma palavra de motivação. Para não correr o risco de esquecer alguém, optei por não citar nomes, mas sei que devo gratidão a muita gente. Obrigado a tod@s.

*O viajante é aquele que se posta de frente para o futuro, onde
brilha a centelha de esperança, campo aberto de possibilidades
e indeterminações, mas também como o tempo de onde pode
surgir a redenção.*

Isabel Cristina Martins Guillen

RESUMO

Esta pesquisa aborda o atendimento à criança desvalida na capital da província do Grão Pará, entre os anos 1870-1889, dando destaque para o Instituto Paraense de Educandos Artífices, fundado em 1872. As questões que mobilizaram todo o processo investigativo foram: 1) Quem eram as crianças que a legislação relacionada à instrução pública no período imperial chamava de desvalidas, de menos favorecidas, e que na província do Grão Pará eram consideradas também degradadas? 2) Qual a relação dessas crianças com o Estado e deste para com essas crianças? 3) Que políticas públicas foram pensadas no sentido de garantir o atendimento a essas crianças? 4) Qual a importância do Instituto Paraense de Educandos Artífices no contexto da província com a expansão da exploração da borracha? Com base nessas questões, estabeleceu-se como objetivo geral “compreender, por meio de uma análise interrelacional de acontecimentos que se articulam à existência do Instituto de Artífices, a infância na capital da província do Grão Pará, entre os anos 1870-1889, tendo em vista a sua relação com os ideários de formação do processo civilizador das populações do norte do Brasil”. No plano teórico-metodológico, essa análise inspirou-se na Nova História ao tentar aproximar os dados documentais das histórias social e cultural, trazendo à superfície o contexto do lugar na sua dimensão micro/macro. As fontes primárias utilizadas foram os relatórios dos presidentes da província e dos diretores do Instituto, a legislação educacional local, minutas de ofícios e artigos de periódicos de circulação na cidade de Belém à época. Os resultados revelam, dentre inúmeros achados, que o atendimento à criança desvalida, degradada, da província do Grão Pará, entre os anos 1870-1889, teve no Instituto sua principal política. Isso representou reconhecer, com base nos dados que emergiram dos documentos em articulação com a bibliografia estudada, que as políticas de atendimento à criança na província do Grão Pará, e o Instituto em destaque, no período já ressaltado, configuraram-se em instrumentos de consolidação dos ideais iluministas produzidos na Europa, materializados no projeto civilizador de transformar índios e mestiços em cidadãos “distintos e morigerados”. Tal tentativa contou com as condições favoráveis produzidas pela economia da borracha que, no imaginário de governantes, homens de letras e de uma elite local, constituiu a Belém da *belle époque*. Não alheia a todas as mudanças ocorridas nos planos econômico e político, os desfavorecidos da fortuna, à margem das vantagens promovidas pelas mudanças que se instituíam, trataram de aproveitar as oportunidades oferecidas no plano educacional, mesmo que não aceitassem as condições apresentadas, as regras estabelecidas e as manipulações operadas pela politicagem. Entrando pela porta de trás da modernidade, já que o atendimento educacional ofertado estava muito longe do que se propagandeava, e deveras alheio aos interesses das populações submetidas aos modelos institucionais de educação da província, os dados coletados para o interesse deste estudo indicam que alguma apropriação se deu por parte dos atendidos, mesmo apartada do que havia sido projetado no plano da governação oficial.

Palavras-chave: Província do Grão Pará. Criança desvalida e degradada. Instituto Paraense de Educandos Artífices

ABSTRACT

This abstract is about the assistance to unprotected child at the province of Grão Pará Capital, from the years of 1870 to 1889, giving importance to the Instituto Paraense de Educandos Artífices, which was founded in 1872. The questions that called more attention in all the questioned process were: 1) Who was the child that the related legislation used to call as unprotected child, as less favored and also, used to be called as damaged during the Imperial period? 2) Which is the relation between that child and the State and between the State to the child? 3) What kind of public policies were thought to guarantee the assistance for that child? 4) Which was the Instituto Paraense de Educandos Artífices' importance during the expansion and the exploration rubber period? Based on those questions, we opted to choose as a general object understanding, through an interrelational analysis of events which deal with the Instituto Artífices' existence the childhood at the province from the years 1870 to 1889, observing its relation with the civil formation process of the population in the North of Brazil. In the theoretical-methodological approach, the interrelational analysis based itself on the New History in trying to bring the social and cultural history's documents information closer, trying to blow up the context of the place in all its dimension. The used primary sources were the presidents' narratives of the Instituto Paraense de Educandos Artífices, the local educational legislation, writings from documents and articles which were published in Belém city at that time. The show result, among found countless, that the assistance to unprotected, damaged, child from Grão Pará province, from the years 1870 to 1889, had its main policy at the Instituto. That fact recognized, based on results which appeared from the documents in accordance with the studied bibliography, that the policies of child assistance at Grão Pará province, which were represented by the mentioned Instituto, at the period showed before, define themselves as instruments of consolidation of illuminist ideas produced in Europe, became real in the civilizator project to transform indians and person of mixed race in "good natured" citizens. This attempt had favorable conditions which were produced by the rubber economy that, in the governings' imaginary, polite men and from local elite, constituted Belém in the "belle époque" age. Noticing all the changes that occurred in the political and economy aspect, the unfavored of fortune, on the fringes of advantages which were promoted by the changes that established themselves, which treated to be used offered opportunities in the educational aspects, even they did not accept the given conditions, the establish rules and the operated manipulations by the political attitudes. Even although getting into the modernity back, because of the offered educational service was very different from what they used to teach, and very far from the interest of the submitted populations by the institutional models of the education in the province, the collected results for the interest of this study indicates that some appropriation that occurred by the served people, even thought they were broken that there was been projected by the official government attitudes.

Key-words: Grão Pará province. Unprotected and damaged child. Instituto Paraense de Educandos Artífices.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
2 A PROVÍNCIA DO PARÁ NO PERÍODO IMPERIAL	23
2.1 <i>A FUNDAÇÃO DA CIDADE: BELÉM NO SÉCULO 17</i>	23
2.2 <i>GRÃO-PARÁ E MARANHÃO: BELÉM NA ERA POMBALINA</i>	30
2.3 <i>SEGUNDA METADE DO SÉCULO 19: “VENTOS” DE MUDANÇA NA AMAZÔNIA</i>	49
2.4 <i>A BELÉM IMPERIAL: FRUTO DOS NOVOS TEMPOS</i>	60
3 AS CRIANÇAS DESVALIDAS NO PARÁ IMPERIAL	69
3.1 <i>AS BASES DA CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA: MORALISMO E RELIGIOSIDADE NA SOCIEDADE IMPERIAL</i>	70
3.2 <i>A PROPAGAÇÃO DO IDEÁRIO CIVILIZATÓRIO NO IMPÉRIO BRASILEIRO...80</i>	
3.3 <i>AS EXPERIÊNCIAS DE ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS DESVALIDAS NO BRASIL.....</i>	85
3.3.1 <i>A FASE FILANTRÓPICA: NOVAS ALTERNATIVAS PARA A ASSISTÊNCIA ÀS CRIANÇAS DESVALIDAS</i>	94
4 O ATENDIMENTO DO INSTITUTO PARAENSE DE EDUCANDOS ARTÍFICES	108
4.1 <i>O INSTITUTO PARAENSE DE EDUCANDOS ARTÍFICES: UMA EXPERIÊNCIA MODELO</i>	109
4.2 <i>AS VOZES CONTANDO A HISTÓRIA</i>	122
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	200
REFERÊNCIAS	211

1 INTRODUÇÃO

Queremos conhecer não apenas as cadeias de montanhas e seus cumes, mas também o sopé dessas montanhas; não meramente as alturas e as profundidades da superfície, mas toda a massa continental.

Otto Hintze

Durante alguns anos de minha prática profissional, atuei como gestor de um Centro de Adolescentes sentenciados ao cumprimento de Semiliberdade da Fundação da Criança e Adolescente do Pará (FUNCAP). A Semiliberdade é uma das medidas socioeducativas de restrição de liberdade previstas no Estatuto da Criança e Adolescente (Lei nº 8069, 13/07/1990). Por conta dessa experiência profissional senti a necessidade de me aprofundar no conhecimento dessa realidade, motivo pelo qual ingressei no Mestrado, na tentativa de pesquisar os adolescentes em conflito com a lei e aperfeiçoar minha prática profissional.

Com o projeto inicial intitulado *O Pedagogo como elemento efetivo de uma equipe multidisciplinar na ação socioeducativa: contribuições e limites na atuação*, pretendia pesquisar acerca da atuação do Pedagogo dentro das equipes multidisciplinares que existiam nas Unidades. Após leituras e discussões tanto em classe quanto com a orientadora mudamos o foco, e o projeto assumiu outra perspectiva, que seria a de pesquisar *A construção da Identidade Social de Jovens em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Semiliberdade*, tendo como base teórica principal os textos de Erving Goffman e suas propostas de discussão da construção da identidade social e a interrelação desta com os conceitos de estigmatizados *versus* normais. Mas, ao realizar a revisão bibliográfica, constatei que somente duas obras desse autor estavam traduzidas para a língua portuguesa e, portanto, a leitura dos escritos em outras línguas para a construção de um referencial teórico seria um obstáculo intransponível considerando o tempo para a conclusão do mestrado. Essa dificuldade foi agravada quando identificamos pouquíssimas referências e o pequeno número de autores brasileiros que já trabalhavam nessa perspectiva. No entanto, a principal preocupação, foi com as dificuldades de acesso às instituições que seriam *locus* da pesquisa, ou seja, as Unidades Masculinas de Semiliberdade da região metropolitana de Belém, pois nessa

época não trabalhava mais na Funcap e, portanto, teria maior dificuldade de acesso a essa instituição.

Essas dificuldades foram nos preocupando, a mim e a minha orientadora e, após muita reflexão, ela me fez a proposta de uma mudança radical de objeto de pesquisa: estudar as crianças desvalidas no Pará durante o Império. A proposta, embora fosse muito boa e atrativa implicava em começar de novo e isso assustava um pouco esse pesquisador iniciante. Assim, a orientadora, após discutir comigo acerca dos prós e contras da permanência ou da mudança do meu objeto de pesquisa, me deu um tempo para refletir e me deixou livre para decidir. Após avaliar a proposta cuidadosamente, achei por bem aceitar, dando início a uma longa jornada com muitos obstáculos a serem vencidos, pois existia muito a ser definido, a começar pelo objeto que me parecia, à primeira vista, meio “batido”. Mas aceitei o desafio de “engrandecê-lo” de acordo com o que pensa Maria Inês Detsi de Andrade Santos, quando afirma: “o que engrandece um objeto de investigação é, principalmente, o trabalho de construção realizado pelo pesquisador ao longo do processo investigativo” (2002, p.81). Então, o primeiro passo foi me inteirar da temática que me era quase completamente desconhecida. Para isso, levantei preliminarmente uma bibliografia básica para a construção do projeto de pesquisa. Considerava isso importante porque

para iniciarmos uma pesquisa, sempre partimos de conhecimento prévio, adquirido através de outras experiências investigativas, dos nossos estudos anteriores e de outras leituras. Creio que esta bagagem se constitui num referencial importante para escolha das próximas leituras das teorias e metodologias mais pertinentes e adequadas ao nosso objeto (SANTOS, 2002, p.84)

Para melhor subsidiar o estudo a ser realizado e definir os caminhos a serem percorridos, realizei uma revisão bibliográfica acerca da História das crianças na Amazônia durante o Pará imperial, com o objetivo de levantar referências bibliográficas que se relacionavam com o nosso tema/objeto. A princípio, os espaços selecionados para essa revisão foram as bibliotecas dos diversos Institutos da Universidade Federal do Pará. A primeira constatação foi que apesar de haver muito material acerca das crianças desvalidas no Brasil, quando se tratava de Amazônia, o acervo era reduzido. Com esse resultado pouco animador e, ao mesmo tempo, desafiante, partimos ao levantamento nos banco de teses e dissertações das universidades federais e/ou daquelas

que eram referência em estudos na área. Priorizamos as universidades da região Norte, porém, das seis universidades federais existentes, apenas três possuem Programa de mestrado em Educação: a de Rondônia, a do Amazonas e a do Pará, sendo que somente as duas últimas disponibilizavam teses e dissertações digitalizadas. No *website* da Universidade Federal de Rondônia, à época, além de não poder acessar as produções, também não foi possível identificar nenhuma informação acerca das pesquisas em andamento ou finalizadas. Na UFAM, acessamos os programas de mestrado em História, Geografia, Serviço Social e Educação. Na UFPA, foram pesquisadas as teses e dissertações disponibilizadas nas páginas dos programas de pós-graduação em História Social (Mestrado) da UFPA/IFCH, no período de 2006 a 2007; em Antropologia (Mestrado) da UFPA/IFCH, de 1997-2004; em Sociologia (Mestrado) da UFPA/IFCH, de 2000 a 2005; em Ciências Sociais (Mestrado) da UFPA/IFCH, de 2005-2006; em Geografia (Mestrado) da UFPA/IFCH, de 2006 a 2007; em Educação (Mestrado) da UFPA/FACED, de 1996 a 2007¹. Ainda na internet, tivemos acesso aos textos apresentados nos encontros e debates do Grupo de Trabalho número 2, de História da Educação (2000 a 2009), disponíveis no *site* da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e às edições eletrônicas da Revista Brasileira de Educação (RBE), publicada pela ANPED, entre 1993 e 2009. Assim como, os textos da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP)², disponibilizados no sítio do INEP³, com edições a partir de 1951 e os arquivos digitais do periódico *Em Aberto*⁴, também do INEP.

Nessas pesquisas, o material encontrado era reduzido e/ou não possuía grande consistência teórica. Acessamos também diversas revistas eletrônicas e *sites* que continham artigos. A dinâmica utilizada para a localização dos textos na rede mundial

¹ Em levantamento feito na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Pará, tendo como foco as Dissertações oriundas do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciências da Educação (Mestrado) no período de 2003 a 2008, constatou-se que apenas 7% das dissertações eram resultado de pesquisas relacionadas à História da Educação, sendo que todas trabalhavam com períodos históricos pós 1889, ou seja, já no período Republicano.

² Criada em 1944, tem periodicidade quadrimestral. Publica artigos resultantes de estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento do conhecimento educacional e que possam oferecer subsídios às decisões políticas na área;

³ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

⁴ Criado em 1981, é um periódico monotemático, que tem por objetivo estimular e promover a discussão de questões atuais e relevantes da educação brasileira, trazendo sempre opiniões divergentes ou confrontos de pontos de vista. Além de artigos, publica resenhas críticas e bibliografias seletivas.

foi a procura por palavras chave como: criança, infância, desvalidos, asilos, expostos etc. Posteriormente, realizou-se uma seleção que usou como critério os conceitos de pertinência, classificando o material em “bibliografia chave” (aquela diretamente ligada ao tema pesquisado) e “bibliografia adjacente” (aquela que se relaciona ao tema indiretamente, mas ajuda a compreendê-lo e contextualizá-lo em diversos aspectos, como o histórico). Todo o material encontrado, digital ou não, foi agrupado em categorias a partir das temáticas que eram predominantes nos textos: Império Brasileiro, Discussão acerca de raça/etnia, História da Educação e Historiografia, História da Educação no Século 19 e Ensino no Império, História da Amazônia e História do Pará, História da Assistência à Infância, Meninos Desvalidos e Menores Transviados/Delinquentes.

No levantamento feito, encontramos 47 livros, que foram selecionados integralmente ou em parte (capítulos), e 38 artigos. No caso dos textos disponibilizados na internet tivemos um total de 52. Encontramos também oito teses de doutorado e dez dissertações de mestrado. Vale salientar que, ao longo da pesquisa de campo e à medida que as reflexões exigiam, novas referências foram pesquisadas e agregadas ao trabalho final. A leitura das referências encontradas na revisão bibliográfica possibilitou algumas reflexões que nos ajudaram a compreender melhor a História da Educação, tanto brasileira quanto paraense.

As leituras nos mostraram que foram variadas as tentativas empreendidas pela elite governante de elevar o país à condição de nação civilizada, desfrutada no mundo ocidental, sendo que o século 19 experimentou o nascimento de grande parte dos projetos nacionalistas e que esse período teve sua própria legislação, visão de homem e proposta de formação que conduziram à ação dos governantes e intelectuais da época, embora muitas vezes seja disseminada a visão de que foi um tempo de obscuridade.

Isso poderá ser visto claramente quando da leitura das seções que compõem esta dissertação, principalmente na segunda. Apesar disso, muitas práticas, revestidas do signo da modernidade, eram, na verdade, adaptações de antigas estratégias de dominação. Com relação à infância pobre, constatamos que até meados do século 19 ela recebeu um tipo de atenção caracterizada pela caridade. Tal percepção duraria até que o conceito do que seja o abandonado se ampliasse já próximo do século 20, encampando a

ideia de que este abandono não era exclusivamente orfandade, mas, também, relacionava-se aos aspectos material e moral.

No Pará, o contexto não era diferente, já que tais discussões permeavam a realidade nacional. Aqui, também, existiram homens de letras que abraçaram o ideário de construir um novo país, mais civilizado, como José Veríssimo, que defendia a educação como condição inalienável para garantir “a superação de traços degenerescentes das raças que predominavam na conformação do tipo humano miscigenado dominante nesse espaço geográfico – o caboclo” (ARAÚJO, 2007, p.11).

Constatamos também que já há algumas décadas os estudos historiográficos têm se dedicado a pesquisar determinados grupos sociais que anteriormente não possuíam grande visibilidade por não apresentarem, principalmente, representatividade econômica e/ou política, surgindo, assim, pesquisas envolvendo os loucos, os doentes, os negros, os imigrantes, os indígenas, as mulheres e as crianças, grupos normalmente excluídos. Segundo Moreira (1999, p.124), essa mudança não foi obra do acaso, ela foi motivada pelas “inquietações atuais, entre as quais se destacam o novo papel desempenhado pela mulher nas sociedades modernas, a marginalidade infantil e o preconceito racial”. Dessa forma, esses estudos, que seguiram a tendência da Nova História e sua perspectiva de dar voz ao silenciado, começaram por contar uma outra narrativa em que as crianças apareciam pela primeira vez como protagonistas. Foi esse desejo de desnudar o passado, descortinando-o de sua aura de santidade e neutralidade, assim como a vontade de dar voz às crianças brasileiras, que fez com que estas se tornassem sujeitos e objetos de vários estudos históricos (MOREIRA, 1999).

Temos assim uma história que vem sendo recontada para além dos acontecimentos oficiais, mas que surge a partir de descobertas e análises de acontecimentos e versões da própria história oficial. Chamando a isso de resgate histórico, a historiadora Mary Del Priore (2001, p.109) afirma que esse resgate nada mais é do que “dar de cara com um passado que se institui, mas que se prefere ignorar, cheio de tragédias anônimas que atravessaram a vida de milhares de meninos e meninas”.

Dentre os estudos que apresentam grandes contribuições à discussão acerca da infância pobre e da assistência social infantil e familiar, podemos citar pesquisas que

apresentam as taxas de ilegitimidade das crianças do século 19 (MOREIRA, 1999; PERARO, 2001) ou estudo sobre os debates políticos acerca dos ingênuos a partir da lei do ventre livre (MÉDICI, 2007), ou ainda sobre os castigos corporais aplicados às crianças na escola (SÁ; SIQUEIRA, s/d), assim como sobre a história social da criança abandonada (MARCÍLIO, 2006) e suas famílias (VENÂNCIO, 1999). Encontramos também estudos acerca de crianças em situações e/ou condições específicas como as filhas da elite (MAUAD, 1996), filhas de escravas e/ou escravizadas (GOÉS; FLORENTINO, 1996) e crianças indígenas (RIZZINI; SCHUELER, 2009). Outros trabalhos se propuseram a apresentar a realidade da criança, principalmente a pobre, a partir das políticas implementadas por cada governo, destinadas a esse público, levando também em consideração os aspectos jurídicos da questão (RIZZINI; PILOTTI, 2009).

No livro *História Social da Infância no Brasil*, Freitas afirma que as

análises acerca da infância proporcionadas pelos organismos governamentais e supragovernamentais, como o UNICEF, têm oferecido dados alarmantes sobre a situação geral da criança no planeta e atestado a grande dificuldade operacional que acompanha as instituições diretamente relacionadas ao bem-estar infantil, como a escola e a saúde públicas (FREITAS, 1997, p.9).

Mary Del Priore em *História da Criança no Brasil* revela a importância de se investigar o papel assumido pela infância ao longo da nossa história que nem sempre foi o mesmo, pois, segundo ela, durante muito tempo

a história da criança fez-se à sombra daquela dos adultos. Entre pais, mestres e senhores ou patrões, os pequenos corpos dobravam-se tanto à violência, à força e às humilhações, quanto foram amparados pela ternura e os sentimentos maternos (DEL PRIORE, 1996, p.7).

Apesar de diversas em suas abordagens, as reflexões de tais estudos nos conduzem a uma inquietante conclusão:

do passado aos nossos dias, muitas coisas mudaram na vida das crianças brasileiras. Outras, nem tanto. Mas só conhecendo e compreendendo as distorções a que foram submetidas teremos condições de transformar seu futuro. E nos transformar por intermédio delas (DEL PRIORE, 2001, p. 112).

Acredito, ainda, que a despeito dos numerosos estudos encontrados, pesquisar a infância ainda é de grande valor, principalmente, a infância na Amazônia, que tem sido historicamente pouca lembrada. Esta pesquisa tem, com as devidas limitações de um estudo como este, a pretensão de ajudar a suprir tal necessidade, por entender ser de suma importância um mergulho mais fundo na História da Educação paraense, focalizando períodos históricos pouco estudados como o imperial e refletindo sobre as propostas nascidas nesse momento e, sobretudo, no que diz respeito à instrução pública no Pará. Como afirma Damasceno (1995, p.45), “é patente a escassez de obras sistemáticas sobre o desenvolvimento educacional no Estado do Pará” e denuncia que os poucos estudos publicados ainda tem o agravante de serem marcados “por uma abordagem factual e delineados sobretudo pelos atos de personalidades ou grupos de classes dirigentes da época” (DAMASCENO, 1995, p.40), o que só me instigou ainda mais a fazer um trabalho diferenciado, reconhecendo a demanda por ele.

Quando da revisão bibliográfica, as lacunas deixadas pelos estudos foram claramente percebidas. Uma delas é que não existem estudos sobre o cotidiano dessas crianças no Pará, principalmente, das crianças institucionalizadas. No caso do Instituto de Educandos Artífices, encontramos em Marcílio (2006) algumas pistas de cotidiano e, de forma mais aprofundada, na tese de Irma Rizzini (2004). Assim, seguimos no sentido de fazer o que nos propõe Alberto Damasceno (1995, p.48), em seu artigo intitulado *Problemas na investigação histórica da educação colonial e imperial no Pará*, que é um retorno às “origens educacionais e pedagógicas, agora sob um novo e diferente prisma – que articula os fatores de superestrutura aos de infraestrutura social”. Foram escolhidos como período de pesquisa os anos de 1870 a 1889, pelo entendimento de que o estudo das iniciativas desse período traz contribuições para se contar a História da Amazônia por aqueles que são parte dela e não por estudiosos à distância (sem desmerecer suas iniciativas). Outra razão para essa periodização deve-se à ação pedagógica dos setores dominantes nos últimos anos do século 19, ao lado de outras práticas mais diretamente repressivas, voltadas para a “reconstrução nacional”, a conformação da cidadania e à questão da organização do trabalho, fazendo com que inúmeras estratégias e dispositivos visando à moralização e ao ajustamento do povo à nova ordem social fossem desenvolvidos, sendo “o deslocamento da caridade para a filantropia, claramente entendido como a substituição de uma ação essencialmente

religiosa por uma assistência de cunho social” (RIZZINI, 2008, p.108) sua principal marca.

Outro dado importante é que nas décadas finais do século 19, mais do que em qualquer outra época, experimentou-se o desenvolvimento da maioria de nossos projetos de nação, estruturados a partir da emancipação política ou nascidos antes desse período, como por exemplo, a incorporação do indígena às atividades colonizadoras com o Diretório dos Índios. Esse também foi o século em que muitos se ofereceram à árdua tarefa de desenhar uma nova face de um Brasil com identidade própria, embora calçada sob um viso europeu. É nesse momento que surgem os projetos de *integração* cultural dos povos *menos civilizados* e de seus descendentes à população brasileira, como, por exemplo, a incorporação do indígena às atividades rentáveis da economia nacional. Apesar disso, Cesar Castro nos aponta, no que diz respeito à História da Educação, que

as pesquisas abrangem prioritariamente a Primeira República, mencionando os períodos anteriores a partir dos materiais organizados e sistematizados por historiadores que, no conjunto, tratam dos aspectos educacionais de forma panorâmica (CASTRO, 2007, p.37).

Várias foram as iniciativas no sentido de fornecer tal educação a essa parcela da população, como, por exemplo, as Escolas de Artífices⁵, surgidas a partir de 1850 em várias províncias do Brasil. No Pará, em 1870 é criado o Instituto Paraense de Educandos Artífices, embora, antes disso, a Província do Pará já conhecesse experiências de atendimento aos órfãos desvalidos, o novo projeto se diferenciava porque vinha justamente substituir a antiga Casa dos Educandos (fechada algumas décadas antes) e estava embasado num modelo assistencial, que, segundo Marcílio (2006), fez dessa instituição, durante algum tempo, um modelo de atendimento, copiado pela Província do Amazonas quando também criou seu instituto.

Apesar da relevância constatada pela bibliografia, o Instituto paraense tem sido pouco problematizado e, principalmente, estudado, justificando ainda mais nossa escolha. Segundo Alessandra Schueler a ausência de pesquisas acerca de instituições desse gênero acontece porque

⁵ Os recolhimentos, os asilos, as rodas dos expostos, foram outras formas.

o conhecimento sobre o processo histórico de constituição dos asilos e internatos na sociedade brasileira ainda permanece disperso, fragmentado e invisível, apesar dos esforços de produção, individuais e coletivos, que vêm sendo realizados por investigadores e grupos de pesquisa em História da Educação, no âmbito da graduação e dos programas de pós-graduação, disseminados por várias instituições acadêmicas do país (SCHUELER, 2009).

Essa afirmação nos trouxe a inquietação de saber como seria possível contar a história do Instituto relacionando-o à própria história das crianças marginalizadas na Amazônia. Decidimos, então, que essa narrativa poderia ser contada a partir dos relatórios dos presidentes da Província do Pará no período delimitado e também pelos documentos oficiais que estivessem disponíveis no Arquivo Público do Pará. Após o levantamento dessa documentação, percebemos que ela daria conta apenas de um aspecto, a voz do Estado, e, por isso, optamos por incluir também as reportagens dos jornais da época como forma de captar, em parte, a voz da sociedade paraense que se manifestava, deixando claro quais as suas expectativas em relação àquela instituição e, principalmente, em relação ao atendimento oferecido, mesmo reconhecendo que o acesso aos jornais era uma prática social limitada ao grupo economicamente abastado da cidade de Belém e entendendo, também, como nos alerta Cesar Castro (2010, p.179), que “a imprensa periódica, enquanto veículo de comunicação, não é destituída de ideologias – políticas, culturais, sociais, religiosas e outras – dos seus redatores e colaboradores”.

Esse processo de levantamento no Arquivo Público e Biblioteca Pública foi bem difícil. No primeiro, onde buscávamos os documentos oficiais, houve dificuldade devido à falta de conservação, sendo que alguns simplesmente estavam ilegíveis. Já no setor de microfilmagem da Biblioteca Pública Arthur Vianna, localizada no Centro Cultural Tancredo Neves (Centur), onde estão guardados e microfilmados os jornais antigos, encontrei muitos filmes comprometidos e danificados, alguns anos já haviam se perdido e o próprio acesso aos microfilmes ficou complicado, pois, por vários meses, apenas uma máquina de leitura dos microfilmes, das três existentes no espaço, estava operando satisfatoriamente (somente nos meses finais chegaram novas máquinas). Para completar o rol de dificuldades, a impressão não esteve disponível em todo o período de realização da pesquisa documental no Centur. Por conta disso, tive que copiar e/ou

fotografar as reportagens encontradas, e no tempo de uma hora que é o permitido para que a pessoa consulte as fontes. Apesar disso, o levantamento foi feito e será possível ler a sua análise na terceira seção desta dissertação.

Fizemos questão de relatar todos esses acontecimentos como forma de demonstrar a importância de se empreender esse estudo, que teve como questões norteadoras as seguintes: 1) Quem eram as crianças que a legislação relacionada à instrução pública no período imperial chamava de desvalidas, de menos favorecidas, e que na província do Pará eram consideradas também como degradadas? 2) Qual a relação dessas crianças com o Estado e deste para com essas crianças? 3) Que políticas públicas foram pensadas no sentido de garantir o atendimento a essas crianças? 4) Qual a importância do Instituto Paraense de Educandos Artífices no contexto apresentado?

Este estudo se propõe a um debate acerca do atendimento à infância na Amazônia, tomando como referência a cidade de Belém, capital da Província do Grão-Pará. Busca analisar o sentido que o Instituto paraense assumiu nesse contexto. Objetivamos, por meio de uma análise sistêmica interrelacional de acontecimentos que se articulam à existência do estabelecimento, compreender a infância na capital da Província do Grão Pará, entre os anos de 1870 e 1889, tendo em vista a sua relação com o ideário de formação do cidadão brasileiro. São referenciais nesse percurso as propostas de análise numa perspectiva da nova história cultural, entendendo ser essa a abordagem que mais atende ao propósito supracitado. Assim, o Instituto Paraense será tratado não na sua unidade, mas na sua relação com as demais, pois entendemos que assim sua especificidade aparecerá de forma ainda mais radical, fazendo aflorar a sua relação com o local, com o micro. Para analisar a documentação coletada lançamos mão da micro-história e da história cultural por entendermos que estas se identificam com o tipo de estudo que desejamos, com as leituras e reflexões que tentamos fazer, com a abordagem que quisemos dar.

Dentre as escolas históricas uma das mais importantes é a francesa, denominada de Escola dos *Annales*, que promoveu o surgimento de “uma nova espécie de história e continua, ainda hoje, a encorajar inovações” (BURKE, 1992a, p.7), caracterizando-se como a revolução francesa da historiografia, ampliando sua influência para além do território francês e quase dominando a produção historiográfica do Ocidente do século 20 (SILVA, 2006), pois favoreceu o

aparecimento de novos problemas, de novos métodos que renovaram domínios tradicionais da história (...) e, principalmente talvez, pelo aparecimento no campo da história de novos objetos, em geral reservados, até então, à antropologia (LE GOFF, 1993, p.44).

A Escola dos *Annales* foi criada em 1929, a partir do lançamento da revista francesa *Annales d'histoire économique et sociale*, tendo como principais mentores Marc Bloch e Lucien Febvre. A revista apresentava uma nova abordagem para a pesquisa histórica e se dedicava a repensar a história com o objetivo de tirá-la “do marasmo da rotina, em primeiro lugar de seu confinamento em barreiras estritamente disciplinares” (Ibid, p.29). Teve uma complexa história, marcada principalmente pela diversidade dos pensamentos manifestados ao longo das três gerações de historiadores que, em momentos diversos e com estudos diversificados, foram contribuindo para o desenvolvimento da abordagem, principalmente na França, mas também no resto do mundo em proporções e perspectivas diferentes. Para Peter Burke (1992a), o periódico, desde o início, foi pensado para ser mais que uma revista histórica, como outras criadas à época, pois pretendia exercer uma liderança intelectual nos campos da história social e econômica. François Cadiou afirma que ela se diferenciava “por seu tom contestador, sua abertura ao mundo exterior e sua vontade de diálogo com as outras ciências humanas e sociais (CADIOU *et al*, 2007, p.85).

Os *Annales* viam-se como “o alto-falante de difusão dos apelos dos editores em favor de uma abordagem nova e interdisciplinar da história” (BURKE, 1992a, p.23) e pretendiam quebrar com um tipo de história que eles classificavam como “pobre, solidificada, com a aparência de pseudo-história” (LE GOFF, 1993, p.31). Por conta de seus propósitos, acabaram sendo ousados em suas propostas de pesquisa incorporando temas bem peculiares como a infância, o sonho, o corpo e até os odores (BURKE, loc. cit). Isso acontecia porque esses historiadores afirmavam ter constatado “a fragmentação da história, embora seu campo se mostrasse ‘sem limites’, podendo tratar de ‘novos objetos’ e ‘novos problemas’, tais como o dos ‘povos sem história’” (CADIOU *et al*, 2007, p.89) e, em contraposição, apresentavam uma nova história com um programa “interdisciplinar, aberto para o mundo inteiro, baseado na pesquisa e nas enquetes coletivas [em que] a história desempenha um papel de inspiração e liderança” (LE GOFF, op. cit., p.36).

Foi a partir das discussões e reflexões potencializadas pela Escola dos *Annales* que surgiu a Nova História, considerada um grande avanço epistemológico, pois até o surgimento dos *Annales* a história tradicional era desenvolvida a partir dos paradigmas da metodologia positiva, influenciada pelas ciências naturais. Dessa forma, a narrativa histórica muda de foco e os acontecimentos cotidianos são considerados mais importantes do que seriam anteriormente e a relação do homem com seu meio passa a ser questionada com outros olhares. O historiador assume outros papéis a partir dos intercâmbios com outras ciências sociais as quais recorre (geografia, sociologia, psicologia e linguística) para fundamentar suas argumentações, fortalecendo o surgimento de “novas histórias”, como a micro-história, mais próxima da sociologia, e a história cultural, com maior identificação com a antropologia.

A micro-história surgiu na Itália a partir do aparecimento do movimento que preconizava uma nova história cultural e entra em cena depois dos desgastes e críticas direcionados à história das mentalidades. Essa metodologia se propõe “a analisar a experiência dos indivíduos (ou de pequenos grupos sociais)” (CADIOU *et al*, 2007, p.96), ou seja, é a história sobre “as pessoas comuns no local em que estão instaladas” (BURKE, 1992b, p.340), permitindo “em muitos casos uma reconstituição do vivido impensável noutros tipos de historiografia. Por outro lado, propõe-se a indagar as estruturas invisíveis dentro das quais aquele vivido se articula” (GINZBURG, 1991, p.178). Para isso, utiliza-se de uma análise microscópica, investigativa e criteriosa capaz de revelar acontecimentos e personagens que outrora passariam despercebidos, fugindo das generalizações, dos afetos exacerbados às contextualizações e explicações. Por isso, é “uma prática historiográfica em que suas referências teóricas são variadas e, em certo sentido, ecléticas” (LEVI, 1992, p.133). Ela se enquadra no grupo de narrativas que podem “fazer frente às demandas dos historiadores estruturais, ao mesmo tempo em que apresenta um sentido melhor do fluxo do tempo do que em geral o fazem suas análises” (BURKE, 1992b, p.338), pois está marcada pela multiplicidade de referências que se deve principalmente aos intercâmbios com as ciências sociais. A micro-história apresenta reduzida presença de elementos comuns. Apesar disso, algumas características são essenciais como a redução de perspectiva na análise dos acontecimentos, que possibilita a apreensão de aspectos que anteriormente passariam despercebidos numa análise macrocontextual, quantitativa ou serial, e

vem permitindo que, através do cotidiano de gente simples, os historiadores consigam decifrar a dinâmica de uma sociedade. Estudar o macro pelo micro pode levar às representações sociais e ao campo das sensibilidades, no entanto, pode levar também a generalizações grosseiras e, para evitar que isso aconteça, o historiador deve analisar profundamente seu objeto e explorar todas as possibilidades interpretativas (CAVALCANTE JUNIOR; SILVA; COSTA, 2010, p.49).

Essa perspectiva da história é fortemente influenciada pelos diversos setores da sociedade (economia, política, etc.) que reivindicam epistemologicamente serem compreendidos apresentando-se como campos de experimentação privilegiados para as reflexões históricas. Nesse contexto, a Escola dos *Annales* representa “uma etapa decisiva nesse processo de consolidação da história cultural e da emergência daquilo que passaria a ser nomeada como Nova História Cultural” (Idem, p.48), e serve “para designar toda historiografia que se tem voltado para o estudo da dimensão cultural de uma determinada sociedade historicamente localizada” (BARROS, 2005, p.2). além disso, está focada, principalmente, mas não, exclusivamente, na análise das produções culturais diversas e das instituições existentes em determinados períodos históricos, assim como dos mecanismos de recepção dessas produções e a relação de tudo isso com a cultura, sendo atualmente “um dos campos de trabalho mais prolíficos” (SILVA, 2006, p.191), se propondo a ser uma nova forma de a história pensar a cultura, compreendida “como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo” (PESAVENTO, 2008, p.15). A história cultural, tal qual entende Chartier (1990, p.16,17), tem por “principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. Ela é o resultado “de um diálogo que se estabeleceu, desde os anos de 1960, entre a sociologia, a antropologia e a história” (CADIOU *et al*, 2007, p.185). Nessa abordagem, a cultura é entendida como

uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, portanto, já um significado e uma apreciação valorativa (PESAVENTO, 2008, p.15)

A história cultural também estuda aquele que produz a cultura como os intelectuais, artistas, políticos etc., ou seja, as suas mentalidades, de grande utilidade para compreendermos as atitudes de homens e mulheres “perante a morte, a família, a sexualidade, o poder, a religião, o outro, o tempo” (Op. cit., p.186), e, se ela alcançou todo esse espaço, foi somente porque “garantiu o elo entre as representações e as práticas, entre o individual e o coletivo, oferecendo a cada uma das histórias especializadas seu alcance geral” (op. cit., loc. cit.).

O texto aqui apresentado como resultado da pesquisa realizada está organizado em três seções seguidas pelas considerações finais. A primeira seção, intitulada *A Província do Pará no Período Imperial*, é resultado de nossa crença de que é fundamental conhecer um pouco o que seria o Brasil imperial, assim como o contexto vivenciado na Província do Pará nesse período, para depois discorrermos acerca da situação das crianças desvalidas na mesma. O caminho adotado foi o de contar essa história sem restringi-la ao período específico, procurando demonstrar como o encadeamento dos acontecimentos em diferentes momentos históricos favorece uma melhor compreensão da construção dos modelos de atendimento às crianças e como os acontecimentos sociais (ocupação espacial, revoltas populares e disputas políticas etc.), são influenciadores do surgimento de um grupo populacional que pede um atendimento diferenciado pelas autoridades.

Para tornar a reflexão mais didática, compôs-se a primeira seção por quatro partes com os seguintes títulos: A Fundação da cidade: Belém no século 17; O Grão-Pará e Maranhão: Belém na Era Pombalina; Segunda metade do século 19: “ventos” de mudança na Amazônia; A Belém imperial: fruto dos novos tempos.

A segunda seção trata da situação das crianças desvalidas no império brasileiro, na qual procuramos demonstrar de maneira geral as iniciativas governamentais para lidar com a situação da infância marginalizada. O objetivo é demonstrar que as políticas públicas da época pouco diferenciavam-se de uma província para outra, e, dessa forma, ajudar a compreender a situação da infância desvalida no Pará imperial, como sugere o título dessa seção: *As Crianças Desvalidas no Pará Imperial*. A seção está organizada da seguinte forma: Bases da construção da nação brasileira: moralismo e religiosidade na sociedade imperial; A Propagação do ideário civilizatório no Império Brasileiro; e, As experiências de atendimento às crianças desvalidas no Brasil. Este último tópico

trata basicamente da transição do modelo de atendimento caritativo ao proposto a partir dos ideais filantrópicos. Discorrendo, ainda, sobre as ações promovidas pelas associações filantrópicas e intelectuais da elite, e foi denominada: *A Fase filantrópica: novas alternativas para a assistência às crianças desvalidas.*

Na seção seguinte, denominada *O Atendimento do Instituto Paraense de Educandos Artífices*, fazemos uma análise de como as políticas públicas implementadas visando ao atendimento dessa parcela da população (a principal delas, o Instituto Paraense), eram percebidas pela sociedade da época e como ela expressava essa reação, sendo o veículo de expressão escolhido os periódicos da época, por serem importantes portadores das vozes de um determinado grupo social. Nessa terceira seção também analisamos o conteúdo dos documentos oficiais disponibilizados no Arquivo Público do Pará, assim como os relatórios dos Presidentes de Província e dos diretores daquela Instituição. O objetivo era o de ouvir as diferentes vozes que ecoavam no período estudado. Seguem-se a esta última seção as considerações finais, que são algumas reflexões sobre as leituras identificadas pela revisão bibliográfica, pelos documentos encontrados no Arquivo Público do Pará ao longo da pesquisa documental e pelas leituras das reportagens dos periódicos paraenses do período de 1870 a 1889.

2 A PROVÍNCIA DO PARÁ NO PERÍODO IMPERIAL

Viajar pelo Grão-Pará é imperativo, perscrutar o quotidiano é a senha para resgatar a ação dos esquecidos protagonistas da cidade de outrora. Andarilho percorrendo o espaço urbano a partir dos olhares impertinentes e disciplinadores de viajantes e de autoridades que a tudo e a todos desnudavam em busca dos focos de insalubridade (contaminação) e intemperança (mau comportamento) das gentes de cores (negros, índios e mestiços) em tempo de Cólera.

Jane Beltrão

De início, pretendemos fazer uma descrição da província paraense. Para isso, consideramos fundamental contar um pouco da História do Pará a partir do nascimento da capital da província. Nosso objetivo, no entanto, não é revelar novos enfoques sobre as temáticas a seguir expostas, mas, sim, apresentar algumas análises já consolidadas e que acreditamos ser fundamentais para o entendimento das reflexões que faremos ao longo desta dissertação. Isso porque muito do contexto social e das transformações pelas quais a província passou tinha como espaço de decisões políticas a urbe, além do que Belém é o espaço geográfico principal de nossa pesquisa, sendo assim, essencial para o entendimento do Instituto Paraense de Educandos Artífices como uma política imperial específica para dar resposta a uma determinada demanda social.

2.1 A Fundação da Cidade: Belém no século 17

A cidade (Santa Maria) de Belém do Grão-Pará foi fundada em 1616 por Francisco Caldeira Castelo Branco, como parte da política portuguesa de ocupação do norte da Colônia americana, buscando evitar o assédio e a ocupação dessa parte do território por estrangeiros através do já conhecido rio Amazonas e seus afluentes e concretizando espacialmente o aumento do domínio da metrópole portuguesa.

Desde 1500, com a chegada dos portugueses no território brasileiro, a Amazônia era habitada por numerosa população indígena nativa dedicada às práticas produtivas que visavam apenas à sobrevivência. Isso, em parte, explica por que ao chegarem aqui os exploradores não encontraram imediatamente uma forma de obter grandes lucros, além do que, em outras regiões da Colônia, havia atividades econômicas que naquele

momento se apresentavam mais atrativas, como a exploração da cana-de-açúcar, por exemplo. O geógrafo José William Vesentini, escrevendo sobre a formação territorial brasileira, afirma que a falta de interesse da metrópole portuguesa no povoamento da região amazônica deveu-se à razão de que aqui durante o período colonial não foram encontradas imediatamente riquezas minerais, como ouro ou diamante, identificadas em outras regiões. Para a Amazônia, a principal consequência disso teria sido que

Durante vários séculos, permaneceu praticamente esquecida, porque os colonizadores não encontraram na região quase nada de importante para explorar. Por ser distante da Europa e apresentar solos frágeis, a Amazônia não era conveniente para o plantio de cana-de-açúcar, principal produto exportado pelo Brasil Colonial (...) (VESENTINI, 2003, p.290).

No entanto, outros autores ao analisarem os documentos do período, defendem que sempre houve uma preocupação com o povoamento da região amazônica através da atividade econômica exploratória e que se ela não foi mais efetiva, principalmente no primeiro século após a chegada dos portugueses que iniciaram a colonização, isso se deveu a diversas razões, dentre as quais: as “dificuldades de navegação e penetração na densa floresta, bem como ao acatamento dos portugueses ao Tratado de Tordesilhas – já que estavam ocupados com o comércio do Oriente e com a exploração do pau-brasil no Sul da colônia americana” (PEREIRA, 2000). Rafael Chambouleyron, em artigo que reflete sobre a Amazônia do século 17, ratifica nossa afirmação ao escrever que

[...] na segunda metade do século XVII, o desenvolvimento da lavoura e do comércio no Maranhão e Grão-Pará constituía motivo de reflexões para vários grupos que compunham o complexo império português daquele tempo. Embora muitas dessas políticas tivessem se revelado infrutíferas (...), está claro que interessava à Coroa o aumento das rendas dessa região e o bem-estar dos que nela habitavam (CHAMBOULEYRON, 2006, p.168).

O autor diz ainda que nesse período começam a surgir as determinações da Coroa Portuguesa para que se criassem fontes de produção a partir do maior conhecimento dos produtos e possibilidades exploratórias da região (Ibid), atendendo assim tanto os objetivos de ocupação territorial como os de exploração comercial. Socorro França em sua dissertação de mestrado escreve que, por conta disso, o setor extrativista, considerado até hoje a base mais estável para a ocupação e povoamento da

região, foi o que mais se desenvolveu nesses primeiros anos de colonização na Amazônia, pois

[...] a atividade extrativista requeria baixo investimento, pois não havia necessidade de terra a ser desbravada, colheita para cuidar, máquinas para comprar, necessitando apenas de um grupo de trabalhadores para explorar os recursos naturais, que cresciam pelas vastas extensões da floresta, acessíveis, na maioria das vezes, apenas através do rio Amazonas e seus inúmeros afluentes (FRANÇA, 1997, p.42).

Para se alcançar o objetivo de conquistar a região amazônica, Francisco Caldeira Castelo Branco foi escolhido Comandante de uma expedição portuguesa, recebendo um Regimento pelo qual deveria nortear-se. Esse documento continha, dentre as suas recomendações, ganhar a simpatia do gentio, além da óbvia determinação da conquista do Pará, incluindo a expulsão dos estrangeiros que estivessem instalados na região, fortificar-se e defender as terras conquistadas (SOUZA *et al*, 1986, p.28). A construção de uma das obras mais importantes desse período, o Forte do Presépio, foi comandada por Castelo Branco. Essa obra é o marco inicial da expansão da cidade de Belém e de sua história oficial de ocupação. Luiz Antonio Valente Guimarães, em sua dissertação de mestrado, nos esclarece que à “sombra do Forte do Presépio, partiria o traçado urbano de Belém, semelhante a tantas outras cidades coloniais portuguesas deste lado do Atlântico, como na Ásia ou mesmo na África” (GUIMARÃES, 2006, p.31).

Boris Fausto (2009, p.48) considera que a fundação da Cidade de Belém foi parte importante no processo de colonização da Amazônia, pois a cidade passou a servir de base para a gradual penetração pelo rio Amazonas, o que fez com que os portugueses acumulassem os conhecimentos necessários para continuar suas expansões pelo médio e alto Amazonas. França (1997, p.39) concorda com esse pensamento e complementa escrevendo que a fundação da cidade “representou a incorporação definitiva da Amazônia no cenário geográfico português”.

Essa maior ocupação da região norte da colônia brasileira só foi possível devido ao novo arranjo político da metrópole portuguesa, que criou a União Ibérica (1580-1640), o que, segundo Bezerra Neto,

[...] favoreceu o processo de expansão portuguesa pela Região Amazônica, cuja maior parte pertencia aos espanhóis, conforme limite estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas (1494). Assim sendo, durante o período em que Portugal e Espanha foram unidos em um só país o Tratado de Tordesilhas perdia sua razão de ser, na medida em que os portugueses em sua conquista da Amazônia, devidamente autorizados pela Coroa Espanhola, realizavam sua obra de ocupação e defesa da região, a serviço da Espanha contra os demais europeus invasores (BEZERRA NETO, 2001, p.17)

Apesar do estabelecimento da cidade de Belém, os conflitos com os estrangeiros, e mesmo com a população local, principalmente os indígenas, permaneceram como parte do dia a dia da cidade e marcaram esses primeiros anos de colonização portuguesa no Pará. Adiante, falaremos mais sobre as principais razões de tais conflitos tão presentes nessa região.

Enquanto a exploração das drogas do sertão avançava, adentrando cada vez mais o interior da Amazônia, a cidade de Belém já se estendia pela margem do rio Guamá, iniciando-se, assim, um lento processo de urbanização. Carmem Rodrigues (2008) afirma que a construção dessa cidade foi iniciada pelos militares, que contaram com a participação dos próprios colonos e também do indígena na abertura dos primeiros caminhos, paralelos ao rio Guamá, e que posteriormente se transformaram nas primeiras ruas da cidade, comunicando-se ao núcleo central. Enquanto para esse autora, tal participação popular fez com que a construção da cidade fosse uma obra coletiva, para Rafael Chambouleyron (2008, p.14), a cidade de “Belém evoluiu lentamente ao longo do século XVII”, por contar apenas com as iniciativas particulares. Para ele, somente depois, com a intervenção governamental, o crescimento caminhou mais rapidamente, mesmo assim, deixando muito a desejar, pois a forma como foi realizada a abertura e a formação de logradouros não seguia determinados padrões, por isso algumas dessas ruas abertas foram na verdade, apenas

[...] caminhos que permitiam, às vezes com muita dificuldade, o trânsito entre o centro e as terras que estavam sendo utilizadas para moradia e/ou para atividades econômicas de baixo custo e rendimentos pela população mais pobre, que usava áreas devolutas para construir chácaras, vacarias, cocheiras, canteiros e hortas (RODRIGUES, 2008, p.98).

Embora tenhamos afirmado que a abertura das ruas não seguia normas arquitetônicas padronizadas, não podemos também pensar que eram feitas de forma aleatória. Karol Gillet Soares em dissertação sobre *As formas de morar na Belém da Belle-Époque (1870-1910)* relata que as ruas abertas eram estreitas para servirem como alternativa de combate às altas temperaturas da região, pois dessa forma elas impediam com mais eficiência “a penetração da radiação solar intensa nas vias” (2008, p.27). As ruas estreitas, sem calçamento, com muita poeira e sem espaços destinados à criação de canteiros eram características marcantes da Belém colonial. Outra particularidade era a aparência das casas da época, a maioria delas térrea e bem modesta, construída tendo a madeira ou taipa de pilão como principais recursos de construção. Quase sempre fortificadas por revestimento de lodo e lama nas paredes, o chamado tijuco, que também era uma alternativa para protegê-las da ação das chuvas tão comuns na região. Eram cobertas com palha de árvores como pindoba ou ubuçu, normalmente no modelo de duas águas. De chão batido, as casas protegidas por portas ripadas e janelas de esteiras, quase sempre recebiam pouca iluminação na sua parte interna. Esse padrão tão comum era utilizado por diferentes classes sociais, sendo que

Mesmo em casas de pessoas com maior poder aquisitivo, não havia maior distinção arquitetônica. Apresentavam apenas, maiores dimensões ou número de ornamentos, o que, (...) não chegava a caracterizar um tipo distinto de habitação (SOARES, 2008, p.29).

Entre o final do século 17 e o início do século 18, começou-se a abrir estradas mais largas, quase sempre pouco conservadas. No entanto, tais planos urbanísticos apresentavam suas dificuldades: por ser entrecortada por vários igarapés não saneados, além de muitas áreas alagadiças, a cidade se tornava pouco saudável. Essa situação agravava-se ainda mais com a precariedade das moradias, inclusive aquelas pertencentes às pessoas com mais recursos financeiros. Por conta disso, foram apresentadas várias propostas de melhoria da cidade, pensando-se até na sua transferência para a Ilha do Marajó ou para a Ilha do Sol, em Colares (GUIMARÃES, 2006). No entanto, as sugestões não foram acatadas, tanto pela rejeição popular à ideia de mudança, quanto pela localização da cidade que não havia sido escolhida à toa quando da sua fundação em 1616, pois, em termos “geopolíticos e militares, a fundação de Belém nas margens da Baía do Guajará fora decisão acertada dos conquistadores lusos” (BEZERRA NETO, 2001, p.19).

A solução dada aos problemas decorrentes da existência dos furos e igarapés que cortavam a cidade foi o aterramento. Carmem Rodrigues (2008) nos conta sobre o aterramento do Igarapé do Piry, considerado pela autora como um evento de muita importância na formação da urbe belenense, pois ele representava “uma barreira a ser ultrapassada neste último quartel do século XVIII” (GUIMARÃES, 2006, p.34), significando também a vitória do homem sobre a natureza hostil da selva amazônica. O aterramento, dessa forma,

[...] marcou a expansão da cidade em direção aos bairros hoje denominados Batista Campos, Jurunas, Condor, Cremação e Guamá: o aterramento do igarapé do Piry, um braço do rio Guamá que desaguava na baía do Guajará; a partir de então surgiram novas ruas e avenidas, ligando o centro da cidade aos arrabaldes paralelos ao Guamá (RODRIGUES, 2008, p.98).

O alagadiço do Priry ou Piri, como era conhecido à época, foi um tema recorrente nas discussões que tratavam da urbanização da capital acompanhando

[...] todo o processo de edificação da cidade durante o século XVII e XVIII, ora limitando as áreas de dominação, ora, e isto no mais das vezes, se constituindo tema que levaria o governo colonial a propor medidas que pudessem equacionar os problemas gerados pela vasta região pantanosa que cercava os espaços habitados de Belém (GUIMARÃES, 2006, p.39).

Enquanto os planos de mudança e reestruturação eram elaborados e discutidos nos gabinetes das autoridades ou nas ruas de Belém, a cidade continuava crescendo e mesmo antes do fim do século 17 já contava com dois bairros: o da Cidade Velha e o da Campina⁶, caminhando paulatinamente para converter-se

[...] em uma grande colônia lusitana, voltada principalmente para atividades comerciais e financeiras, onde chegavam imigrantes de diversas procedências, inclusive árabes, geralmente denominados turcos (sobretudo sírios e libaneses) que lideravam o tradicional comércio do regatão (RODRIGUES, 2008, p.96).

Quando lemos acerca da Belém do Setecentos nos vem à mente as seguintes perguntas: quem morava nessa cidade ainda tão jovem? Quem percorria essas ruas

⁶ No final do século 19 já eram seis os bairros que compunham a capital da província do Pará.

estreitas e mal traçadas? Para responder a elas recorreremos a Rafael Chambouleyron e seu interessante artigo *O espaço e os moradores da Belém seiscentista* (2008), que nos ajuda a refletir sobre as possíveis respostas a essas perguntas. Esse autor, lançando mão de um historiador, político e jornalista do século 19, chamado João Francisco Lisboa, apresenta a sociedade do Grão-Pará e Maranhão em quatro grupos de pessoas, com a seguinte configuração:

O primeiro era composto pelos moradores portugueses e seus descendentes, que se dividiam entre os cidadãos, os “peões” (trabalhadores) e aqueles que eram **infames pela raça ou por crimes**. O segundo compunha-se dos índios (cristãos e não-cristãos) e dos escravos africanos. O terceiro, de sujeitos resultado da mistura de todos os grupos. E, finalmente, o quarto era composto por estrangeiros, que, apesar de viverem sujeitos a leis especiais, confundiam-se com o que este autor chama de “brancos nacionais” (o primeiro grupo). (CHAMBOULEYRON, 2008, p.12,13, Grifo nosso).

Chambouleyron (2008, p.14-15) esclarece que, apesar da divisão em grupos, internamente, cada um deles é muito heterogêneo. Quando fala do primeiro grupo, por exemplo, refere-se tanto a “brancos de origem portuguesa, ou filhos dos primeiros conquistadores da região”, algumas vezes “donos de escravos, que utilizavam para plantar tabaco, cana-de-açúcar, ou que mandavam ao sertão para tirar as famosas drogas”, quanto a trabalhadores livres que moravam no local e exerciam algum ofício, chamados genericamente de pobres. Apesar de pertencerem ao mesmo grupo, não possuíam os mesmos direitos, pois o conceito de cidadão se restringia àqueles “que tinham certos privilégios na comunidade, como o de portar armas, ser eleitos para o Senado da Câmara, enfim, constituir o que no século XVII se chamava de ‘nobreza da terra’ (CHAMBOULEYRON, 2008, p.13).

Carmem Rodrigues, em artigo sobre o crescimento da cidade de Belém no século 17, dá-nos uma importante contribuição no sentido de entendermos um pouco mais sobre esse processo. Ela nos relata que

Notícias veiculadas nos jornais da época atestam a presença maciça de empregados indígenas ou caboclos nas mais diversas atividades, nesse período, como na construção de navios e barcos para navegação no Pará e Amazônia, no lugar chamado Ribeira das Naus, que hoje é ocupado pelo Arsenal de Marinha (atrás do antigo Largo do Bagé), assim como em atividades consideradas especialidades dos indígenas

e caboclos, como o trabalho de remadores e práticos de navegação. Esses dados nos permitem supor que nesse momento já havia uma parcela considerável de habitantes, a maioria deles indígenas ou mestiços de índios e negros, nos trechos habitáveis às margens do rio Guamá, onde hoje se localizam os bairros do Jurunas, Condor e Guamá (RODRIGUES, 2008, p.97).

França corrobora essa afirmativa ao informar que a sociedade belenense dos anos iniciais do Setecentos “constituía-se de comerciantes e proprietários portugueses, de missionários, de índios e de colonos” (1997, p.40).

2.2 O Grão-Pará e Maranhão: Belém na Era Pombalina

Segundo Guimarães, a criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão no século 18 mudou profundamente as relações na cidade de Belém, pois, a partir de então, ela comunicava-se diretamente com a Corte em Lisboa, fazendo surgir um comércio estável – principalmente pela ação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão –, sendo introduzida na economia mundial através de

[...] relações econômicas internacionais, ainda que de forma debilitada se comparada com outros mercados, porém muito significativa para o norte do Brasil, especialmente por ter um franco acesso aos mercados europeu e norte americano, como se verá na circulação de mercadorias na capital paraense (GUIMARÃES, 2006, p.36).

Isso acabou por fazer de Belém uma cidade “ilustrada e racional”, que expressava o poder do Estado português nos trópicos. A principal manifestação disso é a presença de numerosos engenheiros e profissionais que apresentaram à época suas propostas de uma Belém reestruturada e mais moderna. Inúmeros eram os projetos urbanizadores que pretendiam transformar a cidade em uma urbe racional.

Falamos no núcleo urbano e de como ele crescia e desenvolvia suas próprias relações, mas não podemos esquecer que estamos no tempo da colônia e que, portanto, as relações estabelecidas eram de exploração e geração de lucro, pois a colônia existia, para enriquecer a metrópole. Todos deveriam estar incluídos nesse esquema, ou seja, todos deveriam ser explorados e expropriados onde quer que estivessem, nos núcleos urbanos ou no meio da floresta, pois só assim metrópole acumularia capitais e consolidaria a conquista do território. Apesar disso, não podemos desconsiderar o fato

de que no Brasil colonial também existiam outras relações que envolviam complexas tramas na constituição das diferentes redes relacionais⁷, mas para este estudo não convém aprofundar tal tema.

A cidade era pensada apenas como entreposto para abastecimento e controle alfandegário e seus moradores como mão de obra apta. Confirmando isso, Socorro França escreve “que a economia agrícola sempre existiu em toda a Amazônia, produzindo tanto para o consumo local como para exportação, como foi o caso de algumas grandes fazendas de açúcar localizadas próximo a Belém” (FRANÇA, 1997, p.43). Por isso, desde o início, a colonização da região norte foi marcada por conflitos tanto dos colonizadores portugueses com os outros estrangeiros, quanto daqueles com os nativos. Com os indígenas, a maior parte dos conflitos se dava devido à postura do colonizador português que, ao contrário dos outros estrangeiros, não procurava estabelecer um relacionamento amistoso com os nativos e acabavam por transformá-los em inimigos declarados e destinados à subjugação.

A submissão do indígena para ser mão de obra compulsória foi um dos principais motivos desses conflitos constantes. Isso se deveu principalmente pela forma portuguesa de encarar o nativo, pois “o indígena nunca foi considerado pelos colonizadores um ser humano pleno de direito, mas apenas um empecilho a ser removido ou a ser domesticado e disciplinado para o trabalho” (VESENTINI, 2003, p. 182). Para entender melhor o tipo de tratamento dado aos índios pelos colonizadores portugueses contamos com Luiz Koshiha (1996, p.26), que apresenta três modelos relacionais frequentemente estabelecidos entre os colonizadores, principalmente portugueses, e os indígenas. Esses modelos foram encontrados em três capitanias diferentes e resgatados aqui para compreendermos também as relações travadas com os indígenas amazônicos.

O primeiro modelo, encontrado na capitania de Pernambuco, foi aquele em que o colonizador subjuga militarmente o indígena, considerado inimigo capital de si mesmo e dos objetivos da Metrópole. A principal consequência era que o dominador ficava “privado desse cinturão protetor, de modo que os povoadores ficaram mais

⁷ Sobre isto Cf. FRAGOSO, João e GOUVEIA, Maria de Fátima (Orgs). Na trama das redes: projeto e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

expostos aos ataques indígenas, mais vulneráveis e com dificuldades de repeli-los” (KOSHIBA, 1996, p.26). No segundo modelo, adotado pela capitania de São Vicente, o colonizador procurava estabelecer com o local um relacionamento o mais harmonioso possível, na tentativa de transformá-lo em aliado. Seguindo esse paradigma, os portugueses de São Vicente acabaram, inclusive, adotando a língua indígena como facilitador da comunicação, além de se relacionarem mais intimamente com os nativos dando “origem a uma população predominantemente de índios e mamelucos” (Ibid). No terceiro e último modelo relacional apresentado por Koshiba, o colonizador adotou uma postura que faz uma distinção entre os indígenas de tribos inimigas e de tribos amigas: guerra declarada a uns, solidificação de alianças a outros. Com essa prática, a capitania da Bahia beneficiou-se da criação de um verdadeiro cinturão de proteção, representado pelas tribos aliadas (Ibid.).

No caso das relações instituídas entre os colonizadores portugueses estabelecidos na região amazônica e os nativos da região, o modelo relacional mais comumente adotado foi o da Capitania de Pernambuco, ou seja, o da dominação militar e da escravização. Essa postura dos portugueses deveu-se, principalmente, à forma como se processou a ocupação da região. Isso é esclarecido por Cleodir Moraes, em artigo publicado no livro *Faces da Amazônia*, quando diz que

O processo de conquista e colonização do imenso Vale Amazônico esteve com frequência diretamente associado à instalação de uma economia baseada na extração das chamadas drogas do sertão, que tinha no trabalho compulsório indígena o seu pilar de sustentação (MORAES, 2006, p.307).

Nessa época, o extrativismo vegetal, através da exploração das chamadas drogas do sertão, foi a principal atividade econômica na Amazônia, o que a diferenciou das demais regiões. Outra característica importante relaciona-se à mão de obra utilizada, baseada no trabalho escravo indígena (principalmente nos primeiros anos de colonização), enquanto que no resto do Brasil a mão de obra escravizada foi a do negro, vindo da África, até a abolição da escravatura. Mas, quais foram as razões que levaram o colonizador a preferir, no Norte, o índio ao negro?

Para obtermos essa resposta é preciso conhecermos um pouco do processo de exploração econômica da região.

As chamadas drogas do sertão eram o cacau, o guaraná, a borracha, o urucu, a salsaparrilha, a castanha-do-Pará, o gergelim, a noz de pixurim, a baunilha, o coco, dentre outros produtos naturais presentes na flora amazônica e coletados “por índios e mestiços ao longo dos rios e trazidos até Belém” (FAUSTO, 2009, p.49). Por conta das especificidades das especiarias e da própria região em que se desenvolvia esse tipo de exploração, o colonizador, para realizar a coleta das drogas do sertão, precisava de alguém que fosse conhecedor da floresta, pois isso implicava em maior ou menor volume de coleta. Essa necessidade, inclusive, é um dos principais motivos da escravidão africana ter tido aqui um terreno menos favorável, explicando, também, a importância dada aos índios locais como trabalhadores aptos que exerciam a atividade de coletores e guias. Outros dados importantes explicam esta realidade: a) a compra de escravos negros para a região tornava-se muito cara para os padrões dos colonizadores da Amazônia; b) a população indígena era muito numerosa. Embora não se tenham dados exatos, a Amazônia contava com mais de cinco milhões de índios só nesta região (Ibid, p.15).

Para entendermos melhor a importância das drogas do sertão recorreremos à explicação dada por Boris Fausto, que nos esclarece ter sido o ouro e as especiarias os bens mais desejados na expansão portuguesa. Acreditamos que sobre o ouro não se faz necessário explicar o porquê de sua importância, mas, quanto às drogas do sertão perguntamos: por que sua comercialização era tão valorizada? A importância atribuída às drogas do sertão se dava porque elas, dentre outras finalidades, resolviam o grave problema da conservação de alimentos àquela época, além de atenderem às mudanças que surgiam em relação aos hábitos alimentares, como a introdução do café que mais tarde teve seu consumo ampliado. Boris Fausto classifica a Europa daquele momento de “civilização carnívora” (2009, p. 12), pelo consumo excessivo de carne bovina. Por conta disso, era importante ter recursos para conservar e manter o sabor desse alimento, principalmente, para seu consumo diário e comercialização, pois, já àquela época, uma grande quantidade de gado era abatida e

A carne era armazenada e precariamente conservada pelo sal, pelo fumo ou simplesmente pelo sol. Esses processos alimentares, usados também para conservar o peixe, deixavam os alimentos intragáveis e a pimenta servia para disfarçar a podridão (FAUSTO, 2009, p.12).

França (1997, p.40) afirma que, para a exploração da floresta, fazia-se necessário “o desenvolvimento de uma lavoura de mantimentos; daí por que os portugueses, instalados no Forte do Presépio, trouxeram colonos para dar início às atividades agrícolas e missionários para catequizar os índios”. A ação missionária também foi importante para garantir a mão de obra necessária à empreitada extrativista. Dessa forma, a Coroa Portuguesa fez “do Norte um dos principais campos da atividade missionária das ordens religiosas, com os jesuítas à frente” (FAUSTO, 2009, p.49). Esse pensamento também é defendido por Koshiba (1996), que afirma serem esses estabelecimentos das missões jesuíticas (que chegaram a aldear perto de 50 mil índios), a principal forma de integração da Amazônia à economia colonial. Vale a pena destacar que os aldeamentos, além dos objetivos religiosos, faziam parte de uma estratégia de dominação metropolitana, que “passou a incentivar o trabalho de catequese (...) [com o propósito de] aliciar a população indígena e torná-la útil para os interesses mercantis metropolitanos” (ALVES FILHO, 2001, p.28). Assim, a ideologia é utilizada como um instrumento de dominação da terra e de seus habitantes e a Igreja Católica torna-se o grande agente do projeto colonizador da Amazônia (Ibid).

A opção pelo aldeamento era muitas vezes mais política que religiosa, já que até “a escolha do local da missão não era decidida aleatoriamente, pois dependia da necessidade do Estado em assegurar e expandir seus domínios e da possibilidade de pacificar através da conversão” (MARTINS, 2006, p.69,70). Melhem Adas colabora para um melhor entendimento do papel dos aldeamentos, demonstrando essa relação de controle metropolitano quando nos diz que

Os aldeamentos ficavam próximos dos núcleos de povoamento europeus e luso-brasileiros. Tinham o objetivo de submeter, catequizar e integrar o indígena ao processo de colonização, além de prepará-lo para servir como mão-de-obra no processo de produção do espaço geográfico colonial. Havia, na verdade, grande devoção dos padres jesuítas à sua missão cristã, mas, sob o pretexto de “civilizar” e cristianizar, eles estavam servindo ao projeto colonizador (1998, p.38).

Bezerra Neto, seguindo raciocínio semelhante ao de Adas, dá-nos uma importante descrição de como os aldeamentos atuavam nesse processo de exploração econômica da Amazônia, confirmando o que nos disse o autor anteriormente citado e demonstrando que

[...] as ordens religiosas, por meio da catequização e expansão do catolicismo, estavam à frente do processo de destruição dos índios *descidos* para os aldeamentos, ou seja, os missionários dirigiam o processo de desestruturação das sociedades indígenas, aculturando-os e modificando-lhes suas formas tradicionais de vida, transformando-os em cristãos a serviço da colonização portuguesa, enquanto trabalhadores que desenvolviam diversas atividades, tais como: remeiros, carregadores, guerreiros, guias e intérpretes das expedições portuguesas; empregados domésticos; artistas; operários; e, particularmente, coletores de drogas do sertão (BEZERRA NETO, 2001, p.24).

Essa interferência missionária na vida dos índios da Amazônia foi tão forte que começou a alterar, inclusive, a vivência de práticas tradicionais. Um exemplo desse tipo de transformação foi que

[...] nas proximidades das aldeias a terra que antes era explorada para uma agricultura de subsistência, tendo a mandioca como principal produto, passou a ser ampliada com outros produtos agrícolas, sendo o excedente comercializado com as outras vilas e com a cidade de Belém (LOPES, 2006, p.29).

Alves Filho, em artigo intitulado *O trabalho forçado na Amazônia colonial* (2001), traz uma importante contribuição à ideia exposta anteriormente ao afirmar que os aldeamentos proporcionavam a desarticulação das bases produtivas, deixando aos índios poucas alternativas, que, invariavelmente, os conduziam à submissão ao colonizador, num verdadeiro processo que Vitor Leonardi (1996) classifica como filosofias da morte construtiva, em que o colonizador em nome da civilização tão almejada utiliza-se de todo e qualquer método, mesmo o genocídio. Recorremos novamente a Bezerra Neto para apresentar, em linhas gerais, as consequências da presença colonizadora na região amazônica e, principalmente, da utilização da mão de obra indígena nos trabalhos forçados empreendidos em nome dela. Este autor afirma que

[...] a escravização dos índios constitui-se na forma mais comum de obtenção e exploração dos trabalhadores indígenas à serviço da colonização portuguesa. Não é à toa, portanto, o processo de verdadeiro extermínio das populações indígenas, a partir do contacto com os invasores europeus, não sendo exagero dizer que a sociedade colonial construída na Amazônia nas margens dos seus rios, não fora apenas banhada pelas águas dos mesmos, banhou-se também em verdadeiro mar de tormentos e sofrimentos para as populações

indígenas que tudo pareciam perder com a conquista portuguesa (BEZERRA NETO, 2001, p.25).

Como podemos perceber, não faltavam motivos para os conflitos vivenciados na Amazônia colonial. Existiam, ainda, as disputas dos colonos com os missionários por conta da exploração da mão de obra indígena. Os primeiros entravam em atrito com os padres pelo desejo de também usarem os ameríndios de forma indiscriminada, enquanto os padres acreditavam que somente eles tinham esse “direito”. Houve, no entanto, resistência por parte dos nativos, como fugas e confrontos diretos, que eram “formas de reação indígena na defesa de sua identidade, de seu território e de sua liberdade” (ALVES FILHO, 2001, p.31). Resistência, inclusive, que pode explicar a dificuldade em se colocar esse potencial a serviço da exploração metropolitana e a disseminação de uma imagem negativa do indígena, visto como preguiçoso, belicoso, selvagem, etc. (Ibid). A obstinação indígena manifestava-se também pelo isolamento voluntário, que consistia numa prática de empreender cada vez mais contínuos deslocamentos para regiões mais distantes da ação colonizadora, quase sempre mais pobres em recursos naturais, mas em condições habitáveis, que garantiam a subsistência tradicional (FAUSTO, 2009) e causavam aos colonizadores grandes prejuízos por conta da “falta de mão-de-obra tanto para a Coroa quanto para os ‘vassallos’” (MARTINS, 2006, p.60) do rei português.

Queremos esclarecer que os aldeamentos não foram a única forma de obtenção da mão de obra indígena. As guerras justas, de resgate e os descimentos também foram uma constante ao longo de todo o período colonial e configuravam-se em alternativas viáveis para a obtenção dos trabalhadores pretendidos, muitas delas empreendidas pelos próprios colonos, como escreve Maria do Perpétuo Socorro de Avelino França. Segundo essa autora, os próprios colonos, muitas vezes, dedicaram-se “à indústria de captura, comercialização e escravização dos índios, atividade muito lucrativa para os preadores de escravos e mercadores urbanos” (FRANÇA, 1997, p.40). Dessa forma, a escravidão indígena acabou sendo muito mais representativa em termos numéricos e econômicos, do que a escravidão negra. Isso é confirmado por historiadores como Alves Filho que escreve que

[...] em outras regiões do Brasil o escravo negro foi responsável, sobretudo, pela geração das riquezas, durante o Período Colonial, na Amazônia, sem que neguemos a participação do africano, essa

relevância coube ao indígena que, arrancado de seu hábit, agredido na sua cultura, interceptado na sua caminhada histórica de povo livre, foi coisificado a serviço do capital mercantil metropolitano (ALVES FILHO, 2001, p.31).

Com relação às razões pelas quais se preteriu a utilização da mão de obra escrava negra, é preciso considerar também que a região amazônica não era rica em imigrantes, tampouco em capital, por isso a escravidão dos indígenas foi uma resposta encontrada, pelo menos até a segunda metade do século 18, quando a partir dos incentivos governamentais aconteceu um maior fluxo de entrada de escravos africanos, aumentando na região o número destes pelo menos temporariamente (ALVES FILHO, 2001). Rodrigues confirma isso e afiança que

A entrada posterior de escravos negros para trabalhar nas lavouras, mesmo em número bastante inferior às outras regiões do país, e concentrada em sua maior parte nas regiões do baixo e médio Amazonas, garantiu a manutenção de “lavouras de gêneros exportáveis, em torno da cidade de Belém, como as de cana de açúcar, arroz, tabaco, algodão, cacau” (RODRIGUES, 2008, p.96).

Mas, quando essa presença negra começou a se fazer mais perceptível na região Amazônica? A presença de escravos negros na Amazônia começou a ser sentida, principalmente, a partir do século 18 com as medidas implementadas pelo Marquês de Pombal, dentre elas a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755) e o fim da escravidão indígena. Tais mudanças favoreceram a entrada dos escravos africanos e deram à colonização amazônica uma racionalização da atividade econômica ainda não vistas por aqui. Letícia Raymundo, em artigo intitulado *O Estado do Grão-Pará e Maranhão na nova ordem política pombalina: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e o Diretório dos índios (1755-1757)*, afirma que a introdução, pela metrópole portuguesa, do tráfico negreiro na região amazônica, visava à operacionalização de dois objetivos: acabar com os constantes conflitos entre colonos e missionários jesuítas e gerar mais uma forma de lucro para a metrópole. Nesse caso,

Enquanto a economia missionária prosperava, em grande parte devido ao poder temporal que estes [missionários] exerciam sobre os índios e às isenções dos direitos de alfândega que possuíam, os colonos constantemente se queixavam da falta de acesso à mão-de-obra. Em meados do século XVIII a Coroa buscou reverter esta dinâmica econômica em benefício do Reino, bem como ampliá-la, inserindo-a

no sistema de tráfico africano, e conseqüentemente, no sistema mercantil do Atlântico Sul (RAYMUNDO, 2006, p.125).

A entrada do escravo africano na Amazônia atendia a todo um plano português, que via na colônia americana a grande joia da Coroa e reconhecia na região, principalmente, nas Capitanias do Grão Pará e Maranhão, o abandono do poder metropolitano. O norte, àquela altura, era visto como “uma enorme reserva, mal conhecida e inexplorada, mas que a monarquia esperava importante para a economia e pretensões portuguesas” (RODRIGUES, 1997, p.5). Além do mais, a introdução do negro também resolveria os constantes debates acerca do desconforto da escravidão indígena, que não era percebida pelos moradores da Província de forma tranquila.

As pressões para que os negros substituíssem os índios eram muito grande. Quanto a isso, Rafael Chambouleyron nos afirma que as autoridades sempre pensaram em alternativas para a mão de obra indígena, inclusive como uma forma de conter os numerosos conflitos, embora pouca coisa tenha sido feita nesse sentido, de forma que

Durante o século XVII e início do XVIII o número de escravos africanos nunca foi elevado, mas as discussões em torno da importância dessa mão-de-obra e os assentos e contratos que se fizeram para mandar escravos para o Maranhão e Pará revelam que esta era uma alternativa importante para a polêmica questão do uso e da obtenção da mão-de-obra indígena (CHAMBOULEYRON, 2006, p.165).

A principal figura da nova organização política promovida pela Metrópole portuguesa na Colônia americana sem dúvida foi Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, Ministro dos Negócios do rei D. José I, que assumiu o trono português em 1750. Homem sem muita expressividade política até então, Sebastião de Carvalho e Melo havia prestado serviços à Coroa como “representante de Portugal na Inglaterra e diplomata na corte austríaca” (FAUSTO, 2009, p.59), mas como ministro real ganhou grande notoriedade, tanto que o período em que reinou D. José I, foi denominado de Período Pombalino, por conta de sua atuação (KOSHIBA, 1996). Os anos de atuação do Marquês de Pombal foram aqueles posteriores ao fim da União Ibérica, tempos em que Portugal passava por uma grave crise econômica e política, principalmente por conta do início do declínio da mineração na colônia americana. As medidas tomadas por ele objetivavam “tornar mais eficaz a administração portuguesa e

introduzir modificações no relacionamento metrópole-colônia” (FAUSTO, 2009, p.59); tudo isso dentro de um projeto regenerador, pensado por uma elite da qual ele fazia parte. Segundo Souza Júnior, essas medidas tinham como foco a

[...] necessidade de reavaliar e modificar as relações Metrópole-Colônia, já que o Brasil começava a ser colocado como o centro em torno do qual esse projeto se efetivaria, na medida em que tal elite constatava o subaproveitamento e/ou desperdício das suas potencialidades econômicas, devido à completa ausência de um projeto político de base científica (SOUZA JÚNIOR, 2001, p.37).

Obviamente, a Amazônia não ficou de fora da reestruturação pensada por Pombal, principalmente porque a região “sempre se constituiu num grande problema para a Metrópole portuguesa no que diz respeito à sua ocupação efetiva. O constante assédio de estrangeiros, tornava imperiosa a sua conquista e ocupação” (Ibid., p.35), por isso dentro desse projeto regenerador as ações previstas por Pombal “iam desde a reordenação econômica do reino até o reordenamento da cultura através de reformas na educação” (Ibid.). Nathália Rodrigues, em comunicação oral apresentada XII Encontro Regional de História, intitulada de *A atuação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão na capitania de Mato Grosso entre 1755 e 1778*, ao falar sobre a administração pombalina afirma que ela teve como característica principal as reformas em todos os setores e pela

[...] intervenção do Estado em todos os âmbitos da vida nacional. Assim, reestruturou o aparelho burocrático do reino, fomentou a industrialização como alternativa para a redução das importações de manufaturas estrangeiras e apoiou os monopólios e o protecionismo econômico através da criação das companhias de comércio. Desempenhou também importante papel nas reformas educacionais e culturais, expulsou os comissários volantes do reino e das colônias, assim como aos jesuítas, acusados de prejudicar a Fazenda Real (RODRIGUES, 2006, p.1).

A reordenação econômica começou a acontecer com a criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão, em 1751, com uma área que abarcava o que hoje compreenderia os estados do Pará, Piauí, Maranhão, Roraima, Amapá e Amazonas, e que foi palco de muitas tensões no século 18, principalmente, por se tratar de uma área com limites ainda indefinidos. Segundo Maria Izabel Rodrigues, por ser uma

Zona estratégica de primordial importância, o Estado dava acesso, através da bacia hidrográfica do Amazonas, às minas brasileiras que importava defender; constituía ainda um forte entrave à cobiça das potências estrangeiras que ameaçavam o norte; e representava uma fonte de recursos naturais que pareciam proporcionais a sua grandeza (RODRIGUES, 1997, p.7).

Para presidir esse Estado e garantir que as medidas necessárias fossem efetivadas, Pombal nomeou seu próprio irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, e este não o decepcionou, revelando-se uma figura

[...] decisiva para a construção de um estado moderno, absoluto, administrativo, burocrático e para a definitiva expansão portuguesa no Brasil, estabelecendo e estruturando a soberania portuguesa nos territórios do Amazonas (Ibidem, p.10).

Outra medida importante tomada por Pombal foi a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, já citada anteriormente como parte integrante da política de reestruturação econômica de Portugal, que tinha “o monopólio de navegação, comércio e tráfico de escravos destinados ao Maranhão e Pará” (RODRIGUES, 2006, p.4) e possuía uma carta bem diversificada de acionistas, originários das mais variadas camadas sociais, compostas na sua maioria de portugueses, dentre eles

[...] padres, capitães, sargentos, coronéis, condes, abadessas, intendentos, administradores, confrarias, colégios, irmandades. Observa-se um número razoável de mulheres acionistas, dentre as quais a Marquesa de Pombal e a Rainha (Ibid).

A companhia foi um grande empreendimento comercial que atendia aos diversos fins pretendidos pelo Marquês. Letícia Raymundo afirma que

[...] se criava uma Companhia para fomentar o comércio retirava-se dos religiosos o controle que exerciam sobre a mão-de-obra e sobre este mesmo comércio, entregando-os a civis, revertendo assim à Coroa os benefícios da dinâmica econômica local, bem como do circuito mercantil do Atlântico Sul (RAYMUNDO, 2006, p.129).

Acerca da importância da relação entre a Companhia de Comércio e o tráfico de escravos negros, França (1997, p.46) afirma que “durante os 22 anos de sua existência, foram introduzidos no Pará 12.587 escravos”, número nunca visto até então.

O Diretório dos índios foi outra importante medida tomada pelo Marquês de Pombal e visava atender ao seu desejo de transformar o índio em *cidadão* visto à época como uma alternativa eficaz de consolidação do domínio luso na Amazônia, assegurando “o controle de vastas regiões semidespovoadas” (FAUSTO, 2009, p.61). Para isso, uma das primeiras atitudes tomadas foi a extinção da escravidão indígena, sendo que “muitas aldeias na Amazônia foram transformadas em vilas sob a administração civil; [além disso] a legislação incentivou os casamentos mistos entre brancos e índios” (Ibidem), ou seja, “Pombal formulou uma política indigenista que objetivava emancipar os índios, retirando-os da tutela das ordens missionárias e procurava integrá-los à população branca” (SOUZA JÚNIOR, 2001, p. 35), transformando-os em homens laboriosos à serviço da Coroa.

O fim da escravidão dos indígenas foi uma das principais medidas nesse sentido, pois a visava que eles agora se enquadrassem numa nova condição: a de trabalhadores remunerados por seu trabalho e que por interesse ao dinheiro passariam a servir os colonos (RAYMUNDO, 2006), contribuindo para o desenvolvimento local. No entanto, se na teoria tudo se apresentava muito bem, na prática os índios continuaram sofrendo os maus-tratos de antes e uma das razões para isso é que muitos dos

[...] diretores nomeados pelo Governo eram homens sem instrução, que utilizaram-se do emprego para enriquecer. O despotismo imperava, sendo os tutelados tratados como mero escravos, e não raro entregues a proprietários particulares que, por falta de escravos ou para poupá-los de trabalhos perigosos lançavam mão de indígenas comprados a preços baixos (FRANÇA, 1997, p.46-47).

No Diretório, os índios, antes sob a tutela missionária, passavam à tutela de um Diretor que seria responsável por assegurar-lhes os direitos previstos pela Corte Portuguesa, incentivando-os a se tornarem mais lusitanos a cada dia. Dessa forma, o Diretório tornava-se a “peça-chave da secularização, não só política, mas, sobretudo econômica implementada durante o governo de Mendonça Furtado” (Ibidem, p.132). Na prática, o Diretório foi o estopim de muitos conflitos, pois

As experiências vivenciadas pelos trabalhadores indígenas nas suas relações cotidianas com os colonos e autoridades locais tornavam inúteis os esforços de persuadi-los dos benefícios que poderiam tirar do trabalho, pois sempre significou para eles violência e morte (SOUZA JÚNIOR, 2001, p. 48).

Essa política civilizatória também acabou dando espaço para que os diversos segmentos desfavorecidos econômica e socialmente acabassem estabelecendo laços de solidariedade que “foram se estreitando até eclodirem na Cabanagem” (Ibid., p.51), movimento popular ocorrido após a independência do Brasil.

No século 19 à exploração dos mais pobres permaneceu praticamente inalterada embora politicamente tenham ocorrido muitas transformações. Em sete de setembro de 1822, D. Pedro I declarou a independência do Brasil, iniciando assim o chamado período imperial, que durou até a proclamação da República em 1889, e teve três fases: o primeiro e o segundo reinados, intercalados pelo período regencial. Após a declaração de independência, o Imperador recebeu o apoio imediato das províncias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, mas em outras regiões do Brasil a situação foi bem diferente: na Bahia, por exemplo, grupos resistiram à perspectiva da Colônia independente e lutaram contra os brasileiros e seus aliados ingleses. Nas províncias do Ceará, Piauí e Maranhão também aconteceram conflitos que culminaram com a morte de centenas de pessoas.

No Pará, o processo que levou à adesão à independência, quase um ano depois, foi marcado por muita tensão e conflitos. Um exemplo interessante disso é que antes mesmo da adesão do Pará, a Vila de Muaná resolveu aderir ao Brasil independente (28 de maio de 1823) e lutou heroicamente por isso, sendo posteriormente derrotada. Por toda a Província paraense os tumultos foram uma constante e a adesão só foi conseguida em agosto de 1823, após um doloroso processo de lutas. Por conta disso, a província do Pará foi a última a aderir à nova ordem política que se estabelecia no Brasil com a proclamação da independência. Cardoso faz questão de salientar o posicionamento contrário da província paraense que foi

o único trecho da nação brasileira que se mantinha em ligação política com a metrópole, possuída pelos que dispunham do poder, que insistiam em ignorar que o Brasil já se desligara da subordinação e se constituía em Império soberano (CARDOSO, 2004, p.80).

A insistência não era à toa. Com a criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão, este se comunicava diretamente com as Cortes de Lisboa, sendo independente do resto do Brasil, o que favoreceu em muito o desenvolvimento econômico da região e construiu certas relações sociais das quais os moradores da província não desejavam abrir mão. Aderir à independência para eles era depender novamente de um governante que ficava muito longe da Amazônia, no Rio de Janeiro, e não apresentava muitas preocupações com a região, o que poderia significar a perda de privilégios já alcançados. José Alves de Souza Júnior (2006), em artigo, apresenta-nos um pouco dessa configuração de forças políticas que atuavam naquele momento na província do Pará. Segundo ele, os dois principais grupos eram a elite tradicional e a elite recente. A primeira era formada especialmente por portugueses que mantinham estreitas relações comerciais com Portugal e assumiam a maioria dos cargos públicos na província. O poder desse grupo vinha principalmente por associarem “cargos-poder-negócios, pois constituía-se em prática da burocracia portuguesa a transferência para particulares de tarefas do Estado, como o abastecimento das tropas e a cobrança dos impostos” (SOUZA JÚNIOR, 2006, p.175). Por essa e outras razões desejavam manter-se sob o domínio português, usufruindo o poder que recebia dele. O segundo grupo, ao contrário, já era composto, sobretudo por brasileiros que estavam em processo de ascensão econômica e que devido às ações políticas da elite tradicional viam a ampliação de seus negócios limitada. Acreditavam que a independência diminuiria a influência política do português na região abrindo, assim, mais possibilidades de inserção econômica e reconfiguração política. Foi principalmente por conta desses interesses tão diversos de cada grupo que a adesão do Pará à independência do Brasil demorou tanto para ser declarada, acontecendo somente a partir da intervenção militar do império brasileiro que forçou uma tomada de posição.

No âmbito internacional, o reconhecimento da independência também foi trabalhoso e custou caro para o Brasil. Exemplo disso foi o valor de dois milhões de libras pagas a Portugal por tal reconhecimento. Esse valor, emprestado da Inglaterra, configurou-se como a inauguração da dívida externa do Brasil (FAUSTO, 2009), principalmente porque essa não foi a única vez que aquele país contribuiu financeiramente com a jovem nação brasileira. Posteriormente, para fortalecer o

Exército Brasileiro em formação, o Brasil também recorreu à Inglaterra através de empréstimo.

Por conta dos empréstimos e dos gastos excessivos promovidos pelo Imperador, o primeiro reinado foi marcado por uma dívida externa que aumentava a cada dia e também pelas guerras por mais território, crise econômica e política. Outro acontecimento agravante foi a morte de D. João VI e a posterior briga de seus filhos (D. Pedro I e D. Miguel) pelo trono português, deixando os brasileiros temerosos e insatisfeitos pois

Havia no ar uma suspeita de que Dom Pedro tentaria voltar aos tempos do Reino Unido, especialmente porque com a morte de Dom João VI, em 1826, abria-se a possibilidade de ele assumir também, como filho mais velho, o trono português. (Ibid., 85).

Essa situação acabou criando um clima de grande instabilidade, pois, além do clima de insegurança pela possibilidade do Brasil novamente se unir ao reino de Portugal, aumentou a rejeição a D. Pedro I, a ponto de levá-lo a abdicação em favor de seu filho mais novo, Pedro de Alcântara, sob a tutela de José Bonifácio em 1831. A partir de então, foi estabelecida a Regência Trina, que tinha o objetivo de governar o Brasil até que o imperador, ainda menino, pudesse fazê-lo. O período regencial durou até 1840, com o chamado *Golpe da Maioridade*, e a Regência assumiu diversas configurações ao longo desse tempo. Uma dessas mudanças ocorreu em 1835 quando o país passou a ter um Regente único. No comando, ficou o Padre Diogo Antônio Feijó, renunciando posteriormente (1837) por não suportar as pressões políticas da época que o acusavam de não empregara “suficiente energia na repressão aos Farrapos, entre cujos chefes estava um de seus primos” (Ibid., p.94). No lugar de Feijó assume a Regência o senador Araújo Lima que governou até 1840 e teve muito trabalho para conter as rebeliões.

Durante o período regencial muitas mudanças políticas aconteceram e as províncias brasileiras passaram a ser palco de movimentos e revoltas: a Guerra dos Cabanos⁸, em Pernambuco (1832-1835), a Sabinada, na Bahia (1837-1840), a Balaiada,

⁸ Não confundir com os cabanos da Cabanagem, ocorrida no Pará. A Guerra dos Cabanos foi um movimento essencialmente rural, que se diferenciou também das anteriores insurreições pernambucanas por seu conteúdo. Os Cabanos reuniam pequenos proprietários, trabalhadores do campo, índios, escravos

no Maranhão (1838-1840) e a Farroupilha, no Rio Grande do Sul (1835-1845) são alguns dos principais exemplos.

No Pará, o principal movimento de revolta popular do período regencial foi a Cabanagem (1835-1840), que, no conceito de Bezerra Neto (2001, p. 82-83), foi

[...] um movimento revolucionário, com uma massiva participação dos diversos setores das classes pobres e trabalhadoras lado a lado com segmentos sociais oriundos das classes remediadas e enriquecidas, que lutaram contra a manutenção do *status quo*, herdado do Período Colonial e inalterado quando do processo de independência.

Para entendermos melhor o significado do movimento cabano na província do Pará faremos um breve histórico dele, tentando entender o que os revolucionários cabanos consideravam inalterado e desejavam transformar: o isolamento político e a reduzida participação da população local tanto na política quanto nos cargos da administração imperial. Mesmo após a independência do Brasil, ainda durante o primeiro reinado, a região amazônica estava frouxamente ligada à capital, o Rio de Janeiro, e apresentava-se pouco desenvolvida. Para exemplificar isso, lançamos mão da descrição da cidade feita por Boris Fausto (2009) em tempos de Cabanagem, ou seja, durante o Período Regencial:

A estrutura social não tinha aí a estabilidade de outras províncias, nem havia uma classe de proprietários rurais bem estabelecida. Era um mundo de índios, mestiços, trabalhadores escravos ou dependentes e de uma minoria branca formada por comerciantes portugueses e uns poucos ingleses e franceses. Essa minoria se concentrava em Belém, uma pequena cidade de 12 mil habitantes. Por ela escoava a modesta produção de tabaco, cacau, borracha e arroz (Op. cit., p.89).

Como já dissemos, mesmo após a adesão do Pará ao Brasil independente a realidade da Província não tinha sofrido as mudanças esperadas, pois

a independência não alterou a estrutura social montada pelos colonizadores na Amazônia. Os postos administrativos, em sua grande maioria, mantinham-se nas mãos dos portugueses. O clima de

e, no início, alguns senhores de engenho. Sob alguns aspectos, constituíram uma antecipação do que seria a revolta sertaneja de Canudos, no início da República. Lutaram pela religião e pelo retorno do Imperador contra os chamados “carbonários jacobinos”, em uma referência crítica aos revolucionários franceses e às sociedades secretas liberais européias do século XIX (FAUSTO, 2009, p.88).

insatisfação era geral e falava-se até em revolução (FRANÇA, 1997, p.52,53).

Essa “revolução” se materializou com a Cabanagem, e engajando-se nessa luta, além dos insatisfeitos com o Brasil independente, os chamados tapuios, índios destribalizados e desapropriados, muitos deles trazidos às cidades como força de trabalho barata. Quanto aos que possuíam mais recursos também acabaram por encampar o movimento por entenderem que ele se constituiria uma quebra às barreiras impostas à ascensão social dos brasileiros, já que o controle português dos cargos e funções públicas era uma realidade em todo o Brasil imperial, mas na região Amazônica agravou-se ainda mais, pois a presença do português era um referencial incontestável de comando e liderança política, o que gerou grandes divergências e conflitos tanto antes, quanto durante e após a incorporação da província do Pará ao Brasil independente. As reviravoltas políticas marcaram o período Regencial como um tempo de instabilidade, como nos afirma Cardoso (2004, p.81) no trecho abaixo:

Os primeiros tempos da vida amazônica, logo após a incorporação ao Império nascente, foram tempos de provação. A ordem pública esteve alterada, tanto em Belém como no interior. Em Belém, porque o elemento reinol, isto é, português, não se retirava das coisas públicas, forçando uma presença considerada extemporânea, nos quadros da administração. Os portugueses representavam o poder econômico. Eram eles os comerciantes, os proprietários rurais, os latifundiários, diríamos hoje, dispondo, assim, de recursos em dinheiro essenciais na partida que se estava a jogar. A própria tropa, de certo modo, ainda mantinha, em seus quadros, muita gente ligada a Portugal ou lá nascida.

A Cabanagem é o mais contundente exemplo de como a Província viveu conturbadamente após a adesão do Pará à Independência do Brasil. Antes da eclosão de tal movimento, porém, houve uma tentativa do poder regencial de amenizar essa situação de isolamento geográfico e político implementando meios de acompanhar mais de perto os constantes reveses políticos e sociais da região com o objetivo de acabar com o clima de guerra civil em que a cidade vivia permanentemente⁹.

⁹ Para conhecer melhor acerca do que estamos falando cf. CARDOSO (2004) que apresenta detalhadamente os conturbados processos que normalmente acompanhavam os momentos de sucessão aos cargos políticos, assim como as motivações, tramas paralelas e golpes que grupos contrários tramavam/aplicavam uns contra os outros.

Em 1833, o Brigadeiro José Joaquim Machado Oliveira é designado a presidir a província paraense, visionando fazer do Pará o grande mantenedor do desenvolvimento nacional, pois

[...] aos seus olhos, era a região ideal para nela criar-se uma vida intensa e útil ao Império. Tudo nele lhe parecia convidando à energia criadora de seus habitantes, **que precisavam deixar o estado de barbárie em que se estiolavam e caminhar para o progresso social e econômico** (CARDOSO, 2004, p.108, Grifo nosso).

Apesar de ter grandes planos para Belém, após conhecer a Província, o brigadeiro considerou que a principal barreira para o seu efetivo desenvolvimento seria o próprio povo e o seu regime de vida regional, que, na sua visão era primitivo demais para entender a importância que poderia ter na construção do Império Brasileiro. A perspectiva desse político nos mostra claramente que a população amazônica era depositária de grande preconceito, principalmente, por parte da elite governante que a considerava em estado de barbárie. Difundia-se ainda à época, a ideia de que a maciça presença indígena era um problema, pois, como criaturas não-civilizadas, os índios impediam o progresso. Isso também se aplicava aos mestiços nascidos ao longo da colonização portuguesa. A única salvação para o Brasil consistiria em europeizá-lo o mais depressa possível (FAUSTO, 2009), assunto que abordaremos melhor posteriormente.

Machado Oliveira buscou dar à Província paraense a função que considerava digna na história do país: contribuir na construção do Império do Brasil. Mas para isso era preciso primeiro estabilizar a situação política interna da província, objetivo principal da sua vinda ao Pará, como nos mostra Cardoso (2004). Segundo esse autor, por compreender a gravidade do momento pelo qual a província passava com os constantes sobressaltos sociais, o Governo Regencial,

[...] deu-lhe ordem terminante para que agisse com serenidade, mas com decisão precisa para recompor a paz, reorganizando os quadros sociais, criando condições para a recuperação e o impulsionamento econômico da região. Nesse particular revelou diligência ponderável, sem ter, todavia, êxito maior. O esforço que empreendeu, visando a fazer funcionar a máquina administrativa, não conheceu limites. Os serviços estavam emperrados. [...] Por fim, os serviços fazendários mantinham-se rotineiros e falhos, não permitindo arredação para o normal dos encargos oficiais. [...] Em suas “Falas” ao Conselho Provincial, como nas exposições e ofícios ao ministro do Estado, ao

mesmo tempo que registrava a decadência que lavrava na Província, propunha medidas, naquelas apelando para o civismo dos que lhe poderiam dar cooperação no órgão colegiado (Ibid., 2004, p.107).

Apesar de todo seu empenho, Machado de Oliveira não foi bem sucedido e acabou sendo substituído pelo deputado Bernardo Lobo de Sousa, que governou até 1835, quando foi deposto após declarado o governo dos Cabanos.

Não é nosso objetivo aqui oferecer informações para uma discussão aprofundada do movimento cabano. Antes, sim, apresentar em linhas gerais esse movimento já, que posteriormente discorreremos sobre o contexto da fundação da Casa de Educandos Artífices (1840) e sua relação com o momento pós-cabanagem. Por ora, resta saber que o movimento foi vencido pelo poder imperial, que se aproveitou de suas contradições internas. A agitação política, no entanto, permaneceu como parte do cotidiano provincial paraense.

Ao mesmo tempo em que as chamadas rebeliões regenciais explodiam no país, difundia-se, a partir do Rio de Janeiro, o pensamento recorrente de que esses conflitos aconteciam porque o Brasil era um Império sem imperador. Os membros do Partido Liberal desejavam Pedro de Alcântara no trono, mesmo sem a idade adequada para assumi-lo, e o povo manifestava concordar com essa possibilidade por acreditar que tudo melhoraria quando o trono da nação brasileira fosse ocupado por um imperador nascido nestas terras. Com esses e outros argumentos, os Liberais acabaram convencendo Pedro de Alcântara de que a sua assunção seria o melhor para o País. Isso comprova que

A maioria do imperador fora provocada por razões políticas e resultara do processo de articulação de liberais contra conservadores. Tivera como objetivo reverter o predomínio do grupo do “Regresso”, corrente conservadora, ao qual estavam associados o regente, ministros e a maioria da Câmara dos Deputados (MEDEIROS, 2006, p.28)

E assim o jovem imperador assume o trono do Império brasileiro em 1840. Essa manobra política contou também com todo um trâmite burocrático que envolveu inclusive apreciação e aprovação da Câmara, para que o Golpe fosse politicamente

legitimado. E os políticos da época, apoiaram a manobra por acreditarem que era a medida mais adequada, como nos relata Luiz Koshiba:

[para] conter as agitações e o perigo da fragmentação territorial, a antecipação da maioria de D. Pedro de Alcântara passou a ser cogitada. Levada à apreciação da Câmara, a questão foi aprovada em junho de 1840. Assim, com 15 anos incompletos, D. Pedro de Alcântara jurou a Constituição e foi aclamado imperador, com o título de D. Pedro II. (KOSHIBA, 1996, p.161).

A primeira medida do novo imperador foi a de organizar o seu ministério objetivando fortalecer-se enquanto governante já que nos “primeiros anos da década de 1840, o governo imperial carecia ainda de uma sólida base social de apoio” (FAUSTO, 2009, p.95). A partir de então, inicia-se o segundo reinado, que somente por volta de 1850, quando as últimas rebeliões provinciais foram finalmente vencidas, teve sua Monarquia central consolidada.

2.3 Segunda metade do século 19: “ventos” de mudança na Amazônia

O ano de 1850 foi marcado por uma série de acontecimentos que transformariam de forma significativa a nação brasileira. Assim, a extinção do tráfico de escravos, a promulgação da Lei de Terras, a centralização da Guarda Nacional e a aprovação do primeiro Código Comercial representaram “as primeiras tentativas para se criar um mercado de trabalho, da terra e dos recursos disponíveis” (FAUSTO, 2009, p.108), mudanças que o processo de modernização capitalista exigia no país.

Na Amazônia, esse também foi um tempo de grandes acontecimentos que vieram alterar a paisagem social e econômica da região: 1) a exploração extensiva dos seringais pela elevação da demanda pela borracha no mercado internacional; 2) a introdução da navegação a vapor; 3) a chegada dos imigrantes nordestinos e 4) a criação da Província do Amazonas. Os três primeiros foram os que mais contribuíram para o desenvolvimento da exploração da borracha, que a partir de então assume sua fase áurea. Eles também são os que mais se relacionam com o estudo aqui empreendido, pois causaram grande impacto social e econômico na região, criando necessidades que antes não existiam, como a formação de artífices.

Como já vimos, a economia da região amazônica sempre foi muito marcada pela atividade extrativista. Sinedei de Moura Pereira, fazendo uma caracterização dessa economia, diz que ela está

[...] baseada no trabalho escravo indígena que, com sua parcela de produção de riqueza, efetiva-se como instrumento de aceleração da acumulação primitiva de capital, num momento de desenvolvimento do capitalismo mercantil europeu, no quadro do Antigo Sistema Colonial Mercantilista (PEREIRA, 2000, p.17).

Segundo o autor, a principal razão da economia da região ser dependente é porque se orienta para a exportação de produtos extrativos para o mercado capitalista metropolitano, determinando-se a partir do mercado externo toda a dinâmica do setor exportador (Ibid., 2000, p.17). No século 18, quando o Marquês de Pombal cria a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, essa vocação fica ainda mais evidente, pois a economia da região passa a ser ainda mais dependente do mercado exterior, regida basicamente pelo ciclo do extrativismo silvestre, em especial o do cacau, e de monoculturas como o café e o algodão (SOARES, 2008, p.24). As medidas tomadas pelo Marquês visavam reverter o atraso econômico de Portugal em função da tutela inglesa. Também era intenção reestruturar a política mercantilista do Império em decadência ao consolidar as fronteiras da colônia brasileira.

Devido à importância da Amazônia no projeto metropolitano, era imperioso, além de preservar o domínio regional, otimizar o uso dos recursos naturais disponíveis, ampliando a produção regional e aumentando os excedentes produtivos que seriam transferidos para a burguesia metropolitana. Somente assim, a atividade extrativista serviria muito bem aos propósitos metropolitanos.

Posteriormente, a região amazônica passou por uma grave crise em virtude da queda dos preços do cacau, do café e do algodão, que não tinham como concorrer com plantações similares em outras regiões do país e do mundo, e da participação do Pará na Guerra das Guianas (além do movimento Cabano), que matou e feriu um grande número de pessoas, principalmente homens – mão de obra típica dessas culturas. É nesse momento que a Amazônia vê nascer uma nova alternativa de exploração da natureza: a extração do látex colhido das seringueiras, que surge como um verdadeiro “alento para a

economia regional” (Op. cit., p.12), embora, naquele momento, ainda não tivesse condições de reverter o quadro de crise e decadência instalada (PEREIRA, 2000).

Nativa das várzeas amazônicas, a seringueira – nome genérico de várias plantas com a capacidade de fornecer o látex, dentre elas o caucho, a mangabeira, a maçaranduba e a *Hevea Brasiliensis*¹⁰ (a principal delas) – estava espalhada pelo vale amazônico e já era conhecida por muitas tribos indígenas que a utilizavam na confecção de utensílios para uso diário. Mas os nativos da região não eram os únicos a conhecê-la: desde que a região amazônica passou a ser o *locus* da coleta das drogas do sertão, o látex também passou a ser explorado por estrangeiros, pois suas propriedades já eram de amplo conhecimento. Segundo França (1997, p.57-58),

No período colonial, a borracha foi explorada na Amazônia juntamente com a baunilha, o cacau, a castanha-do-pará, urucum; enfim, com as chamadas “drogas do sertão”. Neste contexto, sua importância econômica era quase insignificante, se comparada com a que atingiu na segunda metade do século XIX.

Devido à imensidão da selva amazônica, inicialmente, a exploração das seringueiras realizou-se nas zonas mais próximas à cidade de Belém, expandindo-se paulatinamente conforme iam crescendo as necessidades do comércio mundial. Esse processo de expansão levou à busca pelo látex até os vales dos rios Acará, Moju, Capim, Guamá, Jari e Xingu, e, ainda, às ilhas da foz do Amazonas e continuou para dentro da floresta. Nessa etapa, a presença de indígenas como coletores foi muito significativa, pois eram os que mais conheciam a floresta e nela se deslocavam com facilidade.

Apesar de, num primeiro momento, a demanda internacional ainda ser pequena¹¹, houve um aumento de pessoas interessadas nos lucros da exploração gomífera, fazendo com que pouco a pouco atividades tradicionais, como a agricultura e a pecuária, fossem abandonadas pelos moradores locais. Como a exploração da borracha exigia a penetração na mata, já que as árvores ficavam dispersas na natureza,

¹⁰ Dentre as árvores que produzem o látex, essa é a que mais se destaca, tanto pela quantidade de seiva que se consegue extrair quanto pelas possibilidades de aplicação para ela.

¹¹ Vale a pena ressaltar que até a primeira metade do século 19, apesar da queda de preço, o cacau ainda liderava as exportações da Amazônia.

as outras atividades econômicas acabavam sendo abandonadas. Paralelamente ao aumento da demanda internacional, a descoberta do processo de vulcanização tornou a borracha mais resistente ao atrito e às variações de temperatura e acabou por se constituir no avanço tecnológico que condicionou o rápido crescimento das necessidades dessa matéria-prima por parte dos países já industrializados, além de um maior estímulo à sua exploração, pois essa nova técnica facilitava o armazenamento e o transporte da goma elástica.

O Brasil, único produtor, viu-se frente a uma procura externa em rápido crescimento, sem, entretanto, ter possibilidade de expandir adequadamente a oferta a curto prazo. Obviamente, isso fez com que os preços aumentassem continuamente, constituindo-se em mais um forte atrativo tanto para a população amazônica quanto para a do Nordeste, que, desde a segunda metade do século 17, buscava uma alternativa econômica para economia açucareira decadente e a consequente transformação gradativa do sistema pecuário em economia de subsistência.

A descoberta da vulcanização, que permitia ao látex suportar o longo trajeto percorrido até os compradores internacionais, e as mudanças nas práticas produtivas dos países desses continentes impactaram profundamente a extração e a exportação da borracha amazônica, pois a oferta da matéria-prima foi drasticamente ampliada. Como nos diz Pereira (2000, p.12), é, “a partir da segunda metade do século XIX, à medida em que se desenvolve a indústria de artefatos de borracha vulcanizada inglesa e norte-americana”, que a coleta do látex na Amazônia ganha mais importância, envolvendo cada vez mais pessoas nos processos extrativos. Paralelamente, motivado pela crescente demanda, o caboclo amazônico avançava ainda mais para o interior da floresta, enfrentando todos os perigos possíveis, além das condições de grande insalubridade vivenciadas nessas expedições. Essa busca desenfreada pela borracha também fez com que os próprios seringueiros se utilizassem de processos destrutivos de extração, como o chamado arrocho, que, muitas vezes, matava as árvores e empobrecia a região obrigando-os a novos deslocamentos.

Como dissemos anteriormente, o aumento na exploração da borracha gerou grandes dificuldades para o abastecimento da população, já que “nesse período tem-se o declínio da produção agrícola proporcionado pela falta de trabalhadores; parte significativa dos trabalhadores agrícolas haviam se deslocado para as áreas de atividade

extrativa da borracha” (NUNES, F. 2007, p.2), fazendo com que as atividades de subsistência como a agricultura e a pecuária fossem gradativamente abandonadas. Francivaldo Nunes também salienta que, com a ampliação da exploração da borracha e com a mão de obra voltada exclusivamente para ela, os outros produtos extraídos da floresta são colocados de lado e até mesmo os demais cultivos. Assim,

Produtos como o café, o algodão, o açúcar, o cacau, o arroz e o tabaco, anteriormente produzidos na região passavam a ser importados do Maranhão, Pernambuco, Bahia e Ceará. Até o cultivo da mandioca para o fabrico da farinha, produzida em grande quantidade, diminui a sua produção, reclamavam as autoridades do Pará (Ibid., p.4).

Edilza Fontes (2006), em artigo sobre o ciclo gomífero, assegura essa informação ao dizer que encontrou relatos de que atividades de subsistência como a caça e a pesca e até a coleta da castanha do Pará passaram a ser realizadas nos intervalos da extração da borracha. Posteriormente, outro problema foi vivenciado pela população: a expropriação pela grande concentração territorial. Devido à atividade extrativa do látex ser baseada no latifúndio, o potencial de uma área era medido a partir da sua capacidade produtiva. Como a densidade das seringueiras nativas era muito baixa por área, tornavam-se necessárias grandes extensões de terra para ser alcançada uma capacidade produtiva razoável. A terra na região passou a ser, assim, cada vez mais valorizada e o acesso daqueles com menos recursos dificultado.

Em consequência disso, houve a destinação da terra unicamente para a extração da goma elástica, o que gerou a escassez de alimentos. Em decorrência da falta de alimentos cultivados para a subsistência e a necessidade de dedicação exclusiva do seringueiro à coleta do látex, este se mantinha cada vez mais dependente do seringalista, asseverando as relações marcadas pelo endividamento, que chegavam à escravidão. A respeito disso, França revela que a cadeia de produção da borracha era profundamente marcada pela exploração de uns sobre outros. Acreditamos ser oportuno, aqui, utilizar a descrição da autora acerca do processo de comercialização da borracha para melhor entendimento de como funcionavam essas relações que oprimiam em vista do lucro. Segundo França, a cadeia produtiva começava pelo seringueiro, aquele que efetivamente realizava o trabalho mais pesado, pois era quem penetrava na floresta para coletar a borracha e ocupava, nessa rede, a posição mais baixa. Depois dele vinha o

[...] seringalista, proprietário de grandes áreas de exploração da borracha, arrendava as estradas ao seringueiro, mediante a entrega de boa parte da borracha extraída. Existia ainda um comerciante local, conhecido como “aviador”, que controlava a produção e comercialização da borracha na área, negociando a produção dos seringueiros e fornecendo-lhes as mercadorias que necessitavam. Esse aviador local era o terceiro elo da cadeia comercial. Atuava nos vilarejos do interior, produtores de borracha, como representante de uma grande casa comercial, que lhe fornecia os artigos vendidos a crédito em sua loja, e recebia como pagamento a borracha, entregue pelo seringalista ou diretamente pelo seringueiro (FRANÇA, 1997, p.59)

O sistema de crédito informal, já vigente na região, supria a falta de capitais e financiava, desde os primeiros tempos da colônia, a exploração das riquezas nativas. Tratava-se do aviamento, através do qual o comerciante de Belém adiantava ao coletor da droga de sertão os mantimentos necessários à sua sobrevivência e recebia, em pagamento, o produto da coleta. Com o tempo, as casas aviadoras foram se especializando e como, nesse período, toda a economia da Amazônia encontrava-se dominada por firmas estrangeiras (com sede na Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, impedindo qualquer iniciativa contrária aos seus interesses), muitos trabalhadores tornaram-se prisioneiros do sistema patronal por não possuírem os devidos recursos para saldarem suas dívidas.

Os lucros advindos da extração do látex trouxeram muitas riquezas às regiões que se dedicavam à exploração gomífera. A *Belle Époque* é uma forma material de observarmos o nível de riqueza produzido nesse período, em que as cidades recebiam melhoramentos de toda ordem para fazerem jus ao momento vivido. Toda a riqueza, no entanto, estava concentrada nas mãos de poucas pessoas. Karol Soares afirma que, nesse momento, embora as preleções oficiais preconizassem o desenvolvimento da cidade para o bem de todos, “o bem estar *de todos*, como em alguns discursos políticos, significou, na prática, o bem estar apenas das classes mais abastadas” (SOARES, 2008, p.36). França ratifica essa declaração afirmando que

A concentração de riquezas nas mãos dos grandes proprietários seringalistas, das casas aviadoras e empresas capitalistas americanas e europeias, gerava em contrapartida o empobrecimento crescente da força de trabalho que sustentava essa economia, formada basicamente por índios, caboclos e nordestinos que, submetidos a trabalhos rigorosos e mal pagos, sustentavam a riqueza dos “barões da borracha” (Op. cit., p.61).

Na avaliação de Soares, o capital advindo dos campos gomíferos foi o principal financiador das transformações infraestruturais por que a cidade de Belém passou, causando grandes mudanças na paisagem urbana, pois a elite, aproveitando-se dele começou a construir uma outra cidade para morar, mais agradável e condizente com a sua atual condição. Sendo assim,

[...] a cidade de Belém entra numa nova fase de desenvolvimento econômico: o ciclo da borracha. Esta foi uma *era*, se assim podemos dizer, do luxo e da modernização, em que a cidade tornou-se mundialmente conhecida por seu produto *notável*, a borracha. Mas, se esta foi uma *era* de riquezas, quer sejam de natureza econômica, patrimonial, urbana, essas riquezas não foram comuns à sua população como um todo. Contudo, podemos perceber que esta foi uma era de notável transformação urbana da capital do Pará, marcada na fisionomia da cidade, e que ainda hoje guarda em muitas de suas casas o *testemunho* do ciclo gomífero (Op. cit., p.35).

Mas quem eram esses trabalhadores da floresta? No início da exploração da borracha, eles eram em sua maioria indígenas escravizados, posteriormente, índios livres que estabeleceram as mais diversas relações comerciais com os seringalistas da região. Muitos deles, inclusive, haviam sido expulsos de suas terras, que passaram a ser área de exploração da borracha. Segundo Edilza Fontes, com relação à presença indígena na exploração da borracha, estes estabeleciam variadas formas de executar suas relações produtivas. Havia, de acordo com a autora, o índio completamente submetido ao seringalista e o índio que extraía a borracha por conta própria e vendia ao seringalista (FONTES, 2006).

Ela também esclarece que o motivo da preferência inicial pelo indígena se devia às habilidades adquiridas por ele e que eram muito úteis ao extrativismo, exigindo trabalhadores que acumulassem as mais diferentes funções como a de “pescador, canoeiro, caçador e bom atirador para defender-se dos ataques dos índios brabos” (FONTES, 2006, p.232). Por isso, a figura do nordestino levava certa desvantagem em relação ao indígena, devido aos conhecimentos da floresta tão necessários ao seringueiro.

No entanto, com a crescente demanda e carência de mão de obra, essa questão tornou-se menor e cada vez mais se incentivou a vinda do migrante nordestino à região

amazônica para incorporar-se na exploração do látex. O Estado, muitas vezes, assumiu esse papel de grande incentivador já que

os nordestinos eram incentivados pelo Governo Federal a se transferirem para a Amazônia, também como forma de amenizar os conflitos sociais provenientes da concentração fundiária lá instalada desde o período colonial (SILVA; SILVA, 2007, p.4).

O nordestino, principalmente o cearense, começou a chegar aqui em 1858. Nesse ano, chegou à região amazônica “a primeira leva de cearenses, num total de cinquenta homens. A partir de então a borracha passava a seduzir cada vez mais pessoas em busca de fortuna.” (Ibid., p.5). Esses imigrantes vinham com o objetivo de fugir das precárias “condições de vida nos sertões periodicamente assolados pelas secas e com perspectivas de reconstrução da vida pelo enriquecimento rápido” (GUILLEN, 2002, p.224). Esses sonhos eram construídos a partir das preleções dos recrutadores que difundiam uma imagem da Amazônia como *locus* de riquezas abundantes e fáceis. Esse conceito “passa a ser um elemento importantíssimo no discurso do patrão-arregimentador, como um atributo de sua honestidade e correção” (Ibid., p.227), o que atraía a muitos nordestinos, que viam nessa mudança uma forma de fugir da opressão dos coronéis. É importante pensar acerca disso, pois, quase sempre, atribuímos a vinda dos cearenses à fuga da seca, no entanto, se ela foi a razão principal, não foi a única.

Ao chegarem aqui, os nordestinos se depararam com uma realidade não muito diferente da vivida anteriormente, pois “muitos [foram os que] perderam a vida enquanto outros tiveram que trabalhar num regime de pura escravidão” (SILVA; SILVA, 2007, p.4). Outros ainda ficaram muito dependentes da natureza para garantir sua subsistência, já que, o que era conseguido com a exploração do látex, não supria todas as necessidades das famílias, além de verem suas dívidas crescendo continuamente.

Estima-se que durante o Ciclo da Borracha meio milhão de nordestinos tenha chegado a essa região para o trabalho nos seringais. Segundo Isabel Guillen, a presença nordestina foi tão forte na região amazônica que “não há um rio que deságüe no Amazonas que não tenha sido habitado por nordestinos e seus descendentes” (GUILLEN, 2002, p.220). Nesse contexto, a região amazônica já havia se transformado

num dos principais centros econômicos do Brasil, mas a chegada dos nordestinos aqui causou impactos em outras áreas, como o crescimento populacional e o desenvolvimento da região, pois surgiu um grande número de novos povoados, vilas e cidades com o intuito de comercializar a produção gomífera e fornecer alimentos aos extratores. Belém e Manaus tornaram-se os principais centros de distribuição e comercialização da produção que era enviada para os mercados externos (europeu e americano). Com o colapso da borracha, vieram, então, outras atividades extrativas (como, por exemplo, a castanha), porém, mais localizadas quanto aos seus efeitos demográficos e econômicos.

Com a mão de obra necessária garantida e o aumento da produção e das exportações, foi inevitável pensar na infraestrutura dos transportes, o que exigiu o desenvolvimento de outros setores indispensáveis à atividade. A navegação fluvial, que facilitava não só o transporte das pessoas, mas, principalmente, o comércio de bens de consumo e serviços, foi um desses setores. Para o atendimento da circulação desse tipo de transporte, os principais portos fluviais das cidades que serviam de entreposto exportador, como Belém, precisavam ser aparelhados. A realização da navegação do rio Amazonas também vinha ao encontro de outro objetivo do governo imperial: a efetiva ocupação e domínio da região Norte, pois, como vimos anteriormente, com a adesão do Pará à independência e a sua integração ao Império brasileiro, não se superaram os históricos problemas que a Amazônia enfrentava desde o início de sua colonização.

Acreditava-se que uma das causas desse problema era a distância da província nortista da Capital do Império e a precária infraestrutura de transporte que não garantia deslocamentos eficientes da região amazônica ao Rio de Janeiro. Vale salientar que essa comunicação era precária dentro da própria região, pois a existência de uma extensa rede fluvial não podia deixar de ser considerada como um grande obstáculo, além, é claro, da amplitude territorial que obrigava a quem desejasse empreender longas jornadas, às vezes, consumissem dias e até meses. Considerando que a geografia da região é marcada por uma extensa rede fluvial usada para deslocamento, esse transporte ainda demandava a existência de embarcações adequadas e pessoas capacitadas e conhecedoras das peculiaridades da navegação local para a efetivação desse transporte.

Desde cedo, a navegação a vapor foi pensada como uma alternativa possível para solucionar essa questão. Vitor Marcos Gregório, pesquisador que estuda questões

relacionadas à economia na Amazônia do século 19, diz que, já em 1826, surgiu um projeto norte americano para a “criação de uma companhia de navegação a vapor com o objetivo de realizar essa atividade nos rios da bacia amazônica” (GREGÓRIO, 2009, p.187), que não obteve o apoio dos políticos da região. E, depois disso, foram comuns as solicitações dos presidentes da Província do Grão-Pará nesse sentido. Medeiros (2006, p.54) afirma que essa foi uma questão que trouxe muita preocupação à época, o que pode ser constatado na forma como o tema ocupou espaço nas correspondências entre o governo provincial e o imperial, em que os presidentes das províncias solicitavam que “o governo central colocasse à disposição da presidência um número maior de embarcações e até mesmo vapores, que dariam maior velocidade aos deslocamentos pelo interior da província”.

A autora cita, ainda, o exemplo de uma epístola do presidente Francisco José de Souza Soares de Andréa que tentava “alertar o governo imperial não somente sobre a utilidade de barcos a vapor para as diligências do governo provincial, mas também da sua importância para animar a atividade comercial da região” (Ibid.). De acordo com Vitor Gregório, a defesa da introdução da navegação a vapor na Amazônia em um momento em que a expansão das ferrovias era uma alternativa mais rápida, apesar de mais onerosa, deveu-se, principalmente, por conta das peculiaridades da região que possuía

[...] um território cortado por grandes rios, entre os quais se sobressaía o Amazonas, e com a falta de recursos para a implementação de estradas de ferro, a adoção da navegação a vapor como um meio eficaz de incorporação da região no contexto político-econômico do Império e das trocas comerciais internacionais aparecia como uma solução óbvia tanto para os atores políticos provinciais quanto para os da Corte (Loc. Cit.).

Se era assim, então por que os políticos não apoiaram a efetivação desse meio de transporte? A principal razão para isso era uma disputa ideológica entre os dois grupos hegemônicos na região – Conservador e Liberal – que tinham opiniões divergentes quanto à regulamentação da navegação a vapor na Amazônia, embora para ambos fosse consenso que ela traria imensos benefícios amplamente defendidos nos debates. O principal ponto, que gerou os acalorados discursos parlamentares ao longo da primeira metade do século 19, era a necessidade ou não da “concessão de vantagens extraordinárias aos empresários que se dispusessem a realizar tal empresa”

(GREGÓRIO, 2009, p.191). No entanto, a partir de 1850, duas circunstâncias começam a forçar uma definição quanto a esse assunto: a intensificação da exploração da goma elástica, que exigiu alternativas para o escoamento da produção, e o “aumento das pressões internacionais pela abertura do rio Amazonas aos barcos de todas as nações” (Ibid., p.194). A resposta dada foi a criação da Companhia de Navegação e Comércio do Rio Amazonas a partir da “assinatura de um contrato entre o governo imperial e Irineu Evangelista de Souza, futuro barão de Mauá, para introdução, com capitais puramente nacionais, da navegação a vapor no rio Amazonas, em 1852” (Ibidem, p.195).

Ainda no início das operações da Companhia em 1853, os debates políticos continuaram em torno desse tema, assim como as defesas e ataques à exclusividade de execução do serviço dada à empresa do Barão de Mauá, o que acabou por obrigar uma reformulação do contrato de concessão em 1854, resultando no fim da exclusividade. Outra reformulação ocorreu em 1857, quando o Barão comprovou que as alterações contratuais anteriormente realizadas causavam prejuízos, comprometendo as atividades da Companhia. Argumentava também que a colonização da região prevista no contrato era uma tarefa grande demais para ela, pois envolvia um volume significativo de recursos. No mínimo, defendia ele, para tal empresa, a Companhia precisava ter seus lucros garantidos.

Mesmo sem a exclusividade, o Barão continuou ainda por algum tempo sendo o único a fazer a navegação na região, o que gerou, em 1866, novos debates a respeito da abertura para a navegação por outras nações. Em 1871, ele recebeu autorização do governo imperial para repassar seus negócios a empresários ingleses, que fundaram uma nova companhia de navegação. Essas reviravoltas proporcionadas pelos debates políticos até a definitiva abertura da navegação demonstram claramente como se deu o

[...] longo processo decisório que se iniciou em 1826 e que sempre teve como preocupação central a incorporação da região amazônica ao conjunto do Império da forma mais vantajosa possível, através da adoção de medidas que garantissem seu desenvolvimento econômico (Ibid., p.207).

Para garantir a abertura do rio, um dos argumentos mais defendidos à época foi o de que a abertura da navegação se tornava

[...] uma importante moeda de troca nas questões internacionais de interesse para o Império, já que esse estaria espontaneamente abrindo mão de uma prerrogativa garantida pela sua soberania em favor dos interesses do comércio mundial e, portanto, da humanidade (Ibid., p.206).

A despeito dos exageros dos discursos políticos, Soares (2008) mostra que parte das expectativas com relação à navegação dos rios amazônicos era pertinente ao momento vivido, pois, segundo ela, a utilização dos navios a vapor na região era de grande importância, “não somente pela possibilidade da comercialização da borracha, mas por conseguir atingir lugares cada vez mais distantes, tornando o processo de povoamento, de certa forma, um pouco mais dinâmico” (SOARES, 2008, p.41). Esse investimento trouxe como principal consequência uma grande transformação na região, perceptível até depois do fim da fase áurea do ciclo gomífero, pois,

[...] dos rios da região nasceram caminhos que serviram como estradas de escoamento da produção, e que levou à busca para lugares mais longínquos, onde houvessem seringueiras menos exploradas, povoando regiões nunca antes alcançadas (Ibid.).

2.4 A Belém Imperial: fruto dos novos tempos

Por conta de tudo isso, nas últimas décadas do século 19, encontramos uma Belém já bem diferente daquela típica cidade colonial que vimos anteriormente.

Em 1872, a capital da província do Pará era a quarta maior cidade do Império, superando em número de habitantes muitas cidades, inclusive São Paulo (FAUSTO, 2009). Apresentava-se bem mais complexa, palco de diversificadas relações estabelecidas com seus moradores. Segundo Guimarães, o desenvolvimento da urbe deveu-se, principalmente de início, à resolução do problema do alagadiço do Piry, dando à cidade um ar de reforma urbana, causando grande transformação, permitindo

[...] no início do século XIX uma ampliação das fronteiras urbanas da cidade, redefinindo as áreas de habitação. Estas medidas saneadoras que tiveram início no século XIX se arrastariam ao longo deste século, porém seriam fundamentais para o crescimento da cidade Belém neste período (GUIMARÃES, 2006, p.48).

De acordo com esse autor, a execução dessa obra

proporcionou, de certa forma, uma alteração na estrutura da cidade, pois a partir daí forneceria condições para interligar por via terrestre as freguesias de Nossa Senhora da Campina com a Sé, o bairro da Cidade como era chamado, assim como ajudou a prolongar a cidade para além dos dois sítios, intensificando a construção de rocinhas, uma espécie de casa de campo que se edificaram nos arredores de Belém (Ibid., p.53).

Nos artigos contidos no livro *Conheça Belém, co-memore o Pará*, organizado por Jane Felipe Beltrão e Antônio Otaviano Vieira Júnior, publicado pela editora da UFPA, em comemoração aos 391 anos de fundação da capital do Pará, a cidade é apresentada sob diversas perspectivas que consideramos importantes para entendermos o momento histórico estudado. Esses textos fazem uma “viagem” pela cidade de Belém, do século 17 até hoje, quando os autores nos proporcionam interessantes releituras e reflexões que demonstram o caminho percorrido para que a cidade apresentasse a configuração que tem hoje. Nos artigos, a cidade é descrita, nos anos finais do século 19, como sendo

[...] acanhada, possuindo um reduzido número de vias públicas de circulação, algumas largas, outras bastante estreitas e muitas delas... eram simples caminhos de raríssimo trânsito por suas más condições e algares (barrancos produzidos pelas chuvas) (BELTRÃO, 2008, p.64).

Também é mostrada como uma província de urbanização precária e restrita, pois nessa época “eram várias as ruas, praças e largos ainda não pavimentados, bem como precisando de reparação por parte do poder público” (ALMEIDA, 2008, p.60). Isso também é confirmado por outro autor que nos afirma que

[...] grande parte das ruas de Belém era destituída de calçamentos adequados, principalmente por falta de materiais de construção e mão-de-obra capaz de desenvolver tais atividades. As vias urbanizadas conviviam regularmente com a lama motivada pelas chuvas constantes, assim como pelas altas das marés e, nos meses quentes, a poeira se tornava inimiga feroz dos viandantes (GUIMARÃES, 2008, p.41).

Cristina Donza Cancela, em seu artigo *Uma cidade... muitas cidades: Belém na economia da borracha*, descreve uma paisagem urbana marcada pela heterogeneidade. Segundo essa autora, a cidade possuía edificações caras e luxuosas, palacetes e sobrados, que demonstravam o poder de seus proprietários dividindo as ruas com construções simples e toscas destinadas à população mais pobre. Essas construções mais simples eram herança do século anterior, a maioria edificada em madeira, algumas ainda

cobertas com palhas, embora parte significativa já apresentasse cobertura com telhas, o que nessa época já era considerado transição, como nos aponta o pesquisador abaixo:

[...] o uso de telhas nas construções de Belém não se mostrava uma característica estranha às condições locais, pois vimos que o mercado oleiro na fronteira da cidade era muito intenso, na rota aberta pelo aterramento do alagado do Piri foi possível observar que várias rocinhas ou mesmo em torno delas se fixavam famílias que se dedicavam a tal atividade. Sem contar com o fato de que o acesso à matéria prima básica para a indústria de cerâmica não representar um problema para aquela região da cidade. Listamos pelo menos 4 olarias que se estendiam pela estrada da Pedreira e no *contorno marítimo no rosto da cidade* (Idem, 2006, p.61).

Diz esse autor que essas casas bem simples, com apenas um piso, eram pintadas de forma bem artesanal:

[...] a pintura externa das paredes das casas era feita com uma cal, extraída de conchas ou ostras, da qual faziam o *sernambi*, ou eram feitas com extração das minas naturais de uma argila que os nativos chamavam de *tabatinga*. Este processo de pintura das paredes das residências resistiu ao longo da primeira metade do século XIX, embora na lista de produtos importados, já constasse a aquisição de *Cal e Tintas* (Ibid, p.60).

Continuando sua narrativa sobre a Belém do Oitocentos, Cristina Cancela diz ainda que era comum, por exemplo, que na mesma rua encontrássemos “as casas particulares entrecruzadas com cortiços, hotéis, casas de pasto, estâncias, oficinas de trabalho com quartos para morada, pequenas manufaturas, colégios, cocheiras e vacarias” (CANCELA, 2008, p.80). Para entendermos o nível de precariedade da paisagem das ruas da capital, a autora enfatiza a grave questão da iluminação pública, considerada deficiente, já que atendia “apenas algumas ruas e logradouros da cidade” (Ibid., p.82), sendo praticamente um privilégio daqueles que podiam pagar os altos custos do seu fornecimento, além, é claro, do preço das lâmpadas e manutenção das instalações elétricas, que exigiam grandes despesas. Vale a pena dizer que, nesse momento, viver em Belém exigia cada vez mais recursos. Isso é confirmado por Karol Soares quando, em sua dissertação, afirma que nos anos finais do Império brasileiro manter-se em Belém era difícil e caro, tanto que assustou um morador naturalista estrangeiro para quem “o custo de vida havia aumentado expressivamente” (SOARES, 2008, p.34).

Já que estamos falando de custo de vida, aproveitaremos os dados apresentados acima para falar de outro problema vivenciado na capital da Província do Pará: o altíssimo valor dos aluguéis, que exigia muitos recursos por parte de quem desejasse morar na cidade. Com a expansão da exploração da borracha e a intensa migração de nordestinos e estrangeiros para a Província, a capital cresceu, expandindo-se rapidamente, obrigando a reorganização urbana.

Com a migração intensa de nordestinos e estrangeiros estimulada pela economia da borracha, a cidade cresceu e se expandiu. Novas ruas e estradas, como eram algumas delas chamadas, surgiram ou foram ampliadas. Como não citar as Estradas de São Brás, da José Bonifácio e do Entroncamento. Junte-se a elas outros tantos lugares ainda hoje familiares a nosso cotidiano, como as travessas da Rua do Jurunas, que formavam o 4º Distrito; a Rua Grande da Pedreira, as travessas do Marco da Légua e do sítio da Sacramenta, que vieram a compor os então recém-criados 5º e 6º Distritos (CANCELA, 2008, p.80).

Isso se refletiu, dentre outras coisas, nos preços dos aluguéis cobrados na cidade, que passaram a ser mais altos à medida que aumentava a especulação imobiliária, fazendo com que encontrar um lugar para morar se tornasse um grande problema para aqueles que possuíssem poucos recursos. Outra razão que incentivava os proprietários a cobrarem aluguéis cada vez mais caros era a intensa transformação pela qual passava a cidade sob os ventos progressistas da *Belle Époque*. O embelezamento das ruas e a implementação de mais serviços de infraestrutura davam à Belém um ar civilizado, colocando-a em pé de igualdade com as demais cidades contemporâneas. Isso, é claro, se considerarmos apenas as áreas centrais da capital que eram agraciadas com essas modernidades. Relacionando o crescimento urbano ao financiamento da reestruturação da cidade, a partir do capital resultante do Ciclo Gomífero, Soares apresenta uma importante reflexão:

[...] o crescimento urbano de Belém, impulsionado pela riqueza da borracha, criou uma nova fisionomia não somente para a cidade, mas uma nova fisionomia para cada classe social, revelada pelas formas de morar encontradas nos bairros da cidade (Op. cit., p.37).

Considerando que a grande parte dessas modificações citadas teve o centro como espaço exclusivo de desenvolvimento, muitas pessoas optaram por se aglomerarem em cortiços ou buscaram moradias cada vez mais distantes dos centros. Essa mudança

trazia para as classes populares mais uma dificuldade: o transporte público, proporcional em precariedade à distância do distrito ao Centro. Não à toa encontram-se

Matérias de jornais fazendo referência às condições precárias dos bondes e aos conflitos entre passageiros e funcionários da Companhia são bastante comuns nos periódicos da cidade. Da mesma forma, encontramos inúmeros processos criminais abertos a partir de acidentes envolvendo esses veículos. As críticas à Companhia encerram-se na falta de cumprimento dos horários estabelecidos, dos trilhos descobertos que dificultavam a passagem dos carros e favoreciam os acidentes. A essas questões somavam-se as reclamações em torno do tratamento dado pelos funcionários da empresa aos passageiros (CANCELA, Op. cit., p.84).

Além disso, o abastecimento de água era muito precário, pois a maioria da população não tinha acesso à água encanada, assim como à pequena rede de esgoto, praticamente a mesma desde a fundação de Belém. Para garantir, principalmente, o abastecimento doméstico, a população realizava abertura de poços, comprava água dos aguadeiros¹² ou dos poços particulares (se tivessem recursos) ou utilizava-se dos poços públicos “de uso comum, abertos em algumas localidades, como a Estrada de São Brás. Esta era para muitos a única forma de abastecimento” (loc. cit.), que demandava muita força e energia para se carregar as tinas de água pela cidade. Caso possuíssem um criado, era ele quem se encarregaria dessa tarefa, senão ela seria feita pelos próprios donos da casa, como nos relata Almeida (2008): os criados, geralmente índios e negros, eram os encarregados de caminhar pela cidade, às vezes, percorrendo longas distâncias com seus potes de barro nas cabeças à procura de poços e fontes que se tornavam cada vez mais concorridos à medida que a população crescia. A respeito dos poços, é importante dizer que por serem recorrentes em boa parte dos Distritos de Belém, acabaram se tornando espaços de socialização e encontros das mais diversas frações da sociedade. Nesse lugar, encontravam-se as pessoas humildes que não tinham recursos para cavar seus próprios poços, muito menos para comprar água dos aguadeiros, figuras constantes, sempre chegando com suas carroças para abastecer os barris que garantiam sua sobrevivência. Era nesse espaço também que se encontravam as lavadeiras,

[...] que ganhavam a vida (...) carregando pesadas trouxas de roupa à cabeça, lhes confiadas a partir de suas andanças pela cidade. Após receberem suas encomendas de roupas sujas se dirigiam aos poços e

¹² Explica Cancela (2008) que os aguadeiros eram vendedores de água em tinas, comuns ao cotidiano belenense.

fontes para lavá-las. Estas eram negras de aluguel ou alforriadas lutando por sua subsistência (BELTRÃO, 2008, p.67).

Essas mulheres que perambulavam pela cidade muitas vezes estavam acompanhadas de seus filhos, que também eram empregados em determinadas atividades e se envolviam com as mazelas dos expropriados com quem conviviam diariamente, formando um grupo que enchia as ruas de Belém. Segundo Beltrão, “o século XIX foi um período marcado pela preocupação das autoridades públicas para com a facilitação do abastecimento da chamada água de boa qualidade aos moradores da capital da província” (Ibid., p.52). Para demonstrar tal preocupação, a autora se vale dos discursos de políticos desse período, como os dos presidentes da Província que contemplavam propostas de melhorar o abastecimento de água na cidade. Todavia, a autora chega à conclusão de que efetivamente pouco foi feito, considerando as vontades políticas e o que os recursos econômicos permitiram fazer em relação ao crescimento da população. Constatamos que, após contrato firmado entre a Província do Pará e a Companhia de Águas (1881), visando à “implementação dos serviços de encanamento na cidade, os mananciais de Paul d’água continuavam a ser freqüentados pelos moradores de Belém, como também pelos aguadeiros, os quais ainda ofereciam seus serviços pelas ruas” (Ibid., p.57).

Com relação à vida econômica da cidade, o comércio tinha como ponto de referência a Rua dos Mercadores, “pois era nela que se concentravam as lojas e comércios de produtos diversos” (Ibid., loc. cit.), dentre eles, os gêneros alimentícios salgados e secos, consumidos pela população urbana, já que o consumo de alimentos frescos era muito raro, salvo nos casos em que pequenos pescadores de tabuleiro na cabeça ofereciam peixes e camarão, frutos do seu próprio trabalho (Ibid., p.68). Vale a pena acrescentar aqui a observação feita por Soares a respeito da importância dos quintais nessa época, que eram, muitas vezes, uma alternativa de solução da carestia e/ou da escassez de alimentos, pois,

[...] além dos fins recreativos, tornaram-se, em especial, locais destinados à criação de pequenos animais, hortaliças, à plantação de pomares. Neste caso, os alimentos extraídos dos quintais eram importantes à constituição das refeições de seus moradores, pois a alimentação nesse período era escassa e cara, devido aos altos fretes referentes à importação de mercadorias de outras cidades brasileiras e também pela dificuldade de acesso à região (SOARES, 2008, p.28).

Os principais produtos comercializados eram: bacalhau, couro, aguardente, toucinho e queijo. Os comerciantes eram, na maioria, estrangeiros, quase sempre portugueses e uns poucos ingleses e americanos. No entanto, não era apenas dos gêneros alimentícios que o comércio sobrevivia. Já existia nessa época (e aumentou posteriormente) o comércio de produtos dispensáveis, consumidos por representantes da elite provincial. Tal comércio, presente na capital da Província, dedicava-se à venda de “champagne francês, vinagre português, manteiga inglesa e tantos outros produtos que passaram a fazer parte do uso diário de algumas famílias belenenses” (GUIMARÃES, 2008, p.46). Com a introdução da navegação a vapor na região amazônica, esse comércio se fortaleceu ainda mais devido às facilitações de transporte. Segundo Soares (Op. cit., p.45), os vapores que

[...] vinham da Europa e Estados Unidos, traziam de seu destino, mercadorias e artigos de luxo que abasteciam as principais lojas de Belém. As importações variavam de artigos comestíveis, como manteiga, biscoitos, chás, a artigos mais luxuosos, como louças, tecidos, chapéus, e vestidos, vindos de lojas com o bom-gosto e refinamento dignos da capital francesa. Tais produtos eram vendidos em lojas como o Profeta, Paris n'América, Ville du Havre.

Foi por conta dessa necessidade cada vez maior de consumir supérfluos, típica de uma elite local, que se abriram espaços para outras profissões como a de vendedores de tecidos. Estes, inicialmente, iam de porta em porta para vender seus produtos, mas, depois, com a concorrência das lojas de tecidos importados, passaram a adentrar o interior da província percorrendo rios e igarapés da Amazônia em barcos que ofereciam mercadorias. Esses barcos ficaram conhecidos como regatões (BELTRÃO, 2008, p.72). Eles não existiram somente por conta dessa concorrência das lojas. Se essa foi a razão primeira, é verdade também que eles encontraram no interior da Amazônia uma população que garantia o lucro que eles buscavam em sua atividade econômica. Além do mais, tiveram acesso a outras possibilidades de comercialização como a compra de látex dos seringueiros.

Outra categoria de produtos oferecidos no comércio era a dos gêneros regionais, dentre eles, as frutas típicas como “manga, caju, cacau, goiaba e tanto outros frutos exóticos relacionados pelos viajantes em minuciosos diários” (Ibid., p.69). Tais produtos eram insistentemente vendidos. Apesar das proibições das autoridades, diz Guimarães que “as ruas da cidade, se enchiam todas as manhãs de vendedores de doces,

comidas, lavadeiras de roupas e vendedores de açaí, que aos gritos anunciavam seus produtos pelas ruas” (2008, p.46). As proibições faziam parte da proposta do governo para garantir segurança e tranquilidade tanto aos compradores quanto aos comerciantes do local, mas também para assegurar a arrecadação de impostos. Além da repressão aos vendedores, era preciso combater também os pedintes que, atraídos pela grande circulação de pessoas, dividiam com elas as ruas e calçadas do comércio, e se configuravam como parte de um grupo que vivia completamente à margem das políticas públicas e benesses oriundas da *Belle Époque*.

A grande incidência de público na Rua dos Mercadores não se devia unicamente à necessidade de acesso aos produtos comercializados no local, mas, também, porque nessa rua do bairro da Campina, ou segundo distrito, eram oferecidos vários outros serviços em postos localizados nas ruas próximas, concentrando-se “um bom número de lojas, armazéns, bancos e casas de aviamento” (CANCELA, 2008, p.80), o que se caracterizava como mais um atrativo para os vendedores e ambulantes que desejavam garantir sua subsistência. Mas a Rua dos Mercadores não era exclusivamente um ponto comercial. Como nesse momento ainda não havia a separação entre o espaço doméstico e o espaço de trabalho, muitas eram as pessoas que moravam no lugar, principalmente os comerciantes, que se estabeleciam no andar de cima de seus comércios e lojas e, quando as casas tinham apenas um pavimento, “o comércio ou os serviços que se destinavam ao público eram praticados na frente da casa” (Ibid., p.43). Somente nos últimos anos do século 19, no auge da exploração gomífera, esse quadro se vê alterado, pois, a partir de então,

[...] ocorreu uma intensificação das atividades econômicas na cidade, com o surgimento de instituições financeiras e casas exportadoras, assim como os serviços públicos ampliados tornaram a vida urbana mais dinâmica, com o saneamento e a pavimentação das ruas centrais da cidade, por onde carroças e mais tarde os bondes passaram a circular com mais frequência; a iluminação pública de lampião a gás passou para a energia elétrica; o abastecimento de água, com a instalação de reservatórios para suprir as necessidades domésticas, criaram uma nova organização nas moradias urbanas (GUIMARÃES, 2008, p.44).

No entanto, apesar

[...] das tentativas da administração em **afastar os moradores mais pobres do centro**, muitos desses indivíduos e famílias permaneciam nessas áreas, vivendo em vacarias, cortiços, hotéis, sobrados e no alto das lojas. Eles eram caixeiros, alfaiates, sapateiros, pedreiros, carapinas, artistas e pessoas que viviam de agência, ou seja, que realizavam serviços não regulares, temporários, como os de carregador, vendedor e proprietário de pequenos negócios (CANCELA, op. cit., p.81-82, Grifo nosso).

Esse espaço originalmente comercial é de grande importância. Nele ocorriam as diversas relações econômicas e de trabalho que constituíam o cotidiano da sociedade paraense no Império. Como nos afirma Guimarães, “a história do comércio é também a história de uma cidade cosmopolita que interage com as mais diferentes culturas através da circulação material dos objetos de consumo que são trocados no comércio de Belém”. Dessa forma, a Rua dos Mercadores, além de ajudar a compreender a atividade comercial em Belém, é também um espaço interessante que ajuda a situar as relações de trabalho naquela época. Tal logradouro era um espaço compartilhado por todos aqueles que desejavam mercadejar, seja em benefício próprio, visando ao seu sustento ou ao de sua família; seja em benefício de senhores, cujos escravos ao final do dia entregavam sua renda ao seu dono.

Mas, como as pessoas garantiam sua sobrevivência na cidade? Jane Beltrão, em artigo intitulado *A andarilha em Belém, cidade do Pará oitocentista*, apresenta uma extensa lista das mais variadas atividades laborais praticadas pelas pessoas mais pobres que circulavam não só nesse ponto comercial, que é a Rua dos Mercadores, mas por toda a cidade. São elas: lavadeiras, padeiros, ambulantes diversos, vendedores de frutas, de peixes, de artefatos de madeira, caiadores, moços de recado, vassoureiros etc.

A cidade de Belém foi se formando com a participação de todos esses grupos e de mais um em particular: as crianças e adolescentes. Elas compartilhavam esse contexto e sofriam todas as transformações pelas quais Belém passava. Muitas delas também trabalhavam e conviviam diretamente com todos os problemas enfrentados pelos adultos.

Na próxima seção falaremos delas e das políticas estatais para o seu atendimento.

3 AS CRIANÇAS DESVALIDAS NO PARÁ IMPERIAL

A assistência mal praticada e a caridade irrefletida, sendo de duração efêmera e de efeitos inteiramente nulos, só conseguem multiplicar o número de indigentes, fazendo a propagação da mendicância, que então se converte em um dos mais graves problemas sociais cuja resolução se impõe nas sociedades modernas...
Ataulfo Paiva

Pesquisadores da História da Educação têm lançado um novo olhar sobre o Oitocentos, desconstruindo o pensamento de que esses anos foram de obscuridade; ao contrário, foi um século fecundo para os debates, iniciativas e práticas educativas. Muitos dos estudos desses pesquisadores mostram que após a independência do Brasil a representação de “ser brasileiro” sofreu alterações, adquirindo novos sentidos que foram expressos nos mais diferentes movimentos revolucionários vividos ao longo do século 19, e que colocavam em disputa diferentes ideais do que era “ser brasileiro”, resultando no que chamamos de construção da identidade nacional.

Nesse processo de construção da identidade brasileira, a educação recebeu um lugar de grande importância. Exemplo disso é que nesse período foram criadas as mais diferentes instituições visando ao atendimento de públicos específicos (meninas órfãs, meninos desvalidos, crianças negras etc.), mas sempre com o objetivo de oferecer a cada grupo identidades e laços de interdependência sociais. Esses variados projetos, tanto de educação como de nação, tiveram como proponentes não só o poder público, mas também a igreja e a sociedade civil, que colocaram suas concepções em disputa através

[...] da criação de múltiplos espaços e redes de sociabilidade, formais ou informais, que longe de se constituírem como lugares estanques e isolados uns dos outros, estabeleceram entre si uma série de intersecções e relações, embates e confrontos (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.63).

Embora tenham sido inventados “lugares específicos e distintos para sujeitos que, mesmo reunindo atributos físicos similares, eram submetidos a experiências culturais bem diferenciadas” (GONDRA; GARCIA, 2004, p.73), um ponto era comum:

a importância de civilizar as camadas mais amplas da população. Para atender a esse ponto, a escola torna-se grande aliada na construção do Estado Nacional. Mas não é somente a escola que assume esse lugar, há também outros produtos culturais: “teatros, bibliotecas, laboratórios, museus que, consorciados às escolas de diversos níveis, integram o programa educativo imaginado no nível central” (Op. cit., p.91).

É nesse contexto que as instituições formativas alternativas, como os asilos, os institutos e os centros de formação de artífices, vêm atender às demandas do momento histórico, já que funcionavam não só como escolas, mas como instituições de acolhimento e disciplinamento. Antes, porém, de falarmos a respeito dessas instituições, foco desta seção, acreditamos ser necessária uma breve explanação das principais ideias que fundamentaram as propostas de sua criação e funcionamento, assim como da construção da nação brasileira. A própria prática educativa, que acontecia com base no pensamento higienista, ajuda a compreender a função social da escola imperial.

3.1 As bases da construção da nação brasileira: Moralismo e religiosidade na sociedade imperial

Apesar de as artes do século 19 mostrarem as terras brasileiras (tropicais) formadas por brancos, mestiços e negros, para muitos, essa imagem em nada agradava, principalmente para parte dos membros de uma elite nacional que não tinha nenhum orgulho da representação do Brasil como terra selvagem, de povo misturado. Ao contrário, achavam que, para o Brasil ingressar no chamado mundo civilizado, era preciso construir aqui uma civilização nos moldes europeus, pois a “independência impunha a tarefa de se construir um Estado nacional para organizar o país e garantir sua unidade” (FAUSTO, 2009, p.79). Acreditavam também que, para o Brasil ser uma monarquia centralizada e unitária (como queriam os conservadores), era preciso que a jovem nação escrevesse sua história, já que nação sem história não é nação.

Com base nesse pensamento, o Regente Pedro de Araújo Lima, em 1838, criou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) – que tinha por objetivo explicar a história do Brasil e suas origens, além de controlar a produção científica e a memória nacional – e o Arquivo Nacional, com a finalidade de guardar para o futuro documentos produzidos. Nessa linha de ação, Francisco Adolfo Varnhagen, membro fundador do

IHGB, reuniu uma vasta documentação sobre a América portuguesa e escreveu a obra *História Geral do Brazil* (1854-1857), livro que tratava da história do país, do descobrimento à independência, cuja preocupação principal foi mostrar as origens do Brasil. Nela o autor deixa claro que os índios *selvagens* não poderiam ser considerados raízes dignas de um país que pretendia ingressar no mundo civilizado, pois representavam o atraso e a barbárie, além de não terem o sentimento necessário de um verdadeiro nacional. Nela não se percebe a presença da escravidão africana. É como se o historiador quisesse apagar do nosso passado o que Rui Barbosa chamava de *mancha negra*. Na história escrita por Varnhagen, a base da nossa evolução foi o português: branco, europeu e cristão, que introduziu a superioridade e a civilidade sobre a barbárie.

Mas este não foi o único autor a defender esse pensamento. A presença do indígena na literatura é muito oportuna para percebermos isso. Nos romances do século 19, os indígenas aparecem pouco e quando isso acontece ocorre de forma estereotipada. As personagens apresentadas nas obras indianistas¹³ de José de Alencar ajudam a compreender isso. Dois importantes exemplos são as personagens Peri e Iracema, que aparecem como símbolos da nacionalidade brasileira, mas sob o padrão estético do homem branco, como demonstrado no texto abaixo:

Em pé, no meio do espaço que formava a grande abóbada de árvores, encostado a um velho tronco decepado pelo raio, via-se um índio na flor da idade.

Uma simples túnica de algodão, a que os indígenas chamavam aimará, apertada à cintura por uma faixa de penas escarlates, caía-lhe dos ombros até ao meio da perna, e desenhava o talhe delgado e esbelto como um junco selvagem.

Sobre a alvura diáfana do algodão, a sua pele, cor do cobre, brilhava com reflexos dourados; os cabelos pretos cortados rentes, a tez lisa, os olhos grandes com os cantos exteriores erguidos para a frente; a pupila negra, móbil, cintilante; a boca forte mas bem modelada e guarnecida de dentes alvos, davam ao rosto pouco oval a beleza inculta da graça, da força e da inteligência.

Tinha a cabeça cingida por uma fita de couro, à qual se prendiam do lado esquerdo duas plumas matizadas, que descrevendo uma longa espiral, vinham rogar com as pontas negras o pescoço flexível.

Era de alta estatura; tinha as mãos delicadas; a perna ágil e nervosa, ornada com uma axorca de frutos amarelos, apoiava-se sobre um pé pequeno, mas firme no andar e veloz na corrida. Segurava o arco e as

¹³ Seleccionamos duas importantes obras indianistas de José de Alencar por acreditarmos serem as mais representativas para a reflexão aqui proposta: *O Guarani* (1857) e *Iracema* (1865).

flechas com a mão direita calda, e com a esquerda mantinha verticalmente diante de si um longo forçado de pau enegrecido pelo fogo (ALENCAR, s/d [1857], p.15).

Comparemos agora com a descrição que o autor faz da índia Iracema:

Além, muito além daquela serra, que ainda azula no horizonte, nasceu Iracema.

Iracema, a virgem dos lábios de mel, que tinha os cabelos mais negros que a asa da graúna, e mais longos que seu talhe de palmeira.

O favo da jati não era doce como seu sorriso; nem a baunilha recendia no bosque como seu hálito perfumado.

Mais rápida que a corça selvagem, a morena virgem corria o sertão e as matas do Ipu, onde campeava sua guerreira tribo, da grande nação tabajara. O pé grácil e nu, mal roçando, alisava apenas a verde pelúcia que vestia a terra com as primeiras águas (Id., 1994, [1865], p.16).

Esses trechos mostram que, tanto o índio Peri quanto a índia Iracema, em nada se assemelhavam aos índios reais. Embora os dois representassem as origens do povo brasileiro, somente são postos nessa condição por serem índios de alma branca, ou seja, com valores positivos e superiores, que são os valores europeus.

José Veríssimo, homem das letras e político paraense, em consonância com o pensamento de sua época, acreditava que “pela via educacional, conseguir-se-ia atingir o progresso e elevar o país ao nível dos países mais desenvolvidos” (RESENDE; GONÇALVES NETO, 2009, p.366). Afirmava que, na sua construção enquanto nação, o Brasil

[...] precisava se valer de qualidades raciais “trazidas” pelos povos europeus e suplantar, de vez, os traços degenerescentes dos povos nativos e negros que (...) inviabilizavam o desenvolvimento social e econômico das nações ameríndias (ARAÚJO, 2007, p.12).

A necessidade de educar a população para se alcançar uma nação transformada e regenerada, conformando e adequando o indivíduo à nova realidade social que se pretendia construir, fez com que fossem adotadas todas as medidas que pudessem contribuir no sentido de ordenar uma sociedade que o Estado e os intelectuais julgavam desorganizada, principalmente quando comparada com o que ocorria no considerado mundo civilizado – Europa e Estados Unidos (GONDRA, 2002, p.314).

O higienismo foi uma dessas medidas, pois o “projeto civilizatório tem na higienização do mundo social uma de suas faces mais expressivas. Civilizar e higienizar conformam uma gramática fortemente articulada” (Ibid., p.315). Por isso é que “a medicina deveria penetrar na sociedade, incorporando o meio urbano como alvo de sua reflexão e de sua prática” (Id., 2003, p.525). Bresciani (2004, p.120-121 apud CARDOZO, 2009) ratifica isso quando nos informa que o higienismo levou a uma total intervenção do Estado na vida privada das pessoas, já que “casas foram abertas, seus interiores vasculhados, sua conduta avaliada, seus valores morais aquilatados”. Esse movimento é muito importante no final do século 19, apesar de nessa época ele ainda estar se estruturando no Brasil. O higienismo influenciou muitas práticas e políticas públicas, que veremos, mais adiante, quando começarmos a tratar dos meninos desvalidos. Assim, consideramos necessário um pouco mais de conhecimento a respeito da sua história para compreendermos como ele se desenvolveu e justificou os pensamentos educacional e social brasileiros.

É a partir do final do século 17 que as crianças começam a obter mais visibilidade na Europa, ganhando espaços sociais diferentes, antes a elas negados. Diversas são as mudanças sociais e culturais que contribuíram para isso e influenciaram o resto do mundo a partir de então. Uma dessas ideias era a de que o alto índice de mortalidade se constituía em uma marca negativa para o desenvolvimento nacional. Era, portanto, preciso encontrar medidas para a solução de tal problema, especialmente porque isto acarretou o deslocamento de um grande contingente populacional do campo para as cidades. Essas pessoas vinham atraídas pela possibilidade de enriquecimento e/ou melhores condições de vida. As cidades, no entanto, quase sempre não dispunham de lugares adequados para receber e acomodar esse contingente de pessoas, criando formas alternativas e precárias de habitação. Segundo Resende e Gonçalves Neto, nas décadas finais do século 19,

Um grande número de pessoas começa a se deslocar do campo para a cidade, formando, assim, aglomerados desordenados, que constituíam-se em campos profícuos para o desenvolvimento de vários tipos de moléstias físicas e sociais. Fortalece-se, então, a necessidade de se higienizar tanto o espaço físico das cidades como os comportamentos pessoais e sociais de seus cidadãos (2009, p.373).

Foi nesse contexto que a saúde da população passou a ser uma questão estratégica para as políticas de Estado, o que exigiu grandes mudanças em instituições como escolas e hospitais e na criação de instituições híbridas (hospital-escola), como resposta às expectativas de existirem órgãos onde tanto a prática educativa quanto a médica “se encontrassem fundidas, estreitando ao máximo as possibilidades de articulação entre ambas, em uma relação na qual os princípios ordenadores deveriam ser derivados da ordem médica” (GONDRA, 2002, p. 315).

Os hospitais emergiram com uma nova abordagem que privilegiava a medição e o ordenamento das doenças, buscando encontrar as especificidades de cada uma delas, nomeando-as, classificando-as. Nesse novo paradigma, a doença passa a ser vista como um acontecimento que resulta de condições concretas de existência, onde o “médico incorporou, ao seu campo de atuação, o ar, a água, a alimentação e as condições de trabalho” (MARQUES, 2000, p.30). O hospital deixa de ser apenas o lugar da cura e torna-se o instrumento de produção, acúmulo e transmissão de saber (VEIGA, 2002).

Essa mudança de foco fez da doença uma preocupação antes mesmo que ela surgisse, levando pesquisadores a criarem “um saber médico sobre a cidade e sua população” (GONDRA, 2003, p.524), transformando o médico numa “autoridade que intervém na vida social, decidindo, planejando e executando medidas ao mesmo tempo médicas e políticas” (Ibid.). A principal consequência é que o Estado vê-se obrigado a proteger a vida dos mais fracos (principalmente dos mais pobres), das diversas circunstâncias sociais prejudiciais em que suas respectivas famílias viviam. As pressões feitas por intelectuais e políticos, principalmente higienistas, resultaram em calorosos debates públicos sobre a questão e fizeram com que o Estado começasse a tomar medidas para a solução do problema.

Mas o que foi o higienismo? Para Gondra, o higienismo se apresenta de diversas formas: ora como ciência (2002), projeto educacional (2003), arte (2004) ora como uma conjugação de tudo isso. Para Edivaldo Góis Júnior, que estuda o movimento higienista no Brasil, ele é, no final do século 19, uma nova mentalidade, um movimento e projeto de intervenção social “orientado pelos interesses das classes dirigentes” (GÓIS JUNIOR, 2002, p.47). Independentemente da conceituação atribuída, a maioria concorda que o movimento higienista no Brasil teve como objetivo comum “o desejo de melhorar as condições de saúde coletiva da população brasileira” (Ibid.), através do

“estabelecimento de normas e hábitos para conservar e aprimorar a saúde coletiva e individual” (Ibid., p.51) da população, dentro de uma perspectiva que pretendia

[...] promover a disseminação de uma cultura mais homogênea, centralizada na compreensão das relações de poder ditadas pelas elites e no ideário de civilização desenvolvida pelos governantes para conformação da sociedade e do aparelho estatal (BORGES; NEVES, 2006, p.5246).

Para compreendermos melhor as perspectivas civilizatórias e higienistas defendidas à época do Império, faz-se necessário também entender um pouco mais da moralidade do século 19, já que no Oitocentos os conceitos de moral e civilização sempre estiveram juntos, sendo complementares. Essa moralidade também esteve presente nas práticas exercidas nas instituições educacionais do século 19, por isso acreditamos ser importante falarmos um pouco sobre a moralidade na sociedade imperial brasileira e a grande influência da religião na sua construção. Isso nos ajudará a compreender melhor o surgimento das instituições assistenciais, muitas delas oportunas para encobrir a desonra e salvaguardar os casamentos.

Segundo Castanha (s/d, p.21), ser moral ao fim do Oitocentos “era ser ordeiro, respeitar a hierarquia, aceitar a autoridade, saber qual era seu espaço na sociedade, e, além disso, ser católico”. Essa era a moralidade desejada, ao contrário da moral do povo, classificada como deteriorada, e interpretada como um problema de ordem social. Diante disso, o Estado assume o papel de garantir paz e saúde (funcionamento adequado) ao corpo social, mesmo que para isso tivesse que intervir nas famílias. O principal objetivo dessa intervenção, tanto na esfera pessoal quanto na individual, era alcançar os que transgrediam a ordem social tão estimada e discipliná-los, difundindo os ideais e valores burgueses que se acreditava serem os melhores (superiores). Os valores presentes no cotidiano dos mais pobres causavam profunda rejeição à elite que considerava que essas pessoas viviam de forma desregrada e imoral. Acerca desse tema Marques (2000, p.40) afirma que

[...] já em meados do século XIX [...] a condição infeliz dos membros das classes populares era ou a causa ou o resultado de um espírito viciado, de uma vida imoral, desordenada, liberta de toda irregularidade. Na péssima impressão que estas pessoas causavam às elites, culpava-se menos a imoralidade atribuída a certos

comportamentos e muito mais o sentido desregrado e anárquico que aparentavam imprimir às próprias existências.

Essa visão também foi compartilhada por muitos dos viajantes que passaram por aqui no século 19 e descreveram os mais pobres como “pessoas sem iniciativa, que esperavam que o governo resolvesse seus problemas” (CASTANHA, S/D, p.7). Por isso, aqueles que não se adequavam às regras sociais eram retirados do centro e da vista de todos, ou seja, colocados à margem. Entendia-se que esta população agia por pura rebeldia, o que não podia ser admitido em hipótese alguma numa nação civilizada.

A moral da sociedade imperial tinha a monarquia e a família como dois importantes fundamentos. Valores como casamento, virgindade, fidelidade e maternidade eram, inclusive, sagrados, e fundamentais para a sustentação do governo. No entanto, todos esses preceitos morais escondiam uma sociedade com muitas mazelas. Isso fica bem claro no texto de Alessandra El Far (2007), que analisa a produção literária erótica no Segundo Império e nos primeiros anos da República através das obras de cunho sexual conhecidas como romances para homens. Em artigo fruto das pesquisas de pós-doutoramento, ela defende que, à margem de uma moral extremamente rígida que regulava a vida pública e privada das pessoas, esse tipo de literatura servia de válvula de escape para os rígidos padrões sociais e sexuais. Além do que, foi também veículo de críticas sociais, mas, acima de tudo, foi um meio de exposição das ideias da época, discutindo inclusive temas considerados polêmicos.

Os higienistas, na tentativa de tornar o corpo social perfeitamente saudável e ajustado, utilizaram-se também das histórias contadas nos livros para comprovar suas teses através da crítica aos textos. Não raro os casos extraconjugais e as orgias sexuais presentes nessas publicações, eram citados em artigos jornalísticos para exemplificar a degradação que a sociedade contemporânea se encontrava, ao que se aproveitava também para empreender um discurso apologético das instituições consideradas superiores, como o casamento harmônico e duradouro, em contraste com o gozo egoísta e solitário das mulheres e do celibato e pederastia dos homens (EL FAR, 2007, p.300).

Nesses romances podemos encontrar uma visão dos pobres e dos miscigenados, que, de acordo com os intelectuais da época, apareciam como inferiores e mais dados aos vícios. Um exemplo disso é que, quando os comportamentos considerados

inadequados eram apresentados por pessoas brancas e/ou ricas, existia a crença de que poderiam ser superados se tratados adequadamente. Mas, quando esses mesmos comportamentos eram manifestados por pessoas da classe mais pobre (negros e mestiços, principalmente), considerava-se natural e até mesmo normal para essas pessoas (Ibid., p.306).

A questão da moral na sociedade imperial brasileira também pode ser percebida numa breve leitura do Código Criminal, promulgado em 1830, mas que permaneceu em vigor durante todo o Império, sofrendo apenas algumas alterações. Nele fica claro que o Governo imperial via a instituição familiar como digna de ser protegida. O homem, senhor absoluto da sua casa, tinha o direito e o dever de comandá-la com mão de ferro. No artigo 14, inciso 6º, é considerado crime justificável e, portanto, sem necessidade de punição, o mal causado ou resultante de castigo imposto por pais aos seus filhos, por senhores aos seus escravos e por mestres aos seus discípulos. No capítulo seguinte, a autoridade paterna é novamente exaltada, sendo um modelo de comando digno de respeito, sendo análoga a figura do Imperador. Desrespeitá-la era, inclusive, uma circunstância agravante como mostra o artigo 16 do Código Criminal:

Art. 16. São circunstancias agravantes:

1º Ter o delinquente commettido o crime de noite, ou em lugar ermo.

2º Ter o delinquente commettido o crime com veneno, incendio, ou inundação.

3º Ter o delinquente reincidido em delicto da mesma natureza.

4º Ter sido o delinquente impellido por um motivo reprovado, ou frivolo.

5º Ter o delinquente faltado ao respeito devido á idade do offendido, quando este fôr mais velho, tanto que possa ser seu pai.

6º Haver no delinquente superioridade em sexo, forças, ou armas, de maneira que o offendido não pudesse defender-se com probabilidade de repellir a offensa.

7º Haver no offendido a qualidade de ascendente, mestre, ou superior do delinquente, ou qualquer outra, que o constitua á respeito deste em razão de pai.

9º Ter o delinquente procedido com fraude.

10. Ter o delinquente commettido o crime com abuso da confiança nelle posta.

11. Ter o delinquente commettido o crime por paga, ou esperança de alguma recompensa.

12. Ter precedido ao crime a emboscada, por ter o delinquente esperado o offendido em um, ou diversos lugares.

13. Ter havido arrombamento para a perpetração do crime.

14. Ter havido entrada, ou tentativa para entrar em casa do offendido com intento de commetter o crime.

15. Ter sido o crime commettido com surpresa.

16. Ter o delinquente, quando commetteu o crime, usado de disfarce para não ser conhecido.
 17. Ter precedido ajuste entre dous ou mais individuos para o fim de commetter-se o crime (BRASIL, 1830, Grifos nossos).

Como podemos constatar, os incisos 5º e 7º são colocados em pé de igualdade com os demais, que poderiam se configurar em circunstâncias mais graves. Outro argumento que corrobora com nossa exposição é o de que os crimes de estupro praticados contra mulheres não são passíveis de pena se o ofensor se dispuser a casar com sua vítima (artigos 219 e 225).

- Art. 219. Deflorar mulher virgem, menor de dezasete annos.
 Penas - de desterro para fóra da comarca, em que residir a deflorada, por um a tres annos, e de dotar a esta. Seguindo-se o casamento, não terão lugar as penas. (...)
 Art. 224. Seduzir mulher honesta, menor dezasete annos, e ter com ella copula carnal.
 Penas - de desterro para fóra da comarca, em que residir a seduzida, por um a tres annos, e de dotar a esta.
 Art. 225. **Não haverão as penas dos tres artigos antecedentes os réos, que casarem com as offendidas.** (Ibid., Grifo nosso).

Em caso de punição a uma agressão sexual, a lei também previa diferenças de acordo com a ocupação social da vítima, como mostra o artigo 222:

- Art. 222. Ter copula carnal por meio de violencia, ou ameaças, com qualquer mulher honesta.
 Penas - de prisão por tres a doze annos, e de dotar a offendida.
 Se a violentada fôr prostituta.
 Penas - de prisão por um mez a dous annos (BRASIL, 1830).

Durante o Império, a presença da Igreja Católica ainda era muito significativa. Apesar dos constantes conflitos entre os poderes estatal e espiritual, Igreja e Império mantiveram uma relação de cooperação, especialmente durante o governo de D. Pedro II. Isso se deveu, principalmente, ao papel que a Igreja assumia na construção da nação brasileira, que se forjara desde a independência do Brasil. Neves, em artigo intitulado *Estado e Igreja: cumplicidades e tensões do catolicismo no Pará do final do século XIX*, afirma que “à igreja cabia a condição de sentinela de mentes e corações, debulhando os novos sentidos suscitados pela revolução burguesa expressos na separação entre Estado e Igreja” (NEVES, 2006, p.91), transformando muitas vezes a escola em “espaço de culto e devoção” (GOUVÊA; JINZENJI, 2006, p.126). O objetivo era o de promover um consenso na sociedade brasileira do século 19, sendo, portanto, a

Igreja Católica, uma excelente aliada no processo de reprodução institucional, assim como das representações do regime da época. Também por isso, muitas vezes, a Igreja acabou assumindo as funções relativas à educação do povo brasileiro que se queria formar (ALMEIDA, 2000 [1889]). O principal retorno almejado pelos presidentes provinciais quando se tratava da educação repassada pelos clérigos era

[...] combater o espírito da floresta, que estava sempre disposto a enredar as almas para o caminho da **lassidão, da preguiça e das crenças populares**, deveria ser combatida com a moralidade a ser inculcada pela prédicas do pároco e pelo seu exemplo de vida ilibada e proba (NEVES, 2006, p.107, Grifo nosso).

Para isso a Igreja também foi recompensada, pois financeiramente obtinha a subvenção do Governo Imperial. Exemplo disso é que o salário dos padres era de responsabilidade das províncias. E o Estado não investia apenas quando solicitado. Se a religião católica era a religião oficial do Império, que se autodenominava um Estado moderno e avançado, essa religião merecia certos cuidados que garantissem a construção dessas representações pela população. Por isso muitas vezes o governo atendeu às demandas da Igreja, renovando, assim, um pacto de mútua assistência.

Mas o dinheiro não era a única motivação para a existência da relação entre ambos. Outra razão que sustentava a adesão da igreja à causa do Império era sua intensa preocupação de combater o secularismo, fruto, principalmente, da revolução burguesa. Seu objetivo era o de preservar o lugar sagrado da religião e legitimar a Igreja como parceira do Estado na condução das almas e cidadãos (Ibid., p.116). Por outro lado, ao Estado agradava a relação com a Igreja, porque ela exercia a função de controlar a moral e os bons costumes dos provincianos, que, entre outras coisas, previa a fidelidade. Ou seja, além de controlada pelos ideais do movimento higienista e seus desejos civilizatórios, a população vivenciava também a disciplinarização imposta pela Igreja e seus dogmas.

3.2 A propagação do ideário civilizatório: educação e escolarização no Império Brasileiro

O doutor José Ricardo Pires de Almeida era um homem do seu tempo. Como ele mesmo se classifica, é daqueles “que amam a Pátria, com um amor ardente e esclarecido” (ALMEIDA, 2000 [1889], p.143). Monarquista, nacionalista, médico com atuação na área da saúde, higiene e planejamento urbano, era, acima de tudo, um político conservador, que acreditava que a educação poderia trazer ao Brasil o desenvolvimento e a grandeza que a jovem nação merecia, ao combater a ignorância. Para esse médico higienista, a educação era a solução para todos os males reais e imaginários da nação (NUNES, 1995).

Para expressar a importância que dava à educação, o Dr. Pires de Almeida escreveu um livro de 1.102 páginas, publicado em 1889: *Instrução pública no Brasil (1500-1898)*, escrito originalmente em Francês (*L’Instruction Publique au Brésil – Histoire – Legislation*), tendo como objetivo principal divulgar os avanços da instrução pública no Império brasileiro. Essa obra, destinada aos leitores europeus, foi a primeira história sistematizada da educação brasileira, e tinha como objetivo “oferecer uma imagem da educação brasileira nos congressos pedagógicos internacionais, freqüentes no final do século XIX” (Ibid., p.53).

Nesse livro ele faz a análise das leis relativas à instrução pública promulgadas no Brasil imperial, considerando que elas produziram grandes avanços nessa área e impactaram a educação nesse período. Ele chegou a equiparar o Brasil a grandes países europeus, afirmando que no final do século 18, o Brasil já figurava dentre os países sulamericanos

[...] aquele que maiores provas deu de amor ao progresso e à perseverança na trilha da civilização. O novel império assimilou o que há de mais completo nas nações avançadas da Europa, adaptando ao seu gênio nacional. E, se nos é permitido comparar com as nações sul-americanas, colocaremos, depois do Brasil, o Chile e o Peru como países que mais fizeram pela instrução pública. No Chile, por exemplo, a literatura nacional tornou-se notabilíssima com publicações periódicas nos mais diversos campos do saber humano (ALMEIDA, 2000 [1889], p.17).

A opção de Pires de Almeida em utilizar a variada legislação imperial acerca da instrução pública, quase sempre na perspectiva de exaltá-la, demonstrou claramente a ênfase que queria dar ao governo do Império, apesar das diversas dificuldades e oposições. As ligações de Almeida com a família imperial fazem com que ele descreva o Imperador do Brasil, D. Pedro I, como um homem de grandes virtudes, modesto, caridoso, modelo de pai, portanto, apreciado por todos por seu pensamento puro, elevado e, principalmente, ilustrado, que “fez o Brasil entrar no concerto das nações civilizadas” (Ibid., p.207).

Apesar de toda essa parcialidade, sua obra ainda é de grande importância para os pesquisadores, pois vem se consolidando como uma literatura básica na discussão da instrução pública no período imperial a partir da visão legal e da análise que o autor faz da repercussão de algumas leis aplicadas nessa área. Com a sua leitura, é possível observarmos a construção da ordem que possibilitou o aparecimento de um sistema educacional brasileiro, bem como as condições para a sua devida instauração.

Pires de Almeida apresenta a Escola imperial como o espaço no qual a criança aprenderia o que era indispensável saber, qual ofício deveria exercer; aprenderia também a ler, escrever e contar (ALMEIDA, 2000 [1889]), ou seja, ele acreditava, assim como outros intelectuais da época, que a instrução era um meio de civilizar a população “possibilitando a sua submissão às leis e à almejada ordem, contribuindo para o fortalecimento do Estado imperial” (GOUVÊA; JINZENJI, 2006, p.116).

Na perspectiva de construção da nação brasileira, o Movimento Higienista considerou a educação como elemento de suma importância, pois ela exerceria “a função de preparar o homem para habitar o espaço urbano e lidar com as determinações com que se defrontava” (RESENDE; GONÇALVES NETO, 2009, p.367), criando assim “uma sociedade harmônica, na qual os futuros cidadãos saberiam claramente identificar os seus lugares” (CASTANHA, s/d, p.19). Quanto à escola, José Gonçalves Gondra afirma que ao higienismo cabia a “produção de um sujeito sadio e, por extensão, de uma sociedade curada/higienizada; em outras palavras, de **uma sociedade regenerada** por intermédio da organização escolar, assim inventada pelos médicos” (GONDRA, 2004, p.479, Grifo nosso).

Cabia ao higienismo a responsabilidade de inserir nas crianças os bons costumes e os comportamentos socialmente adequados, com vistas a uma formação religiosa, política e moral dos alunos, “disciplinando e preparando-os para desempenhar um certo papel social, bem como ocupar os espaços gerados a partir das novas relações de trabalho que estavam se concretizando” (Op. cit., p.16). Isso é confirmado por Edivaldo Góis Júnior ao esclarecer que, para os higienistas, a educação proporcionaria a formação de “uma cultura brasileira e um povo mais saudável, com melhores condições de vida” (GÓIS JÚNIOR, 2002, p.48). Gondra desenvolve essa noção e resume de forma primorosa as expectativas para o papel da educação nessa perspectiva higienista civilizatória, em que o ato de educar

[...] passava a exigir a invenção de uma nova organização a ser instalada em obediência aos imperativos dessa nova sociedade que se queria fundar; para a qual a escola deveria concorrer favorecendo o estabelecimento de um processo de formação de longo prazo, durante o qual os indivíduos fossem educados pelas (e para) as práticas desse mundo fabricado pela razão ilustrada e que se constituísse em uma experiência útil à nova ordem (GONDRA, 2003, p.526-527).

Como podemos constatar a partir da citação acima, além das expectativas criadas pelo Movimento Higienista, a escola também teve utilidade quando passou a ser compreendida como elemento necessário ao processo civilizador do povo brasileiro, constituindo-se “como apoio indispensável ao exercício do poder por parte do Estado” (Ibid., p.525). À educação cabia transformar o Brasil, que deixaria de ser formado por um povo turbulento (lembramos que nessa época as revoltas regenciais ainda estavam muito vivas nas mentes dos governantes), e passaria a ser constituído “um povo pacífico, perigoso apenas para os inimigos” (VEIGA, 2002, p.96). Na escola o povo “aprenderia os novos hábitos higiênicos indicados pelos cientistas” e também desenvolveria o tão esperado “sentimento comum de nacionalidade” (GÓIS JÚNIOR, 2002, p.48). Portanto, a escola se tornaria a principal agente civilizadora do povo brasileiro com vistas à edificação de uma nova sociedade: ela seria “como o caminho para se atingir a civilidade, o desenvolvimento e o progresso” (RESENDE; GONÇALVES NETO, 2009, p.369), além de “aprimorar a dignidade moral do indivíduo” (ALMEIDA, 2000 [1889], p.156). Gondra (2003, p.530) afirma que os higienistas consideravam-na “o elixir responsável pela instalação da nova era” e Castanha (s/d, p.15), em seu artigo *Pedagogia da Moralidade: a ordem civilizatória*

imperial, diz que a escola “serviu de ligação entre teoria e prática, dentro do projeto conservador para a sociedade brasileira do século XIX”, fazendo dela o *locus* privilegiado para formar e

[...] apresentar à sociedade, mulheres e homens **disciplinados para a ordem e o trabalho**, para poderem trabalhar por longos períodos sem reclamar; que teriam saúde e higiene, sem ficarem adoentados, com asseio pessoal próprio e para com as ferramentas e o maquinário também; e assim refletirem todos esses cuidados com alta produtividade (CARDOZO, 2009, Grifo nosso).

Como vemos, caberia à educação, portanto, propagar padrões de comportamento mais reservados e disciplinados, atuando sobre os focos de desordem, sobre o universo da pobreza e da moral. Ela estava fundamentada “no poder redentor da razão científica, bem como no de seus representantes, instituições e estratégias de ação” (GONDRA, 2003, p.521). Instruindo e civilizando promover-se-ia a coesão social almejada (VEIGA, 2008).

Ainda falando da escola nas décadas finais do Brasil imperial, Cabral e Sousa (2004, p.76) afirmam que

A partir da segunda metade do século XIX, a preocupação com a formação educacional das crianças é tema de particular interesse do imperador D. Pedro II, e são promulgadas leis que tratam do ensino primário e secundário, além de decretos que estabeleciam a obrigatoriedade do ensino a todos os meninos maiores de sete anos.

Tal preocupação é ratificada por Veiga (2008, p.502) quando afirma que, “na vigência da monarquia imperial, houve um crescente apelo para a necessidade de instruir e civilizar o povo”, pois à medida que a escolarização fosse ampliada

[...] o povo poderia adquirir **virtudes valorizadas** na época, cuidaria melhor de si mesmo e educaria melhor seus filhos, preparando-se para o trabalho moderno e possibilitando ao Brasil um maior desenvolvimento (GÓIS JÚNIOR, 2002, p.48, Grifo nosso).

Por isso, solicitações para se “elevar a situação moral dos brasileiros apresentaram-se como fator importante de elaboração da nova condição de cidadãos de direitos e deveres” (VEIGA, 2008, p.504). Toda essa preocupação com a construção da nação brasileira fez com que os setores sociais se manifestassem. Por isso,

[...] ao longo do século XIX, diversos setores da sociedade imperial se reuniram em agremiações privadas, leigas e religiosas para organizar modos de intervenção visando à constituição de escolas primárias e profissionais, cursos noturnos para trabalhadores, asilos e educandários para a infância pobre (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.79).

Levando-se em conta o que já foi dito até aqui, precisamos pensar qual o conceito de civilização praticado àquela época. Para André Castanha (s/d, p.12), civilização é o ponto de chegada quando já se superou a barbárie e a selvageria, características mais contundentes de um estado de desordem. Segundo esse autor, seria civilizada a nação que conseguisse contribuir “para a construção de uma sociedade ordenada e hierarquizada, onde os indivíduos saberiam quais eram os espaços que poderiam e deveriam ocupar” (CASTANHA, s/d, p.17). Gondra e Schueler apresentam de forma mais clara a perspectiva exposta. Eles afirmam que civilização é

[...] o autocontrole e a introjeção de determinados hábitos e normas de conduta, de formas de comer, vestir, morar, conversar, amar e sentir, passou também a expressar os níveis de desenvolvimento artístico, teológico, econômico e científico da humanidade, numa perspectiva claramente etnocêntrica, que conferia superioridade à civilização ocidental européia (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.69).

Cynthia Greive Veiga, em artigo publicado na Revista Brasileira de Educação, com o título *A escolarização como projeto de civilização*, dá uma importante contribuição para a compreensão desse raciocínio, sintetizando o significado de civilização como sendo “um padrão universal de moralidade e costumes” (VEIGA, 2002, p.96). Portanto, a civilidade, que é o atributo que a escola buscará incutir no cidadão para fazê-lo civilizado, deve ser “entendida como o controle de emoções e formação disciplinada como um todo” (Ibid., p.95). É preciso deixar claro que o discurso higiênico civilizador não era destinado a todos os brasileiros, mas somente àqueles que no entendimento das elites governantes precisavam dele, ou seja, as pessoas mais pobres. Essa ideia fixa de instruir (civilizar) toda a população estendia-se, inclusive, aos moradores de rua, pois, quando o Asilo da Mendicância foi reinaugurado na Corte, seus regulamentos já previam que

[...] o **mendigo** encontrado na rua ou que se apresentasse espontaneamente ao Asilo, fosse obrigado, no caso de ignorância, a aprender a ler ou, no caso contrário, dedicar-se a uma **ocupação útil**, em relação às suas forças e sua inteligência (Ibid., p.142, Grifos nossos).

Além da criação dos asilos de mendicância, como vimos acima, o Império também criou os asilos para meninos e meninas desvalidos, nos quais os pressupostos do higienismo e as práticas disciplinadoras se fizeram mais presentes que em quaisquer outros lugares. Seu próprio surgimento vem no sentido de atender a uma camada da população que precisava ser disciplinada, sob pena de perder-se o controle sobre a condução do Império brasileiro. Segundo Felipe Narita, isso explica o porquê, de o século 19 ter assistido

[...] a um significativo grau de especialização institucional para o recolhimento e trato dos desvalidos das grandes cidades: [...] por meio de obras de caridade, dos asilos ou dos institutos, os cidadãos passaram a ser institucionalizados e devidamente encaixados em perfis sociais para os quais se buscava uma política de inserção e acomodação na ordem imperial (NARITA, 2009, p.2).

1. As experiências de atendimento às crianças desvalidas no Brasil

Crianças vivendo em condições precárias foram uma constante na história da humanidade, embora muitas vezes não tenham sido percebidas. Também no Brasil existiram crianças sem valor e sem proteção de ninguém, órfãs, abandonadas, enjeitadas, expostas (NASCIMENTO, 2007, p.70), negligenciadas, maltratadas, delinquentes, deserdadas da sorte ou da fortuna, desditosas ou simplesmente infelizes (ARANTES, 2009, p.176), ou seja, crianças marginalizadas, suscetíveis aos reveses políticos e sociais.

Independente de como foram chamadas, quase sempre essas crianças foram marcadas pelo estigma da ilegitimidade, característica importante da natalidade brasileira presente “em praticamente todas as áreas e em todos os tempos” (MARCÍLIO, 2003, p.73). Os ilegítimos ou bastardos não se restringiam a um grupo específico de pessoas ou a uma determinada classe social, mas compreendiam

realidades bem diversificadas, e eram frutos de relações não menos complexas. Nascimento (2007, p.69) afirma que as crianças ilegítimas eram

[...] oriundas de uma extensa multiplicidade de contatos fortuitos, por vezes perigosos, proibidos, clandestinos ou tidos como imorais, ou de relações permanentes abençoadas pela Igreja e amparadas pela lei –, que resultam ser legítimas, bastardas ou ilegítimas, inscritas na condição fundamental de livres ou escravas, brancas ou mestiças, ricas ou pobres, todas elas, entretanto, assemelhadas entre si por terem sido enjeitadas ou expostas.

Thaís Nívia Lima e Fonseca em artigo sobre a instrução pública em Minas Gerais, também aborda a questão das crianças ilegítimas ao fazer uma relação entre a instrução pública mineira e as práticas assistencialistas da época. Ela relata que, naquela província,

A falta de mulheres brancas agravava o quadro e proliferavam, mais do que desejariam as autoridades, os nascimentos ilegítimos, a exposição de crianças, o número de órfãos pobres. Como acontecia no Reino, também na América essa era questão de relevo, e urgia fazer com que se cumprisse a legislação em relação aos órfãos e expostos, procurando garantir sua educação e instrução, além dos assuntos referentes às heranças e direitos sobre bens e pessoas (FONSECA, 2008, p.540).

A ilegitimidade, contudo, não foi privilégio de uma região ou província, mas esteve presente em todo o território brasileiro e milhares de crianças foram destinadas à marginalidade por conta dessa condição. Em pesquisa que fundamentou sua tese de doutorado, Maria Adenir Peraro discorre acerca da ilegitimidade na Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, Mato Grosso. A pesquisadora afirma que “As crianças ilegítimas e abandonadas constituíram-se, ao longo dos séculos, em fenômeno característico da sociedade brasileira” (PERARO, 1999, p.58)¹⁴. Talvez, por isso, essa infância tenha sido alvo de grande interesse social, acadêmico e técnico.

De acordo com Rizzini e Pilotti (2009, p.15), por conta desse interesse, muitas iniciativas foram tomadas, como a criação de instituições e a promulgação de leis

¹⁴ Para maiores dados e reflexões acerca dos filhos ilegítimos no Brasil do Segundo Reinado cf. PERARO, Maria Adenir. **Bastardos do império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX**. São Paulo: Contexto, 2001. Este livro é uma adaptação da Tese de Doutorado da pesquisadora.

especiais visando a esse atendimento. Segundo eles, cada iniciativa tinha um objetivo específico e este estava profundamente atrelado ao momento histórico vivido, como podemos ver no trecho abaixo, quando dissertam sobre a história da assistência à criança no Brasil durante o período colonial que, segundo esses autores,

[...] seguia determinações de Portugal, aplicadas por meio da burocracia, dos representantes da Corte e da Igreja Católica. Igreja e Estado andavam juntos. O Evangelho, a espada e a cultura européia estavam lado a lado no processo de colonização e catequização implantado no Brasil. Ao cuidar das crianças índias, os jesuítas visavam tirá-las do paganismo e discipliná-las, inculcando-lhes normas e costumes cristãos, como o casamento monogâmico, a confissão dos pecados e o medo do inferno (RIZZINI; PILOTTI, 2009, p.17).

Marcílio, discorrendo acerca desse tema, estabelece uma periodização histórica para caracterizar a evolução da assistência à infância desvalida e marginalizada no Brasil que acreditamos ser útil para situar nosso estudo. De acordo com a pesquisadora:

A primeira fase, de caráter *caritativo*, estende-se até meados do século XIX. A segunda fase – embora mantendo setores e aspectos caritativos – evoluiu para o novo caráter *filantrópico*, e está presente, a rigor, até a década de 1960 (MARCILIO, 2006, p.132)¹⁵.

Em tese de doutorado intitulada *Infância, educação e direitos sociais: “Asilo de Órfãos” (1870-1960)*, Ana Maria Melo Negrão se propõe a fazer breves incursões históricas acerca das crianças desvalidas no Brasil e confirma a informação supracitada, pois diz que o atendimento destinado a essas crianças apresentou fases distintas quando consideradas todas as iniciativas desde o descobrimento em 1500. Mas ressalva que quase sempre esse atendimento foi marcado pelo “espírito de compaixão” (NEGRÃO, 2002, p.32) que

[...] mesclado ao sentimento de caridade levou a programas de assistencialismo e posteriormente de filantropia à criança desvalida, confinada em instituições fechadas, com destaque na formação profissional, para que se isolassem os problemas advindos dos que viviam desprotegidos, no sentido de que não cometessem atos que pudessem pôr em risco a sociedade circundante (Ibid., p.49).

¹⁵ Segundo a autora supracitada, existe ainda a terceira e última fase do Estado do Bem-Estar social que se inicia por volta de 1960, mas não trataremos deste aqui, já que sua compreensão não é necessária para este estudo.

Como podemos ler acima, para essas autoras, apesar da diversidade de propostas, algumas características foram comuns às duas fases: o espaço de atendimento como instituição total, a crescente influência da Igreja, os fundamentos com base no eugenismo e higienismo. O atendimento assumia, assim, “dimensões catequizadora, assistencialista e filantrópica, nas quais a criança, desprovida de quaisquer direitos enquanto sujeito, configurava-se como objeto de caridade” (Ibid., p.33).

Um desses espaços criados para o atendimento às crianças enjeitadas foram as Rodas de Expostos, que, mais tarde, anexaram-se às Santas Casas de Misericórdia. Segundo Marcílio (2003, p.54), durante a colonização as três cidades mais importantes da Colônia Americana receberam rodas de expostos: Salvador (1726), a primeira; Rio de Janeiro (1738), a segunda; Recife (1789), a terceira.

A marca central desses estabelecimentos era “o sentimento da fraternidade humana, de conteúdo paternalista, sem pretensão a mudanças sociais” (MARCILIO, 2006, p.134). De inspiração religiosa, tinham caráter missionário e suas formas de ação privilegiavam a caridade e a beneficência, ou seja, eram instituições cujas práticas se dividiam entre o amor a Deus e o amor aos homens (amor próprio e amor ao próximo). Este amor ao próximo, segundo Lage (2009), estava presente nas ações junto aos necessitados, doentes, abandonados, órfãos e idosos.

O objetivo principal era o acolhimento e a criação de crianças expostas, evitando ou minimizando o infanticídio (NASCIMENTO, 2007), e a garantia do anonimato do expositor, além de evitar o aborto. Tal prática servia também para “esconder a origem da criança” (RIZZINI; PILOTTI, 2009, p.19), já que eram filhos nascidos fora do casamento, não aceitos e, com frequência, fadados ao abandono. O anonimato dos pais também servia para “defender a honra das famílias cujas filhas teriam engravidado fora do casamento” (MARCÍLIO, 2003, p. 74). As Rodas também funcionavam como uma alternativa para se ocultar as relações sexuais e amorosas ilegítimas presentes no cotidiano do Brasil antes e depois da independência. Segundo Arantes, a partir de sua criação, a Roda começou a receber um número maior de crianças a cada dia. Ela também aponta algumas motivações que levavam os pais a deixarem seus filhos na Roda:

[...] para que os senhores pudessem alugar as escravas como amas-de-leite; [...] para evitar o ônus da criação de filhos das escravas, em idade ainda não produtiva; pela esperança que tinham as escravas de que seus filhos se tornassem livres, entregando-os à Roda; ou apenas para que os recém-nascidos tivessem um enterro digno, já que muitos eram expostos mortos ou adoecidos (ARANTES, 2009, p.178).

Ao longo do século seguinte, as Rodas de Expostos foram sendo gradativamente implantadas em outras províncias do Brasil. Sua implantação foi ampliada a ponto de se tornar de grande relevância social e existir por quase duzentos anos. Segundo Marcílio (2003, p.53), a Roda foi por todo este tempo “praticamente a única instituição de assistência à criança abandonada em todo o Brasil”. A respeito disso, Renato Pinto Venâncio afirma que em determinado momento o abandono das crianças pelos pais nas Rodas de Expostos constituiu-se na única forma das famílias pobres conseguirem apoio público para a criação de seus filhos (1999).

Embora coubesse às municipalidades a responsabilidade pelo atendimento às crianças abandonadas, elas frequentemente eximiam-se dessa obrigação, alegando a falta de recursos para tal empreitada. Por trás disso estava a concepção de que a exposição de crianças naquele momento não era um problema de ordem pública. Contribuiu para essa representação das municipalidades o sentido do assistencialismo de então, vinculado à ideia de caridade cristã, que se ligava à prática humanitária inscrita no mundo dos costumes, apoiada na caridade familiar e individual (NASCIMENTO, 2007). De acordo com Marcílio (2003, p.62), a relutância das Câmaras era tamanha que

Conseguiram estas fazer passar a lei de 1828, chamada Lei dos Municípios, por onde se abria uma brecha para eximir algumas câmaras dessa pesada e incômoda obrigação. Em toda a cidade onde houvesse uma Misericórdia, a Câmara poderia usar de seus serviços para a instalação da roda e assistência aos enjeitados que recebesse.

A principal consequência da resistência das Câmaras em assumir financeiramente as crianças desvalidas foi a assistência aos enjeitados pelas famílias, pelas irmandades de caridade e confrarias laicas (NASCIMENTO, 2007), o que era inclusive incentivado. A ação das irmandades tornava-se, então, uma extensão das ações governamentais, assumindo uma grande relevância social, principalmente a partir da construção de

[...] templos, catedrais, seminários, **instituições de ensino**, obras de misericórdia para as classes menos favorecidas, **asilos para órfãos desamparados**, escolas agrícolas e **profissionalizantes para órfãos** e imigrantes, institutos para meninos cegos, hospitais (NEGRÃO, 2002, p.40, Grifos nossos).

A Igreja Católica também contribuiu com o Estado nesse sentido, pois, dentre “as práticas que regiam a conduta dos cristãos católicos estavam as obras caritativas” (NASCIMENTO, 2007, p.72), consideradas vitais à prática social cristã, permitindo maior visibilidade da fé piedosa na sociedade.

Nesse sentido, acolher e criar um enjeitado, além de buscar o favor de Deus para quem acolhia, atendia amplamente ao dispositivo caritativo: desinvestiam-se as práticas infanticidas e abortivas, dando-se uma alternativa às mães; cuidava-se do corpo da criança com alimento, cuidava-se da alma do inocente providenciando o batismo; favorecia-se, para alcançar a tão almejada salvação, a alma de quem praticava as boas ações; e, acessoriamente, contribuía-se com o Estado português com mais braços para a economia e para a guerra, em se tratando dos meninos, e para a procriação e a constituição de famílias ordeiras, no caso das meninas (Ibid., p.73).

Em contrapartida, essa dependência da iniciativa particular fazia muitas vezes com que os espaços de acolhida tivessem que contar com a caridade pública. Não foram raros os casos em que

Homens proprietários, preocupados com a salvação de suas almas, deixavam em seus testamentos legados e esmolas para as Misericórdias, muitos designando-os expressamente para a ajuda na criação dos expostos, ou para prover dotes às mocinhas desamparadas da casa dos expostos (MARCÍLIO, 2003, p.67).

Na Província do Pará também temos exemplos de instituições de caridade que contaram com a “generosidade” pública. Um caso é o do português José Maria de Andrade, que, depois de falecido, nomeou o presidente paraense seu testamenteiro, “legando a sua fortuna de cerca de seis contos de réis fortes, salvos alguns pequenos legados, ao estabelecimento de educandas d’esta província” (RPPA¹⁶, 1886, p.57). Além deste, temos em outros relatórios mais manifestações da caridade popular, como em 1873, quando o Colégio do Amparo recebeu “a generosa esmola de 6:000\$000 com que na sua recente passagem para a corte, se dignou o exm. Sr. barão de Mauá

¹⁶ RPPA: Relatório do Presidente da Província do Pará.

beneficiar este collegio” (RPPA, 1873, p.17). Marcílio (2003, p.71) também relata que muitas famílias viam no ato de acolher as crianças enjeitadas “um dever cristão, uma forma de praticar a caridade” e, por isso, o praticavam. Dessa forma

As crianças que eram encontradas e que não recebiam a proteção devida pela Câmara ou pela roda dos expostos acabavam sendo acolhidas em famílias que as criavam por dever de caridade e por compaixão (MARCILIO, 2003, p.70).

A partir da segunda metade do Oitocentos, o modelo de atendimento das Rodas de Expostos começa a ser questionado e dá-se início ao seu processo de declínio. Isso acontece porque, segundo Venâncio (1999), as próprias reformas que foram pensadas para melhorar o atendimento oferecido acabaram fracassando. Outras instituições que ofereciam novas alternativas para o acolhimento das crianças enjeitadas começaram a nascer. Segundo Arantes (2009, p.180), é nesse momento que

a criança pobre deixa de ser objeto apenas da caridade e passa a ser objeto de políticas públicas [pois, antes disso,] durante três séculos e meio, as iniciativas em relação à infância pobre no Brasil foram quase todas de caráter religioso.

Uma das motivações que levaram a um verdadeiro clamor social pelo fim das Rodas foi o alto índice de mortalidade nessas instituições e as explicações dadas pelos médicos e intelectuais higienistas que atribuíam esse fenômeno às condições insalubres desses estabelecimentos. Marcílio (2006) informa que o percentual de crianças que sobreviviam não era superior a 30% e dá, como exemplo, o caso da Roda de Expostos da Bahia, onde “a taxa de mortalidade desde meados do século XVIII até fins do XIX nunca foi inferior a 45%, mantendo-se quase sempre no nível de 60%” (MARCÍLIO, 2006, p.238). Tânia Maria da Silva Nunes (2007, p.19), em sua dissertação, apresenta um índice de mortalidade bem maior: “70% das crianças deixadas nas rodas”. Outros autores apresentam um percentual de morte mais alarmante: eles indicam que “90% das crianças morriam, por omissão ou falta de condições da própria Santa Casa ou por desinteresse da Corte” (FALEIROS; FALEIROS, 2007, p.20). Esses altos índices de mortalidade eram, muitas vezes, resultado da situação vivenciada pelas Rodas dos Expostos no Brasil, que “funcionavam precariamente, com pouca verba e na maioria dos casos em prédios improvisados, acanhados, insalubres, sem móveis, berços, água

encanada, esgoto, luz, ventilação” (MARCÍLIO, 2006, p.161). Marileide Santos, em artigo sobre a criança abandonada em Sabará, Minas Gerais, confirma esse dado a respeito da precariedade das Rodas de Expostos, descrevendo um quadro parecido, no qual

[...] a maior parte dessas instituições tanto em Minas quanto no restante do Brasil, passaram por penúrias para manter minimamente o atendimento básico. Nos relatórios dos presidentes da província mineira, o que se percebe são instituições que viviam numa eterna “corda bamba” tentando se equilibrar sobre finanças frágeis (SANTOS, 2006, p.604).

Outra importante razão que influenciou a defesa do fim das Rodas foi que, ao longo dos anos, as Santas Casas de Misericórdia e as Rodas de Expostos passaram a ser vistas como berços de raças inferiores, principalmente, após a Lei do Ventre Livre (1871). Analisando os dados coletados em suas pesquisas, Renato Venâncio afirma que

Se, no século XVIII, os enjeitados eram vistos como anjinhos que corriam o risco de falecer sem receber o sacramento batismal, no século seguinte, as mesmas crianças passaram a ser vistas como **produto de raças degeneradas, filhos de mestiços e negros** (VENÂNCIO, 1999, p.49-50, Grifo nosso).

Ou seja, se, inicialmente, predominavam as crianças brancas, posteriormente, passa a existir a predominância dos mestiços e negros, como lemos no texto abaixo:

[...] ao longo dos anos há uma tendência de diminuição das crianças brancas e aumento das de cor escura. A Casa dos Expostos passou a receber majoritariamente **crianças mestiças**. Essa mudança da cor das crianças que eram deixadas na Roda, associada à entrada e à difusão das teorias racistas no Brasil, durante a segunda metade do século XIX, mudará a percepção sobre os expostos e sobre o papel das instituições responsáveis pela sua assistência (NASCIMENTO, 2007, p.79, Grifo nosso).

Para complementar essa argumentação, recorreremos novamente a Venâncio, que atribui à promulgação da própria Lei do Ventre Livre (1871) a responsabilidade principal por esse pensamento, pois se

[Se] libertava os filhos das escravas também os transformava em **virtuais menores abandonados**, abrindo caminho para que os senhores os enjeitassem, tendo em vista a possibilidade de alugarem as respectivas mães negras como amas-de-leite. (Op. cit., p.169, Grifo nosso).

Como já vimos, a situação das Rodas de Expostos em todo o Brasil era muito complicada, pois os estabelecimentos que as tinham enfrentavam problemas de toda ordem, dentre os quais podemos citar:

[...] falta de saneamento básico, insalubridade, falta de conhecimento sobre as doenças contagiosas, falta de higiene, má alimentação das nutrizas, carência de cuidados médicos, ausência de vacinação e várias doenças, tais como: diarreia, febre amarela, febre palustre, congestão pulmonar, sarna, tuberculose, pneumonia, meningite, varíola, malária, sarampo, crupe, entre outras (NUNES, T., 2007, p.19-20).

As consequências das dificuldades enfrentadas quase sempre se manifestavam, como já expomos anteriormente, nos altos índices de mortalidade, continuamente debatidos nos discursos políticos que questionavam o montante de investimentos financeiros feitos em comparação aos resultados obtidos.

No entanto, o que realmente levou ao fim progressivo das Casas da Roda¹⁷ foram as mudanças de mentalidade (VENÂNCIO, 1999) a partir do surgimento de novas perspectivas para o modelo assistencial existente, que foi a cada dia “se tornando inadequado e incompatível com a mentalidade do século XIX” (RIZZINI, 2008, p.111). Essas mudanças, no entanto, não são novidades, pois sempre que “as sociedades cresceram e tornaram-se mais complexas, o ato de ajudar requereu algum avanço nesse sentido” (OLIVEIRA, 2005, p.19). Por isso, a segunda metade do século 19 é considerada o momento em que “a assistência social passa a tomar forma e a agregar suas principais características em praticamente todo o mundo civilizado” (Ibid.). Irene Rizzini (2008, p.24) complementa tal pensamento dizendo que a partir de então

[...] zelar pela criança corresponde a um gesto de humanidade descolado da religião; uma ação que transcende o âmbito das relações privadas da família e da caridade para significar a garantia da ordem e ou da **paz social** (Grifo da autora).

Isso aconteceria por meio do estabelecimento de uma concepção higienista e saneadora da sociedade, que atuaria sobre os focos da doença e da desordem, portanto,

¹⁷ A assistência às crianças enjeitadas e desvalidas através da Roda ainda persistiu durante todo o século 19 e metade do século seguinte, paralelamente à introdução de outros modelos de atendimento. O Brasil foi o último país a abolir as Rodas de Expostos, o que ocorreu em função das deliberações do Código de Menores de 1927, que determinava o seu fechamento. Segundo Gondra e Schueler (2008), no Brasil, as Rodas de Expostos só foram abolidas completamente na década de 1960.

sobre o universo da pobreza com o propósito de moralizá-lo (RIZZINI, 2009), eliminando, dessa forma, a terrível herança colonial composta pela africanidade, pela “desordem, a imundície, os modos de vida primitivos de grande parte de sua população” (QUIROGA, 2010, p.6). É justamente nessa conjuntura que “a ação filantrópica operava como instrumento de moralização e disciplinamento social com o ‘aval científico’, o qual imprimia legitimidade tanto ao discurso médico como ao discurso jurídico” (RANGEL, 2010, p.4). Isso é exatamente o que veremos no próximo ponto a ser desenvolvido.

Na Província do Pará, o atendimento aos expostos foi feito pelas Santas Casas de Misericórdias, não se tendo encontrado até o momento indícios de que tenha havido a Roda enquanto dispositivo institucionalizado como observado em outras províncias. Mas, com certeza, havia as crianças expostas, embora em menor número, já que essa prática não era muito comum entre as mulheres índias. Essas crianças ficavam sob os cuidados da Santa Casa, ou com amas de leite, até os sete anos de idade, quando então eram encaminhadas a outros espaços. Cesar Castro informa que a Casa de Educandos Artífices (1840) recebeu “os expostos com a idade mínima de sete anos” (CASTRO, 2007, p.68). Pelos relatórios dos presidentes da Província do Pará sabemos que algumas órfãs foram entregues aos cuidados das irmãs do Colégio Nossa Senhora do Amparo. No entanto, as fontes primárias ainda apresentam poucas informações acerca dessa temática.

3.3.1 A fase filantrópica: novas alternativas para a assistência às crianças desvalidas

Como vimos anteriormente, antes mesmo da independência do Brasil e nas primeiras décadas após esta, o conteúdo principal da legislação assistencial promulgada girava em torno de um interesse cristão de amparo aos órfãos e necessitados presentes na sociedade, prevalecendo o caráter religioso e caritativo. Através das alianças estabelecidas entre Igreja e Estado, motivados, sobretudo, pelo dever de salvação das almas, a assistência aos desamparados se constituiu. A respeito disso, Fonseca (2008, p.535) nos relata que o pacto firmado entre essas duas Instituições visava ao atendimento dos diversos interesses das duas, mas um desses interesses era comum a

ambas: o “de civilizar os povos por meio da difusão dos valores morais e religiosos, principalmente para as camadas mais baixas da população”.

A partir de meados do século 19, começam a se disseminar no Brasil as reflexões científico-filosóficas e ideológicas, debatidas principalmente nos campos médico e jurídico, que na Europa vinham se desenvolvendo desde o século anterior, causando alterações no pensamento ocidental. Essas ideias produziram um verdadeiro redirecionamento no foco de interesse da assistência social que, até então, era o da salvação da alma, deslocando-se para a salvação do corpo e da sociedade (RANGEL, 2010). Martins (2004, p.26) ratifica isso quando afirma “que o assistencialismo no Brasil, até o século XIX, configurava-se nas ações das instituições religiosas de cunho caritativo que carregavam uma dupla função: a piedade e a proteção da moral social”. Assim, as iniciativas antes motivadas pelos caritativos valores cristãos passam a ser empreendidas pelo Estado, que há algum tempo já pensava em alternativas.

A filantropia¹⁸ passa então a qualificar o socorro aos necessitados, que deixa de ser uma virtude cristã para ser uma virtude social; a generosidade passa a ser compreendida como um valor próprio do homem bem-nascido. A maior diferença entre os conceitos de filantropia e caridade é a motivação. A caridade, mais relacionada aos ideais cristãos de amor ao próximo, pede a renúncia da vaidade de quem a pratica; já a filantropia, ao contrário, tem no desejo da publicização do ato generoso cometido seu principal foco, pois é justamente essa divulgação que dará a visibilidade necessária à obra praticada, servindo de exemplo ou motivo de honraria. Outra diferença é que, até então, a Igreja havia praticado a assistência social muito mais que o Estado (OLIVEIRA, 2005, p.23), mas esse quadro começa a ser alterado, porque agora o governo assume uma postura mais atuante.

Como parte dessa nova postura governamental, sai a omissão – prática comumente usada pelas Câmaras Municipais para se isentar das ações de cunho social, como o sustento dos enjeitados e/ou expostos – e entra o Estado filantrópico, que parte do princípio de que se fazia necessário “proteger a infância como [de] defesa da própria sociedade” (RIZZINI, 2009, p.28). Essa mudança de mentalidade vivenciada no século

¹⁸ Sobre o tema cf.: NASCIMENTO, Denise Raimundo. **Fundação Atauilho de Paiva – Liga Brasileira Contra a Tuberculose: um século de luta.** Rio de Janeiro: Quadratim; 2002; MESTRINER, Maria Luiza. **Estado entre a filantropia e a assistência social.** São Paulo: Cortez editora, 2001.

19 estava fundamentada “em uma base racional de cunho positivista” (RANGEL, 2010, p.6) que questionava “a assistência fundada na caridade cristã, instituindo uma gestão filantrópica da assistência para responder às demandas impostas pelas profundas transformações políticas, econômicas e sociais” (Ibid.) que estavam ocorrendo naquele momento no mundo todo. Essa mudança teve grande aceitação no Brasil, fazendo com que uma parte da sociedade empreendesse uma verdadeira

[...] campanha para acabar com as rodas dos expostos, que então passaram a ser consideradas imorais e contra os interesses do Estado, cujo processo de industrialização e de desenvolvimento urbano, exigia uma nova fórmula de se resolver os problemas antigos. A roda dos expostos não combinava com a modernidade que começava a tomar conta do país. Os novos tempos exigiam outras formas de tratar a questão do menor abandonado, carente e infrator (NUNES, T., 2007, p.25-26).

Essa aceitação deu-se, principalmente, porque “o modelo vigente de assistência ao pobre, liderado pela igreja e baseado nos princípios de caridade, estava desgastado e caduco” (RIZZINI, 2009, p.90), favorecendo a mudança da assistência social de caráter caritativo para a de caráter filantrópico (MARCÍLIO, 2006). A filantropia, nesse momento, assume-se “como expressão do sentido moderno de humanitarismo” (Op. cit. p.92). Esse foi também um período em que “houve uma significativa alteração no sentido de laicização da estrutura assistencialista ao longo do século XIX no Brasil” (MARTINS, 2004, p.25). Rangel (2010, p.7), em artigo, explica que

a laicização é entendida como um esforço de desmontagem do processo de confessionalização, herdado da colonização portuguesa, o qual se fundava no uso dos mecanismos religiosos pelo poder político e pelas instituições sociais.

As práticas caridosas realizadas pela Igreja tinham como principal consequência a legitimação do seu poder e “a dimensão pedagógica e persuasiva do discurso religioso configurava-se como estratégia sutil e eficaz de dominação” (Ibidem). Por conta disso, Oliveira (2005, p.25) afirma que esse período é fortemente caracterizado pela “mescla do público com o privado, do confessional com o civil, com os beneficiados assumindo uma espécie de dívida moral pela ajuda recebida”, onde sobressaíam “o clientelismo e a troca de favores por lealdade ou vantagens” (OLIVEIRA, 2005, p.22).

Como podemos constatar, caridade e filantropia, embora possam ser entendidas superficialmente como sinônimos, são embasadas em modelos históricos completamente distintos, tendo em comum o “referirem-se à atuação de esferas privadas, no campo da assistência a grupos sociais mais pobres” (QUIROGA, 2010, p.7). Segundo escreve Rizzini, é a filantropia que entra “em cena para atender às demandas impostas pela instituição de uma nova ordem política, econômica e social” (RIZZINI, 2009, p.94), tendo como principal “missão produzir uma nova forma de intervenção no social, mais ampla e com pretensões de maior eficiência, do ponto de vista de uma disciplinarização da sociedade e seus segmentos mais fragilizados” (QUIROGA, 2010, p.7). Isso vem exatamente ao encontro das expectativas por “novos sistemas, a ampliação do assistencialismo e a substantivação de projetos renovadores” (MARCÍLIO, 2006, p.201), já que no século 19 “as intervenções públicas adquirem maior importância e significação” (OLIVEIRA, 2005, p.20).

Como em todo o mundo ocidental, no Brasil, os ventos também eram de mudança, momento em que “sentia-se estar finalmente fundando a nação” (RIZZINI, 2009, p.25). É no seio da sociedade imperial brasileira que começam

[...] a ser delineadas as primeiras mudanças na orientação de tais instituições, que conduziram a um padrão de assistência praticado pelos filantropos e que deveria valer para toda instituição que pretendesse atender a **população desvalida** através da educação (MARTINS, 2004, p.26, Grifo nosso).

De acordo com Schueler (2009), no final do século 19, o modelo de educação escolar como conhecemos ainda não havia se estabelecido na sociedade, por isso as discussões a respeito dessa temática eram uma constante e muitas foram as alternativas debatidas. Esta autora defende que

A construção dessa rede de instituições educativas assumiu modelos e formas diferenciadas, de acordo com as finalidades do ensino e com o público para o qual se destinava, não tendo sido um processo uniforme, homogêneo ou contínuo no território nacional (SCHUELER, 2009, p.1).

Nesse sentido, o ensino dos ofícios, dentro de instituições de internamento, como o Instituto Paraense, surgiu como uma resposta a todas as necessidades da época, tornando-se uma fórmula amplamente difundida nas nações ditas mais desenvolvidas e

que serviu de modelo também para as mais pobres. Segundo Irene Rizzini (2009), em se tratando da infância pobre, educar tinha por meta moldar a criança para a submissão, por isso, para elas, “pensou-se e praticou-se uma política de exclusão social e de educação para a submissão mantendo-se a renda e os privilégios nas mãos de uma minoria até os dias de hoje” (UJIIE; PIETROBON, 2008, p.337). Não queremos, no entanto, disseminar a perspectiva de que o ensino profissional é algo típico da segunda metade do Oitocentos, pois, segundo Thais Fonseca, ainda no período colonial, a “educação profissional era, então, prioritária para o aprendizado de ofícios mecânicos que pudessem servir de ocupação e de sustento” (FONSECA, 2008, p.535). A autora afirma, ainda, que tal importância foi dada porque investir no “aprendizado dos ofícios mecânicos aparecia, então, como possibilidade concreta de ocupação e de sustento material” (Ibid., p.536).

No entanto, embora desde o período colonial já houvesse essa preocupação, acreditamos que, “com o positivismo e a força revolucionária das teorias evolucionistas” (RIZZINI, 2008, p.46), as iniciativas e preocupações tomam outro fundamento. Prova disso é a construção de lugares específicos (internatos e congêneres) para se ministrar a educação profissional, enquanto que no período colonial a educação profissional “fazia-se por meio do envio das crianças para os mestres e mestras de ofício, com os quais aprenderiam a garantir o seu sustento” (Op. cit., p.539).

Como podemos perceber, é nesse contexto de grandes mudanças intelectuais que o ensino profissionalizante assume um caráter mais formal, tudo com vistas à execução eficiente de um projeto de nação livre das amarras de seu passado colonial (RIZZINI, 2008). Para isso, uma das ideias pensadas é a “fundação de grandes estabelecimentos totais¹⁹ de internamento e de segregação da sociedade para crianças e adolescentes carentes e sem-família” (MARCÍLIO, 2006, p.206). Esses estabelecimentos, através da educação profissionalizante, forneceriam a mão de obra necessária para o desenvolvimento do Brasil. Esse contingente poderia, inclusive, ser utilizado na nascente industrialização brasileira que carecia de pessoas preparadas para os mais diversos ofícios. As autoridades consideravam também a permanência dos meninos

¹⁹ Estabelecimentos e/ou instituições totais são locais "onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada" (GOFFMAN, 1974).

nesses institutos de formação de artífices que, posteriormente, desenvolveriam suas atividades nas fábricas prestando-se perfeitamente aos anseios civilizatórios, já que “viam na fábrica a solução para que os menores não se envolvessem em atividades ilegais, como se fosse uma ‘Pedagogia do Trabalho’” (UJIIE; PIETROBON, 2008, p.338).

Segundo Bercho (2009, p.19), a escolha do modelo asilar (Colônias Agrícolas, Orfanatos, Asilos e Internatos) não era mera coincidência, muito ao contrário, ele era visto “como um espaço único para a disciplina do corpo [e tinha] como objetivos educar, formar, proteger e corrigir menores abandonados” (MARCÍLIO, 2006, p.208). Ainda segundo Marcílio a profissionalização foi considerada “o meio ideal para desenvolvimento do hábito e do amor ao trabalho e como uma forma de preparar meninos e meninas, para serem úteis à sociedade” (Ibid., p.214). A principal vantagem defendida acerca desse sistema era a de que ele proporcionava a inclusão social de forma regulada ao se direcionar para um contingente populacional específico, capaz de dar assistência e servir de “medida de controle social” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.108). Com relação a isso, Ana Maria Quiroga diz que, no Brasil,

[...] o modelo filantrópico assumiu dimensões ainda mais elitistas e conservadoras. Elitistas, no sentido em que eram muito poucos os que tinham acesso a uma formação científica e profissional mais elevada. Conservadoras no sentido que sua atuação visava estabelecer ou introduzir determinadas correções e novas modalidades de atuação nas diferentes áreas, sem tocar (ou pelo contrário, aperfeiçoando) as estruturas do capitalismo que aqui se expandia (2010, p.8).

Os internatos, como o Instituto Paraense de Educandos Artífices, constituíram uma solução para “retirar a criança do seu meio deletério e educá-la para a nação que se idealizava” (RIZZINI, 2009, p.71) representando uma nova forma de socializar adequadamente os meninos, já que entre seus muros simulava-se uma nova sociedade na qual “as crianças foram induzidas a um novo mecanismo de organização do viver através da implementação do comportamento social burguês de sociedade” (BERCHO, 2009, p.21), ou seja, os artífices inseridos aprenderiam a viver posteriormente fora dos muros institucionais sem causar grandes problemas às autoridades e colaborando para o desenvolvimento do país. Esse era, aliás, um dos grandes sonhos nacionais: a construção de uma ordem civilizada (GONDRA, 2003, p.543), constituindo “um outro

tipo de autoridade e legitimidade, aquela decorrente do *saber* e da *competência*” (QUIROGA, 2010, p.8, Grifo do autor). Para isso, a filantropia tornava-se uma ideia fortemente atrativa, principalmente para a elite nacional, já que seus adeptos “passam a constituir uma *espécie de elite pensante* no país que atua[va] no que para eles se constituía a modernização de concepções e instituições sociais de diferentes áreas e domínios” (Ibid., Grifo da autora).

Essa elite “enxergava a população como composta por seres primitivos e bárbaros” (RIZZINI, 2009, p.87), e acreditava que o ideal filantrópico “permitiria exercer um melhor controle sobre a sociedade” (MARCÍLIO, 2006, p.206), o que, sem dúvida, era muito oportuno, pois preparava o homem higiênico, bom trabalhador e, principalmente, disciplinado (Ibid., p.207). Para isso, os filantropos colocam “os conhecimentos técnico-científicos como o fundamento de sua ação” (QUIROGA, 2010, p.7) e realizam “uma poderosa articulação entre saber e poder” (Ibid.). As principais consequências disso são: as hierarquias e a divisão de poderes, que se manifestavam na organização e na utilização dos espaços internos do asilo (SCHUELER, 2000), assim como da organização externa. É por conta disso que podemos afirmar que

[...] a matriz filantrópica permanece extremamente impregnada de valores morais em relação ao que o grupo de “esclarecidos” considerava como as formas corretas de condução da vida pessoal, familiar e social dos atendidos (QUIROGA, 2010, p.9).

E isso passa a estar presente em todas as iniciativas propostas *pelos intelectuais da modernidade*, inclusive na própria estrutura e organização dos estabelecimentos de atendimento. Bercho, discorrendo sobre a finalidade dos espaços físicos dessas instituições, afirma que eles eram pensados

[...] para produzir a ordem, [onde] os alunos deveriam mover-se segundo a obediência de um tempo não menos rígido e calculado. O controle do tempo era essencial para o bom andamento das atividades diárias. Uma vez que os alunos tivessem regras para cumprir no decorrer do dia, se mantivessem ocupados, não sobraria tempo nem espaço para a sociedade ou para o desenvolvimento de vícios prejudiciais ao desenvolvimento físico e moral dos alunos (BERCHO, 2009, p.20).

Portanto, a admissão acabava significando uma verdadeira separação entre o menino e sua família. Essa separação, porém, não era apenas espacial, mas se dava em

diversos níveis, por isso era irreversível, já que ao regressar para sua comunidade original esse menino deveria estar completamente moldado para assumir o papel social que lá fora reservado para ele. Isso acontecia porque ao longo do tempo em que as crianças permaneciam internadas eram doutrinadas através de “atividades moralmente corretas quanto aos preceitos higiênicos de educação” (Ibid., p.21).

O afastamento das crianças de suas famílias era incentivado porque, para os implementadores das políticas públicas, as famílias eram incapacitadas para criar suas proles. Segundo Rizzini (2009, p.107), as discussões acerca do nível de “ignorância e moralidade da população brasileira era repetido por muitos, principalmente como argumento para justificar a urgência intervenção dos poderes públicos”. Por isso, os internatos seriam o *locus* onde as crianças pobres encontrariam “a educação, a formação, a disciplina, e a vigilância que a preparariam para a vida em sociedade, para bem constituir sua família dentro do amor e do preparo para o trabalho (MARCÍLIO, 2006, p.207). Para Martins (2004, p.30), caracterizadas dessa forma, as famílias pertencentes às camadas mais desfavorecidas economicamente eram vistas “como empecilhos à civilização, principal projeto político do século XIX”, pois seus componentes eram taxados de “desordenados e alheios aos ideais públicos” (Ibid.).

Essa visão preconceituosa a respeito das famílias era tão cauterizada na mente das autoridades que até as crianças que possuíam famílias conhecidas eram consideradas abandonadas quando ingressavam nos internatos, como podemos constatar no texto abaixo, que trata do atendimento nos asilos e internatos.

Ainda que os asilados comumente fossem denominados *abandonados*, apenas cinco dentre eles não tiveram registro de responsáveis ou foram enumerados como filhos de pais desconhecidos, com o agravante de que três eram descendentes de escravas, cujos nomes não constavam no Mapa (SCHUELER, 2000, p. 130).

Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira, em artigo sobre a criação de um asilo na cidade de Santos, no litoral paulista, apresenta um pouco da dinâmica familiar no século 19, o que pode nos ajudar a compreender como se construiu essa visão negativa da educação dada pelas famílias pobres às crianças e, ao mesmo tempo, explicar o interesse de algumas dessas famílias em verem seus filhos atendidos nos internatos. Segundo esta autora, os filhos oriundos das famílias pobres tinham, desde

cedo, que colaborar com o orçamento familiar, por isso pais e mães iniciavam às crianças em diversas práticas laborativas. Ao contrário das crianças de elite que se criavam longe do mundo do trabalho, as crianças das classes pobres logo que podiam ganhavam o espaço das ruas (considerado pernicioso e insalubre) e lá comercializavam qualquer coisa que fosse vendável, inclusive sua pouca força física, atuando como entregadores, carregadores, etc. Estas crianças, ao contrário das crianças outras não contavam com “uma família que lhes pudesse prover moradia, alimentação e mesmo orientá-las para o trabalho” (VIEIRA, 2009, p.66).

A filantropia, no entanto, não muda esse quadro (como já afirmamos anteriormente), pois o que ela estabelece é “um modo de assistir aos necessitados sem apagar as desigualdades e distâncias sociais que separam os benfeitores (filantropos), de um lado; e os indigentes e necessitados, de outro” (QUIROGA, 2010, p.10). Ainda acerca desse contexto socioeconômico vivenciado pelas famílias no final do Segundo Império, podemos afirmar que ele também foi um aspecto de grande influência para que alguns pais solicitassem o ingresso de seus filhos nos asilos, pois eles consideravam que a admissão do filho,

[...] além de resolver a questão mais imediata de sustento da criança ou das crianças, a educação dada possibilitava que, quando saíssem, estivessem preparadas para contribuir com o sustento da família, pois estariam instruídas e preparadas profissionalmente (VIEIRA, 2009, p.73) .

No Brasil, as novas ideias geram profundas alterações nos objetivos do atendimento das instituições asilares, pois elas passam a assumir o ideal filantrópico do qual discorremos até aqui, sendo que a instituição de abrigamento assumiria importante função moralizadora. Para Martins (2005, p.144), os institutos foram uma forma de “prevenir o aparecimento da mendicidade a partir da inserção de meninos no aprendizado técnico”, por isso, para os defensores da filantropia, “a supressão da roda era uma questão social, humanitária e científica” (MARCÍLIO, 2006, p.200), que precisava ser resolvida (eliminada) com a máxima urgência.

Essa mudança do modelo caritativo para o filantrópico encontra condições favoráveis no Segundo Reinado, pois este é considerado um período de consolidação política (como afirmamos na primeira seção), resultado, principalmente, do fim das

conturbadas revoltas regenciais que foram a marca do período histórico anterior. Além do mais, esse foi um tempo em que o país afirmava-se como a nação que desejava ser. Esses foram também os anos que antecederam a Proclamação da República, e, portanto, arena de novas discussões e propostas que se apresentavam como alternativas para atingir o progresso e o desenvolvimento almejados. Através de suas pesquisas, Alessandra Martinez Schueler constata que, nas décadas finais do século 19,

[...] muitas foram as vozes que proclamaram a necessidade de educar as **crianças ditas pobres e abandonadas, os órfãos, os menores “vagabundos” e os “ingênuos”** (nascidos livres de ventre escravo), em instituições asilares de ensino agrícola (SCHUELER, 2000, p.121, Grifo nosso).

Antes de encerrarmos essa discussão a respeito do desenvolvimento do ideal filantrópico no Brasil, não poderíamos deixar de citar a importante participação das associações filantrópicas que surgiram principalmente nas décadas finais do Segundo Império, e apresentaram grande significado político e social durante o século 19, pois tiveram uma atuação de grande importância ao assumirem a responsabilidade por diversas iniciativas de assistência social. Para exemplificar, citamos a loja maçônica Perseverança III, de Sorocaba que, “em agosto de 1869, propôs entre os membros daquela loja a formação de um caixa de emancipação, cujo objetivo era o de arrecadar fundos para a compra de cartas de alforria” (OLIVEIRA, 2005, p.25).

Em artigo sobre a Associação Protetora da Infância Desamparada, criada no Rio de Janeiro em 1880, intitulado *A “infância desamparada” no asilo agrícola de Santa Isabel: instrução rural e infantil (1880-1886)*, Alessandra Schueler apresenta dados que ajudam a entender a atuação das associações ao longo das décadas finais do Império brasileiro²⁰. Uma das informações importantes é quanto aos seus objetivos que eram muito parecidos. Quanto aos propósitos da Associação Protetora da Infância Desamparada, ela informa que era o de

²⁰ Para obter mais informações sobre a atuação das associações filantrópicas no final do século 19 e início do século 20, cf.: AMARAL, Glaucymara Dantas dos Santos do. **Filantropia e Puericultura**. Comunicação Oral. IV Encontro Estadual de História – ANPUH-BA. Vitória da Conquista: Bahia, 2008. Disponível em: <http://www.uesb.br/anpuhba/anais_eletronicos/Glaucymara%20Dantas%20dos%20Santos%20do%20Amaral.pdf>

[...] atingir crianças pobres, de ambos os sexos, consideradas “**desamparadas**” por suas famílias e/ou aquelas cujos pais permanecessem em “infeliz estado de escravidão”, suas finalidades ecoavam outros interesses, para além daqueles voltados para manter a ordem pública e a “limpeza” das ruas nas grandes cidades (SCHUELER, 2000, p. 122, Grifo nosso).

Mas atingir em que? De acordo com alguns autores, as associações tinham grandes expectativas. Segundo Ferreira (2000, p.9),

A leitura dos estatutos e relatórios destas instituições deixa claro que objetivavam ser mais do que entidades de socorros mútuos, ou seja, algumas pretendiam se tornar instituições que ultrapassassem os limites de atendimento somente de necessidades específicas de seus sócios e ambicionavam chegar a outros patamares. Os objetivos da Real Associação Beneficente dos Artistas Portugueses, fundada em 1863, baseavam-se no auxílio financeiro aos associados em casos de doenças, invalidez e providências práticas quanto ao deslocamento de sócios enfermos que precisassem se ausentar do Rio de Janeiro ou de outro local qualquer do Brasil, além da concessão de pensão para as famílias dos sócios falecidos.

O acolhimento dos órfãos e desvalidos visava antes de tudo proporcionar-lhes “educação moral e religiosa, instrução relativa à inteligência de cada um e profissão; proteção e colocação convenientes depois de terminada a aprendizagem e até a maioridade” (MARTINS, 2004, p.26). Para atingir, esses objetivos os filantropos reunidos nessas Associações promoveram ou apoiaram a criação de hospitais, asilos e orfanatos (SCHUELER, 2000), e, para sustentar financeiramente tais empreendimentos, pagavam mensalmente uma contribuição como sócios daquele empreendimento e contavam também com a subvenção estatal, como nos explica Luiz Antônio Cunha ao afirmar que os sócios e benfeitores

[...] eram membros da burocracia do Estado (civil, militar e eclesiástica), nobres, fazendeiros e comerciantes. O entrecruzamento dos quadros de sócios com os quadros da burocracia estatal permitia a essas sociedades se beneficiarem de dotações governamentais, as quais assumiam importante papel na manutenção das escolas de ofícios (CUNHA, 2000, P.90).

É certo também que eles desenvolviam outras formas de obtenção de recursos como a promoção de “festas e regatas e outros eventos públicos beneficentes, cuja renda revertia em favor do Asilo de Órfãos, asseguravam sua distinção social, enquanto

possuidoras de hábitos “civilizados” (VIEIRA, 2009, p.68). Nessas ocasiões festivas, os associados também tinham a possibilidade de afirmarem sua superioridade e distinção social, já que “consideravam sinal de progresso” (Ibid.) o acolhimento das crianças desvalidas que asseguravam.

O Pará também contou com a presença de atuantes associações como a Associação Philantrópica de Emancipação de Escravos (1871), a Associação Promotora da Instrução Pública, a Associação Protetora da Infância desvalida. Esta última, em 06 de janeiro de 1872, informava à população, através do Jornal *O Liberal do Pará*, que estava “aberta a matrícula dos meninos pobres que se quiserem inscrever na escola de instrução primária”, garantindo que, aos alunos seria, oferecido o material necessário para a utilização nas aulas. Outras também atuaram em campos semelhantes e/ou diferentes, que não constituem objeto desse estudo.

No final do século 19, a filantropia também assumiu outro importante papel: o de acompanhar todo o processo de afirmação do Estado como gestor da assistência social. Segundo Marcílio (2006, p. 161), isso trouxe um grande impacto no atendimento às crianças desfavorecidas, uma vez que, com a filantropia,

As obras de beneficência começaram, então, a ser concebidas de acordo com o espírito de uma filantropia cada vez mais pública. As misericórdias perderam gradativamente sua autonomia, para entrar na órbita e dependência financeira dos governos, que passaram a impor as políticas e os controles a serem adotados e os rumos a tomar.

Embora o desenvolvimento educacional brasileiro não tenha sido homogêneo, apresentando “desigualdade de condições educacionais entre as províncias, na profusão de reformas e na complexidade de normas então produzidas” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.38), podemos afirmar que todas elas se empenharam em desenvolver iniciativas na instrução pública e no atendimento aos menores desvalidos. O Brasil teve internatos desde os tempos coloniais, mas é, a partir do Segundo Reinado, que eles assumem um papel mais destacado na realidade nacional e passam a ter uma função política mais definida, graças, como vimos anteriormente, ao caráter filantrópico assumido desde então. Historicamente, os internatos foram fundados a partir de várias iniciativas de congregações religiosas e do Estado imperial. No Pará, temos exemplos representativos dos dois tipos. No primeiro caso: a) a Casa das Educandas, fundada ainda no período

colonial, passando por várias mudanças de estrutura e nome; b) o Asylo Nossa Senhora do Carmo (1871); c) o Asylo Santo Antonio (1878) e d) o Instituto de Artes e Ofícios e Agrícola da Providencia (1882). No segundo caso: a) as Companhias de Aprendizes dos Arsenais de Guerra e da Marinha; b) a Casa de Educandos, também conhecida como Companhia de Jovens Educandos (1840), que mais tarde foi fechada e reaberta com o nome de Instituto Paraense de Educandos Artífices (1872). Para Bezerra Neto (1998, p.189), o surgimento de todas essas instituições representava

[...] a materialização dos anseios de vários grupos sociais que vivenciavam as transformações ocorridas na sociedade paraense, a partir das últimas décadas do século XIX, embalados na crença do progresso social e moral dos povos.

A lógica era a de que os asilos e instituições desse gênero atenderiam o público que antes recorria às Santas Casas de Misericórdia e, principalmente, às Rodas, ou seja, seriam designados àqueles que necessitavam do “aparato jurídico-assistencial destinado a educá-los e corrigi-los” (RIZZINI, 2009, p.98). A principal diferença é que ofereceriam um serviço a mais: a formação profissional. Segundo Arantes (2009, p.181-182),

Grande parte dos estabelecimentos destinados a acolher crianças “órfãs”, “necessitadas”, “desvalidas” ou “viciosas” dispunha-se a oferecer algum tipo de ensino manual, prático ou profissionalizante. O próprio Governo, através do Decreto 1.331-A, de 1 de fevereiro de 1854, ordenou que os menores encontrados vagando em estado de necessidade fossem recolhidos e a eles ministrado algum tipo de instrução (Grifo nosso).

O objetivo era justamente formar o cidadão útil à pátria, o que já vimos quando discorreremos acerca das perspectivas civilizatórias para a educação do povo, mas, principalmente, formar sujeitos capazes de realizar uma ocupação útil. Isso, no plano político, impediria o surgimento dos pensamentos considerados subversivos e revolucionários, especialmente no que diz respeito às propostas de mudanças de sistema de governo, além do que direcionaria as preocupações populares aos assuntos ligados às “fontes do trabalho agrícola, industrial e comercial, que melhor bem-estar podem propiciar” (ARANTES, 2009, p.195). A principal consequência esperada seria o

aumento da riqueza do país através do desenvolvimento da produção e melhoria na qualidade dos produtos fabricados e dos preços comercializados.

Foram fundadas Escolas de Aprendizes Artífices nas capitais de dez estados do país, muitas delas situadas nas cidades nas quais anteriormente existiram as Casas de órfãos ou similares, todas voltadas para o ensino de um determinado ofício mecânico, visando educar pelo trabalho, onde este funcionava “como elemento reabilitador” (MARQUES; PANDINI, 2008, p.93).

Na próxima seção, trataremos de uma experiência de Instituto, criado na província do Pará, conhecendo sua história, analisando a documentação produzida ao longo dos anos de funcionamento, assim como as repercussões sociais da presença desse estabelecimento no cotidiano paraense através dos jornais publicados no período determinado por este estudo. Trata-se do IPEA, Instituto Paraense de Educandos Artífices.

4 O ATENDIMENTO DO INSTITUTO PARAENSE DE EDUCANDOS ARTIFICES

É preciso sempre se fazer entender, mas não devemos dizer tudo sempre; quem diz tudo, diz pouco, pois no final ninguém mais o escuta.

Jean Jacques Rousseau

A criação de um instituto da natureza do *Educandos Artífices* tem um sentido muito específico quando se trata da Amazônia, pois, além de pretender a promoção do desenvolvimento nacional, como aconteceu em todo o Brasil, a partir da formação de mão de obra para as mais diversas atividades e realizar a contenção social, visava tirar a população da condição de incivilizada na qual a elite local insistia em classificá-la.

Como vimos ao longo da história da Província, nela foram encetadas iniciativas que visavam dar uma ocupação útil à população local mais pobre, considerada, como vimos anteriormente, um obstáculo ao desenvolvimento satisfatório da nação que nascia. Assim, através das artes e ofícios ensinados em estabelecimentos educacionais, como vimos na segunda seção, articulavam-se estratégias capazes de contribuir para a formação de um povo civilizado, que corroborasse a organização da urbe – traço fundante da modernidade.

Com o aumento da exploração da borracha e sua produção em larga escala, o mercado interno sofre uma verdadeira alteração que atinge todos os aspectos de Belém. Como explanamos na primeira seção, esse contexto promove uma verdadeira alteração no modo de viver do belenense, gerando demandas das mais diversas nas lojas, portos, ferrovias, obras públicas etc., o que exigia a formação de um corpo de trabalhadores aptos nos mais variados ofícios.

A iniciativa privada e a alta sociedade, a primeira como principal interessada e a segunda como principal consumidora dos bens e serviços gerados pela *Belle Époque*, pressionavam o governo para que a civilização apagasse qualquer vestígio do passado considerado selvagem que vicejou nos sertões da Amazônia. No caso da população mais pobre, civilizar significava fornecer-lhe condições para que assumisse um lugar útil na

sociedade, o lugar da massa de trabalhadores que, com o seu suor, construiria a nova Belém e a nova Província do Pará presente no ideário da elite local e de seus homens esclarecidos. Esse novo discurso representou uma segunda colonização na Amazônia, pois sua base se pautava na vida moderna das cidades europeias e no pensamento civilizador, que concebia as práticas e modos de vida produzidos fora do ocidente europeu como inferiores. A região entra no mundo produtivo do capitalismo pela porta de trás ao assumir seu potencial pela riqueza de seus recursos naturais, já que seus homens e mulheres de nada serviam àqueles que os subjugavam nos planos material e imaterial. Neste último, isto é, no plano simbólico, as representações construídas sobre a cidade de Belém e seus sujeitos acabaram por constituir a estrutura social que forjou a existência do Instituto Paraense de Educandos Artífices.

Quando da realização do levantamento documental, percebeu-se logo que a instalação do Instituto na cidade estava diretamente relacionada às estruturas de sentimento da época e, portanto, a todo um processo de organização da vida coletiva que caminhava em direção à superação de um espaço organicamente articulado à cultura dos “selvagens” índios e do “degradado” caboclo. Quanto a isso, Irma Rizzini (2004, p.173), em sua tese de doutoramento, alerta que “as informações disponíveis indicam que as instituições urbanas tinham uma participação na produção, atendendo principalmente às necessidades da máquina governamental” e reforçando a tentativa de instalação da modernidade almejada. José Maria Bezerra Neto, seguindo esse raciocínio, afirma que

[...] durante a sociedade da borracha, a criação de institutos de ensino profissionalizante na província paraense, como por exemplo, o *Instituto de Educandos Artífices* (1870-1900), inseria-se no contexto de desenvolvimento fabril da cidade de Belém, mesmo que incipiente, capacitando mão-de-obra para as diversas atividades econômicas urbanas (BEZERRA NETO, 1996, p.55, Grifo do autor).

4.1 O Instituto Paraense de Educandos Artífices: uma experiência modelo

Em 1840²¹, a Província do Pará instalou a primeira Casa de Educandos Aprendizes, ou Artífices, do Brasil, originada provavelmente da Companhia de Obreiros

²¹ Castro (2007) informa que alguns autores apresentam divergências quanto à data de fundação da Casa de Educandos que não importam para nossa discussão, por não comprometerem o a reflexão pretendida.

(1838), que já oferecia o ensino de artes mecânicas aos meninos pobres (CASTRO, 2007). A Casa, lugar de morada e de estudo, regida por normas disciplinares rigorosas, contava com castigos físicos, como a palmatória, e oferecia preparação para os “ofícios de carpinteiros de machado, calafate, marceneiro, poleeiro, funileiro e sapateiro” (BASTOS, 1984, p.5). Tinha “como finalidade recolher e instruir meninos pobres e desvalidos dos sete aos quinze anos, oferecendo-lhes o ensino de primeiras letras e conhecimentos que subsidiassem a sua educação profissional” (CASTRO, 2007, p.33).

Nessa Casa, como nas demais a ela coetâneas, ofertavam-se oficinas internas e externas, a maioria delas realizadas nas Companhias de Aprendizes Artífices existentes – Marinha e Exército. O modelo de aprendizagem de ofícios vigente era profundamente ligado ao militarismo, inclusive no que diz respeito aos “padrões de hierarquia e disciplina” (CUNHA, 2000, p.91). Quanto a esse tema, Irma Rizzini esclarece que na

[...] primeira Casa criada no Brasil, a paraense, só havia três oficinas internas, sendo que duas delas serviam ao exército e à polícia – a de alfaiate, que confeccionava fardamento para as duas instituições, e a de espingardeiro, onde os educandos faziam a manutenção do armamento. Existia ainda a de sapateiro, onde os aprendizes percebiam um terço do seu produto, o que indica que recebiam encomendas externas. No entanto, a maior parte da formação era feita em oficinas externas (RIZZINI, 2004, p.216).

Com relação ao ensino oferecido

[...] restringia-se à instrução elementar ministrada nas escolas públicas da época, ou seja, leitura, escrita, aritmética e princípios religiosos. O ensino de ofícios era totalmente prático, aprendido na execução das tarefas, como ocorria desde o período colonial nas oficinas de artesãos que admitiam aprendizes (Idem, 2002, p.6).

Com esse currículo podemos observar

[...] claramente, as representações e práticas sociais partilhadas pelas autoridades provinciais quanto à formação e destino dos filhos da pobreza no seio da sociedade paraense dos oitocentos, procurando inseri-los na mesma como trabalhadores aptos e produtivos, tão necessários ao fomento da economia regional (BEZERRA NETO, 1996, p.44).

Portanto, essas instituições agiam “mesclando os objetivos ideológicos, transformando o ensino de ofícios em uma obra de caridade e controle social, destinada [a] amparar e conter os desvalidos” (Op. cit., p.2), no entanto, segundo Rizzini, esse estabelecimento já se encontrava em péssimo estado logo após a sua fundação, com estrutura física precária sem a capacidade de proporcionar um atendimento de qualidade aos educandos. Ela reforça: “O telhado encontrava-se arruinado, a ponto de chover em quase toda a parte, e as paredes estavam arrombadas em alguns lugares” (RIZZINI, 2004, p.174). Outro problema vivenciado era a ociosidade dos educandos que não eram contemplados pelas poucas oficinas ofertadas internamente. A casa chegou a ter 109 meninos, principalmente depois que começou a receber os expostos maiores de sete anos, o que “prejudicava a entrada de novos educandos, ao mesmo tempo em que contribuía para o descrédito das finalidades da Casa de Educandos Artífices, aos olhos da sociedade e dos legisladores paraenses” (CASTRO, 2007, p.69). Dessa forma,

[...] aos poucos a verba e o número de educandos aprovados pelas leis orçamentárias da Assembléia Provincial do Pará foram minguando e o estabelecimento adentrou nos anos 1850 em ritmo de decadência, com muitos pedidos de desligamento por parte dos familiares e deserções de aprendizes (Op. cit., 2004, p.266)

Apesar das várias medidas tomadas pelos presidentes da Província na tentativa de melhorar a situação da Casa, ela só piorava, pois, sem conseguir “superar as expectativas e necessidades do mercado de trabalho de Belém, quanto à demanda por mão-de-obra qualificada dedicada às atividades fabris e aos serviços públicos” (BEZERRA NETO, 1996, p.42), ainda mantinha o atendimento aos meninos

[...] em péssimas condições, onde tudo faltava: redes, camas, roupas, uniformes e calçados. [...] os oficiais educandos foram empregados em obras públicas, recebendo menos do que receberiam nas oficinas particulares, prejudicando a Casa e os jovens, os quais deveriam compensar os gastos da sua educação [...] registrando alto número de deserções (RIZZINI, 2004, p.175).

Isso tudo acabou levando ao seu fechamento em 1852. Os meninos abrigados tiveram dois destinos: os que tinham famílias foram devolvidos a estas, e os órfãos foram encaminhados aos Arsenais de Guerra e da Marinha.

O Segundo Reinado chegou trazendo propostas de mudanças, dentre elas a fundação dos Institutos, que se apresentaram como modelo de ação educativa e se disseminaram largamente adquirindo “no século XIX um novo sentido, com a constituição do Estado nacional, deixando de ser exclusivo ao ambiente doméstico e às poucas corporações de ofícios instaladas” (Ibid., p.160). Eles representavam a intervenção das autoridades provinciais na vida dos pobres e eram parte responsável pela construção da imagem dos mais humildes “como desclassificados ou marginais, vivendo, em sua pobreza, na ociosidade, em virtude de seu despreparo moral e profissional diante das ‘diversas necessidades materiais da sociedade’” (BEZERRA NETO, 1996, p.45). Portanto,

Compreender as relações mantidas entre setores públicos e privados das cidades, com suas instituições de ensino de ofícios, é uma das estratégias para explicar a manutenção ou fechamento de tais instituições. O disciplinamento das classes populares, a partir da educação de suas crianças também foi um objetivo importante destas instituições que não pode ser ignorado. A “innoculação íntima do amor ao trabalho” é um mote que aparece insistentemente nos regulamentos dos asilos e nos escritos de seus defensores. A obediência, o respeito à hierarquia e a promoção da civilidade dos costumes constituem objetivos importantes dos internatos para desvalidos (RIZZINI, 2004, p.163).

O surgimento do Instituto Paraense, paralelamente ao crescimento das demandas promovidas pela *Belle Époque*, assim como pelas transformações da cidade, é um exemplo disso, pois ele se apresenta como a tentativa de se

enquadrar os homens livres pobres à ordem social como trabalhadores no processo de formação do mercado livre na província paraense, através da disseminação da instrução pública primária e artística enquanto ação do controle e conformação social (Op. cit.)

À população local, os principais benefícios “eram a alfabetização e o aprendizado de noções de aritmética, álgebra e desenho, além das qualidades já mencionadas, pretensamente adquiridas pela rígida formação religiosa e moral” (RIZZINI, 2004, p.164). Outro motivo para o surgimento do Instituto foi a discussão das noções de saneamento e higiene públicas que começaram “a ser mais amplamente utilizadas para justificar a criação de instituições nas últimas décadas do século XIX, com a maior penetração dos discursos dos higienistas em determinados meios sociais” (Ibid., p.167).

Mas, no que essa experiência se diferenciava da vivenciada anteriormente com a Casa de Educandos? Dentre as principais diferenças, temos o novo nome, o ensino concentrado no espaço intramuros e a formação do pecúlio.

A mudança da nomenclatura de Casa para Instituto não era um dado insignificante, muito pelo contrário, ela indicava o interesse das autoridades em “seguir as novas tendências assistenciais de especialização das instituições” (Ibid., p.173), consubstanciando-se num longo processo que levava à diversificação e, mais ainda, à especialização do atendimento à infância desvalida, responsável pelas mudanças. No plano simbólico, a alteração de nome significou a responsabilização do Estado pela educação e não somente pelo acolhimento, desvinculando no imaginário popular esta experiência da anterior, mal sucedida. Para um melhor entendimento disso, acreditamos ser oportuno trazer o conceito apresentado por Fabiana Martins Bandeira, em sua dissertação *Disciplinando homens, fabricando marinheiros: Relações de poder no enquadramento social da Corte (1870-1888)*. Segundo o entendimento dessa autora, um instituto ou uma instituição é um sistema organizador

[...] da vida social, funcionando em múltiplas direções, mas com objetivos comuns: formular, divulgar e fiscalizar o cumprimento das normas de comportamento; articular as atividades a que se propõem; enquadrar os comportamentos sociais através de categorias que não só qualificam os indivíduos como também os distribuem em funções sociais; controlar e punir os comportamentos desviantes (BANDEIRA, 2010, p.16).

O objetivo era que o nome “Instituto” demonstrasse um diferencial “do asilo, da casa, do orfanato e do recolhimento, terminologias que não permitem identificar a natureza da finalidade da instituição: abrigar, formar ou recuperar” (Op. cit., p.173), ou seja, na casa, o propósito maior era o de recolher as crianças dos grupos populacionais mais humildes, enquanto o instituto declarava a preocupação de instruir os desvalidos da fortuna, proporcionando-lhes uma formação profissional que atendesse aos anseios da sociedade e também que pudesse ser considerada digna e adequada.

Embora esses estabelecimentos se direcionassem ao mesmo público, o Instituto traz em sua ação os ideais da filantropia, por isso ele se ligava não somente às aspirações econômicas, mas, principalmente, aos ideais de reforma, disciplina, ordenamento e limpeza (higienismo) da elite paraense do final do século 19. Ele nascia

das representações sociais surgidas, principalmente, a partir dos anos de 1850 acerca da “situação marginal das classes pobres, que, na mentalidade dos homens públicos, fazia-se necessário alterar por meio da preparação profissional dos desvalidos, para o trabalho a serviço das classes mais afortunadas da sociedade” (BEZERRA NETO, 1996, p.44). Além do mais, devido à falta de trabalhadores para a agricultura e o modo de viver independente de seus habitantes²² tornavam mais urgente o anseio de imprimir na população os valores relativos ao trabalho regular e disciplinado (RIZZINI, 2008a), portanto,

[...] só educando as crianças longe da influência da família é que se poderia impor-lhes novos hábitos, e os governos de região decidiram criar instituições de ensino, em regime de internato, para a ‘inoculação do amor pelo trabalho’ entre os alunos (RIZZINI, 2008a, p.1).

Ao contrário da Casa, o Instituto era uma instituição total, sem separação entre as várias dimensões que compõem a vida das pessoas, buscando a substituição de todas e quaisquer interações sociais por alternativas desenvolvidas internamente²³. Não à toa foi considerada o lugar mais adequado para se introjetar na nova geração o amor ao trabalho. A defesa do ensino intramuros dava-se porque essa era uma forma de evitar que

[...] o aprendiz mantivesse contato com companhias indesejáveis e fosse seduzido pelas atrações das ruas - a liberdade é a primeira delas, em contraste com as normas rígidas e com o controle exercido pelos estabelecimentos sobre a vida dos internos (Id., 2002, p.9).

O amor ao trabalho era um sentimento bem presente nos periódicos paraenses do final do século 19, como podemos ver na reportagem abaixo intitulada *As Bôas Doutrinas*:

O correctivo de todos os attentados e de todos os abusos, da ignorância e do pauperismo, da guerra e do materialismo, é o exemplo e o **trabalho**, a instrução e a moralidade [...]. A liberdade não é só o progresso e a moralidade, a paz e a civilização, é sobretudo a

²² Para saber mais sobre o modo de viver da população amazônida cf.: ARAÚJO, Sônia; RIZZINI, Irma. **O século das luzes na Amazônia**: a instrução pública às populações mestiças e indígenas nas províncias do Pará e Amazonas no Brasil Imperial. 2010 (mimeo).

²³ Para melhor conhecimento sobre as instituições totais cf. os livros de Erving Goffman, *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974; e *Estigma: notas sobre a identidade deteriorada*. Zahar, 1978.

iniciativa, **o trabalho** e a discussão (DIÁRIO DE BELÉM, 13/11/1872, p.1, Grifos nossos).

Pela citação anterior, podemos constatar o quanto o trabalho era apreciado. No texto, ele está colocado em meio às coisas que os homens importantes daquela época mais valorizavam, como a moralidade e a civilização, valores considerados necessários à obtenção da liberdade. Alguns anos mais tarde, outro jornal descreve a verdadeira transformação que o trabalho causaria nas pessoas, livrando-as das más práticas e favorecendo o surgimento de

[...] um homem confortado, começando o seu caminho, avigorado em novos sonhos de felicidade, um producto activo, energico, firme, um factor encorajado fitando as balizas da jornada com a alma rejuvenescida, alforontado a inercia, despedaçando as cadêas do vicio, e disendo aos viajadores, aos que passam: – Eu sou um trabalhador livre, eu sou um producto, que negociei a minha [liberdade] de trabalhar, eu sou **um factor do progresso d'esta terra** esplendida em que, nasci, e onde até agora vivi **equiparado aos animaes inferiores**. Mas, **agora, eu sou um homem**; sim, um homem, **que penetra nos limiares da vida social do seu paiz**, annunciando nas cidades, na campanha e nas florestas, que **comecei a ser uma força mobilizadora do trabalho** (O ABOLICIONISTA PARAENSE, 21/06/1883, Grifos nossos).

Outro periódico complementa que os homens, como os descritos acima, moldados pela atividade laboral, entenderiam a mesma como uma verdadeira religião, pois “seriam cidadãos conhecedores da lei e dos seus direitos, e renderiam **culto ao trabalho** incessante, methodico e honesto” (GAZETA DE ALENQUER, 1885, p.3, Grifo nosso). Mas os jornais também traziam os resultados práticos do trabalho, pois, para seus editores, ele era como um “preservativo contra o pauperismo. **O operario instruido encontra mais facil emprego, tem mais vantajosa retribuição**” (JORNAL DO PARÁ, 08/01/1875, Grifo nosso).

As Casas e Institutos diferenciam-se, também, pela formação de um pecúlio, que não existia no primeiro modelo de atendimento. Era uma espécie de poupança que

apareceu pela primeira vez no Regulamento²⁴ do Instituto Paraense de Educandos Artífices de 1873, que também determinava a sua composição a partir

- 1º Dos legados, doações e benefícios.
- 2º Das rendas do instituto verificadas segundo o disposto no§ 2º do artigo antecedente.
- 3º Do producto das obras feitas por cada educando, nas horas vagas.
- 4º Das quotas com que concorrerem dos seus salários (PROVINCIA DO GRÃO-PARÁ. REGULAMENTO IPEA²⁵, 1873, Art.126).

Os recursos obtidos com os concertos da banda de música também foram direcionados à formação do pecúlio dos educandos, como lemos no ofício que segue, em que o presidente da província diz ter tomado ciência e que o diretor do Instituto já havia recebido o valor corresponde à apresentação feita num passeio e que já havia direcionado o mesmo para a poupança dos meninos.

Pelo officio que vme. dirigio-me com data de 30 do mez findo fiquei inteirado de lhe-haver sido entregue pela commissão encarregada do passeio fluvial offerecido pela praça do comercio á officialidade da corveta portuguesa “Duque da Terceira” á quantia de cem mil réis (100\$000) **para o peculio dos educandos que compões a banda de muzica d’este instituto**, a qual tocou a bordo por occasião do dito passeio (JORNAL DO PARÁ, 08/10/1875, Grifo nosso).

No regulamento do estabelecimento, o capítulo que tratava desse tema era bem didático, ao descrever como se deveria calcular o valor a que o educando tinha direito quando desligado da instituição, momento em que recebia tal recurso. A partir de 1883, com a aprovação do novo regulamento, também compunha o pecúlio o valor que o músico recebesse por uma apresentação solo (Art.91:2º). Quanto a isso, Bezerra Neto (1996, p.61) aponta que o Instituto

[...] não visava apenas ao preparo moral e profissional da população pobre, adequando-a às necessidades do mercado de trabalho da capital paraense, também se preocupava em possibilitar aos seus formandos condições financeiras para o desempenho das suas atividades produtivas como oficiais, através da formação de pecúlio, concomitantemente à exploração dessa mão-de-obra qualificada em

²⁴ Todos os documentos oficiais citados e analisados neste estudo foram retirados da *Colleção de Leis da Provincia do Gram-Pará* (1870-1889) e dos *Actos de Governo da Provincia do Gram-Pará* (1870-1889), disponibilizados no Arquivo Público do Pará e no setor de obras raras da Fundação Cultural Tancredo Neves.

²⁵ A sigla IPEA será usada a partir daqui para referir ao Instituto Paraense de Educandos Artífices, com o objetivo de tornar o texto mais dinâmico.

favor dos cofres públicos provinciais, transformando o **Instituto** em empreendimento auto-sustentável e lucrativo (Grifo do autor).

O pecúlio também se caracterizava como uma garantia de que quando o rapaz, já oficial, deixasse o estabelecimento tivesse condições de se sustentar até conseguir uma colocação ou mesmo montar seu próprio negócio, ainda que de forma simples, impedindo-o, assim, de que por falta de oportunidades se dedicasse a atividades consideradas imorais como a vadiagem, ou mesmo prejudiciais à sociedade, como as práticas delituosas, tornando-se vítima dele. No final de 1876, quando a direção do Instituto resolve suspender temporariamente a realização das oficinas, o jornal *A Província do Pará*, em edição de 23 de Janeiro de 1877, mostra toda a sua preocupação questionando acerca do prejuízo que isso causaria ao pecúlio dos educandos e quais as alternativas que o diretor apresentaria a tais prejuízos.

O regulamento de 1873 determinava também que, à medida que os recursos destinados à formação do pecúlio dessem entrada no Instituto, o diretor deveria aplicá-los “na compra de apólices da dívida pública provincial ou geral, das de menor valor que houver á venda, procedendo do mesmo modo, quanto aos juros vencidos” (PROVINCIA DO GRÃO-PARÁ. REGULAMENTO IPEA, 1873, ART.126, § Único). No entanto, tomamos conhecimento de que nem sempre isso acontecia como o determinado. Pelo *Jornal do Pará* de 2 de Setembro de 1876, o diretor informa à presidência da província ainda não ter comprado as apólices, pois as mesmas não estavam à venda. O presidente então orienta que os recursos devem ser depositados na Caixa Econômica, mas, somente em 26 de Setembro, concede a devida autorização para isso.

A oferta do ensino profissional com o ensino teórico foi outra importante mudança que o Instituto trazia, pois conjugava o ideal do cidadão útil à nação e útil a si mesmo ao do homem letrado. Isso tudo voltado para a instrução das pessoas das camadas mais empobrecidas da população. Em seu relatório presidencial de 1885, Tristão de Alencar, ratifica isso ao declarar que

As variadas exigências de um povo civilizado pedem, que por todos se derrame a instrução rudimentar. Dada esta, a uns cabe a instrução superior, que prepara os sábios, os literatos e os homens de ciências especiais; a outros toca a instrução artística, **que nos dá os operários**

de todos os gêneros **para satisfação das diversas necessidades materiais da sociedade** (RPPA, 1885, Grifos nossos).

Nessa concepção, o ensino artístico (profissional) prepararia os homens livres pobres, considerados potencialmente perigosos, “moral e tecnicamente para o trabalho, distintamente daqueles mais afortunados que, considerados integrados à ordem social, encontravam-se aptos a exercer papéis sociais considerados mais elevados” (BEZERRA NETO, 1996, p.45)²⁶. Acerca disso, Luiz Antônio Cunha escreve que durante o império,

[...] tanto as iniciativas do Estado voltadas para o ensino de ofícios, quanto as das sociedades civis, eram legitimadas por ideologias que pretendiam: a) imprimir a motivação para o trabalho; b) evitar o desenvolvimento de idéias contrárias à ordem política, de modo a não se repetirem no Brasil as agitações que ocorriam na Europa; c) propiciar a instalação de fábricas que se beneficiariam da existência de uma oferta de força de trabalho qualificada, motivada e ordeira; e d) favorecer os próprios trabalhadores, que passariam a receber salários mais elevados, na medida dos ganhos de qualificação (CUNHA, 2000, p.92).

Por isso, a “possibilidade das crianças indígenas e desvalidas serem educadas afastadas de suas famílias e comunidades será então bastante valorizada” (RIZZINI, 2008a, p.1), pois, o processo de doutrinação poderia ser muito mais eficiente. Portanto, a criação do Instituto Paraense de Educandos Artífices visava, sobretudo, civilizar a população paraense, começando pelas crianças que se acreditava serem as mais suscetíveis ao aprendizado dos nobres princípios civilizatórios. De acordo com Vicente Salles (2004, p.59), tal implantação encontrava-se no bojo do “movimento em prol da educação popular e proletária”.

Segundo Ernesto Pimentel Filho (2005), as instituições educativas do Império consideravam que o ato de domar o jovem era um desafio que se impunha à vida social e intelectual no Oitocentos. A fase juvenil nessa época era considerada a “idade de triunfos, desejos, amor proprio, independencia e vaidade” (O JASMIM, 12/10/1873), por isso necessitava de tanto controle. Entendia-se que, nessa fase, os meninos poderiam

²⁶ Não pretendemos aqui discorrer acerca desses processos de construção da imagem dos pobres como desclassificados, a não ser nos pontos que sejam extremamente necessários para a melhor compreensão do estudo realizado.

ser utilizados para a construção do Brasil que se desejava. Dessa forma, fica visível “a íntima relação estabelecida entre as propostas educativas e de instrução com as propostas de constituição de uma nação civilizada nos trópicos” (PINEAU; FARIA FILHO, 2009, p.101).

O verbo “domar”, utilizado por Pimentel Filho, justifica-se também pelo grupo humano objeto dessa ação educativa no final do século 19: os bárbaros, ou selvagens, moradores das florestas, que haviam migrado para as cidades, ou os filhos destes, entendidos à época como o antônimo de sujeito civilizado; aqueles que possuíam práticas cotidianas mais ligadas à sabedoria das florestas e não às sociedades que se apresentavam como desenvolvidas dentro dos princípios da modernidade em discussão naquele momento, e que por isso eram considerados primitivos e precisavam urgentemente ser trazidos ao mundo civilizado.

No contexto amazônico, essa necessidade civilizadora é ainda mais premente, já que, segundo o paraense José Veríssimo, na província do Pará “os mestiços formam mais de duas terças partes da população” (VERISSIMO, 1887, p.296). Esses mestiços eram oriundos da miscigenação das raças branca, negra e índia, as últimas duas consideradas raças degeneradas e a primeira formada por “aquilo que de pior existia” – o refugo da sociedade portuguesa, isto é, os degradados, os criminosos (Ibid.).

Essa herança étnica trouxe à Amazônia uma miríade de práticas e costumes que para os brancos intelectuais eram verdadeiros sinais de sua forte ligação com as origens dos povos amazônicos, verdadeiros vestígios sobreviventes do passado, como defendia Tylor (1958[1871])²⁷, e que fizeram existir em Belém uma outra cidade, a cidade dos encantados, conforme Figueiredo (2008). O advogado, sociólogo e historiador Vitor Leonardi, informa que, na História do Brasil, o índio é visto

[...] como um bárbaro absolutamente fechado dentro de sua mentalidade, estranho à nossa vida, constituindo o maior obstáculo para a expansão da colonização, razão pela qual ele caracteriza a conquista da terra como um empreendimento essencialmente guerreiro, sem o qual não teria sido vencida a mana hostil da bugresia exasperada (LEONARDI, 1996, p.30).

²⁷ Para este autor, considerado o precursor do conceito antropológico de cultura, vestígios dessa natureza são derivações de um estado anterior que deveria ter sido suplantado; são fragmentos de uma cultura inferior morta, encravada em outra superior viva.

Embora Leonardi se refira ao contexto colonial – período em que se desenvolvia a “penetração” branca na Amazônia –, essa visão pejorativa acerca do nativo permanece praticamente inalterada ao longo dos anos, e, no final do século 19, muito dessas representações passam a ser transferidas para os pobres da província, mestiços entregues à própria sorte, que viviam em condições precárias, como constatamos nos contos presentes em “Cenas da vida Amazônica”, de José Veríssimo (1957 [1886]).

Situação semelhante dava-se com o negro (lembrando que a libertação dos escravos coincidiu com o fim do Império brasileiro), considerado objeto e vítima de todos os tipos de abusos²⁸. Eram também vistos como rebeldes e violentos, principalmente por sua participação no movimento cabano no Período Regencial. Quanto a isso, Vicente Salles (2004, p.37) escreve que a “Cabanagem contou, desde seu início, com a participação ativa de negros – libertos e escravos”. A imagem produzida sobre os negros, de rebeldes incorrigíveis também se agravou pela “busca da liberdade pela fuga e posterior agrupamento nos quilombos” (SALLES, 2004, p.35) nos anos subsequentes.

A preocupação civilizatória presente desde o período colonial, especialmente no Norte, “terra de índio”, assume outra forma no fim do Período Imperial. Com a população indígena largamente dizimada e a população negra segregada em quilombos, os olhares dos políticos e intelectuais voltam-se para os descendentes desses povos considerados primitivos – os mestiços. Estes passam a ser motivo de preocupação, especialmente porque ocupam o centro da cidade sem perder os traços culturais repudiados pela elite branca vinculada ao baronato da borracha, que tentava cultivar nos trópicos os comportamentos e modos de vida das grandes cidades europeias, particularmente, de Paris.

Para se combater os pobres e levá-los ao caminho da civilização fazia-se preciso combater sua própria história, seus usos e costumes, pois havia peculiaridades na cultura amazônica que não se enquadravam na moderna e civilizada província que se queria construir. Um exemplo disso é a panema – falta de sorte, uma circunstância

²⁸ Para saber mais cf.: SALLES, Vicente. **O negro na formação da sociedade paraense**. Textos reunidos. Belém: Paka-Tatu, 2004.

agourenta pela qual passa a pessoa; “não é apenas uma falta de sorte ou infelicidade ocasional, porém, uma incapacidade temporária que aflinge o indivíduo ou objeto, um processo cujas causas e sintomas podem ser determinados e são conhecidos” (GALVÃO, 1979, p.59). O principal deles é que a pessoa torna-se relativamente incapaz para determinadas atividades específicas como caçar, pescar etc., exigindo também procedimentos peculiares para a sua superação. Algumas vezes, exigem períodos de repouso e recolhimento totalmente incompatíveis com as atividades laborais. Considerada uma crendice, e fortemente presente nas relações interpessoais dos povos amazônicos, a panema é fruto de um processo que contou com a mesclagem e transformação das ideias num corpo que já não é mais português ou ameríndio, nem negro, mas caboclo (GALVÃO, 1979).

Outra prática que passou a ser combatida também foi o exercício da magia e curandeirismo encontrado no Brasil desde o período colonial. Maria Beatriz Nizza da Silva, em seu livro *Donas e plebeias na sociedade colonial*, dedica um capítulo para tratar das situações e histórias (bem numerosas) de mulheres envolvidas com rituais propiciatórios do amor, curas e benzeduras, adivinhações etc.

Uma das histórias contadas pela autora é a da índia Sabina. Casada com um escravo, ela viveu por volta da metade do século 18 e tinha seus serviços curandeiros bastante requisitados por pessoas da região, dentre eles fazendeiros e funcionários públicos. Segundo os documentos inquisitoriais levantados pela autora (já que Sabina foi denunciada por sete de seus antigos clientes à Inquisição quando esta esteve em visita ao Grão Pará), Sabina se destacava na requisição de seus serviços porque “misturava no seu processo curativo elementos indígenas (o chocalho, o defumadouro, o cachimbo, o esfregar o corpo do doente) com elementos que aprendera com as brancas que ali moravam” (SILVA, 2002, p.287).

A grande adesão de pessoas a essas práticas curativas deve-se principalmente à ausência na província de profissionais com a devida formação em medicina e ao uso de medicamentos da fitoterapia indígena por brancos de reputação, como missionários católicos (ALENCASTRO, 2000). Praticadas por mestiços do sexo masculino e feminino, as atividades de cura e benzedura aliavam tradições populares de brancos, ritos indígenas e saberes africanos, agregados por ensinamentos diversos que circulavam de boca em boca e, muitas vezes, apresentavam-se como alternativa aos

gastos com um médico, o que era extremamente importante numa época em que a população pobre já contava com grandes dificuldades para sobreviver. Como demonstra Alencastro (2000), ao tratar dos recursos utilizados pelos indígenas para a cura das doenças transmitidas pelos brancos europeus, houve, entre os doutores oriundos da Metrópole, franca resistência aos conhecimentos dos empíricos do Brasil.

Aldrin Figueiredo (2008), em seu livro *A cidade dos Encantados: pajelança, feitiçarias e religiões afro-descendentes na Amazônia 1870-1950*, já referendado anteriormente, mostra claramente como, no final do século 19 e início do século 20, a presença de pessoas que desenvolviam as práticas acima citadas ainda era muito forte na cidade de Belém e, com certeza, em toda a província do Pará. Segundo ele

Entre anúncios da mais afamada moda parisiense, e mais queijos, vinhos e biscoitos, apareciam, nas mesmas páginas, como um ocasional contraponto, notícias sobre prisões de pajés, invasões às casas de feitiçaria, denúncias de bruxarias, notícias sobre o aparecimento de meninas santas, curas mágicas, assassinatos por feitiçaria, zoomorfismos, e outros casos afins, que revelam um lado escondido da reluzente história do *fin-de-siècle* (FIGUEIREDO, 2008, p.19).

Os estudos de Maria Beatriz Nizza da Silva comprovam esses dados quando nos informam que, apesar de originários do Brasil Colônia, esses procedimentos curativos e premonitórios “eram ainda procurados pela população no início do século XIX” (SILVA, 2002, p.292) e, como Figueiredo (2008), assegura que continuaram a ser buscados nos anos seguintes.

4.2 As vozes contando a história

Nesta segunda parte da seção, foram analisadas as fontes coletadas no Arquivo Público do Pará, a saber: ofícios, regulamentos, leis, portarias e decretos produzidos no período delimitado para esta pesquisa, que é de 1870 a 1889, isto é, do ano de promulgação da lei de criação do Instituto paraense até a Proclamação da República. Serão também usadas como fontes primárias as reportagens dos periódicos paraenses no período supracitado. Essas fontes foram identificadas em visitas ao Arquivo Público do

Estado do Pará, Fundação Cultural Tancredo Neves (setor de microfilmagem) e Centro de Memória da Amazônia.

Pela leitura dos relatórios (dos presidentes da província, dos diretores do Instituto e dos diretores da instrução pública) e leis sancionadas, tivemos condições de construir uma versão da história daquele estabelecimento, sendo exatamente esse o percurso que faremos agora. Nesse caminho, articulamos fontes primárias com fontes secundárias.

A ideia de fundação de um instituto de educandos para o ensino de ofícios mecânicos foi apresentada pelo presidente da província do Pará, João Alfredo Correa de Oliveira, um conselheiro do Império que defendia a necessidade de formação profissional para a população através da

Criação nos principais municípios e províncias de escolas profissionais, nas quais ensinar-se-iam as ciências aplicadas, sobretudo aquelas que estariam mais em relação com as artes ou as indústrias do município, ou com as indústrias que poderiam estabelecer-se aí frutuosa e (OLIVEIRA, 1874 *apud* ALMEIDA, 2000 [1889], p.145)

O trecho acima faz parte de um discurso do Conselheiro feito na Câmara do Município Neutro, em maio de 1874, no qual deixa bem clara sua principal proposta para o desenvolvimento da instrução pública e, conseqüentemente, da nação: a formação profissional dos brasileiros mais pobres.

Segundo um relatório de João Alfredo, o jovem engenheiro paraense Guilherme Francisco da Cruz, titular da Secretaria de Obras Públicas, foi encarregado de projetar essa instituição, “na qual o **orphão e o filho do pobre** recebessem instrução primaria, e aprendessem convenientemente as diversas artes á que se quizessem dedicar segundo as aptidões manifestadas” (RPPA, 1870a, p.22, Grifos nossos). O presidente cita ainda a experiência de um estabelecimento existente no Maranhão como argumentação para a fundação de um instituto análogo no Pará que ele acredita

[...] não só custaria pouco aos cofres provinciaes, mas também faria de tantos orphãos e meninos pobres, que ahi vagão sem direcção e sem applicação util, **bons artistas** de que a província tanto carece e **cidadãos morigerados** (Ibid., Grifos nossos).

João Alfredo foi um político em harmonia com as transformações mundiais e com o pensamento moderno de sua época; “é talvez um dos que representam mais essencialmente o brasileiro moderno, em ascensão e dignidade” (ALMEIDA, 2000, [1889] p.144). Isso é o que declara José Ricardo Pires de Almeida, em seu livro *Instrução Pública no Brasil (1500-1889): história e legislação* (2000), publicado inicialmente em 1889, em que usa parte significativa da obra para apresentar e exaltar o conselheiro e suas numerosas contribuições, descrevendo-o como um homem “sério e de forte têmpera, cheio deste ardor que dá uma natureza às vezes severa e apaixonada” (Ibid., p.143), representante “das verdadeiras democracias” (Loc. cit.). Ainda segundo Almeida (2000 [1889]), os misteres prestados por João Alfredo enquanto Ministro do Império (1870 a 1875) foram numerosos em todos os ramos do serviço público, porém os mais destacados foram exatamente no da instrução pública. Um exemplo disso é que ele também levou ao Rio de Janeiro uma ideia semelhante à proposta que fez no Pará: um asilo para 300 crianças pobres que receberiam “instrução primária completa ao mesmo tempo que seguem cursos profissionais, organizados de tal maneira que, ao saírem do asilo, os jovens estão prestes a se tornar excelentes mestres de oficinas” (ALMEIDA, 2000, [1889] p.144).

Para João Alfredo, os benefícios proporcionados pelo estabelecimento que ele propunha ser criado deveriam se estender “aos índios de menor idade, que geralmente são empregados aqui como creados de servir nas casas particulares. E’ mais um meio á empregar-se para a catechese e civilização dos índios” (RPPA, 1870a, p.22). A preocupação demonstrada pelo presidente vinha no sentido de combater uma situação que já era vivenciada pelos indiozinhos da Amazônia desde o período colonial, pois, segundo Ângela Domingues (1995, p.73), o “alojamento de crianças índias nas casas da elite socioeconômica e cultural luso brasileira, ou seja, em casa de governadores, dos bispos, de ouvidores e de altos funcionários civis e militares”, era uma alternativa para a inserção dos meninos e meninas indígenas na sociedade civilizada, retirando-os de suas tribos, que sobrevivera ao longo dos anos como algo perfeitamente natural, mas que por sua primitividade precisava ser superada.

Essa temática jamais será trazida à baila novamente, porém, sabe-se que o Instituto era mais uma estratégia de consolidação do projeto civilizador como muito apropriadamente nos ressalta Valéria Weigel (1998), ao tratar das escolas monumentais

desse período, constituídas às margens do alto Rio Negro, no Amazonas, com a finalidade clara de, ao oferecer um ensino profissional aos indígenas, sedimentar entre eles a cultura dos brancos.

Retomando o discurso do presidente, salientamos que ele não finaliza sua argumentação sem enfatizar que ficaria muito satisfeito caso a sua ideia de construção desse instituto fosse “digna de aceitação e esforços do ilustrado administrador que me substitue” (RPPA, 1870a, p.22), pois tinha consciência de que seu governo não teria condições de levar essa empreitada adiante, já que estava no final de seu mandato.

Segundo Bezerra Neto (1996), João Alfredo não conseguiu fundar o instituto pretendido por conta das dificuldades orçamentárias vivenciadas pelo tesouro público provincial, o que levou, inclusive, quando da sua fundação, à diminuição do número de educados para 30 ao invés de 50, como se previu inicialmente através da lei provincial de criação. Foram justamente essas dificuldades que também atrasaram o início das atividades em quase dois anos, pois Abel Graça, sucessor de João Alfredo, só criou o estabelecimento no final de 1870, através da Lei nº 660, de 31 de outubro, publicada no mês de novembro subsequente.

Já empossado, Abel Graça, para conseguir a autorização da Assembleia Provincial, recomendou o projeto arquitetônico elaborado pelo engenheiro Guilherme Francisco Cruz e salientou: “A idéia é de grande utilidade, e será conveniente que autorizeis a presidência para realizá-la” (RPPA, 1870b, p.21). Para fortalecer sua defesa, Abel Graça retoma as palavras de João Alfredo, registradas no relatório anterior, na passagem de comando, aproveitando-se da grande visibilidade que aquele ia adquirindo a cada dia no Império brasileiro. Depois disso, por quase um ano, o Instituto de Educandos Artífices não reaparece nos relatórios presidenciais e, somente volta a ser citado no de 15 de fevereiro de 1872, quando Abel Graça discorre sobre algumas providências que pretendia tomar assim que o estabelecimento fosse inaugurado, dentre elas, estava a determinação presidencial de que assim que fosse criado o Colégio de Artífices (Instituto) a cadeira de tecnologia sairia do Lyceu, onde foi frequentada por apenas um aluno (naquele ano) e passaria para o Instituto já que, “compreendendo o Lyceu um curso comercial e outro de humanidades, era desnecessária allí aquela cadeira, que pelo regulamento de nenhum dos referidos cursos fazia parte” (RPPA, 1872, p.14).

O presidente também manifesta sua ansiedade de inaugurar o estabelecimento “para que ele possa funcionar convenientemente e prestar os serviços que são de esperar de estabelecimentos tão proveitosos, como o de que se trata” (Ibid., p.59). Informa também que já adquiriu um prédio para o mesmo “a chácara do commendador Manuel Antonio Pimenta Bueno, sita na Estrada de Nazareth, para n’ella montar o collegio de educandos artífices” (Ibid., p.58). Neste local, hoje funciona o Colégio Gentil Bittencourt (ex-Colégio Nossa Senhora do Amparo), uma instituição educativa privada de cunho religioso. A chácara havia sido comprada com recursos do Governo Imperial, que, através do Ministério da Agricultura, contribuiu “com a quantia de sessenta contos de réis, importância da casa comprada para o collegio de artífices” (Ibid., p.59).

A propriedade tinha “30 braças de frente corridas de grades de ferro, e 150 de fundo; a casa é de solida construção, convenientemente arejada, e presta-se perfeitamente ao fim á que é destinada” (RPPA, 1872, p.59). As obras de reforma/adaptação foram orçadas em 1:800\$000 réis, pois, segundo o Presidente da Província, seriam poucos os reparos: “torna-se somente indispensavel demolir algumas paredes para alargar mais as grandes salas que a casa já contém” (Ibid.).

Anos depois, em seu relatório presidencial de 15 de fevereiro de 1877, João Capistrano Bandeira de Mello Filho considerou essa quantia muito alta se levadas em consideração as condições do prédio, contradizendo a justificativa à época da compra de que o lugar atendia plenamente ao que se pretendia. Segundo Mello Filho,

[..] a casa em que se acha o Instituto e que, para este fim foi comprada por avultada quantia, era um predio particular de construcção ligeira e apenas adoptado para residência de família. Quasi é necessária uma nova construcção para que possa elle prestar-se ao seu fim (RPPA, 1877, p.98)

A classificação de avultada quantia investida na compra da casa, mesmo que esta não tivesse condições de abrigar um Instituto, como demonstram as numerosas citações presentes nos relatórios presidenciais sobre a precariedade do prédio, que teremos oportunidade de ver mais adiante, fazem-nos pensar que a compra do local para a instalação se deu muito mais por razões políticas, já que a chácara comprada pertencia a um influente político local. Ao invés de se procurar um lugar que pudesse ser realmente adequado para abrigar satisfatoriamente um estabelecimento com os fins a que o

Instituto se propunha, Abel Graça preferiu atender a interesses pessoais do comendador, mostrando que “o apadrinhamento constituía o principal instrumento de cooptação de partidários leais ao gabinete” (RIZZINI, 2005, p.23).

Nesse relatório presidencial, Abel Graça declara ainda outra pretensão para o Instituto, além do atendimento dos meninos indígenas:

Tendo em vista o governo imperial crêar asylos convenientes aos libertos, que não fiquem em poder de seus senhores, n'esta data me dirijo ao mesmo governo, scientificando-lhe que breve pretendo crear o collegio de educandos artífices, onde **os menores libertos poderão receber uma educação e instrução regulares**, sem que seja preciso montar-se aqui um asylo especial para eles (RPPA, 1870b, p.59, Grifo nosso).

Como lemos, o presidente apontava que assim como as crianças desvalidas, os órfãos pobres e os jovens desfavorecidos da fortuna, os meninos libertos (ingênuos), encontrariam no Instituto

[...] um asilo conveniente, onde receberão a instrução necessária, sem que o Estado tenha de gastar grandes somas com a criação de um estabelecimento especial e a província por sua vez também muito lucrará com esta medida, porque diminue consideravelmente as despesas com a criação do collegio de Educandos (Ibid., p.60).

Pelo relatório, não sabemos se Abel Graça recebeu a autorização solicitada acima para o atendimento de ingênuos, mas sabemos que eles não chegaram a ser atendidos nesse estabelecimento nos seus primeiros anos de funcionamento. Essa suspeita baseia-se nas análises de Irma Rizzini (2004, p.190) que, ao pesquisar a

[...] correspondência disponível no Arquivo Público do Pará, entre a Presidência do Pará e a direção do Instituto [localizou apenas] o encaminhamento de dois ingênuos para admissão. Trata-se do ingênuo Manuel, filho de Diamantina de Jesus, e do ingênuo Luciano, filho de Maria Lourenço, mandados admitir pelo presidente [no ano de 1887].

A preocupação com o atendimento dos meninos ingênuos demonstra que as finalidades do Instituto de Educandos estavam em perfeita harmonia e ligadas com as discussões vividas no restante do Império brasileiro, pois esse atendimento das crianças que adquiriram liberdade por força da lei tornou-se uma grande preocupação nos anos que se seguiram à promulgação dela, daí a importância de retomamos essa discussão. A

bibliografia sobre o tema aponta que a questão do atendimento às crianças nascidas após a Lei 2040 de 28 de setembro de 1871, a chamada Lei do Ventre Livre, foi um tema de recorrente debate que

[...] impôs à sociedade brasileira uma nova percepção da infância, pois o destino da vida das crianças, que era traçado no âmbito restrito das famílias de seus donos, tornou-se questão de responsabilidade do poder público. A partir daí, ampliaram-se as atribuições do Estado com a criação e educação das crianças, especialmente daquelas que se encontravam na pobreza, no abandono e em risco de sucumbir à marginalidade (MARIN, 2006, p.114).

Uma grande preocupação era a falta de estrutura no Império e na Província para recolher e atender a criança ingênua no Brasil, pois era o entendimento de muitos intelectuais e políticos que

Não bastaria emancipar os escravos, fossem estes mais ou menos jovens, seria também necessário cuidar de sua instrução e de sua inserção na sociedade livre, a fim de evitar convulsões sociais e garantir seu trabalho (MÉDICE, 2007, p.67)

Segundo Vera Lúcia Moura (2005, p.4), as próprias fontes documentais apontam “que os ingênuos representavam um problema social levando o poder público à procura de soluções”. Para Joel Marin, isso acontecia porque a máquina produtiva

[...] precisava de trabalhadores livres para oferecer e vender a sua força de trabalho, mas estes deveriam ser mantidos sob controle em seus devidos lugares, respeitando a divisão social de classe. Sob a ótica do capital, o trabalho tornou-se o meio por excelência para alcançar o progresso individual e social, enquanto a miséria passou a ser naturalmente associada à ociosidade, à indolência e aos vícios da população pobre (MARIN, 2006, p.119).

Um exemplo disso é que

No sentido de viabilizar financeiramente a educação dos ingênuos, a Câmara [dos deputados do Rio de Janeiro] em 1877, determinou na lei do orçamento que uma quota do Fundo de Emancipação, equivalente a $\frac{1}{4}$ da arrecadação, seria aplicada exclusivamente à educação dos ingênuos, sem, no entanto, especificar como tal verba seria utilizada. Votada para o orçamento de 1877/78, a quota constou até o exercício de 1881/82 (MÉDICE, 2007, p.66).

A preocupação presidencial de que o Instituto paraense se tornasse abrigo para tais crianças, quase sete anos antes do momento em que esse atendimento precisaria efetivamente ser viabilizado, demonstra bem isso. A perspectiva de recolher os ingênuos no estabelecimento dos educandos também estava em consonância com o que vinha sendo praticado no restante do Brasil em que o recolhimento estava sendo feito nas instituições já existentes e destinadas aos órfãos e desvalidos.

No entanto, o próprio fim de tais instituições (o atendimento de órfãos e desvalidos) se consubstanciou num impedimento à admissão dos meninos ingênuos, já que como não estavam na condição de desvalidos, “as crianças libertas não eram admitidas pela alegação de não estarem dentro dos preceitos exigidos pelos estatutos dos referidos estabelecimentos” (MOURA, 2005, p.3). Essas crianças também se deparavam com a constante da falta de infraestrutura desses prédios, o que implicava numa invariável falta de vagas. Outro obstáculo à admissão desses meninos era a condição física inadequada que apresentavam, resultante dos maus tratos vividos como escravos nas grandes fazendas. Todas essas circunstâncias também foram vivenciadas no Pará, o que pode explicar, pelo menos em parte, o baixo número de admissões de ingênuos no Instituto.

Outro fator que também pode ser elencado como motivo para o baixo atendimento dessa clientela é o número considerado por muitos autores não tão elevado de escravos africanos no Pará, se comparado com o de outras províncias imperiais. Além do mais, segundo Rafael de Lima Médice, os dados estatísticos do Período Imperial, contrariando as previsões de que um grande número de filhos de escravas seriam entregues ao governo pelos grandes proprietários, apontam “que a imensa maioria dos senhores preferiu continuar com os ingênuos, utilizando seu serviço até os 21 anos” (MÉDICE, 2007, p.67). Isso é ratificado por Mary Del Priore e Renato PintoVenâncio (2006, p.182), quando dizem que para

[...] os proprietários era bem mais atraente permanecer com os meninos libertos sobre seu controle, atitude que, paradoxalmente, devia contar com algum apoio entre os próprios escravos, tendo em vista que a estabilidade dos laços familiares era algo por eles almejado.

Somente em 1888 essa discussão reaparece em uma matéria de jornal que propõe, como forma de comemorar a libertação dos escravos negros paraenses, recém ocorrida, a criação de

[...] um estabelecimento que não só commemore de uma maneira duravel essa gloriosa data; como que seja o educador d'esses novos cidadãos, e, tambem d'aquelles que pela ignorancia e falta de educação mais perto d'elles estão [?] Creio que a utilidade como a oportunidade, de tal fundação não pôde ser posta em duvida e que por falar na tecnologia parlamentar, passaria sem discussão (AMAZONIA, 19/05/1888).

Alguns meses depois, essa discussão volta em um relatório presidencial (2 de fevereiro de 1889) apresentado por Miguel d'Almeida Pernambuco à Assembleia. Todavia, agora se referindo não às crianças ingênuas, mas àquelas que, por conta da libertação dos escravos, ocorrida a alguns meses antes, acompanhariam os pais que deixassem as fazendas ou as casas senhoriais. Nesse texto, ele manifesta sua preocupação com o grande

[...] numero de menores, que antes da abolição do elemento servil, viviam em companhia dos proprietários de seus progenitores, então escravos, há de necessariamente ficar sujeito a receber apenas a intrucção primaria que é dada nas escolas publicas; e muitos outros ficarão entregues a ociosidade e aos vícios, se os poderes publicos e a philantropia dos paraenses não vierem em auxilio da educação desses menores, de modo que elles possam vir a ser proveitosos a si e ao seu paiz (RPPA, 1889, p.42).

Depois disso, o tema “educação de crianças negras” não reaparece novamente durante o período imperial nos relatórios dos presidentes da província do Pará.

Ao longo dos anos de funcionamento do Instituto paraense, era lugar comum o fato de os presidentes da província e de seus diretores exaltarem a iniciativa de criação desse estabelecimento, principalmente pela clientela à qual estava destinado. A respeito disso, o presidente Domingos Cunha Junior manifesta sua satisfação com essa instituição

[...] destinada principalmente á classe menos favorecida da fortuna, offerece-lhe não só uma bem entendida educação, robustecida nos habitos do trabalho e nos vigorosos princípios da san moral, mas também uma instrucção profissional de que tanto carece o artista para dar ás suas obras cunho da segurança e da perfeição ao lado da necessaria economia no trabalho pelo emprego intelligente das forças de que dispõe (RPPA, 1873, p.28).

A primeira situação que demonstra a importância do Instituto para a própria província é a sua festa de inauguração. O *Jornal do Pará* publicou uma detalhada matéria sobre o ocorrido, onde tomamos conhecimento de todo o cerimonial realizado.

Às 9 horas da manhã, achando-se presentes o exc. Presidente da província, chefe de polícia, comandante das armas, chefe de divisão com mandante do 3.º districto naval, chefes das repartições publicas, e grande numero de pessoas gradas da nossa sociedade, s. exc. o sr. dr. Abel Graça deo começo ao acto.

O sr. major Luiz Eduardo do Carvalho, director do Instituto, fez um bonito discurso, tratando das vantagens do estabelecimento e dos seus resultados futuros.

Sucedeo-lhe na palavra o sr. Bento de Figueiredo Tenteiro Aranha, que dissertou largamente sobre a construção, como **irmã do progresso e da civilização**.

Finalmente o sr. dr. Abel Graça, findo este ultimo discurso, declarou installado o Instituto Paraense de Educandos artificies.

Acabada esta cerimonia foi servido um luxuoso e opulento almoço ás pessoas presentes; reinando em tudo a maior hamornia e o mais vivo contentamento.

Diversos brindes forão levaatados com enthusiasmo; ao sr. dr. Abel Graça e a outros cavalheiros.

Erão já 11 horas e meia quando o sr. presidente provincia concluiu aquelle lauto-banquete, erguendo um brinde ao primeiro cidadão do Imperio, a S. M. O Sr. D. Pedro II.

O edificio, onde funciona o Instituto, já de si tão risonho pelo logar em que é situado e pela bellesa de sua magnifica construção, estava no interior preparado com muito gosto e elegancia.

As vastas salas decoradas com simplicidade, offerecião à vista um espetaculo agradável.

Era meio dia quando o s. exc. o sr. dr. Abel retirou-se dando a festa por concluída.

Parabens a s. exc. aquella obra é sua. (JORNAL DO PARÁ, 04/06/1872, Grifo nosso).

Como podemos constatar, a inauguração contou com a presença das autoridades mais importantes da província, que discursaram exaltando a relevância daquela iniciativa. A reportagem não se furta de descrever o prédio e elogia, especialmente, a localização. O banquete ofertado também não é esquecido, assim como os diversos brindes levantados durante a sua degustação. É interessante observar que a reportagem em nenhum momento cita estarem presentes os meninos que seriam atendidos no Instituto, apesar de informar que a inauguração contou com muitas pessoas naquele local. O texto jornalístico conclui dizendo que

[...] quando os importantes resultados d'aquelle estabelecimento forem conhecidos; quando os meninos, que vão agora começar a aprender, forem homens e souberem colher todas as **vantagens do trabalho inteligente**, quando essas creanças, que entram para ali agora balbuciando as letras do alfabeto, forem **cidadãos instruídos**, e concorrem para o **desenvolvimento moral e intellectual do seu paiz**, o sr. dr. Abel Graça será lembrado com reconhecimento: o nome do illustre fundador do Instituto Paraense de Educandos Artífices, será gravado em letras de ouro na historia d'aquelle estabelecimento (Ibid., Grifos nossos).

Segundo Irma Rizzini (2004, p.305)

[...] a escassez de braços na Província, a perspectiva da abolição do elemento servil e a expectativa de que os desvalidos fossem úteis à Província e as suas famílias, compunham as justificativas para a criação da instituição educacional.

A partir disso podemos entender a importância dada pelas autoridades ao evento, assim como o entusiasmo presente no final da reportagem, demonstrando como era encarada a existência do Instituto na Província. O interesse de atender a população a que se destinava o estabelecimento era tão grande que a abertura das matrículas chegou a ser anunciada nos jornais

Devendo installar-se nos primeiros dias do mez de junho proximo o instituto educandos artífices paraense, manda s. exe. o sr. Presidente da provincia declarar aos paes e tutores de menores nas condições de serem admittidos n'aquelle estabelecimento que para tal fim podem dirigir-se ao mesmo exm. sr. ou por meio de requerimento ou pessoalmente.

As condições para admissao são as seguintes: **Ser pobre e desvalido**; Não ser menor de 7 nem maior de 14 anos; Achar-se em condições sanitarias satisfactoria (JORNAL DO PARÁ, 02/06/1872, Grifo nosso).

O texto acima demonstra o grande interesse das autoridades provinciais de que o público alvo fosse efetivamente alcançado, e também que as autoridades provinciais de alguma forma entendiam serem os periódicos importantes instrumentos de comunicação com as pessoas.

Mas a inauguração do Instituto não foi o único momento de exaltação do estabelecimento. Posteriormente, as autoridades não cessaram de lembrar das elevadas expectativas que tinham para essa instituição e do impacto que ele poderia causar na

província paraense. Os periódicos paraenses nos informam que eram constantes os visitantes ilustres, como os presidentes da Província, com o objetivo de apenas averiguar os trabalhos, como na nota abaixo:

S. exc. o sr. **Presidente da provincia visitou hontem o edificio do Instituto paraense**, percorrendo-lhe todos os compartimentos, e fazendo detido exame dos gêneros do almoxarifado. S. exc. Retirou-se satisfeito do estado em que encontrou o estabelecimento (GAZETA DE NOTÍCIAS, 13/11/1881, Grifo nosso).

Anunciavam-se, ainda, as festividades e as cerimônias de entrega dos prêmios anuais, como aparece na reportagem do jornal *A Regeneração*, de 1874, em que o presidente comparece para assistir à cerimônia anual de premiação

Teve logar ante-hontem n'este estabelecimento publico de instrucção mechanica e solemnidade de distribuição dos premios aos alumnos, que mais se distiguiram no anno lectivo, assistindo ao acto o Exm. Sr. **Presidente da Provincia e muitas pessoas distinctas da nossa sociedade**. Depois da leitura do bem elaborado relatorio do digno Sr. director do instituto, Tenente Coronel Vicente Baptista de Miranda, da entrega dos premios seguio-se a exposição de aterfactos, que **produzio em todos agradável impressão**, e finalmente o leilão d'esses objetos (A REGENERAÇÃO, 27/12/1874, Grifos nossos).

Até mesmo membros da família imperial estiveram em visitas ao Instituto, como relata o presidente José de Araujo Roso Danin, em seu relatório de 22 de julho de 1889, que em uma de suas visitas ao estabelecimento teve como companhia o Conde D'Eu, esposo da princesa Izabel.

A sociedade também fazia vigilância sobre o estabelecimento, como demonstra uma carta enviada a um jornal paraense de um cidadão que há pouco visitara o Instituto e se dizia muito satisfeito com o que tinha visto:

Terça-feira 3, passando pelo Instituto Paraense, foi dispretado pelo harmonioso som da banda de musica do mesmo, e impellido pela curiosidade, fiz parar o wagon e dirigi-me para o estabelecimento. Entrei e fui apresentado ao director, que me disse ser o dia de anniversario da installação do mesmo e convidou-me a visital-o. Achei grande differença no estabelecimento, que não visitava depois de dois annos, notando o **asseio, ordem e disciplina da casa**, gostando sobre tudo muito de ver o **respeito e polidez dos novos educandos que pela maior parte são todos de menoe idade**. Visitei as officinas que se estão concertando, e achei muita limpeza no quintal

do estabelecimento, notando um grande salão que me disse o sr. dr. Coelho acabava de terminar. Este salão é o melhor dos dormitórios do estabelecimento, muito bem ventilado e os educandos devem-se ahi achar muito bem acoadicionados, accrescendo mais que **com as janelas abertas facilmente inspecciona toda a casa**, dizendo-me o director que tinha adoptado esse systema para **melhor fiscalização de todo o estabelecimento**. Conversei depois com o dr. Coelho que ainda não conhecia e ouvil-o com satisfação, por mostrar-se animado de um grande desejo de ver o instituto ter grande desenvolvimento e tornar-se o primeiro estabelecimento da provincia.

Não latisei o meu passeio, não só por ter passado uma meia hora no meio dessa mocidade esperançosa, como porque creio que o sr. dr. Coelho pensa no progresso do estabelecimento, considerando um engrandecimento para a sua provincia; nutrindo eu a esperança de que o exm. Sr. dr. Presidente da provincia, intelligente como é, não deixará de proteger as boas idéias do seu conterraneo para o engrandecimento do seu torrão natal. *Um amigo do progresso* (A PROVINCIA DO PARÁ, 07/06/1879, Grifos nossos).

Esse mesmo periódico apresenta uma outra situação que demonstra o quanto a sociedade acompanhava o que acontecia no Instituto:

Consta que tendo entrado no estabelecimento dos educandos artifices um animal muar na noute de 27 passado, o director d'esse estabelecimento em vez de o mandar amarrar afim de que o seu dono pagasse qualquer estrago que o animal por acaso ahi tivesse causado, o mandou enforcar em uma arvore no fundo estabelecimento, presidindo a esste acto de selvageria, e depois de consummado o mandara enterrar no mesmo logar. Pode-se a syndicancia d'este facto ás authoridades competentes, sobretudo quando é dado em um estabelecimento publico e de educação. *Tiburcio Manoel de Christo* (Id., 03/06/1879).

A reclamação ganha uma resposta do dono do próprio animal, que havia lido no jornal a denúncia feita, e faz questão de esclarecer tudo, chegando inclusive a elogiar a forma como o diretor do estabelecimento tinha procedido

A informação dada ao sr. Tiburcio Manoel de Christo, relativo ao animal muar enterrado no fundo do estabelecimento dos educandos artifices, não é exacta. O animal me pertencia, a morte foi causada por mordedura de cobra, e foi elle enterrado por ordem da autoridade competente. O digno sr. Director procedeu perfeitamente como devia, cumprindo ordens; e se tivesse obrado diversamente, é bem patente que todo interesse seria meu em reclamar "syndicancia", pois que soffro prejuizo e perda. *C. Lavery* (Id., 04/06/1879)

Os relatórios apresentados à Assembleia Provincial contêm muitas das falas emitidas acerca do Instituto após essas visitas, como, por exemplo, o de 5 de novembro de 1872, em que o Barão de Villa da Barra observa que, apesar de estar instalado há apenas quatro meses, já “promette prestar á província relevantes serviços, sendo de máxima utilidade a seus filhos que se vão applicando ás artes e officios mecânicos” (RPPA, 1872, p.21). Da mesma forma, em seu relatório de 18 de abril de 1873, o Barão de Santarém, não se furtou em dizer que o “Instituto paraense de educandos artífices continua a funcionar regularmente e promette os benefícios que se deve esperar de sua instituição” (RPPA, 1873, p.10). Cinco meses depois, o novo presidente – Domingos José da Cunha Junior –, seguindo a linha de seus antecessores, afirma que o Instituto é um estabelecimento que “vae progredindo de modo satisfactorio” (RPPA, 1873, p.29), sendo que o mesmo

Dentre todas as instituições creadas no intuito de promover a instrucção publica, é [esta] sem duvida das poucas que nos apresenta debaixo d'um ponto de vista mais **util** á sociedade, pelos vantajosos resultados que della se deve esperar (RPPA, 1873, p.28, Grifo nosso).

Os jornais paraenses também apresentaram interessantes opiniões a respeito. Alguns classificavam o Instituto como “uma instituição meritória, de finalidades altruísticas, destinando-se a uma trajetória brilhante na senda educacional” (O ARTIFICE, 03/06/1946). Outros reconheciam que o “desenvolvimento da industria em seus diversos ramos não é sómente uma conveniencia economica de ordem muito elevada, é mais do isso, uma palpitante necessidade social de todos os centros da população” (CORREIO DO NORTE, 18/09/1882). Mas afirma que, infelizmente, o Instituto

[...] embora custe boa somma aos cofres, e procure dar educação profissional, nos parece com tudo que ainda está longe de preencher os fins de sua instituição, principalmente quando não completa, sequer, a educação dos que n'elle se admitem (Ibid.).

Segundo Guilherme Francisco Cruz, o Instituto era um “estabelecimento promotor de progresso e azylo utilíssimo aos engeitados da fortuna” (RPPA, 1874a,

p.5). Já para Gama Abreu, é classificado como uma instituição “d’aquellas em que mais confiança deve ter a provincia” (RPPA, 1881, p.57), por ser

[...] de elevada importancia [para esta provincia]; e si o elemento pedagogico e o scientifico, realmente applicados ao preparo de aptidões sociaes e industriaes forem devidamente considerados (...), serão compensadas as despezas que custao á provincia e correspondidos os **intuitos humitarios e civilisadores** que presidirão a fundação d’ellas (RPPA, 1882, p.7, Grifo nosso).

O ano de 1874 é o primeiro em que um presidente apresenta as dificuldades vivenciadas com aquele estabelecimento. Pedro Vicente de Azevedo informa que, ao assumir a presidência da província, ao contrário dos seus antecessores, encontrou o Instituto em situação precária. Antes disso, quando se tratava das condições físicas e infraestruturais, a maior preocupação era com a ampliação e melhoria do espaço visando atender a um maior número de educandos. Todavia, as solicitações não faziam críticas às condições do estabelecimento. Domingos da Cunha Junior, por exemplo, quando solicita, em 31 de dezembro de 1873, a ampliação dos cômodos do edifício, principalmente onde funcionavam as oficinas, além de melhoria no espaço da enfermaria e outros, evita qualquer avaliação comprometedora. O presidente informa ainda que, de acordo com o orçamento feito para as obras que deveriam durar uns três meses, o recurso necessário seria de 40:933\$980 réis. Somente assim se poderia ampliar o número existente de quarenta e quatro para cem educandos.

Vicente de Azevedo, em seu relatório de 1874, afirma que sempre teve consciência da importância de um estabelecimento daquela natureza para o desenvolvimento local e que, por isso, assim que assumiu a presidência da província, dispôs-se a visitá-lo. Confessa, contudo, que se frustrou por não tê-lo encontrado em boas condições. Ele havia obtido boas informações de uma instituição semelhante no Maranhão e acreditava que iria encontrar o Instituto paraense em melhores condições ou, pelo menos, em condições iguais àquelas disseminadas sobre o Instituto Maranhense, principalmente porque havia servido a Casa de Educandos Paraense de modelo à Casa fundada no Maranhão. Vejamos seu relato:

Compreendendo o alcance de um instituto nestas condições, fui visitá-lo logo que aqui cheguei, e posto não o encontrasse como desejava, tanto mais tendo conhecimento de um instituto de igual natureza que existe na capital do Maranhão, e que faz honra àquella

provincia, pelos proveitosos resultados que tem dado e por sua excellente direcção, todavia não desespero de conseguir melhora-o muito com as providencias a tomar, que vos indico, e outras que serão opportunamente lembradas (RPPA, 1874b, p.31).

A partir desse momento, ainda que elogiando a iniciativa e reconhecendo seu valor, os presidentes não cessaram de apresentar todos os pontos precários e suas sugestões para o melhoramento das condições, como na *Falla* de Sá e Benevides:

Este utilíssimo estabelecimento não tem podido ter o desenvolvimento de que carece, e convem que se lhe dê, em vista do máo estado financeiro da província, que não permite, por enmquanto, conceder-lhe maiores proporções e accomodal-o melhor, visto que o edificio em que funciona, comprado para esse fim, não teve, entretanto, construcção apropriada senão para uma casa de família, e não para um instituto d'esta natureza (RPPA, 1875, p.35).

Em 1878, o diretor do Instituto, José Luiz Coelho, em relatório encaminhado à Presidência da Província, ainda reclamava que o prédio era muito acanhado e que esperava encontrá-lo em outras condições. Para o diretor, a estrutura física era imprópria para o funcionamento de um estabelecimento com finalidades educativas. Alertava ainda que a ampliação era condição necessária para a garantia de seu futuro, pois essa

[...] falta de accomodações e por conseguinte do numero 100 de educandos, faz com que o instituto não atinja o fim que tanto desejo, que é, que elle subsista por si mesmo, isto é, que as suas receitas mínimas dem para as suas despezas, ou que ellas sejam taes, que se possa estabelecer em grossa escala o *Instituto Paraense*, como se vê na Europa (PROVÍNCIA DO GRÃO-PARA. RELATORIO IPEA, 1878, Anexo, p.II).

Pelos relatórios presidenciais constatamos que as solicitações dos chefes de governo não eram atendidas com prestatividade, já que algumas queixas se repetiam ao longo dos anos sem qualquer solução por parte da Assembleia Provincial. Os jornais também se apresentavam muito insatisfeitos com a postura da Assembleia, em que afirmavam: “Apellar para a assembléa seria o mesmo que clamar no deserto” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 19/04/1876). E continuam questionando:

Se tem sido também o melhoramento do Instituto o pensamento constante da assembléa provincial, qual o motivo porque, apesar das reclamações de diversos presidentes em seos relatorios, essa corporação só se tem movido quando tem de apresentar reformas,

como sejam a de augmentar o numero de educandos sem decretar verbas para as accomodações, vestuário e sustento dos mesmos? Bem assim promulgar leis odiosas e que outro fim não tem senão deitar fora do Instituto directores, que, por este ou aquelle motivo tem incorrido no desagrado da gente do partido (Id., 27/04/1876).

Em fevereiro de 1880, o presidente José Coelho da Gama Abreu ratifica novamente o que seus antecessores já haviam apontado em relatórios anteriores – que o edifício precisava de “obras no seu vigamento e consolidação em alguns pontos de seus alicerces” (RPPA, 1880, p.43). Ainda a esse respeito, o General Barão de Maracaju, anos depois, reclamava que o edifício do Instituto continuava “acanhado e ameaça[va] ruína conforme declarou o director, que apresenta um plano de melhoramentos para accomodações do mesmo edificio, solicitando que voteis para taes obras o credito necessario” (RPPA, 1883, p.36). Passados mais alguns anos, Francisco José Cardoso Junior afirmava que “o prédio inteiro está em condições desanimadoras, necessitando sérios e urgentes reparos” (RPPA, 1888, p.63). Como pudemos constatar, as dificuldades com a estrutura física do prédio persistiam ao longo de todo o Período Imperial, valendo salientar que a maior parte delas nunca foi resolvida plenamente, recebendo soluções parciais por parte da Assembleia Provincial.

Tais problemas infraestruturais traziam constrangimentos de toda a natureza, especialmente porque incidiam sobre o estado sanitário do estabelecimento. Em tempos de higienismo, a avaliação do estado sanitário de uma instituição de caráter filantrópico, como o Instituto, prejudicava politicamente a imagem do governo da Província. São várias as menções nos relatórios acerca dos problemas sanitários. No relatório de 1874, Pedro Vicente de Azevedo lembra a “necessidade de mudar-se a enfermaria para lugar mais apartado dos alojamentos” (RPPA, 1874, p.29).

A enfermaria, inclusive, foi um dos espaços mais importantes para se avaliar a qualidade do estado sanitário. No Instituto, os diferentes relatórios apontam que a existente era contrária ao modelo ideal necessário para aquele momento de higienismo, talvez porque alguém tenha tido a infeliz ideia “de estabelecer uma officina de cortume” (A PROVÍCIA DO PARÁ, 14/01/1877), bem ao seu lado. Embora em nenhum relatório seja feita uma avaliação completa da enfermaria, podemos vislumbrar, pelos melhoramentos propostos nos relatórios presidenciais e dos diretores, o estado no qual

se encontrava. João Capistrano Bandeira de Mello Filho aponta que ela precisava ser completamente renovada, “montada regularmente e que comporte maior numero de doentes do que a existente (em uma salêta e não reunindo as necessarias condições hygienicas)” (RPPA, 1877, p.102), pois a atual “se acha muito mal collocada para ter uma livre ventilação, [assim] como é extremamente acanhada” (PROVINCIA DO GRÃO-PARÁ. RELATÓRIO IPEA, 1878, Anexo, p.III), sem capacidade de comportar 12 doentes. As reclamações permanecem por muitos anos e somente no relatório de 2 de fevereiro de 1889 é que o presidente Pernambuco afirma finalmente que a enfermaria “está em boas condições hygienicas” (RPPA, 1889, p.44). Coincidentemente essa avaliação positiva só acontece quando o médico responsável pelo serviço de saúde é substituído, o que nos faz pensar se tal afirmação é ou não verdadeira, já que durante todos os anos anteriores, como demonstramos, o estado sanitário e, em particular, a enfermaria foi alvo de todas as críticas do Dr. Jayme Bricio.

De acordo com o regulamento do Instituto de Educandos de 5 de novembro de 1872 era obrigação do responsável pelo serviço médico: “Dirigir ao Director, no fim de cada anno, um relatorio circunstanciado sobre o estado sanitario do estabelecimento, indicando as molestias que o accometteram e o movimento da respectiva enfermaria” (PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ. REGULAMENTO, 1872, Art.46 §5º). O regulamento do ano seguinte manteve essa disposição, mas acrescentou que, além de encaminhar o relatório ao diretor, o médico também precisava apresentar “quaes as medidas a tomar-se em ordem a fazer cessar o mal; e finalmente o movimento da respectiva enfermaria” (PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ. REGULAMENTO, 1873, Art.45 §10). O regulamento de 1883, manteve a atribuição mudando apenas a forma escrita de algumas palavras do parágrafo, sem, no entanto, alterar seu sentido.

Ciente dessa obrigação, o médico Jayme Pombo Bricio permaneceu no comando do serviço médico por quase trinta anos, gozando de muito respeito por sua atuação. Gama Abreu, num de seus relatórios depois de informar que o estado sanitário do instituto não era satisfatório, acrescenta que graças ao trabalho do médico não se teve nenhum óbito. Em outra oportunidade, o diretor – José Luiz Coelho – afirma que esse médico “tem sido sempre zeloso e activo em seus misteres” (RELATORIO IPEA, 1881, Anexo, p.L). Nos jornais, também encontramos referências ao seu compromisso com o trabalho, como, por exemplo, que “reclamara por escripto e verbalmente contra a má

qualidade dos gêneros alimentícios fornecidos pelo almoxarifado” (A CONSTITUIÇÃO, 14/02/1877). Num dos relatórios que encaminhou à presidência da Província do Pará, Jayme Bricio informou não ter sido próspero o estado sanitário do Instituto,

[...] tendo havido vários casos de molestias, entre os quaes predominaram os de febres intermitentes de que houveram 22 educandos affectados. Felizmente não se deu um só caso de varíola. Attribute isso ao facto de estarem vaccinados todos os educandos e alguns revaccinados (RPPA, 1875, p.37).

Em outra oportunidade, ele afirma

[...] que o estado sanitario do estabelecimento não foi muito satisfactorio, devido a uma epidemia de febres intermitentes, que, durante tres mezes do anno, grassou n’esta capital. D’essa moléstia houve duzentos casos, sendo a maioria recahidas (PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ. RELATÓRIO IPEA, 1881, Anexo, p.LXIV).

Nesse mesmo relatório, informa que no ano de 1880 ocorreu a morte de um educando. O médico apresenta, ainda, um quadro demonstrativo das enfermidades tratadas, nele constam, inclusive, doenças venéreas. Em seu relatório de 16 de janeiro de 1876, o presidente afirma que, de acordo com o médico do estabelecimento, o estado sanitário do Instituto foi satisfatório, melhor do que o de 1874, mas

Reclama, como medida hygienica, que tenham outras proporções as accomodações dos educandos, sendo contra os preceitos da hygiene a agglomeração nos dormitorios actuaes, insufficientes e que não deixam guardar-se a necessária separação entre os leitos (RPPA, 1876, p.25).

O presidente Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides concorda com o médico e ainda complementa que por identificar a necessidade de adaptações, nomeou uma comissão com o objetivo de inspecionar o estabelecimento e propor reformas necessárias, aguardando apenas os resultados desse trabalho para apresentar à Assembleia para as devidas providências. No ano seguinte, João Capistrano Bandeira de Mello Filho reconhece que a situação ainda era tão precária quanto a apresentada pelo presidente anterior e passa a relatar as causas, que em sua avaliação, tem contribuído para isso. Dentre elas está “a falta de um edifício apropriado e com os commodos

necessarios, não só para conter o numero marcado de educandos (100), como tambem para serem montadas regularmente as oficinas” (RPPA, 1877, p.98).

Melo Filho, embora reconheça que as condições financeiras da Província não permitiam os melhoramentos mais urgentes, alerta para a necessidade de alguns reparos mínimos já que a parte central do edifício estava em ruínas. O presidente relata que, conhecendo a gravidade da situação e

[...] confiando que me autoriseis a mandar effectual-os, recommendei ao Engenheiro da Provincia que organizasse e me remetesse com a possível brevidade, um plano e o respectivo orçamento das accomodações indispensaveis para dous salões, destinados a dormitorios, um outro para refeitório, mais uma sala para aulas e a construcção de duas officinas ao lado do edificio (RPPA, 1877, p.98).

Até aquele momento tal plano não havia sido apresentado ao presidente, mas ele afirma já saber que o mesmo excederia o crédito consignado no orçamento provincial vigente e que por isso contava com a compreensão da Assembleia. Vale salientar que ele não faz qualquer menção a um possível orçamento (ou relatório) de comissão anterior, elaborado no mandato de Sá e Benevides, como lemos antes. Isso demonstra claramente que as mudanças de comando na Província paraense representavam, quando não um retrocesso, muitas vezes um reinício, como se nada houvesse sido feito antes. Um exemplo claro disso é que, em 1880, José Coelho da Gama Abreu solicita melhoras no edifício do Instituto e, para tanto, pede a quantia de “20 contos de reis para as diversas applicações” (RPPA, 1880, p.44), sem fazer nenhuma menção a quaisquer outros relatórios e/ou orçamento solicitados por presidentes anteriores a ele.

Em 1878, o presidente José Joaquim do Carmo ainda aponta a precariedade do estado sanitário do Instituto, embora não diga quais reparos considerava necessários. Outros presidentes, porém, foram bem claros quanto ao que desejavam para melhorar as suas condições higiênicas. Essas propostas estavam focadas basicamente nos espaços de convívio dos educandos, como os dormitórios, por exemplo, quase sempre superlotados, além de melhor infraestrutura para a higiene pessoal.

Quanto ao primeiro, o que se desejava era a “construcção de dormitorios espaçosos, onde não estejam os educandos como actualmente, agglomerados” (RPPA, 1877, p.102), nos quais “o ar ambiente se ache mais livre e á cada instante mudado”

(RELATORIO IPEA, 1878, Anexo, p.I). Já no que dizia respeito à higiene pessoal, a maior dificuldade era com os banheiros e abastecimento de água para as práticas de higiene básica. Quanto aos banheiros, o Instituto era mal servido. O presidente Bandeira de Mello Filho foi o primeiro a propor a “construção de (...) banheiros que possam fornecer banhos freqüentes, visto o uso destes não constituir simplesmente um meio de aceio, porem muito contribuir para a boa saude e vigor dos educandos” (RPPA, 1877, p.102). A prática dos banhos, portanto, era considerada “necessaria á salubridade dos educandos, que d’elles se vêem privados” (RPPA, 1880, p.43) por conta da ausência de um bom poço com bomba, o que dificultava essa prática.

Em 1881, o diretor do Instituto, em relatório encaminhado à presidência, informa que até “esta data não tem ainda o estabelecimento um poço nem um banheiro capaz para os educandos” (PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ. RELATÓRIO IPEA, 1881, Anexo, p.LIII). O médico também salienta a necessidade da “construção de, pelo menos, 2 grandes banheiros” (Ibid., p.LXIV), pois, segundo ele, o “uso de banhos quotidianos muito contribuirá para a conservação da saude dos educandos. No estabelecimento póde-se dizer que nem um poço ha, visto que o que existe, além de péssima agua, não a fornece em quantidade sufficiente” (Ibid., p.LXIV). Reivindicava-se também

a construção de duas latrinas inglezas, com tubos conductores que levem as materias fecaes para o competente deposito, que deve ter respiradouro. Em cada latrina deve existir um deposito d’agua para lavagem e asseio das mesmas (Ibid., p.LXV).

Ao dirigir-se à Assembleia Provincial, o presidente Gama Abreu apresenta essa necessidade, solicita recursos para melhoramentos nessa área e alerta que, de acordo com a recomendação médica, “é preciso estabelecer banheiros e bôas latrinas, o que, se me concederdes verba, será executado” (RPPA, 1881, p.56). Pelos relatórios presidenciais, podemos deduzir que a despeito dos apelos, a Assembleia Provincial não se comoveu, pois anos depois o presidente João Silveira de Souza ainda solicitava: “Que sejam construidos dous banheiros e latrinas inglezas” (RPPA, 1885, p.27). O que também é feito pelo diretor do Instituto, José Luiz Coelho, em 1886, ao afirmar que o estabelecimento precisava “de um banheiro mais espaçoso e hygienico (...) afim de se poder conservar a disciplina e moralidade entre os educandos” (PROVÍNCIA DO

GRÃO-PARÁ. RELATÓRIO IPEA, 1886, Anexo, p.86). No ano seguinte, esse problema ainda não havia sido resolvido, pois Francisco José Cardoso Junior ratifica que o Instituto precisa com urgência

[...] de duas machinas elevatórias para aguas de poço, não só para o encanamento geral d'agua em todo o estabelecimento, como para os banhos dos educandos; de duas latrinas inglezas e de um vasto banheiro, para todos os educandos (RPPA, 1887, p.69).

O mesmo aconteceu nos anos seguintes: “O estabelecimento precisa de um banheiro mais espaçoso e hygienico” (RPPA, 1888, p.63).

Outro espaço, objeto de reivindicação nos relatórios presidenciais e dos diretores, era o almoxarifado, local onde todos os pertences do Instituto eram guardados. O depósito das obras manufaturadas nas oficinas e o funcionamento da própria administração também eram lá, pois o almoxarifado não era apenas o depósito da instituição, mas também o setor administrativo dela. Não à toa, já em 1874, o presidente apontou a necessidade de “ampliar o depósito do almoxarifado (...) já insuficiente para comportar as obras preparadas nas oficinas” (RPPA, 1874, p.29). Nos anos posteriores, as reclamações continuaram: “precisa de espaçosos armarios, para a guarda e deposito, não só dos materiaes comprados para as officinas, como das obras n'ellas preparadas, alem de um deposito em separado das materias inflamaveis” (RPPA, 1875, p.36). Naquele momento, o almoxarifado funcionava “em um pequeno quarto de 21 palmos em quadro insufficiente em todos os sentidos ao fim á que é destinado” (Ibid.). Em 1879, o presidente continua a apontar a necessidade de reformas no almoxarifado, pois, em relatório remetido a ele pelo diretor do Instituto, aquele espaço encontrava-se em péssimo estado e era inadequado para os seus fins. O diretor ainda recomendou que as melhorias a serem feitas englobassem

[...] espaçozos armazens com prateleiras hermeticamente fechadas, servindo os armazens para guardar não só os materiaes comprados para as officinas, como as obras que sahem das mesmas preparadas [...] um balcão para a venda das obras que sahem das officinas e entram para o almoxarifado (PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ. RELATÓRIO IPEA, 1879, Anexo, p.III).

Finalmente, no ano de 1880, foi construído um novo almoxarifado, que em 1885 sofreu novas reformas. Apesar disso, as críticas à estrutura do setor e à necessidade de melhorá-lo permaneceram, como podemos ler a seguir:

O almoxarifado precisa, além de uma dispensa com as necessárias prateleiras, de uma sala soalhada, forrada e convenientemente arejada, clara e guarneçada de estivas para as obras mais delicadas, manufacturadas nas officinas e expostas á venda” (RPPA, 1888, p.63).

O presidente Miguel José d'Almeida Pernambuco, em 1889, ainda se refere à necessidade de ampliar e melhorar as condições do almoxarifado.

O corpo de Educandos – como era chamado o coletivo dos meninos atendidos – era formado por meninos oriundos dos grupos populacionais mais pobres, já que de acordo com o texto da lei que criou o Instituto, ele foi pensado para os órfãos e desvalidos. O termo órfão é bem conhecido de nós, mas o que significa ser um desvalido? Novamente recorremos a Alessandra Schueler (2001, p.162) que nos esclarece: “Desvalido, assim como pobre, era todo aquele que, com poucas posses ou sem o necessário para viver, não dispunha da proteção de alguém que lhe garantisse um valimento”. Portanto, um desvalido poderia ser órfão, mas nem todo órfão era um desvalido, já que poderia contar com algum preceptor. Um menino pobre, ainda que tivesse pai e mãe, poderia ser considerado desvalido se os pais não lhe proporcionassem as condições necessárias de sobrevivência e por conta disso ele tivesse que trabalhar. A situação era considerada mais grave se ele realizasse sua atividade remunerada nas ruas.

A Província do Pará nas décadas finais do Segundo Reinado possuía grande contingente de meninos em tal situação, que perambulavam pelas ruas da cidade em busca de trabalho ou que vendiam os mais diversos produtos na Rua dos Mercadores. Aldrin Figueiredo (1996) descreve o trabalho de meninos atuando como jornaleiros, engraxates e em outras atividades na tentativa de ajudar na sobrevivência familiar. Àquela época, “a pobreza marcava a vida de boa parte da população livre do meio urbano” (VENÂNCIO, 1996, p.200). Com relação a isso, Marília Freitas Tozoni-Reis, em seu livro *Infância, escola e pobreza: ficção e realidade* (2002), traz um capítulo sobre a relação das crianças com o trabalho a partir da segunda metade do século 19. Ela afirma que nessa época as atividades dos meninos e meninas inseriam-se nas

relações de trabalho daquele novo modelo social e econômico que se estabelecia e era uma “estratégia de sobrevivência das famílias de baixa renda” (TOZONI-REIS, 2002, p.28).

Os jornais paraenses também apresentam uma grande quantidade de informações que nos ajudam a compreender a situação da infância pobre na Belém do final do Oitocentos. Em uma reportagem, *O Diário do Grão Pará* informa que haviam sido detidos pelo chefe de polícia e encaminhados à Escola de Aprendizes Marinheiros e Arsenal de Guerra mais de vinte meninos “que formam a vagabundagem ociosa entregue a depravação das ruas” (13/12/1885). Como vemos, a vadiagem era um crime, e para essas crianças o simples fato de estarem pelas ruas era incidir nele. Mesmo se estivessem realizando algum tipo de venda, estavam passíveis de prisão.

A situação precária da infância já havia sido noticiada antes dessa data, quando apela-se ao Juiz de Órfãos que tome alguma providência em relação

[...] a triste sorte dos pobres órfãos, que se achão vagando, sem educação, pelas ruas e praças, cobertos de andrajos, mendigando o pão da caridade publica, entregues, quase todos, á pessoas que não estão no caso de educal-os por lhes falecer os requisitos que a lei requer e a semelhantes casos (A PROVINCIA DO PARÁ, 14/11/1876).

A *Província do Pará* sempre demonstrou muita preocupação com a situação da infância. Era costumeiro que em suas edições viessem notas, reportagens e até poesias (como a que vemos a seguir), que pretendiam fazer a sociedade paraense refletir sobre a condição dos meninos e meninas pobres da província.

A miseria infantil (EXCERPTO)
(*Ecco Michaelense*)

É noite negra e gelada,
Sem um lampejo da lua,
Ninguem caminha na rua
E ao longe estala o trovão;
Junto a uma porta cerrada,
Pallida, triste, sosinha,
Uma criança totinha
Chorava e pedia pão:

-Dae-me uma esmola por deus,
Que eu morro de frio e fome.
Sou orphão, não tenho mão.

Habito além um albergue
 Junto ao palacio da esquina;
 Tenho uma irmã pequenina,
 Meu pae cego... se mais ninguem.

Junto do tremulo infante,
 Á miseria abandonado,
 Surgiu um vulto c'roado
 De estemmas de alvo esplendor;
 Nos labios tinha um sorriso,
 E á pobre e fragil criança
 Nos olhos a luz da esperança,
 Leva o conforto e o amor.

Renasce então a ventura
 No casal humilde e pobre;
 Como é bella, sancta e nobre
 Essa mãe que a dôr sofrêa !
 Quem és, o anjo sublime?
 Que nomes tens, divindade?
 -O meu nome é- *Caridade*-
 A minha patria, a Judéa.

Nasci no rico Oriente,
 No mesmo dia que o christo
 Deu exemplo nunca visto
 De caridade e perdão;
 Depois segui-o sem medo
 N'aquella missão estranha,
 Subi com elle montanha;
 Passei com elle o Jordão.

Ceguei chorando ao Calvario
 Já na cruz martyr sancto,
 Ao vêr-me banhada em prante,
 Disse-me: – vae, minha irmã;
 Prosegue, consola, ensina;
 É esta a chamma divina
 Que ha de ser luz ámanhã.

Por isso, quando recolho
 Sob este manto piedoso
 O rosto meigo e choroso
Dos orphãos famintos, nós.
 Tremem de amor as estrellas,
 As ondas cantam mil hymnos...
 “É que os bons e os pequeninos
 “Amava-os muito Jesus”

(A PROVINCIA DO PARÁ, 22/05/1879, Grifos nossos).

A lei 660 preconizava que era objetivo do Instituto Paraense fornecer instrução primária e profissional (Art. 2º) aos órfãos e desvalidos e aos jovens menos favorecidos da fortuna (Art.1º) com idade exigida para admissão entre 7 a 12 anos (Art. 4º). A faixa etária atendida na lei justificava-se porque

[...] as crianças provenientes de famílias livres e pobres também integravam o universo dos trabalhadores desde os 7 anos, momento em que se dirigiam à aprendizagem de ofícios ou ao comércio ambulante de objetos variados (SCHUELER, 2001, p.161).

De acordo com um jornal paraense, num texto intitulado “As diferentes idades”, a faixa etária a que o Instituto se propunha a atender era a “idade de esperanças, de sonidos, curiosidade e impaciência” (O JASMIM, 12/10/1873). Ou seja, a idade propícia para se oferecer o que se pretendia: uma formação moral voltada para o trabalho e para a inclusão dessa parcela da população na sociedade, mas no espaço que lhes estava reservado, assim, os meninos nessa faixa etária

[...] seriam preparados a partir de um projeto disciplinar definido pelo Poder Público Imperial e Provincial, como o mais adequado para solucionar o problema da criança que vivia em desvalimento de modo que se tornassem **úteis à sociedade**, ao invés de ameaçá-la. O trinômio disciplinamento, subserviência e trabalho eram pré-requisitos para a sua integração social dentro da ótica do Poder Público (MOURA, 2003, p.73, Grifo da autora).

Quanto aos objetivos institucionais, a maior parte dos relatórios deixa claro que eles eram entendidos por quem estava no poder. Um exemplo é o relatório de 31 de dezembro de 1873, no qual o presidente faz questão de dizer que o objetivo do Instituto era o de

[...] dar instrução profissional aos orphãos desvalidos e jovens menos favorecidos da fortuna, consistindo aquella no ensino de geometria e mechanica applicada ás artes e officios, desenho linear de machinas e topograhico, tecnologia profissional e aprendizagem nas officinas a par da necessaria instrução primaria e musica instrumental dada tambem no estabelecimento (RELATÓRIO, 1873, p.17,18).

Em 1877, o presidente João Capistrano Bandeira de Mello Filho considera que o Instituto “está habilitado a constituir artistas **distinctos e amestrados**” (RPPA, 1877, p.97, Grifo nosso). Preparar artistas habilitados era, no entender de José Gama Malcher,

o principal alvo da formação oferecida naquele estabelecimento. O diretor José Luiz Coelho escreve em seu relatório de 1878 que a instituição visava formar mecânicos práticos. Gama Abreu adere a essa ideia ao afirmar que se destinava a “criar homens práticos e não discursadores” (RPPA, 1879, p.24), mostrando claramente a dicotomia entre trabalho intelectual e trabalho braçal, sendo este último destinado às camadas mais pobres da população. Dessa forma, o Instituto ofereceria

[...] a província artistas com habilitações muito superiores às que até aqui possuíam; e não só habeis, como **com hábitos de disciplina e moralidade**, que, inoculados nos primeiros annos, difficilmente se perderão (RPPA, 1881, p.57, Grifo nosso).

Afora os objetivos acima explicitados, existia um, que embora não aparecesse formalmente, era o grande desejo das autoridades imperiais: a morigeração da sociedade. Essa sociedade, do tipo morigerada, segundo Nicolazzi, “pode ser definida como uma *produção de indivíduos* estética e politicamente saudáveis” (2000, p.2, Grifo do autor). Portanto, estabelecimentos como o Instituto paraense eram sem dúvida espaços privilegiados para esse processo de doutrinação, pois a

[...] preparação da mente e do corpo para o trabalho deveria começar nos primeiros anos de vida, pois a infância era considerada a fase da vida ideal para formar o caráter das pessoas. A educação fundamentada no rigor do trabalho e dos valores morais e cristãos era uma forma de encaminhar os “inocentes filhos do povo” e “desherdados da fortuna” e de construir uma nova civilização comprometida com o engrandecimento da pátria (MARIN, 2006, p.122).

O vocábulo morigerado aparece pela primeira vez no relatório presidencial de 1870. Esse, coincidentemente, é também o relatório em o Instituto paraense é citado pela primeira vez. Nele, o presidente João Alfredo Corrêa de Oliveira afirma que o estabelecimento produziria os bons artistas que a Província tanto precisava, mas forjaria também “cidadãos morigerados” (RPPA, 1870, p.22). Como podemos constatar, esse termo está relacionado, desde o início, ao Instituto Paraense de Educandos Artífices, *locus* da “socialização para o trabalho [e que] seria capaz de dignificar e transformar a existência das pessoas, de modo a orientá-las para a edificação do bem individual e social” (MARIN, 2006, p.122). Ele aparece ainda mais sete vezes em outros relatórios presidenciais para classificar os educandos que melhor se adaptavam ao processo educativo e que, por isso, recebiam, inclusive, distinção entre os demais.

Embora hoje a palavra morigerância seja pouco usual, no século 19, os governantes e autoridades costumavam usá-la para se referir a um coletivo de sujeitos considerados preparados para desenvolver o país. No entendimento da época, morigerada era a pessoa que tivesse sido doutrinada a agir e a reagir de uma determinada forma. Poderiam ser chamados assim aqueles homens

[...] que compartilhavam do ideário da positividade do trabalho e da acumulação. Também eram morigerados aqueles que sabiam comportar-se dentro de determinadas regras de etiqueta consideradas civilizadas (PEREIRA, 1996, p.12).

Joel Orlando Bevilaqua Marin, em trabalho sobre o ensino profissionalizante oferecido à infância desvalida em Góias na Colônia Blasiana, fundada no final do século 19, informa que, no processo de morigeração da sociedade, as instituições profissionais voltadas para a infância desvalida, como é o caso da paraense, pretendiam formar homens morigerados, ou seja, “capazes de trabalhar para o engrandecimento da pátria” (MARIN, 2006, p.127). Como se vê apesar de geograficamente separadas, ideologicamente essas instituições tinham a mesma fundamentação.

Fernando Nicolazzi, ao discorrer sobre o processo de morigeração da sociedade paranaense no mesmo período, aponta que o processo morigerador visava à “transformação dos indivíduos em cidadãos solidários ao ideário burguês” (NICOLAZZI, 2000, p.2), pois o objetivo do processo era tornar as pessoas trabalhadoras aptas a contribuírem com o desenvolvimento do país. Dessa forma, os morigerados, que tanto se desejava formar no Instituto Paraense de Educandos, seriam aqueles cidadãos cooperativos que se submetiam a toda e qualquer condição e situação sem fazer reclamações ou reivindicações, agindo sempre com a devida civilidade e, porque não dizer, docilidade. O mais importante, no entanto, era que, independente de quaisquer inconvenientes e/ou limitações, os sujeitos trabalhassem de forma prestativa e laboriosa (GILLES, 2007), já que

Se o homem dotado d’alma, e corpo não ilustrar o seu espírito coavenientemente, para ser consciensioso em seus actos, seguirá necessariamente os instintos da sua natureza animal, e será escravo de suas brutas paixões (DIÁRIO DE BELÉM, 14/11/1872).

Assim, cabia aos meninos matriculados no estabelecimento “obedecer ao diretor e aos demais funcionários, mostrando-se sempre atentos aos seus conselhos e às suas advertências” (MARIN, 2006, p.121). A formação dada através das aulas e oficinas era uma forma de se alcançar esse objetivo. O controle sobre o comportamento era outra.

De acordo com a lei de criação do Instituto, os meninos matriculados receberiam dois tipos de instrução: a primária e a profissional. No primeiro relatório apresentado à Assembleia Provincial após a instalação (5 de novembro de 1872) ficamos sabendo que todos os meninos matriculados foram inseridos nas aulas de primeiras letras, que compunha a chamada instrução primária, onde o educando deveria aprender a “leitura, escrita, elementos de aritmética, moral civil e religiosa, a traduzir em escritos os pensamentos e breves rudimentos de física e química” (Art.2º, § 1º).

Com o Regulamento de 1872, a instrução primária sofreu uma ampliação com um volume maior de conteúdos a serem aprendidos. A nova configuração era a seguinte:

[...] leitura, escripta, elementos de arithmetica, grammatica da língua vernácula, moral civil e religiosa e a traduzir em escriptos os pensamentos e breves rudimentos de physica e chimica (PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ. Portaria de 30 de março de 1872, Art.6º).

Esse currículo estava em consonância com o pensamento educacional da época, segundo informa Alessandra Schueler (2001, p.164), ao apresentar a constituição das disciplinas oferecidas na instrução primária ofertada à população pela Associação Municipal Protetora da Infância, fundada no Rio de Janeiro, em 1871. Segundo a autora, a instrução primária nessas instituições compreendia “genericamente a leitura, a escrita, a aritmética e a religião”. Pela comparação feita, constatamos que o currículo desenvolvido no Instituto era ainda mais amplo.

A determinação do Estado em oferecer a instrução primária mesmo numa instituição de ensino profissional era resultado da associação “dos significados pobreza/analfabetismo/ignorância/desordem” (SCHUELER, 2001, p.164), assim como dos significados que o ensino profissional adquiria àquela época. Tais representações encontravam-se facilmente materializadas

[...] no conjunto dos enunciados dos presidentes das províncias junto às assembleias provinciais, representações diferentes, aparecendo ora como um dever e benefício, ora como custo sem retorno contributivo ao desenvolvimento das artes industriais (CASTRO, 2007, p.32).

A aula de primeiras letras foi uma daquelas que se apresentaram com presença mais estável, fazendo parte do currículo do Instituto em todo o seu tempo de existência, sem qualquer suspensão ou intervalo. Outras disciplinas com igual perenidade foram: Música e Geometria, esta última como exemplo de “cadeiras de apoio ao ensino de ofícios, como [...] mecânica aplicada às artes, noções de álgebra e desenho linear” (RIZZINI, 2002, p.7).

Com relação à Geometria, os relatórios presidenciais demonstram, no entanto, que ela constantemente mudava de nome. No final de 1872, passou de Geometria para *Geometria Pratica e Dezenho Linear*. Em 1873, após uma breve interrupção retornou com a seguinte nomenclatura: *Geometria e Mechanica Applicada*. O *Desenho Linear* transformou-se em outra aula, mas, no ano seguinte, volta a chamar-se *Geometria e Desenho*, para, em 1875, separarem-se novamente ficando *Geometria Applicada e Desenho Linear*. Em 1877, conjugou-se ao nome a palavra *Mechanica*, permanecendo assim até 1881, quando passou a chamar-se *Geometria e Mechanica Pratica*. Separa-se novamente no ano seguinte, mas por pouco tempo, pois, em 1884, volta a chamar-se *Geometria e Mechanica Applicada* (como em 1873). Em 1887, transforma-se novamente em *Geometria e Desenho* para, ao final do Império, voltar a ser denominada *Geometria e Mecânica*, não sendo possível identificar se tal mudança implica também em alterações de conteúdo.

Outra disciplina que passou por alterações foi a de *Desenho*. Começou a funcionar em 1873, em conjunto com a aula de Geometria, mas, ainda nesse ano, recebeu a denominação de *Desenho Linear de Machinas e Topographico*, como prevista no artigo 2 do capítulo primeiro do Regulamento do Instituto. Em 1874, volta a ser ministrada com *Geometria* para separar-se novamente no ano seguinte, permanecendo assim até o final do império.

A *Álgebra*, a *Aritmética* e o *Francês* começaram a ser ministradas voluntariamente em 1879, pelo diretor José Luiz Coelho, um pouco depois de ele assumir o cargo interinamente. Ao longo de todo o tempo em que Coelho permaneceu

na direção do Instituto, com exceção do primeiro ano, a *Álgebra* e *Aritmética* foram ensinadas conjuntamente. Apesar dos esforços do diretor de fazer com que tais disciplinas entrassem efetivamente para o currículo, isso só aconteceu efetivamente em 1883, quando da publicação do novo regulamento desse estabelecimento (PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ. REGULAMENTO, 1883, Cap. II, Art.9º).

Quanto à aula de Língua Francesa, o diretor, com base nos excelentes resultados obtidos, acredita que ela deveria ser “elevada á cathegoria das outras, incluída no quadro do regulamento em vigor e contado o tempo do professor da mesma para vitaliciedade, desde a época da sua abertura” (PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ. RELATÓRIO IPEA, 1879, Anexo, p.XV). Sua solicitação nunca foi acatada. Em parte, isso se deve ao entendimento de que o ensino de uma língua estrangeira em nada contribuiria para tornar os artífices melhores oficiais, o objetivo do Instituto.

A disciplina *Tecnologia* também apresenta uma história curiosa. Ofertada no Liceu Paraense, era frequentada por apenas um aluno. Diante disso, a recomendação presidencial era de que deveria sair daquele estabelecimento para ser ministrada no Instituto. Argumentava o presidente que, tendo “o Lyceu um curso comercial e outro de humanidades, era desnecessária alli aquela cadeira, que pelo regulamento de nenhum dos referidos cursos fazia parte” (RPPA, 1872, p.14). Nos anos seguintes, ela aparece listada entre as disciplinas oferecidas aos meninos desvalidos paraense, ora como *Technologia*, ora como *Techonologia Profissional*, mas na prática nunca funcionou realmente, como é denunciado nem 1877: “Ainda não funciona a aula de Technologia profissional, por não haver alumnos que a possão frequentar, visto presumir o estudo daquella matéria sufficientes habilitações em desenho” (RPPA, 1877, p.99).

Para eliminar quaisquer dúvidas quanto ao funcionamento irregular dessa matéria, o presidente Gama Malcher ratifica: “não funcionou ainda desde a abertura do Estabelecimento, por não haver alumnos que a possam frequentar, visto exigir o estudo daquella matéria sufficientes habilitações em Desenho” (RPPA, 1878, p.83). Depois disso, ela ainda aparece entre o rol de disciplinas oferecidas pelo Instituto no relatório de 1879, para depois desaparecer completamente.

Outras disciplinas tiveram vidas bem curtas como a de *Theoria de Sombras*, que foi ministrada nos anos de 1881 a 1883, e a de *Dezenho Architectonico d’Ornatos* que

funcionou por apenas dois anos. A respeito disso, o presidente Manuel Pinto de Souza Dantas Filho, esclarece

Julga conveniente o director como consta do seu relatório, a extinção da cadeira de **dezenho architectonico d'ornatos e theoria de sombras** pelo nenhum resultado que dá aos q' procuram aquelle estabelecimento, donde devem sahir artistas habilitados que o podem ser independente do ensino dessa matéria, empregando mais utilmente o tempo (RPPA, 1882, p.83, Grifos nossos).

A rotatividade e mudanças nos conteúdos das disciplinas são um indicativo do quanto a formação oferecida no Instituto estava ligada às demandas provinciais, já que o objetivo era justamente formar homens úteis ao desenvolvimento do país e do Pará, e a formação tinha, portanto, que estar em consonância com as demandas da sociedade. Não à toa, disciplinas como *Álgebra* e *Aritmética*, previstas desde o regulamento de 1872, só passaram a funcionar sete anos depois, em caráter experimental, ministradas gratuitamente pelo diretor interino. A criação de disciplinas, solicitadas ao longo dos quase trinta anos da instituição também passava por esse crivo. Talvez por isso a solicitação de se criar duas aulas, a de *Physica* e a de *Chimica Applicadas ás Artes*, por parte do diretor que as considerava “de grande utilidade publica” (PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ. RELATÓRIO IPEA, 1878, Anexo, p.II), nunca tenha sido atendida.

No que diz respeito à aula de *Música*, foi criada em 1873 e permaneceu sendo ministrada durante todo o período de funcionamento do Instituto. Sua presença atestava uma tendência dos estabelecimentos de formação de Artífices criados a partir dos anos de 1850, que tinham uma proposta pedagógica que continha, além da alfabetização, a formação religiosa e moral e o ensino de música (RIZZINI, 2002). Os relatórios do início da década de 1870 apontam que o conteúdo oferecido era apenas o relativo à música instrumental. Porém, a partir de 1881, também encontramos a presença de instruções de música vocal, apesar de não podermos afirmar com certeza se elas não eram ensinadas antes disso. Essa tradição ultrapassou os séculos, pois há poucos anos o Instituto Lauro Sodré, herdeiro material e moral do Instituto Paraense de Educandos Artífices, possuía grande tradição em sua banda de música, competindo e ganhando em concursos nacionais de bandas e fanfarras. A existência da banda no Instituto também era influência das bandas de música dos Arsenais de Guerra (Ibid.).

A banda de música era amplamente conhecida na Província paraense, principalmente na capital, “com as apresentações feitas em diversas solenidades, inclusive em festas religiosas, enterros, etc.” (RIZZINI, 2002, p.7), além dos eventos promovidos pelo governo, como os que vemos nos ofícios abaixo encaminhados pelo presidente da Província ao diretor do Instituto.

Haja vme. providenciar afim de que no dia da chegada de SS. MM. Imperiaes o corpo de educandos artífices d’esse instituto com a respectiva banda de musica formem em frente do palacio d’esta presidência (JORNAL DO PARÁ, 09/04/1876).

Mande vme. que os educandos artífices d’esse instituto formem a entrada do palacio d’esta presidencia por ocasião do cortejo ás effigies de SS. MM. Imperiaes, o qual terá lugar no dia 7 do corrente mez, ás 9 ½ horas da manhã (Id., 10/09/1876)

Nas festas religiosas e populares, a banda era muito requisitada, como demonstra o grande número de convites encontrados no Arquivo Público do Estado do Pará, além de matérias de jornal, que contam detalhes acerca das apresentações. Segundo ofício publicado em Jornal, no ano de 1875, a banda de música acompanhou a procissão do Círio de Nazaré. Embora em nossa pesquisa não tenham sido encontradas outras reportagens com indicativo de novas participações, nem mesmo nos relatórios presidenciais, acreditamos que a presença dos meninos do Instituto nessa festa religiosa era obrigatória em todos os anos, pois Irma Rizzini (2004, p.211) informa que de acordo com a “programação do Círio de Nazaré, do ano de 1879, consta a participação da banda, não só na procissão que acompanhou a imagem da Virgem pelas ruas de Belém, mas também nos quinze dias de festejos”. No seu início, a banda utilizava instrumentos musicais doados por outras bandas, mas, à medida que foi ficando mais popular e se ampliando o número de convites, a direção passou a se preocupar com a qualidade do serviço oferecido. Para garantir a qualidade das apresentações, os instrumentos musicais começaram a ser importados.

Em 1874 forão comprados por 1:200\$000 instrumentos para a banda de musica; e pelo termo de consumo lavrado em em setembro desse mesmo anno foram julgados inuteis os existentes no estabelecimento e que tinham sido fornecidos pelo corpo de policia de 1872; estes não foram descarregados, como devião sel-o ao almoxarife, e aquelles não foram carregados, como se vê do annexo sob n. 1 (JORNAL DO PARÁ, 08/02/1878).

Os numerosos convites para as apresentações acabaram exigindo dos componentes longas horas dedicadas aos ensaios, o que chegou a incomodar o presidente Domingos José da Cunha Junior. O elevado quantitativo de horas dedicado aos ensaios e aulas de música é um dos argumentos que o presidente usa para solicitar a ampliação do número de educandos do Instituto. Sua intenção era que somente os menores “perdessem” tempo com esses ensaios, enquanto os maiores se dedicassem ao trabalho nas oficinas, objetivo de estarem ali. Segundo ele, um maior número de educandos ajudaria na composição da banda de música que considerava importante como fonte de receita, além das oficinas.

Com relação a isso, em 1876, Francisco Corrêa de Sá e Benevides dá uma informação que demonstra como a ideia de tornar a banda de música em fonte de renda começava a se concretizar. A banda regular já havia produzido “no 2º semestre do anno findo o rendimento de 1:655\$000 réis” (RPPA, 1876, p.25). Em 1885, João Silveira de Souza relata que a renda líquida das oficinas e da banda de música foi de 4:545\$239, ou seja, quase três vezes maior. Mas, curiosamente, os relatórios presidenciais informam que as rendas da banda de música em 1887 e 1888, que foram de 200\$000 e 520\$000, respectivamente, apresentam uma queda vertiginosa de obtenção de recursos. Essa diminuição na receita pode ser resultado do desligamento dos educandos maiores de 17 anos, privando a banda de música dos educandos com maior idade e, portanto, com mais habilidade musical devido aos anos dedicados aos ensaios, aulas e apresentações. Outra hipótese diz respeito a ação dos presidentes em priorizar as oficinas ao invés da aula de música. Isso, por exemplo, pode ser observado em 1877, quando

O Director do Estabelecimento propoz que fosse reduzido a tres por semana o numero de lições de musica, com o que muito lucraria o ensino pratico das officinas, pois que o tempo despendido nas lições diárias dessa aula, seria aproveitado com maior vantagem nas officinas do Instituto, o qual, de preferênciã a excellentes músicos deverá preparar mestres e officiaes habilitados nas artes officios mecânicos (RPPA, 1877, p.99).

A Educação Física, denominada na época de Gymnastica, foi a última aula a ser implantada no Instituto, embora desde cedo já tivesse sua importância reconhecida, pois reforçava

[...] o viés médico, higienista, científico, moderno e inovador dessa matéria de ensino, para promover corpos saudáveis e a regeneração da raça, a fim de amenizar o grande estado de miséria social vivido pelo povo brasileiro (GORDO, 2011, p.21).

Isso pode ser constatado, por exemplo, na fala do presidente Sá e Benevides que afirma ser

[...] sensível a falta do ensino da gymnastica, em um estabelecimento que d'ella não pode prescindir e no qual os alumnos são todos internos e sujeitos mais ou menos em idade ainda tenra a um regimen que pôde prejudicar-lhes a saude e o desenvolvimento physico (RPPA, 1875, p.36).

O presidente supracitado é o primeiro a apontar a necessidade de se oferecer ao corpo de educandos uma aula de Gymnastica, pois

A carência de educação physica em uma casa nas condições do instituto, d'onde não podem os alumnos sahir, ainda mesmo nas horas vagas, sendo obrigados a manter um regimen uniforme e sempre em uma área circumscripta, é um grande mal que convem ser de prompto reparado. (...) Serão improfficuos os sacrificios da província, se ao lado das officinas em que se ensinam aos desvalidos a ganhar honradamente o necessario para a subsistencia, não houver a gymnastica para fortificar-lhes o corpo, tornando-os capazes de conseguir as vantagens da profissao que tiverem escolhido (Ibid.).

Para sanar tal falta, o presidente informa haver remetido ao diretor do Instituto ofício com o objetivo de comunicá-lo da decisão da presidência que foi a seguinte:

[...] tenho resolvido crear n'esse estabelecimento uma aula regular de exercícos gymansticos para o que o autorizo a mandar preparar e fazer aquisição de apparatus apropriados, que mais necessarios forem, contractando um mestre e designando horas para esse serviço, devendo, porém, sujeitar tudo ao meo conhecimento e approvaçãõ (RPPA, 1875, p.36).

Em 1877, Bandeira de Mello Filho, ao tratar do estado sanitário do Instituto, da melhoria da salubridade do estabelecimento e do bem-estar dos meninos, sugere a

[...] criação da aula de gymnastica para fortificar-lhes o corpo. Já por um dos meos illustrados antecessores foi creada essa aula, mas infelizmente, por diversas circumstancias, ainda não foi possível realizal-a (RPPA, 1877, p.102).

No ano seguinte, o diretor do Instituto afirma acreditar “que devido às más acomodações e á falta de exercícos gymnasticos, são devidos os casos, ás vezes freqüentes, de moléstia n’este estabelecimento” (PROVINCIA DO GRÃO-PARÁ. RELATÓRIO IPEA, 1878, Anexo, p.II). Posteriormente, o presidente Gama Abreu, em concordância com o médico, dá importância e reconhece a necessidade da contratação de um professor para a aula de Gymnastica e sugere “que já existe um professor no Arsenal de guerra, [e que] é muito facil obter este melhoramento com pouca despeza” (RPPA, 1881, p.56). Mas a sugestão não foi acatada, pois, no mesmo ano, o diretor José Luiz Coelho, em relatório encaminhado à presidência da Província, chama a atenção para a ausência da Gymnastica, pois acredita ser ela “de grande necessidade essa aula, visto que é cousa sabida que os exercícos gymnasticos são excellentes meios para desenvolver a força physica e a harmonia das formas (PROVINCIA DO GRÃO-PARÁ. RELATÓRIO IPEA, 1881, Anexo, p.LXV).

Apesar dos apelos, no decorrer dos anos, a Assembleia Provincial não autorizou o funcionamento da aula como podemos concluir pelo relato de Tristão de Alencar Araripe: “Esta aula, reconhecidamente útil e necessária nos estabelecimentos d’esta ordem, não funcionou durante o anno, por falta de professor” (RPPA, 1886, Anexo, p.84). Apesar da insistência, a aula só passou a funcionar em 1887, quando pela *Falla* do presidente Francisco José Cardoso Junior, somos informados de que nesse ano a Gymnastica foi a única aula freqüentada por todos.

O século 19 vivenciou intensamente o debate sobre a educação popular, dos métodos de ensino, “livros e manuais de didáticos, classificação de alunos, estrutura física da escola, formação docente e a inclusão de disciplinas tais como ciências, desenho e educação física – ginástica” (ARANTES, 2008, p.3). A maior preocupação das autoridades era a de implementar um modelo educacional que viesse ao encontro das demandas criadas pelos processos de urbanização e industrialização iniciados nas províncias brasileiras. Esse modelo deveria fazer com que o homem fosse doutrinado para se adequar à nova sociedade.

Esse longo processo de defesa da introdução da Educação Física, dentre as disciplinas a serem oferecidas aos educandos, demonstra bem o processo de discussão semelhante que se deu nacional e internacionalmente acerca da sua necessidade. Isso em parte acontecia por ser esse o período de transição em vários aspectos, assim como o de

grandes mudanças e propostas para a educação em geral. Segundo Carlos Herold Junior (2005, p.12), os debates da época também demonstram que “os professores e políticos viam a educação física como um meio de solução para os problemas apresentados pelo processo de transformação”.

No Brasil, Rui Barbosa, o paladino da Educação Física, foi a principal referência nessa discussão, pois não ficou alheio ao debate internacional. Suas ideias propunham uma nova forma de ensinar, menos teórica, em que a educação “deveria ter como princípio os hábitos higiênicos e a formação de capacidades e qualidades físicas, como a destreza, a força, a velocidade, a agilidade” (GORDO, 2011, p.23). Rui Barbosa, portanto, também defendia a “crença de que o aprimoramento do indivíduo é a base lógica e concreta para o ‘aprimoramento’ social” (HEROLD JUNIOR, 2004, p.11).

Enquanto na Europa os debates acerca da Educação Física cresciam em espaço e consistência, aqui as coisas andavam bem mais devagar, já que

[...] no Brasil durante o século XIX a Educação Física era uma mera desconhecida, não possuía uma prática sistematizada, objetivos a serem alcançados e muito menos professores preparados para ministrarem na escola, enquanto que na Europa esta era considerada uma *Arte Nacional* (GORDO, 2011, p.27, Grifo da autora)

Nesse período não existiam ainda escolas voltadas para a formação de docentes de Educação Física, o que fez com que os médicos fossem reconhecidos como os profissionais mais apropriados para discorrer sobre os assuntos relacionados ao corpo; portanto, eram eles que pensavam a Educação Física brasileira no século 19 e consideravam-na uma verdadeira fonte de esperança. Nessa disciplina, depositavam-se todas as expectativas de construção de uma sociedade mais higiênica e, portanto, mais salubre. Além dos médicos, uma parcela significativa dos que atuavam com a Educação Física era oriunda dos meios militares, o que talvez possa explicar porque somente em 1879 tenha acontecido a primeira tentativa de incluí-la na grade curricular das escolas populares, através da reforma educacional empreendida por Leôncio de Carvalho, mas que, na prática, acabou não se concretizando. Em 1882, a Educação Física passou a fazer parte das disciplinas do currículo escolar, graças, principalmente, à longa campanha empreendida por Rui Barbosa.

Segundo Margarida Gordo (2011), a principal característica da Educação Física escolar proposta por Rui Barbosa era a utilização da ginástica, baseada fundamentalmente na concepção médico-higienista, que tinha como objetivo: “difundir um método que tivesse sustentação pedagógica, e que conferisse ao homem brasileiro um corpo mais robusto, saudável, disciplinado e que servisse como apoio as suas atividades mentais” (GORDO, 2011, p.22).

De certa forma, a inserção da Educação Física no rol das disciplinas ofertadas no Instituto paraense não demorou tanto assim, já que ela passou a fazer parte da grade curricular em 1887, apenas cinco anos depois de declarada sua obrigatoriedade nas escolas públicas populares (1882). Cremos que isso em parte se deve ao posterior entendimento, de uma parcela da Assembleia Provincial, de que a Educação Física seria “um meio de ocupar e regular o tempo disponível dos jovens com atividades produtivas que, pelo uso do corpo, descansariam o espírito” (CUNHA JUNIOR, 2003, p.76).

Quanto ao ensino profissional, a lei 660, de 31 de outubro de 1870, que criou o Instituto, previa em seu artigo 2º § 2º, que

A instrução profissional será composta de geometria e mecânica aplicadas às artes e à construção naval, de tecnologia profissional, de desenho linear de máquinas e topográfico, e de aprendizagem nas oficinas do instituto, tendo muito em vista as vocações.

Posteriormente, a portaria de 30 de março de 1872, que sancionou o primeiro regulamento do Instituto Paraense de Educandos Artífices, é mais explícita acerca de como seria a organização desse ensino profissional.

Art.2º N’este Instituto haverá as seguintes cadeiras: de instrução primaria; de geometria e mechanica applicada ás artes e á construcção naval, e de technologia profissional e desenho linear de machinas e topographico; e de musica.

Art.3º A instrução profissional abrangerá dous cursos: o theorico e o pratico.

1º O curso theorico, comprehenderá o ensino das cadeiras de geometria e mechanica, e de technologia e desenho linear.

2º O curso pratico será dado nas differentes officinas do Instituto.

Art.4º O ensino das matérias de cada uma das cadeiras do curso theorico será feito em dous annos.

Art.5º A aprendizagem nas officinas do Instituto será feita de accordo com a vocação do educando (PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ. REGULAMENTO, 1872).

Apesar das novas diretrizes propostas, o ensino profissional não passou a funcionar como na previsão legal após a sanção da portaria, já que no último bimestre de 1872 o presidente da Província aponta que foram oferecidas apenas as disciplinas *Geometria Pratica e Dezenho Linear*, as quais foram frequentadas por apenas oito alunos, provavelmente os únicos com capacidade para acompanhar as aulas, pois a “passagem da instrução primária para a profissional só terá lugar depois de aprovação plena nas matérias da instrução primária” (PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ. Lei 660, Art. 5º).

De acordo com um relatório presidencial de 1873, as primeiras oficinas ofertadas no Instituto foram as de marceneiro, carpina, funileiro, ferreiro e serralheiro. Segundo relatório anterior, o presidente, mesmo sem apontar as oficinas existentes, já ressaltava que nelas “têm sido manufacturados utensílios para os estabelecimentos públicos provinciaes” (RPPA, 1872, p.21).

Assim como aconteceu com as aulas ministradas, a oferta de disciplinas também apresentou grande rotatividade e teve estreita relação com as demandas sociais. A média anual de oficinas oferecidas girava em torno de cinco. O maior número oferecido foi no ano de 1873, com 11 oficinas, e o menor foi em 1885, com apenas 3. O ano de 1873 também foi um ano de experimentações nesse aspecto, já que foram oferecidas oficinas que não reapareceram novamente nos anos seguintes, como escultor e modelador, caldeireiro de cobre e ferro, por não se prestarem aos interesses vigentes. Outro caso semelhante, foi o da oficina de serrador, ofertada uma única vez no ano de 1875.

A oficina de sapateiro, correiro, surrador e curtidor, criada em 1873, mudou de nome em 1875 e passou a denominar-se sapateiro. A oficina permaneceu com essa denominação até 1888. Ela teve algumas interrupções no período de 1883 e 1884. Em 1885, passou a ensinar os ofícios de sapateiro, curtidor e surrador, conjuntamente. Essa foi uma solicitação do diretor do estabelecimento ao presidente da Província em 1879, pois “traria grande economia no custo dos materiaes da officina de sapateiro, que é mais rendosa” (RPPA, 1879, p.24). O pedido foi reiterado em 1880, através de um novo relatório. A solicitação de se criar a oficina de curtidor e surrador, anexa a de sapateiro, devia-se ao entendimento de que

[...] esta officina poderá ser muito proveitosa ao instituto, principalmente se obtiver do governo, como solicitei, que nos fornecimentos para o exercito, tanto de calçado, como de fardamento, tenha preferencia, em identidade de condições, o instituto; pois que com esta certeza, poderão ser compradas as materias primas nos mercados estrangeiros (RPPA, 1880, p.43).

Após esse breve período, voltou tal officina a denominar-se sapateiro, permanecendo assim até o fim do período estudado nesta pesquisa. Essa officina era considerada uma das mais lucrativas.

A officina de marceneiro foi uma das mais estáveis, sendo ofertada de 1872 a 1888, com interrupção apenas nos anos de 1883 a 1885. Nos anos de 1885 e 1886, a officina de torneiro foi agregada a de marcenaria. Antes disso, ela foi disponibilizada nos anos de 1873 e 1881. Em 1878, Gama Malcher relata que a marcenaria estava trabalhando a todo vapor, tendo “sido construído grande numero de moveis e utensis para as escolas publicas, segundo os mais aperfeiçoados modelos vindos dos Estados-Unidos” (RPPA, 1878, p.82). Informa que autorizou o fornecimento, pelo Instituto paraense, dos seguintes objetos: “66 quadros pretos para operações arithmeticas, 3 mesas, 3 cadeiras magistraes, 100 bancos e 100 carteiras” (Ibid., p.70). Acrescenta ainda: “Quanto a mobília antiga que se achava nas escolas da Capital, dei ordens para que fosse reparada no mesmo Instituto, afim de ser depois remetida ás escolas do interior” (Ibid.). Essa é a primeira manifestação da comercialização dos produtos fabricados no estabelecimento e que se reproduzirá ao longo dos anos, principalmente nas officinas de marcenaria e alfaiataria. Nesse ano, o diretor apresenta suas expectativas quanto à produção da officina de marcenaria e afirma:

Se meus cálculos não são lisongeiros, exm. Sr., a officina de marcineiro, preparada como eu a mandei fazer, depois de alguns mezes, e a de sapateiro, posta em um outro lugar espaçosos, fornecendo calçado para os differentes corpos existentes n'esta capital, dão ellas só a metade das despezas do estabelecimento (PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ. RELATÓRIO IPEA, 1878 Anexo, p.II).

Os lucros obtidos com a comercialização animaram a Assembleia Provincial a autorizar as obras necessárias, já que em seu relatório seguinte (1879) o diretor informa que a officina de marcenaria é a mais bem montada do Instituto. Apesar disso, em

1881, essa oficina é apontada como uma das que apresentava as menores rendas, o que, segundo o presidente, explicava-se por ter saído “no tempo do meu antecessor quasi todos os educandos que estavam adiantados em sua arte, tem tido de crear novos alumnos, e tem as obras sido sobrecarregadas com jornaes e officiaes externos” (RPPA, 1881, p.55). Antes de finalizar seu relatório, o presidente ainda diz acreditar que em pouco tempo isso será superado, pois, à medida que os novos educandos ganharem mais habilidade no ofício, ficará menos necessária a presença dos “jornaes e officiaes extras” (Ibid.).

A oficina de ferreiro iniciou suas atividades em 1872 e foi até 1888, sendo interrompida em 1874, 1879 e nos anos de 1883 e 1884. A primeira interrupção deveu-se à sua junção com a oficina de serralheiro, o que voltou a se repetir nos anos de 1885 e 1886 por um curto espaço de tempo. Já a oficina de serralheiro, antes de juntar-se a de ferreiro nos períodos apontados acima, foi oferecida isoladamente nos anos de 1872, 1873 e 1882. Em 1873, a oficina contava com oito alunos, no ano seguinte, já ministrada com a oficina de serralheiro, manteve esse quantitativo. Quatro anos depois, esse número subiu para 10.

Quanto à paralisação das atividades nos anos de 1883 e 1884, temos a hipótese de que se deu por conta dos baixos rendimentos apontados nessa oficina, que, segundo o presidente Gama Abreu, ocorriam porque “a procura de obras não é grande para o que concorre a posição do Instituto, que obriga a despeza de carretos nas obras encomendadas” (RPPA, 1881, p.55). Acreditamos que o histórico de baixos rendimentos dessa oficina, principalmente se comparados com os rendimentos das demais, foi uma das razões para que as constantes solicitações de melhoramentos do seu local de funcionamento fossem sistematicamente ignoradas.

A oficina de carpina também foi ofertada desde a fundação do Instituto, mas teve uma sobrevivência mais curta, pois, em 1877, desapareceu completamente dos relatórios presidenciais. Em 1873, ela foi frequentada por 9 educandos, número que persistiu no ano seguinte. Em 1877, também encontramos igual número de alunos, o que nos faz crer que nove era o número máximo de vagas oferecidas.

O ensino da funilaria também foi ministrado de 1872 a 1888, sendo interrompido por três vezes. A primeira, no ano de 1873, e as outras, em 1879 e de 1883 a 1884. Os

relatórios presidenciais demonstram que, em 1877 ela contava com dez meninos matriculados. O número reduzido de educandos pode ser explicado pelo espaço que a oficina dispunha no Instituto: “um pequeno quarto inteiramente impróprio, e faltam-lhe as pequenas machinas usadas n’esta arte para adiantar o trabalho em proveito da renda” (RPPA, 1880, p.43).

Essas condições limitadas fizeram com que o presidente solicitasse à Assembleia Provincial uma autorização para a ampliação dessa oficina. Ao que tudo indica a autorização não foi concedida, pois Gama Abreu, em seu relatório presidencial de 1881, depois de afirmar que todas as oficinas possuíam rendas líquidas, fazendo com que o rendimento do estabelecimento tivesse aumentado em quase dois contos de réis em relação ao ano anterior, deixa claro não estar satisfeito com as rendas das oficinas de marceneiro, ferreiro e latoeiro (funileiro), que considera muito pequena. A pouca procura e o diminuído número de encomendas são causas apontadas para explicar o baixo rendimento da oficina de funileiro, além do espaço reduzido para o seu funcionamento. O presidente acredita que o rendimento seria maior se o número de educandos chegasse a 200.

Mesmo sem a autorização de ampliação da oficina, em 1885, o número de educandos atendidos é ampliado para treze e o cargo de mestre é exercido por um educando – Paulo Augusto Pfaender – (RPPA, 1885). Mas, se inicialmente o aumento do número nos faz pensar que houve alguma melhoria na oficina, a declaração do diretor do Instituto não nos permite quaisquer dúvidas:

As officinas de funileiro, ferreiro e marceneiro acham-se em condições muito precarias, por falta de espaço, ventilação e claridade; precisando, além do mais, de latrinas especialmente construidas pelo systema moderno, com os necessários tubos de esgoto (PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ. RELATÓRIO IPEA, 1885, Anexo, p.86).

Dois anos depois, as dificuldades com o espaço dessa oficina ainda são uma realidade, pois, segundo o presidente, as mesmas “funcionam em lugares que não são apropriados por falta de accomodações” (RPPA, 1887, p.68). Encontramos novamente essa reclamação no ano seguinte:

As oficinas de funileiro, ferreiro e marceneiro acham-se em condições muito precárias, por falta de espaço, ventilação e claridade, precisando, além do mais, de latrinas especialmente construídas pelo systema moderno, com os necessários tubos d esgoto” (RPPA, 1888, p.63).

Em 1889, o presidente Miguel José d'Almeida Pernambuco repete praticamente na íntegra a mesma queixa.

A oficina de alfaiate foi a única oferecida sem interrupções ou alterações de nomes no período de 1873 a 1888. Em 1874, era frequentada por oito meninos; três anos, depois o número era de dez educandos. No relatório do diretor do Instituto, ela também encontra-se listada entre as oficinas que estavam funcionando “em lugares muito acanhados e impróprios” (PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ. RELATÓRIO IPEA, Anexo, p.II) e isso fazia com que não se pudesse adquirir as máquinas necessárias, que “não só diminuiriam o trabalho braças, como aumentariam as rendas do instituto, visto aumentarem os efeitos uteis do trabalho manual e diminuir a mão de obra (Ibid., p.III).

Junto com a oficina de sapataria, a alfaiataria produziu grandes dividendos na comercialização de produtos manufaturados, que foram encomendados pelos corpos de polícia, de bombeiros etc., assim como proporcionou grande economia ao próprio Instituto, que podia contar com ela na confecção dos uniformes dos educandos matriculados.

Ao longo dos anos, os presidentes da Província vão invariavelmente apresentar os dados do ensino profissional e, principalmente, dos resultados obtidos nas oficinas ofertadas, em parte como forma de demonstrarem o quanto tinham conhecimento dos objetivos que levaram à criação do Instituto, mas, principalmente, para comprovarem a eficácia de suas gestões num ambiente político hostil e competitivo.

Considerando que o ensino profissional era justamente o grande diferencial do Instituto, as oficinas foram alvos constantes de reformulação e mudanças, como vimos anteriormente. Muitas vezes, essas mudanças visavam ampliar as rendas da instituição, como em 1885, quando o diretor, em relatório ao presidente da Província, aponta a

conveniência da criação das oficinas de encadernação e impressão, que, no entanto, nunca foram efetivadas.

Em seu relatório, Cunha Junior faz questão de apresentar um quadro demonstrativo no qual evidencia que

[...] o valor das obras preparadas nas oficinas do instituto, no curto periodo de sua existencia, isto é, em 18 mezes, ver-se-há que, deduzidos os gastos de 3% provenientes dos utensilios, têm as oficinas dado uma renda de 35% sobre o capital empregado no seu custeio, o que já rivalisa, si não excede, com os mais bem montados estabelecimentos desta ordem (RPPA, 1873b, p.20).

Em 15 de fevereiro de 1874, o presidente Pedro Vicente de Azevedo informa que os 44 educandos matriculados no Instituto estão inseridos nas oficinas existentes e que ele tem a pretensão de oferecer mais quatro: latoeiro, fundição, sapateiro e corrieiro, “o que não se tem feito por falta de commodos no edificio” (RPPA, 1874b, p29). O objetivo era atender às demandas surgidas, assim como tornar as oficinas mais completas compreendendo as várias etapas do processo produtivo.

Os relatórios presidenciais apontam que, em 1875, as oficinas geraram uma receita de 8:222\$796, e que, em 1876, as oficinas ofertadas tiveram um total de obras manufaturadas no valor de 26:010\$030 réis. Quanto a isso, o presidente Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides observa que o Instituto começava

[...] a apresentar algum resultado. Assisti a exposição dos trabalhos dos educandos por ocasião da distribuição das medalhas de honra, e attento o pouco tempo que conta o estabelecimento agradaram geralmente, demonstrando progresso das officinas (RPPA, 1876b, p.25).

Em 1880, a renda bruta das oficinas foi de 5:930\$808. Segundo o presidente, esse valor era de 3:045\$848 a mais que no ano anterior. No ano seguinte, o aumento das rendas foi de quase 2 contos de réis. Infelizmente, os relatórios presidenciais e os dos diretores do Instituto não permitem uma perfeita avaliação do crescimento de sua renda, mas podemos supor que isso era uma realidade, já que os poucos dados que temos, mesmo com lacunas temporais, demonstram que a renda cresceu progressivamente. Essa opinião está apoiada na informação trazida pelo relatório de Miguel José d'Almeida Pernambuco, onde consta que a renda líquida no ano de 1888 foi de

6:913\$262 réis. Segundo ele, 2:550\$058 réis a mais que em 1887 (RPPA, 1889). A despeito de tantas informações positivas acerca dos lucros do Instituto, José Veríssimo informa que o “programma, organizado sem nenhuma intelligencia ou conhecimento do que é ou deve ser a instrucção profissional e técnica, [creio bem que] nunca foi executado” (VERÍSSIMO, 1890, p.11).

A preocupação constante dos presidentes da Província do Pará em apresentar os dados financeiros do Instituto, quase sempre buscando demonstrar a lucratividade das oficinas oferecidas, explica-se porque um dos objetivos da instituição era adquirir autonomia financeira, como expõe o diretor do estabelecimento num dos seus relatórios:

[...] o fim que tanto desejo, que é, que **elle subsista por si mesmo**, isto é, que as suas receitas mínimas dem para as suas despesas, ou que ellas sejam taes, que se possa estabelecer em grossa escala o *Instituto Paraense*, como se vê na Europa” (PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ. RELATÓRIO IPEA, 1878, Anexo, p.II).

Isso não era apenas uma questão de orgulho administrativo, havia muitos questionamentos por conta da alta despesa que o Instituto representava para o Governo Provincial. Entendemos, no entanto, que essa era uma questão presente em todo o Império brasileiro, pois, ao falar do Rio de Janeiro, Schueler (2001, p.174), informa que “o que muitos contemporâneos questionavam era a opulência e o custo dos prédios em relação aos fins a que se destinavam: a educação e a instrução de crianças desvalidas e pobres”. Parte da sociedade acreditava que esses meninos se acostuariam a um padrão de vida que mais tarde não teriam condições de ser reproduzidos quando deixassem o Instituto. Eles advertiam que ao

[...] acostumar os filhos dos pobres com a beleza e o conforto das novas construções escolares poderia despertar nas crianças um olhar crítico e uma possível reflexão sobre a contradição existente entre os palácios onde estudavam e as suas condições concretas de existência. É um pensamento critico sobre a realidade social e a vida de cada um dos seus alunos não era propriamente o objetivo pedagógico daqueles reformistas conservadores, que buscavam alternativas para educar e instruir a população pobre da cidade (SCHUELER, 2001, p.175).

Cunha Junior é o primeiro presidente a argumentar acerca do lucro que o Pará teria se investisse mais no Instituto. Em seu entendimento, esses investimentos não

poderiam prescindir do aumento do número de educandos, que forneceria mais braços para a aprendizagem nas oficinas. Sendo assim, ao visar à ampliação do lucro, atendia-se a um duplo objetivo, pois

[...] a província arrancando do seio da ignorância e da miseria essas crianças desvalidas, que mais tarde teriam de multiplicar a escala do crime, terá a gloria de vel-as trocando os hábitos desregrados em que viviam pela mais louvavel emulação e decidido amor ao trabalho, concorrer, por sua vez, para o engrandecimento do paiz (RPPA, 1873, p.29)

O diretor José Luiz Coelho afirma que “em poucos anos se póde tornar uma fonte de rendimentos para a província” (PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ. RELATÓRIO IPEA, 1879, Anexo, p.XV). Gama Abreu concorda com essa afirmativa e relata sua expectativa de que “o instituto subsista por si, ou com muito pequena ajuda dos cofres públicos” (RPPA, 1880, p.44). Esse discurso acerca da autonomia do Instituto foi repetido em praticamente todos os relatórios que se seguiram e até mesmo em reportagens de jornal que afirmavam que ele havia sido criado “com o fim de dar á provincia lucros pecuniários e imediatos” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 18/01/1877).

Pedro Vicente de Azevedo, em relatório presidencial, expressa suas preocupações com o estado financeiro do Instituto e apresenta as medidas tomadas, todas de caráter estritamente financeiras. Dentre elas: "realizar as compras por preços mais vantajosos [...] contractando-se com algumas casas commerciaes a importação directa, por conta do instituto, dos artigos que nos vem do mercado estrangeiro" (RPPA, 1874b, p.29). Após apresentar os dados financeiros do Instituto, o presidente conclui:

Bem vêdes, portanto, que não é este estabelecimento dos que mais pesam aos cofres da província, sendo, ao contrario, certo que, melhor dirigido, com sua officinas regularizadas, poderá quase equilibrar a receita com a despeza, não fallando do importante serviço que presta às classes desfavorecidas da sociedade (Ibid., p.31).

E acrescenta haver a necessidade de

[...] ampliar o depósito do almoxarifado [...] já insufficiente para comportar as obras preparadas nas oficinas; bem assim fazer-se armarios para guardar a roupa dos educandos e outras providencias que foram reclamadas pelo major sr. Carvalho em tempo de sua administração" (Ibid., p.29)

Essa necessidade é apontada novamente no ano seguinte pelo presidente Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, que alerta que o almoxarifado

[...] precisa de espaçosos armarios, para a guarda e deposito, não só dos materiaes comprados para as officinas, como das obras n'ellas preparadas, alem de um deposito em separado das materias inflamaveis (...) Actualmente funciona em um pequeno quarto de 21 palmos em quadro insufficiente em todos os sentidos ao fim á que é destinado (RPPA, 1875, p.36).

O presidente supracitado também aproveita esse relatório para apresentar à Assembleia Provincial suas sugestões para melhorar as finanças do Instituto. Segundo ele, faz-se necessário diminuir o preço de venda das peças manufaturadas “e que até certo ponto afasta a concorrência do consumidor” (Ibid.). Para isso, sugere que os materiais necessários para as oficinas sejam comprados em maior quantidade, pois o

[...] pequeno consumo que ainda fazem do mesmo, o que por sua vez afasta das arrematações os importadores, sendo aquellas apenas concorridas por compradores a retalho, ou pequenos negociantes que, vendendo já em segunda ou terceira mão, elevão o preço dos fornecimentos a 20 por % pelos menos sobre o que poderíamos alcançar, se o instituto importasse esses materiaes directamente (Ibid.).

Pensando no escoamento da produção, o presidente João Capistrano Bandeira de Mello Filho sugere que

[...] em um ponto da cidade fosse estabelecida, e mediante porcentagem, uma agencia que se incubisse de receber as encomendas de obras, e de vender os artefactos do Estabelecimento, estou certo que avultados seriam os lucros obtidos, tanto mais quando, não é por vós ignorada a carencia nesta capital de bons e diligentes artistas, cujas obras possam competir com as que são executadas nas officinas do Instituto (RPPA, 1877, p.102, Grifo nosso).

Outra sugestão dada pelo diretor foi de que o presidente garantisse que “os fornecimentos para as tropas (...) [fossem] feitos pelo estabelecimento, que poderá sempre executal-os em melhores condições de preço e qualidade, por não levar em conta, como os outros fornecedores, mão-de-obra e aluguel de casa” (PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ. RELATÓRIO IPEA, 1879, Anexo, p.XV). Os dados posteriores demonstram que essa se mostrou uma alternativa muito lucrativa, pois, segundo Rizzini (2002), as relações comerciais estabelecidas com os órgãos públicos favoreceu muito o

incremento da renda líquida que o Instituto teve durante a direção de José Luiz Coelho, principalmente com os Arsenais da Marinha e Exército, que se tornaram os principais consumidores dos produtos manufaturados naquele estabelecimento. De acordo com a autora, a partir de 1880, além do próprio estabelecimento, que absorvia produtos de todas as oficinas

[...] o corpo da polícia e o arsenal de Guerra foram os maiores compradores das oficinas de alfaiates e sapateiros. Particulares também faziam encomendas, garantindo à oficina de marceneiros o seu maior ganho. Já as de ferreiros e funileiros abasteciam principalmente o estabelecimento dos educandos, não deixando de produzir para clientes externos. Alguns anos depois, as oficinas tinham novos clientes: a companhia de bombeiros, o Liceu Paraense e o Palácio do Governo (RIZZINI, 2004, p.217).

Foi recorrente também a sugestão da aquisição de “machinas e aparelhos convenientes que, aumentando a rapidez de promptificação e diminuindo o trabalho manual, concorressem para a barateza das obras” (RPPA, 1882, p.82). Outras medidas se relacionaram com a diminuição dos impostos e vantagens diversas nos fornecimentos para órgãos provinciais. Embora não se tenha encontrado documentos comprovando que tais medidas foram implementadas, podemos deduzi-las pelos números de pedidos de artigos manufaturados, principalmente das oficinas de alfaiate e sapateiro, advindos dos corpos de polícia e de bombeiro.

Em seu relatório da instrução pública no Pará, José Veríssimo opõe-se totalmente a essa ideia de que o Instituto devesse atender aos anseios econômicos e atribui todas as mazelas à “concepção que até agora se tem vigorado no mundo oficial, o fim d’aquelle estabelecimento não era ensinar, era dar lucro” (VERÍSSIMO, 1890, p.11), e salienta que isso devia ser urgentemente alterado.

Dentre as medidas propostas, a que mais se repetiu nos relatórios presidenciais foi a que propunha a ampliação do número de educandos, pois isso, dentre outras coisas, afetaria a produção nas oficinas. É claro que muitas vezes a desculpa principal era a grande demanda de meninos a serem admitidos. Isso é observado nos relatórios presidenciais, quando estes justificam a necessidade de aumentar o número de educandos. Encontramos esse pensamento de forma mais explícita num relatório do diretor do Instituto em que ele roga ao presidente da Província que peça à Assembleia

autorização para a ampliação do quantitativo de educandos para duzentos meninos “attendendo ao numero de petições que todos os dias augmenta, e ao crescido numero de meninos desvalidos que ha na provincia” (PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ. RELATÓRIO IPEA, 1881, Anexo, p.LII).

No ano anterior, o presidente José Coelho da Gama Abreu confirma essa informação, afirmando que há um “grande numero de petições, que diariamente recebo, [que] mostra[m] que o quadro dos educandos deveria ser augmentado” (RPPA, 1881, p.44).

Quando iniciou suas atividades, o Instituto tinha 25 alunos, “que seriam educados às custas do Governo Provincial” (BASTOS, 1984, p.6). A lei 660, de 31 de outubro de 1870, previu que o Instituto garantiria o atendimento para 50 educandos, mas uma nova lei provincial, de número 758, de 19 de dezembro de 1872, fixa em trinta meninos esse quantitativo. Essa lei acrescenta ainda que esse “numero não poderá ser augmentado senão por deliberação expressa da Assembléa provincial, nem mesmo á titulo de addidos” (PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ. Lei 758, Art.2º). Por conta dessa determinação, que impedia o aumento espontâneo do número de educandos atendidos, em 1873, o presidente Domingos Cunha Junior propõe o aumento no número dos que podiam ser atendidos naquele estabelecimento. Ele é o primeiro a escrever em seus relatórios, argumentando da necessidade de que todos os benefícios trazidos pelo Instituto de Educandos não deveriam ficar restritos a um pequeno número de meninos, pois, segundo ele, não convinha que se fechassem

[...] as portas aos mais que achando-se nas mesmas condições de pobreza, merecendo por isso da provincia tanto quanto aquelles, lhe venham pedir esse auxilio humanitario e patriotico, aliás devido á classe menos favorecida da sociedade” (RPPA, 1873, p.29).

Sua proposta era que os benefícios tão decantados por todos deviam ser estendidos “á um maior numero de meninos pobres e desvalidos tanto mais quanto que semelhante accrescimo tende a desaparecer com as rendas do Instituto” (RPPA, 1873, p.30), pois em menos de um ano ele já arrecadara, somente com as oficinas, a receita de 3:148\$268, e que a tendência era uma receita maior quando o estabelecimento passasse a “concorrer com suas obras ao mercado” (RPPA, 1873, p.29). Assim, pede a autorização da Assembleia Provincial para a ampliação do número de educandos

atendidos de 30 para 100, por acreditar que isso seria bem mais vantajoso para a Província do Pará, pois,

No caso de cem educandos, não só decrescerá a despeza porque sendo grande o fornecimento haverá maior numero de concorrentes à arrematação, como crescerá a renda em proporção maior do que no primeiro caso (de 30 educandos) pelos seguintes motivos: 1º. porque nem todos os educandos de maior idade perderão, como hoje acontece, a maior parte do tempo de trabalho das officinas, por haver necessidade de fazel-os frequentar aula de musica além das outras (RPPA, 1873, p.31).

Na avaliação presidencial, um maior número de educandos ajudaria na composição da banda de música que ele considerava importante por ser outra fonte de receita, além das oficinas. Acredita também que o acréscimo no número de meninos garantiria outra renda certa, a saber, “a manufatura do fardamento e correame dos corpos do exercito aqui estacionados, do de policia e do mesmo de educandos” (RPPA, 1873, p.31), aumentando a receita em 20%. Apesar da insistente e fundamentada argumentação, a solicitação do presidente não foi logo atendida, o que tomamos conhecimento por meio de outro relatório, onde afirma que ao

[...] assumir a presidencia desta província, notando em grande desproporção entre a despeza que se fazia com o simples custeio da casa na parte relativa ao pessoal empregado e o numero de meninos admitidos tal que, limitando-se os benefícios offerecidos pela provincia a um circulo tão pequeno, tenderiam esses necessariamente a perder-se na massa ignorante da população sem minimo proveito: e reconhecendo que, com o augmento apenas de 1/3 da despeza annual, podiam ser admitidos mais 70 meninos pobres, elevando-se d'est'arte a 100 o numero dos educandos da provincia; e que alem disso, **esse mesmo accrescimo de despesa devia ser em pouco tempo compensado pelas rendas da casa, as quaes augmentarião na proporção daquelle numero;** reconhecendo também a alta conveniencia de crear novas officinas, e de dar maior desenvolvimento aos trabalhos do ensino practico, propuz estas providencias á assembléia (Ibid., p.18, Grifo nosso).

O pedido finalmente foi acatado através da lei 781, de 9 de setembro de 1873. Mas, embora tenha conseguido a autorização pedida, o aumento não pôde ser garantido integralmente, pois, antes de aumentar o número de educandos, fazia-se necessário que fossem providenciadas as devidas condições para se receber mais meninos no estabelecimento, que eram: ampliação dos cômodos do edifício, principalmente nos

locais em que funcionavam as oficinas, além de melhoria no espaço da enfermaria etc. De acordo com um orçamento feito, os recursos necessários para as obras seriam da ordem de 40:933\$980 réis e elas durariam três meses. Somente assim se poderia ampliar o número existente (44) para cem educandos.

No ano seguinte, o presidente Guilherme Francisco Cruz manifesta sua alegria porque entende que, finalmente, o Instituto “foi sabiamente considerado pela assembléa provincial, que, elevando o numero de aprendizes, creou importantes oficinas e estabeleceu medidas do maior alcance para o seu engradecimento” (RPPA, 1874a, p.5). Em relatório posterior, Pedro Vicente de Azevedo informa que o número de educandos permanece igual: 44. E alerta que é “este numero o maximo que póde o edificio comportar no estado em que se acha” (RPPA, 1874b, p.28), demonstrando sua preocupação em relação à implementação da lei que autorizou o aumento do número de educando, pois para ele o prédio do estabelecimento jamais comportaria esse quantitativo.

Um ano depois, em 1875, o Instituto já contava com um corpo de educandos composto por 58 meninos, mas ainda tinha dificuldades estruturais para ampliar o atendimento, de acordo com o que informa Francisco de Sá e Benevides. Segundo o presidente,

O numero de cem a que foi elevado por lei provincial de 9 de setembro de 1873, não poude ainda ser preenchido por falta de accomodações no edificio, em que funciona o estabelecimento, **o que é para lamentar-se, visto o grande numero de pessoas desvalidas e sem meios de se educarem, que conta a provincia** (RPPA, 1875, p.35).

No ano seguinte, esse presidente aponta que o Instituto ainda não tinha apresentado melhores resultados porque ainda não lhe haviam dado o espaço necessário para o seu desenvolvimento (RPPA, 1876) e essa falta de espaço era o que impedia o recebimento de mais meninos fazendo com que o número de atendidos permanecesse em sessenta e dois.

Anteriormente fizemos uma extensa lista dos melhoramentos que precisavam ser feitos no Instituto Paraense, por isso, não os listaremos novamente aqui, mas desejamos salientar que eles foram ao longo dos anos, ponto de pauta das discussões na

Assembleia Provincial, como demonstra o relatório do presidente João Capistrano Bandeira de Mello Filho que alerta a Assembleia de que o número de educandos previsto na lei

[...] ainda não pôde ser preenchido, por haver falta absoluta de accomodações no edifício, **existindo, entretanto, muitos pretendentes a serem admittidos**, logo que estejao executados os melhoramentos projectados no mesmo (RPPA, 1877, p.98, Grifo nosso).

Em 1878, o diretor do Instituto envia ao presidente um relatório em que deixa claro que, enquanto não tivesse seu número de educandos ampliado, aquele estabelecimento nunca atingiria o objetivo para o qual havia sido criado. Ele, no entanto, reconhece que nas condições infraestruturais em que se encontrava, realmente seria impossível aumentar o quantitativo de meninos atendidos. Para resolver parcialmente essa questão, ele apresenta a sugestão de “que os educandos que têm mais de 18 annos deixem de ser internos” (PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ. RELATÓRIO IPEA, 1878, Anexo, p.IV) e sugere que permaneçam na condição de “meio-pensionistas e sujeitos no estabelecimento ao mesmo regulamento dos internos, acho que o trabalho se fará com mais vantagem e mais aproveitamento para o instituto” (Ibid., p.IV).

Temendo que os pais, parentes ou tutores retirassem do estabelecimento os meninos assim que eles adquirissem as habilidades básicas de um ofício qualquer, o diretor ainda recomenda que eles deveriam

[...] assignar um termo no qual declarem, que se obrigam á **conservar-os trabalhando no instituto durante o praso marcado** por v. exc. Assim, pois, não só contamos já com esses officiaes, como também nas vagas d'estes podem entrar novos (Ibid., Grifo nosso).

Outra medida proposta pelo diretor, visando ampliar o atendimento, é a recepção de aprendizes externos, considerada

[...] **de grande utilidade para o estabelecimento e para as pessoas menos favorecidas da fortuna**, que podem assim garantir á seus filhos, tutellados ou parentes, para o futuro, **um meio de subsistencia honrado**, guardando-os assim da **miseria, que muitas vezes os**

arrasta aos vícios (PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ. RELATÓRIO IPEA, 1878, Anexo, p.IV, Grifos nossos).

Essa sugestão foi aprovada pelo Presidente da Província (ofício de 16 de fevereiro de 1878), que, assim como o diretor do Instituto, acreditava que a admissão de aprendizes externos nas oficinas seria extremamente vantajosa para o estabelecimento, por não resultar em novas despesas (RPPA, 1878). Mas salienta que providência semelhante àquela tomada para os educandos maiores de 18 anos deveria ser aplicada nessa situação. A saber, a assinatura de um termo de compromisso por parte dos pais ou responsáveis, como o diretor já propusera.

[...] o que acho urgente é que os Paes, parentes e tutores assignem um contracto obrigando-se a conserval-os no estabelecimento logo que tenham recebido diploma de 2º official, durante um tempo, (...) porque **sem esse contracto, apenas promptos, elles deixarão o estabelecimento para trabalharem onde mais lhes convier** (PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ. RELATÓRIO IPEA, 1878, Anexo, p.IV, Grifo nosso).

Nesse mesmo relatório, o diretor aponta a existência de apenas nove externos, o que pode indicar não ser verdadeira a informação sobre o grande número de famílias solicitando o ingresso de meninos nessa condição, já que para ingresso de internos são encontradas inúmeras petições, ou que o processo que culminava na matrícula era muito rigoroso e poucos conseguiam aprovação nele. João Luiz Coelho faz questão de deixar claro que as sugestões têm a pretensão apenas de amenizar a situação que o número de educandos abaixo do desejável causava ao Instituto, mas que, obviamente, o melhor seria a realização das melhorias no prédio para que se pudesse acomodar mais meninos desvalidos.

De acordo com os relatórios presidenciais, sabemos que os pedidos do diretor foram atendidos parcialmente, já que, no início de 1880, o número de educandos atendidos sobe de 48 para 90 matriculados. Apesar de ser uma significativa ampliação, ainda está muito aquém do desejo do diretor que é de um Instituto com 200 internos. Outra medida proposta e atendida foi a de que os educandos maiores de 18 anos deixassem de ser internos e passassem à condição de alunos externos. No entanto, ela não foi implementada exatamente como o diretor desejava, pois o que acabou

acontecendo foi o desligamento desses jovens, trazendo, inclusive, problemas para o bom funcionamento daquele estabelecimento. Uma dessas dificuldades foi a diminuição das rendas de algumas oficinas,

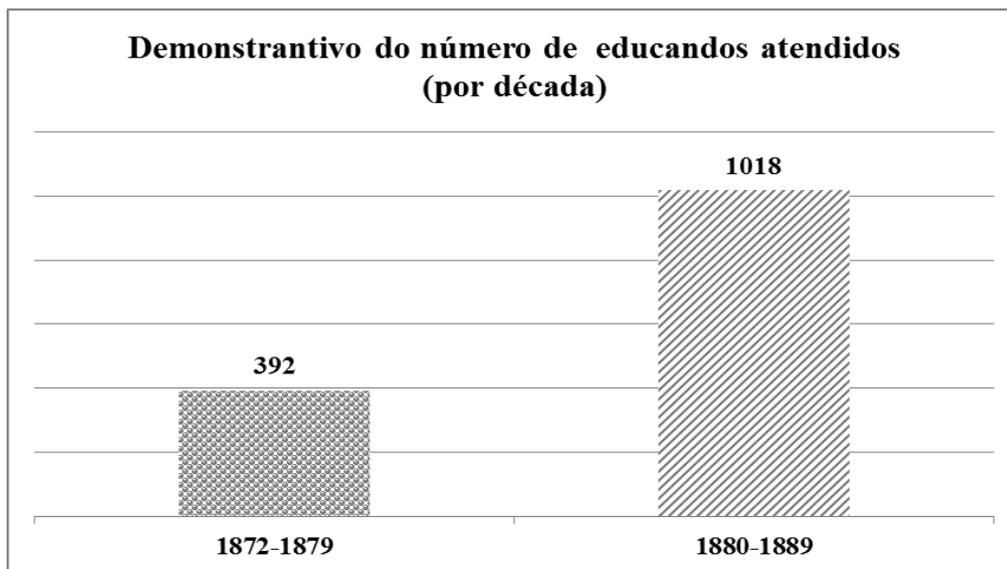
[...] porque tendo sahido no tempo do meu antecessor quasi todos os educandos que estavam adiantados em sua arte, tem tido de crear novos alumnos, e tem as obras sido sobrecarregadas com jornaes e officiaes externos (RPPA, 1881, p.55).

Antes de finalizar, ele diz acreditar “que em pouco tempo isso será superado, pois a medida que os novos educandos ganharem mais habilidade no ofício ficará menos necessária a presença dos jornaes e officiaes extras” (Ibid.).

Desde que foi proposta, a admissão de educandos externos cresceu vertiginosamente. Se no primeiro ano da admissão o número não chegou a uma dezena, em 1888, quase dez anos depois, atingia a marca de 148 meninos. Os relatórios presidenciais informam que o maior número de educandos internos já atendidos foi de 123 (1889), ou seja, o Instituto chegou a ter um número de alunos externos maior que o de internos, demonstrando, assim, o quanto a proposta de José Luiz Coelho foi considerada pertinente para aumentar o número de atendimentos, mesmo com as omissões da Assembleia Provincial às necessidades do Instituto Paraense de Educandos Artífices.

Quanto à jornada pedagógica e demais atividades desses educandos externos, os regulamentos não deixam muitas pistas, pois não tem capítulos específicos para os que estavam nessa condição, o que nos faz supor que eles eram sujeitos às mesmas regras que os demais.

Apesar dos relatórios não apresentarem dados completos da admissão de educandos externos em todos os anos, pelos números parciais, constatamos o quanto o atendimento foi ampliado a partir da admissão de meninos nessa condição, como vemos no gráfico abaixo:



O quadro a seguir demonstra o número de meninos atendidos no Instituto Paraense de Educandos Artífices, no período de 1872 a 1889, que foram admitidos a cada ano, demonstrando que o maior número de admissões coincide com o ano posterior à implantação das medidas administrativas e pedagógicas propostas por José Luiz Coelho:

Ano	Educandos	Ano	Educandos
Década de 1870		Década de 1880	
1872	25	1880	90
1873	30	1881	92
1874	44	1882	89
1875	58	1883	92
1876	62	1884	84
1877	60	1885	92
1878	57	1886	92
1879	56	1887	116
		1888	148
		1889	123
Subtotal	392	Subtotal	1018
Total Geral		1410	

Ao cursar as disciplinas e oficinas do Instituto, um educando poderia, além do aprendizado teórico e prático, adquirir uma menção especial por apresentar-se mais capacitado que os demais em algum aspecto, pois fazia parte do regulamento daquele estabelecimento a distinção por meritocracia. Um relatório de 1874 é o primeiro a tratar da premiação dos educandos que obtiveram destaque na rotina, embora a condecoração estivesse prevista desde o primeiro regulamento (1872). Ela era definida a partir de três categorias: capacidade moral, capacidade intelectual e capacidade industrial (Art.94), distribuídos a partir dos seguintes critérios:

Art.95 O primeiro será conferido ao aluno, que durante o ano, tiver tido o melhor comportamento; o segundo, ao que tiver mostrado mais talento e aplicação nas aulas; o terceiro ao que, além dos conhecimentos teóricos, tiver executado algum trabalho da arte de primor (PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ. REGULAMENTO, 1872).

Segundo esse regulamento, o prêmio consistia numa medalha de prata com a inscrição do prêmio a que se referia, e conferia a quem a recebesse alto grau de distinção, tanto que deveria ser “trazida pelo premiado, todas as vezes que sair á rua, e nas occasioes de formatura do corpo” (Ibid., Art.96).

Os prêmios por capacidade intelectual eram resultado da avaliação de aproveitamento dos alunos feita pelos professores nas aulas ofertadas, ou na chamada parte teórica. O prêmio por capacidade moral resultava da observação da conduta do educando no dia a dia, de sua morigerância, conceito que, como vimos anteriormente, era extremamente valorizado e merecedor de toda a distinção, como forma de modelo exemplar. Para escolher o educando que receberia esse prêmio, era formado um júri composto pelo agente, pelo escriturário e pelo almoxarife do estabelecimento. Já o reconhecimento por capacidade industrial relacionava-se à perícia apresentada por um educando na manufatura dos diferentes produtos ensinados pelos mestres nas oficinas da instituição. A qualidade do trabalho concluído e um conjunto de características observadas, como o cuidado com os acabamentos, eram critérios que os mestres usavam para apontar os educandos mais habilidosos nos seus respectivos ofícios.

A atribuição dos prêmios era muito rigorosa, tanto que, caso os educandos não atingissem os critérios considerados mínimos para ter direito a eles, não os receberiam de forma alguma. Um exemplo disso é que no ano de 1875, “por não ter nenhum dos

educandos apresentado uma obra de primor” (RPPA, 1875, p.37), ninguém recebeu o prêmio de capacidade industrial.

Os prêmios faziam parte da realidade das instituições de abrigamento pelo seu intenso caráter meritocrático. Segundo Marin (2006, p.125),

A premiação – com a concessão de condecorações ou de objetos, como livros e instrumentos aperfeiçoados da lavoura e da indústria – **visava distinguir e valorizar os alunos interessados em aplicar os ensinamentos repassados pela instituição** (Grifo nosso).

Pela leitura dos relatórios, deduzimos que a entrega dos prêmios era feita em circunstâncias festivas, patrocinadas pelo Tesouro Provincial. No entanto, em 1879, isso começa a mudar, já que o presidente da Província determina que o valor dispensado para a comemoração deve sair do caixa do próprio Instituto e não do Tesouro como acontecia anteriormente (PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ. Offício de 10 de Janeiro de 1879).

Além das premiações, a rotina do Instituto também possuía outras práticas para diferenciar os educandos uns dos outros. Independente da forma, a morigerância era o critério principal. Ela possibilitava, por exemplo, que os meninos adquirissem o direito de assumir uma liderança sobre os demais. De acordo com os relatórios presidenciais, era comum que os educandos fossem divididos em três ou quatro grupos e cada divisão tivesse um educando “tirado d’entre os mais idôneos e morigerados” (RPPA 1875, p.35) para supervisioná-lo. Essa organização será encontrada a partir de então nos relatórios seguintes, como, por exemplo, no relatório de 1876, onde tomamos conhecimento de que o Instituto já contava com 62 educandos “divididos por turmas dirigidas por [outros] educandos dos mais morigerados” (RPPA, 1876, p.25). Outra forma de distinção se dava quando educandos atuavam nas várias funções daquele estabelecimento. Eles eram escolhidos por serem os mais aptos, mas também por serem os mais morigerados. O exercício de uma função implicava em total diferenciação na rotina do educando, assim como acesso a espaços vedados aos demais, como o almoxarifado e despensa. Esses meninos também conviviam mais com os funcionários do que com seus pares, criando relações diferenciadas no contexto institucional.

De acordo com o primeiro regulamento do Instituto Paraense de Educandos Artífices (1872), o cargo de agente, além dos empregos de fiel, amanuense e enfermeiro seriam exercidos por educandos que mostrassem aptidão e capacidade (PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ. REGULAMENTO, 1872, Art.87). O regulamento acrescenta também que o diretor tinha como prerrogativa:

[...] nomear temporariamente um educando dos mais idoneos para auxiliar o serviço de escripturação do almoxarifado e expediente, mediante a gratificação mensal de 10\$000 rs. Pagos pelo cofre da casa, o qual poderá ser substituto por outro, si a necessidade do auxilio se prolongar por mais de um mez (Ibid).

A despeito disso, a primeira vez que um relatório informa sobre a existência de um educando atuando como funcionário do Instituto é no ano de 1877, sendo o cargo ocupado o de enfermeiro. Essa demora para que os educados fossem admitidos como funcionários provavelmente aconteceu porque, somente a essa época, os meninos, admitidos inicialmente em 1872, já possuíam mais formação e já eram mais velhos para atender às especificidades que os cargos exigiam. Nossa conclusão está baseada nos pré-requisitos apontados no regulamento supracitado para o cargo de agente. Segundo o artigo 84, “O agente será um educando dos mais habilitados pela **idade, aproveitamento, actividade e boa conducta**” (Ibid., Grifo nosso), demonstrando que esses eram aspectos importantes a serem observados.

No relatório de 1881, o presidente informa que, assim que o Instituto tivesse um educando com a necessária habilitação, este seria nomeado para o cargo de amanuense, assim como foi feito para o cargo de agente, ocupado por um dos meninos do estabelecimento, gerando, inclusive, economia de recursos, o que ampliou o número de cargos a serem ocupados pelos educados atendidos.

Ao longo dos anos, alguns cargos foram ocupados por educandos e funcionários contratados de forma revezada. A exceção foi o de enfermeiro que, na maior parte do tempo em que o estabelecimento existiu, foi ocupado por educandos que ficavam sob a supervisão do médico, Jayme Pombo Bricio. Pelos relatórios, também descobrimos que os educandos chegaram a atuar como mestres nas oficinas do Instituto, apesar de não haver previsão regulamentar, como no ano de 1877, quando em “consequencia das

urgencias do Thesouro, não foram, porém, contractados [para estas] novos mestres, e sim admittidos como contra-mestres dous educandos para isso habilitados” (RPPA, 1878a, p.82).

A contratação de educandos para desenvolver essas atividades também representava uma grande economia para o cofre institucional. José Coelho da Gama Abreu informa da demissão do agente por mau desempenho e de que em seu lugar assumiu um educando, representando excelente economia mensal (RPPA, 1881). No ano seguinte, Manuel Pinto de Souza Dantas Filho ressalta que todos têm desempenhado suas funções satisfatoriamente, inclusive o educando que exerce o cargo de agente, o que está gerando uma economia de 1:216\$000 anuais com o pagamento de salário (RPPA, 1882). O presidente sucessor ratifica a fala de Dantas Filho e informa que um educando tem exercido a função de agente, o que representou grande economia para o estabelecimento (RPPA, 1883).

A premiação também fazia parte da organização disciplinar do Instituto e funcionava como reforço das práticas consideradas positivas. Em contrapartida, os educandos poderiam ser penalizados em vários níveis que iam desde a advertência particular, advertência pública, repreensão, prisão simples, prisão com redução de ração (alimentação diária) e rebaixamento. Em casos mais graves, poderiam ser encaminhados aos Arsenais da Marinha e Exército para engajamento nas respectivas companhias de Aprendizes Artífices. As punições

[...] faziam parte de um **repertório de práticas pedagogicamente utilizadas para corrigir os alunos transgressores e impor os limites da sociabilidade dentro da instituição**. A premiação e o castigo eram feitos às vistas dos demais alunos, para que as honras ou as corrigendas se tornassem exemplares, estimulando ou inibindo determinados comportamentos (MARIN, 2006, p.126, Grifo nosso).

Para entender melhor a organização disciplinar do Instituto, precisamos recorrer aos seus regimentos e a outros documentos que regulavam a vida dos educandos em todo o tempo em que permaneciam no estabelecimento. O controle era tal que o regimento legislava, inclusive, sobre o tempo considerado livre.

Os relatórios também trazem importantes informações sobre o tema. Logo após a promulgação da lei, em que a Assembleia aprovou a ampliação do número de

educandos do estabelecimento, o presidente faz questão de alertar àquela Casa que o aumento do número de educandos, autorizado pela Lei Provincial 781, é um motivo de preocupação, e pede a construção de "um quarto para prisão correccional, mas também [salienta a necessidade de se] fechar os alojamentos, de modo a evitar-se que os educandos ausentem-se durante a noite" (RPPA, 1874, p.28). Tais medidas visavam estritamente à disciplinarização e à vigilância sobre os meninos. Pelas informações obtidas, a prisão correccional não foi aplicada, mas não temos indícios que comprovem que, embora sem a existência de um espaço específico, tal prática não tenha sido utilizada na rotina da Instituição de forma alternativa e não oficial.

Segundo Marin (2006), essas práticas disciplinares mostram-se altamente preconceituosas, porque eram destinadas às crianças negras, índias, pobres e abandonadas, mas, principalmente, às miscigenadas, degeneradas pelas raças das quais se originaram. O pensamento era de que, quanto mais cedo se fizesse isso e quanto mais rigoroso se fosse no cumprimento das normas, mais facilmente os educandos se adaptariam ao futuro que lhes seria oferecido. Para este autor, esses meninos eram educados “para serem trabalhadores dóceis, subservientes e condenados a uma vida marginal nas dimensões existencial, econômica e política” (MARIN, 2006, p.133), e o controle era o desiderato, como vemos num dos relatórios encaminhados ao presidente da Província pelo diretor José Luiz Coelho. Segundo este último, os internos estavam

[...] divididos em quatro companhias, dirigidas por chefes tirados d’entre os mais morigerados, ocupando cada companhia um aosepto separado, que, se não tem todas as proporções desejaveis, tem luz e ar sufficiente, achando-se dispostos de maneira a serem **de um só golpe de vista examinados**, mesmo do refeitório (PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ. RELATÓRIO IPEA, 1881, Anexo, p.LIII, Grifo nosso).

Como podemos verificar, o espaço físico deveria ajudar nesse propósito. Não foram poucas as solicitações para que o terreno ao redor do prédio do Instituto fosse murado, já que “um estabelecimento d’estes é sempre cercado de muros” (PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ. RELATÓRIO IPEA, 1881, Anexo, p.LII). Diferentes presidentes insistiram nessa obra, o que demonstra que ela era de extrema necessidade para a vigilância. Em seu relatório presidencial, João Silveira de Souza não esquece de listar dentre as melhorias e obras necessárias: “Que seja murado o terreno em que está o edificio” (RPPA, 1885, p.27). A delimitação do espaço proporcionada por um muro,

controlando assim o acesso do e ao meio externo, era tida como garantia de melhor controle e disciplina. As reivindicações eram que se murassem “as suas faces lateraes, afim de se poder conservar a disciplina e moralidade entre os educandos” (PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ. RELATÓRIO IPEA, 1885, Anexo, p.86).

As falas anteriores mostram que a vigilância deveria ser realizada em todos os momentos, desde as refeições até a hora de dormir, pois uma das medidas requeridas era “também fechar os alojamentos, de modo a evitar-se que os educandos ausentem-se durante a noite” (RPPA, 1874, p.28). Outra preocupação era que os meninos pudessem se envolver sexualmente, já que a adolescência, fase em que a maioria se encontrava, é uma época típica para tais descobertas. Quando o número de educandos chega aos 123, o presidente classifica-o de excessivo e alerta não ser “possivel conservar [ahi] tão grande numero de menores, obrigados a dormirem no mesmo leito, aos dois e aos três, contra todas as regras da hygiene por falta absoluta de acomodações” (RPPA, 1889, p.11). Podemos entender melhor essa preocupação quando nos defrontamos com a informação dada pelo Dr. Jayme Pombo Bricio, em seu relatório médico, que anexa um quadro demonstrativo das enfermidades tratadas, onde constam referências à existência de educandos acometidos de doenças venéreas.

Como vimos anteriormente, as punições a que estavam sujeitos os educandos não previam os castigos físicos. No entanto, não se pode afirmar com certeza se eles não eram aplicados, pois consta que, em determinado momento, o presidente da Província foi informado de que os mestres das oficinas usavam desse expediente para com os educandos, conforme a comunicação abaixo publicada num dos diários belenenses:

Constando a esta presidencia, que **os mestres das oficinas desse estabelecimento castigão com palmatoadas os seus discípulos**, recomendo a vmc., que caso de ser isto exacto, haja de prohibir semelhante uso, que essa directoria jamais consentirá (A CONSTITUIÇÃO, 13/02/1886, Grifo nosso).

Segundo Irma Rizzini (2004), os castigos físicos há muito haviam sido abolidos da maioria das províncias brasileiras, inclusive a paraense, mas a pesquisadora encontrou em suas pesquisas uma grande quantidade de documentos em que os pais informam e reclamam dos castigos aplicados aos seus filhos pelos professores. Quanto ao Instituto, não foi encontrada, nem antes, nem depois dessa data, qualquer menção a

esse tema. Também não foi encontrada, por parte do diretor, qualquer resposta (negação ou justificativa) quanto à solicitação que o presidente fazia. Seja como for, a questão da disciplina era muito importante e precisava ser aplicada a qualquer custo, pois se acreditava que mesmo não sendo possível “fazer compreender aos meninos as razões pelas quaes tal ou qual preceito lhe é imposto; entretanto, com aquelles de uma certa idade haverá fructo nisto” (O MONTE ALEGRENSE, 21/03/1886).

Os relatórios presidenciais também costumavam conter informações da movimentação do pessoal que trabalhava no Instituto, mas era muito discreto quando se tratava dos números. No entanto, a partir da administração de José Luiz Coelho começam a ser apresentados dados mais detalhados.

Segundo os relatórios, as primeiras nomeações de funcionários foram de um almoxarife e de um médico, como podemos comprovar também pelos jornais, o que para nós indica a importância atribuída a cada um desses profissionais no contexto cotidiano daquele estabelecimento e das práticas sociais lá operadas. No caso do primeiro, tomamos conhecimento da nomeação desse funcionário por uma nota no Jornal do Pará, de 07 de junho de 1872. De acordo com o regulamento de 1872, caberia a Luiz Bernardes Perdigão Rosa, primeiro nomeado para o cargo de almoxarife, as funções de

1º Receber e guardar todos os objectos de que necessitar o Instituto, ou que lhe forem confiados para serem preparados nas officinas, e bem assim todas as obras que n'ellas se apromptarem, enquanto não forem devidamente distribuídas.

2º Auxiliar o director na cobrança dos preços das obras encommendadas ás officinas, ou na venda e extracção das que o não forem (PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ. REGULAMENTO, 1872, Art. 64).

Uma semana depois, o mesmo jornal apresenta uma nova nomeação para o cargo. Dessa vez, o funcionário era João Baptista Ferreira Cantão, que antes de completar um mês no cargo foi substituído por quem ele havia sucedido, ou seja, Luiz Bernardes Perdigão Rosa. Porém, pouco tempo depois, João Baptista Ferreira Cantão volta ao cargo novamente, mas não permanece nele porque, decorrido trinta dias, o cargo ganha outro titular: Francisco Xavier Rodrigues de Moraes. Todas essas informações foram colhidas das páginas do Jornal do Pará. Essa preocupação do

periódico paraense em manter a população informada desse tema demonstra a importância estratégica do cargo de almoxarife no Instituto. Outros jornais também assumiram esse encargo.

Parte dessa importância deve-se ao fato de que, como vimos anteriormente, pelas mãos do almoxarife passavam todos os recursos e valores a serem administrados. Como os relatórios apontavam insistentemente que os recursos eram sempre menores do que o que era necessário, podemos entender porque se atribuiu a essa função tanta importância. Num dos relatórios, o diretor do Instituto apresenta as expectativas de um perfil para a pessoa que assumisse esse cargo, ressaltando que, embora no regulamento em vigor não haja previsão, essa pessoa deveria prestar fiança, já que ela é quem “recebe todo o dinheiro, não só para o cofre, como para os pagamentos a fazer, tendo mais à seu cargo o almoxarifado, a dispensa e os utensílios do estabelecimento” (PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ. RELATÓRIO IPEA, 1879, Anexo, p.XIV).

Vale salientar que, ao longo de sua existência, o Instituto sempre apresentou instabilidade nesse setor, pois os documentos oficiais registram a troca constante do funcionário responsável pelo serviço, mostrando a comum alternância entre alguns nomes. Supomos que isso acontecia por conta das relações políticas. Para isso nos apoiamos num artigo em que Irma Rizzini (2005, p.26) descreve bem a situação política vivenciada nas províncias da Amazônia, em que “a afilhadagem e o favorecimento político permeavam a administração pública do país, condicionando a distribuição de cargos à rede de favorecimentos dos protetores”. Outra razão para as constantes trocas se deviam aos costumeiros escândalos em que se envolviam os almoxarifes, constantemente denunciados na imprensa paraense.

Em 1872, o Barão de Villa da Barra relata a exoneração do almoxarife e do agente fiel, recém-admitidos, e da nomeação de seus substitutos. A suspeita de desvio fraudulento, não comprovado, foi o motivo. Esse cargo era tão importante que na ausência de alguém que pudesse ocupá-lo somente o presidente poderia fazer isso. O presidente João Capistrano Bandeira de Mello Filho, ao tratar do quadro de pessoal, informa que a direção do estabelecimento está a cargo do tenente coronel Vicente Baptista de Miranda, que, naquele momento, também acumulava a função de almoxarife, por conta da exoneração deste. Essa era, inclusive, a única alteração no quadro de funcionários (RPPA, 1877). Um ano depois, o presidente José da Gama

Malcher informa que uma comissão analisou os registros do almoxarifado e apontou algumas incoerências. Diante disso, solicita que as mesmas sejam averiguadas e, se for o caso, reparadas por quem de direito.

Em 1877, explode a maior crise já vivenciada pelo Instituto Paraense. Os jornais denunciam veementemente as irregularidades encontradas, configurando-se em arautos “contra os ladrões e falsificadores que deshonram a nossa seriedade” (A CONSTITUIÇÃO, 10/02/1877). Segundo os relatos, foi o próprio presidente da Província que em visita ao estabelecimento acabou por descobrir

[...] mais um roubo feito ás escancaras pelo almoxarife, que estava desempenhando, sem mais nem menos, o papel de assaltador dos cofres públicos, fantasiando compras de objetos que deviam ter entrado para o almoxarifado, quando o que realmente teve entrada foi o dinheiro da provincia para as suas algibeiras (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 11/02/1877).

A gazeta paraense relata, ainda, que já “Ha algum tempo occupamo-nos nas columnas desta folha de cousas relativas ao estabelecimento, onde um defraudamento escandaloso de dinheiros da provincia acaba de ser descoberto” (Ibid.). Já um jornal conservador, acusa o diretor, considerado pessoa inadequada para o cargo, pois este “exige conhecimentos especiaes, não só relativamente ás artes como á contabilidade e escripturação, conhecimentos que faltam a s.s” (A CONSTITUIÇÃO, 10/02/1877). Todavia, ao final da publicação, diz não haver nada que desabone o caráter do diretor.

Para salvaguardar o presidente, um periódico opositor (liberal) afirma que ele tomou a iniciativa de nomear uma comissão para investigar as contas do Instituto, mas tal comissão não apresentou relatório conclusivo. No entanto, *A Constituição* lembra que o presidente tem sim responsabilidade, mesmo que seja indireta, pois

Quando a Assembléia provincial mandou á sancção um projecto em que se exigia fiança para o almoxarife, habilitações para o director e se punha um limite aos fornecimentos, foi ella atacada por suspeita, por ser adversária do director do almoxarife, etc, e o presidente de então, para proteger os seus ditosos adversários, negou sancção á lei *por inconveniente aos interesses da provincia!* (Ibid.).

Anos depois, o almoxarifado ainda não havia se recuperado de tal forte abalo e a questão das fraudes não haviam sido satisfatoriamente resolvidas. Em relatório

encaminhado ao presidente da Província, o diretor do estabelecimento informa, ao tratar do quadro de pessoal do Instituto, que está tudo bem

[...] com excepção do actual almoxarife, que é muito moroso no cumprimento dos seus deveres, devido em parte à falta de aptidão para ocupar este lugar que, ao meu ver, deve ser servido por pessoa habilitada e que tome interesse pela economia do estabelecimento (PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ. RELATÓRIO IPEA, 1879, Anexo, p.XIV).

Posteriormente, nomeou-se uma pessoa para assumir o almoxarifado. No entanto, somos informados de que este setor ainda não está sob responsabilidade de uma pessoa que reúna as condições legais necessárias, justamente por dificuldade de alguém que atendesse aos requisitos impostos pela legislação pertinente (RPPA, 1881). No ano seguinte, o cargo volta a ficar vago, pois o presidente Justino Ferreira Carneiro concedeu licença saúde à pessoa que o ocupava, como lemos a seguir:

Por acto de 27 de junho e á vista do resultado da inspecção de saúde a que foi submettido o almoxarife Alvaro Francisco Cattete, concedi-lhe 6 mezes de licença com ordenado, para tratar de sua saude, conforme requereu (RPPA, 1882, p.49).

Se a questão da vacância do cargo continuou ao longo dos anos sendo uma dificuldade, pois nem sempre se encontrava um funcionário que correspondesse ao esperado pelo cargo, pelo menos uma situação foi resolvida: a garantia de que a atuação dessa pessoa estivesse sob maior controle, pois, para “ser nomeado almoxarife do instituto paraense, prestará o candidato no thesouro publico provincial fiança nunca menor de 6 contos de reis (...)” (PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ. REGULAMENTO, 1883, Art.64). A nova medida, no entanto, trouxe outras dificuldades: o Barão de Maracaju apresenta uma que foi gerada pelo artigo 11 desse novo regulamento que exigia a tomada de contas do almoxarife num “longo processo, que ainda encontra maior embaraço na deficiência do pessoal do thesouro provincial” (RPPA, 1884, p.53). Como podemos constatar, o maior controle também trazia prejuízo ao andamento dos trabalhos.

Em 17 de janeiro de 1875, Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides informa que destacou um funcionário do “Thezouro Provincial” para atualizar a escrituração de

alguns livros, pois os funcionários do Instituto “não tinham a precisa pratica” (RPPA, 1875, p.35). Essa também era uma área problemática, como podemos ver nos relatórios coletados. No ano seguinte, esse presidente afirma ter tomado alguns encaminhamentos relacionados ao cargo de escriturário, visando otimizar as atividades correlatas a ele. A solução encontrada pelo presidente Roso Danin foi a nomeação de uma comissão composta pelos escriturários da alfândega para examinarem os registros do estabelecimento que até aquele momento se encontravam desatualizados (RPPA, 1888). No entanto, essa medida parece não ter atingido o objetivo esperado, pois, no ano seguinte, o presidente Antonio José Ferreira Braga relata que a Comissão responsável por examinar a escrituração do Instituto ainda não havia concluído o trabalho.

O médico Jayme Pombo Bricio foi nomeado, de acordo com notícia do Jornal do Pará, poucos dias após a inauguração do Instituto em 1872 onde permaneceu até 1889 e sempre teve uma postura séria e combativa. Em muitos relatórios dos diretores do Instituto, consta que ele havia sugerido ou exigido certas mudanças na questão do acompanhamento da saúde. Pelo regulamento do Instituto, essa era justamente a obrigação do médico, que também era responsável pela enfermaria. Com relação à nomeação do médico, percebe-se que em plena efervescência dos ideais higienistas, uma instituição como essa, que se propunha moderna, e em sintonia com seu tempo, não poderia deixar de ter um profissional desses atuando na educação dos meninos, como preconizava o ideal filantrópico.

Com a saída desse médico, o presidente determinou que o atendimento fosse realizado pelo “medico do collegio do Amparo [que] continuará a prestar os seus serviços ao instituto de educandos paraense, sem outra gratificação, além da que já percebe como medico daquelle estabelecimento” (RPPA, 1889, p.46). Entretanto, essa dinâmica parece ter sido mal sucedida, já que, pouco tempo depois, o presidente seguinte aponta que a enfermaria do Instituto está sob a responsabilidade do Dr. Pedro dos Navegantes.

Outra pessoa importante para o bom funcionamento do Instituto era o capelão, por conta da importância atribuída à formação moral cristã. Esse funcionário só foi nomeado em 1873, apesar do cargo estar previsto desde o regulamento de 1872. Ele tinha as seguintes funções:

Art.77 Compete ao capellão:

§ 1º Dizer missa aos domingos e dias santos de guarda no tempo e á hora que o director designar, ou na capella do Instituto si assim form mais conveniente.

§ 2º Ensinar aos educandos a doutrina christã pelo cathecismo da diocese.

§ 3º Desobrigar os educandos pela quaresma, e prestar-lhes os demais officios religiosos que se tornarem necessarios.

§ 4º Explicar o evangelho, depois da missa, nos domingos, dias santos e no dia da commemoração dos fieis defuntos.

§ 5º Cumprir as ordens do director, no que tocar ao ensino religioso e bem estar espiritual dos educandos (PROVINCIA DO GRÃO-PARÁ. REGULAMENTO, 1872).

Embora pouco presente nos relatórios presidenciais, nessa época, a “educação moral e intellectual dos povos é o assumpto mais discutido [actualmente] nos paizes mais adiantados” (REVISTA FAMILIAR, 18/02/1883). A importância da religião e da formação cristã era lugar comum nos jornais paraenses e fica bem explicitada numa longa reportagem no *Jornal do Pará*, que defende a ideia de que a “civilização joga com dous poderosos elementos, a escola e a igreja, a instrucção e a religião, a sciencia e a virtude” (JORNAL DO PARÁ, 08/01/1875), elementos que conduzem à verdadeira civilização, entendida como

[...] aquella que se funda na moral, e tem por base a religião; (...) e como **sem religião não pode haver moral**, o resultado infallivel continuando este estado de cousas, o que Deus não permitta, é voltarmos em breve a primitiva selvageria, com a única differença de ser agora menos desculpavel, porque não procede, como outr’ora de ignorancia invencivel, mas sim das luzes do seculo, e das leis vigentes, que **so tendem a corromper os costumes proclamando ampla liberdade de consciencia, e de cultos** (DIÁRIO DE BELÉM, 14/11/1872, Grifos nossos).

Como podemos perceber, o pensamento de parte das autoridades da época era que

O homem não póde percorrer com a segurança [mutilada] o estadio da existencia sem a profunda crença na existencia de Deus, que é o vinculo do mundo moral, e sem rebustecer com o alimento do estudo que alarga a sua esphera a dar consistencia as idéas (JORNAL DO PARÁ, 08/01/1875, Grifo nosso).

De um modo geral, os presidentes se diziam bem contentes com o trabalho desenvolvido pelos funcionários, como é o caso do presidente Dantas Filho, que, ao tratar do quadro de pessoal, afirmava que todos os funcionários estavam desempenhando suas funções satisfatoriamente (RPPA, 1882). Esse é um exemplo de como muitas vezes as informações acerca do quadro de pessoal foram prestadas à sociedade de forma bem genérica. Num relatório do diretor do Instituto, este também informa que, de acordo com a sua avaliação, os funcionários têm bom conceito (1879).

Pelos relatórios e legislação da época, identificamos que o quadro de funcionários era formado pelo diretor, um escriturário, um médico, professores, mestres de oficinas, almoxarife, amanuense, agente fiel, enfermeiro, cozinheiro e servente, sendo essa configuração mudada de acordo com a conveniência e as necessidades que se apresentavam. No relatório presidencial, de 4 de janeiro de 1882, Manuel Pinto de Souza Dantas Filho solicita o aumento do números de funcionários, por achar esse quantitativo insuficiente para as atividades desenvolvidas. No texto do presidente, encontramos uma informação ausente de todos os relatórios anteriores ao ano de 1881, que é o número de funcionários que trabalhavam no Instituto paraense quando este foi criado em 1872, dezesseis. De acordo com Dantas Filho, “Para as actuaes circumstancias do estabelecimento este pessoal que é o mesmo que lhe foi marcado ao tempo da sua criação, é pequeno e não póde sem sacrifício desempenhar todas as obrigações a seu cargo” (RPPA, 1882a, p.80).

Com essa informação, podemos imaginar que, quanto ao número de funcionários contratados, houve pouca mudança nos quadros daquele estabelecimento. Isso até pode ser verdade para a primeira década de funcionamento, já que os relatórios não apresentam dados concretos para podermos contestar. No entanto, na década que antecedeu a Proclamação da República, o contexto foi bem diferente, pois se no relatório supracitado o presidente aponta e reclama do número de vinte e um funcionários como sendo insuficiente, em 1883, o General Barão de Maracaju explicita a existência de menos cinco servidores, ou seja, o estabelecimento contava com apenas dezesseis funcionários, e propõe a ampliação para 21, com a criação dos seguintes cargos: inspetor de oficinas (vice-diretor), adjunto do professor de primeiras letras, fiel do almoxarife, amanuense e ajudante para o cozinheiro.

Em 1885, o presidente João Lourenço Paes de Souza aponta existirem no Instituto apenas catorze servidores. No ano seguinte, Tristão de Alencar Araripe começa seu relatório informando que o quadro de pessoal é composto de mais de 20 funcionários, não sendo possível identificar o número exato, a não ser pelo Relatório do diretor, anexo ao relato presidencial, que apresenta um grupo de funcionários que totalizam 28 pessoas, sendo que 7 desses são “officiaes [externos], contratados para a manufactura das obras mais importantes encommendadas” (PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ. RELATÓRIO IPEA, 1885, Anexo, p.81). Essa informação é importante para compreendermos um pouco a dinâmica das atividades da Instituição no que diz respeito à produção, já que os relatórios presidenciais como o que lemos acima trazem dados da contratação de oficiais, chamados exclusivamente para o atendimento de uma determinada demanda de encomendas.

O presidente Francisco José Cardoso Junior, em sua *Falla* à Assembleia Provincial, contabiliza um total de dezessete funcionários, mas acrescenta que “Além d’este pessoal conta o estabelecimento [de] mais sete officiaes de diversas officinas, contractados para a manufactura das obras mais importantes, que são ahi encommendadas” (RPPA, 1887, p.68). Em 1889, temos a informação de que o Instituto já conta com 29 funcionários nas mais diversas funções, sem especificar se se tratava ou não de algum contratado. Pela leitura dos relatórios, esse parece ter sido o maior número de servidores com que se contou.

Além de apresentar os números do quadro de pessoal, parte dos presidentes também solicitou algumas contratações para funções específicas, como, por exemplo, uma senhora para auxiliar no cuidado dos meninos mais novos. O presidente Gama Abreu é o primeiro a apontar essa necessidade em seus relatórios, pois para ele a presença de “uma mulher de certa idade [é importante por] suppor que haja mais carinho e mimo para os educandos no seu trato, do que em um homem poderá encontrar-se” (RPPA, 1881, p.56). O presidente João Silveira de Souza não só concorda com isso, mas acrescenta que, ao invés de uma, sejam “contractadas dous mulheres de certa idade para tratarem da roupa e dos educandos menores doentes” (RPPA, 1885, p.28). Essa contratação é ratificada pelo diretor do Instituto, que reafirma a

[...] conveniencia de se nomear uma mulher com a idoneidade precisa e de idade mais avançada para ter sob seus cuidados os educandos menores de dez annos, e bem assim prestar os seus serviços na enfermaria, nos casos de moléstias graves, quando forem exigidos pelo medico (PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ. RELATÓRIO IPEA, 1885, Anexo, p.83).

A presença feminina era vista com bons olhos, pois existia à época a ideia de que o gênero feminino era muito mais inclinado aos cuidados que as crianças precisavam, principalmente as menores. Uma série de textos publicados no ano de 1883, com o título de *A família, sua constituição, a mulher na vida social, sua educação*, propõe-se a mostrar que cada um, homem e mulher, possui seu lugar na sociedade, e esse lugar está definido a partir das características que os próprios sexos já trazem consigo. A ideia apresentada é de complementaridade social e não de inferioridade, sendo que a mulher é uma figura de suma importância na família e nos cuidados para com seus membros, por isso, melhor do que ninguém, o papel de cuidadora lhe caia tão bem, como afirmavam os autores dos artigos daquele periódico:

[...] o nosso pensamento e a nossa intenção; não dizemos que a mulher seja moral e intellectualmente inferior ao homem, não, dizemos apenas que elles moral e intellectualmente são differentes, não são iguaes. Ou antes e ahi queremos chegar, o homem tem a sua natureza moral e intellectual conforme com a sua organização phisica, mais viva, mais forte, mais tenaz, consentanea emfim com o papel que elle ha de representar na sociedade e na familia, ao passo que **a mulher mais terna, branda, deixando-se guiar mais pelo sentimento que pela razão, pelos impulsos do coração mais do que pela força do raciocinios, tem por isso mesmo a sua séde no lar, no interior da familia, na alegria do amor dos filhos e do esposo** (REVISTA FAMILIAR, 11/03/1883, Grifo nosso).

Até o final do Império, não há nenhum registro nos relatórios presidenciais de que senhoras tenham sido contratadas para atuar nessa ou em outras funções, o que nos faz supor que tais solicitações nunca foram atendidas, sendo, inclusive, posteriormente, esquecidas nos relatórios apresentados à Assembleia Provincial mais próximos à Proclamação da República. Vale lembrar que dentre os funcionários do Instituto não foi encontrado o registro de que lá houvesse alguma mulher trabalhando.

Dentre os vários funcionários que atuavam no Instituto, a figura do diretor é a mais emblemática, principalmente porque, nas instituições totais, ele representa os olhos do presidente, sendo o próprio poder do Estado presente dentro desses estabelecimentos. Segundo Gillies (2007, p.5),

A situação do diretor era, essencialmente, instável. Em primeiro lugar, ele era nomeado, dependia disso; seu desempenho podia agradar, desagradar ou ser indiferente a seus superiores, o que significava que **sua palavra poderia ser ouvida ou ignorada de acordo com a emoção que despertasse no leitor** (Grifos nossos).

A situação do diretor era tão instável que por qualquer motivo ele poderia perder seu cargo. *A Província do Pará*, no ano de 1876, afirma que o primeiro diretor, o major Luiz Eduardo de Carvalho, havia perdido seu cargo por razões políticas, e que foi essa também a motivação de “deitar fóra do Instituto o director - Tenente-coronel Baptista de Miranda, que praticou na eleição de juizes de paz do 4.º districto da capital, o crime de lesa politica votando em chapa liberal!” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 19/04/1876).

O presidente da Província era o principal avaliador do desempenho da diretoria do Instituto, tendo com esta um relacionamento bem próximo, como demonstra o grande volume de ofícios e as visitas constantes. Em seu relatório, de 31 de dezembro de 1873, o presidente Cunha Junior, após fazer uma avaliação positiva do andamento das atividades, atribui que parte dessa responsabilidade cabe ao diretor, pois,

[...] sob a direção de um funcionario zeloso, **chegará muito breve ao mais alto grau de prosperidade, tornando-se em um verdadeiro foco de luz, de riqueza e de engradecimento para a provincia**, e onde a classe menos favorecida da fortuna encontrará, além de animação e amparo, a necessaria educação physica, moral e intellectual – essa tríplice garantia das instituições livres, único e poderoso sustentáculo da sociedade moderna (RPPA, 1873b, p.20, Grifo nosso).

Nos textos dos relatórios, fica evidente que o diretor tinha claro entendimento (assim como os presidentes da Província) de que “Ele era funcionário de um governo a quem deveria representar, tendo este um caráter acentuadamente personalista, ou seja, ele estava no centro de vontades geralmente discordantes” (GILLIES, 2007, p.5). Esse ideal, sem dúvida, era encontrado no major Luiz Eduardo de Carvalho, “cuja aptidão,

integridade e zelo são inexcedíveis e dignos da mais justa consideração” (RPPA, 1873, p.18). Segundo o presidente, o major Carvalho era

[...] um funcionario briozo, honesto, e em cujas mãos a disciplina não degenera em rigor, nem docilidade em frouxidão, ambos os quaes excessos trariam, em logar da prosperidade e florescência, o torpor e a morte do instituto (Ibid., p.21).

O próprio Carvalho, em declaração a um jornal, reafirma isso dizendo que havia sido

Nomeado director por um presidente de quem era amigo particular, todos os seus desejos eram conservar-se n'aquelle cargo, visto que nutria a convicção de que poderia prestar serviços a uma instituição de verdadeira utilidade para a província. O que o sr. Carvalho sempre manifestou foi desgostos pela má vontade que notava nos membros da assembléa provincial para com o Instituto (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 24/04/1876).

Apesar das qualidades atribuídas ao Major Carvalho, quando Guilherme Francisco Cruz assume a presidência da Província sugere que o estado precário em que se acha o Instituto se devia ao fato de que o diretor acumulava junto com a sua função o cargo de “professor do arsenal de guerra” (RPPA, 1874, p.5) e, por isso, não se dedicava de acordo com as exigências da função. Por conta disso, determina a sua substituição por José Custódio Fernandes do Nascimento, pois acreditava que este estaria “em melhores condições de montar convenientemente a aprendizagem nas oficinas” (RPPA, 1874a, p.5). José Custódio ao assumir a diretoria, afirma “que não podia ser pior o estado em que o encontrou, acrescentando que se via embaraçado para de prompto pô-la na ordem, em que devia estar” (Ibid., p.6). Apesar disso, acreditava ser plenamente capaz de colocar as coisas nos seus devidos lugares. Depois de perder o cargo de diretor, o major Carvalho permaneceu na Instituição como professor de Geometria a partir de 1875 e, ao que tudo indica, não fez qualquer oposição aos diretores que se seguiram.

Mencionando esse fato, *A Província do Pará* não deixa de manifestar sua convicção de que a saída de Carvalho se deu por outras razões, e a incompatibilidade foi apenas um pretexto para se conseguir o pretendido. Pois, se a avaliação era de que sua

direção ia tão mal, “para que se foi procurar o fútil pretexto, para a sua demissão, de imaginárias incompatibilidade?” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 24/04/1876).

Em seu relatório, Sá e Benevides também não se furta de elogiar o diretor do Instituto de educandos à época, o tenente-coronel Vicente Baptista de Miranda, que ele considera um “cidadão probo, em quem os educandos encontram um pai extremo, e desvelado” (RPPA, 1875, p.35), apesar do pouco tempo em que estava no cargo. É interessante, nessa fala, a relação que é feita da figura do diretor com a figura paterna, análoga a do imperador, pai dos brasileiros, acerca da qual já discorreremos.

Outra ação de Sá e Benevides foi não sancionar um projeto de lei que determinava que o cargo de diretor do Instituto deveria ser exercido por um profissional de mecânica e gerou debates acalorados entre as gazetas *A Província do Pará* e *A Constituição*, vozes dos partidos Liberal e Conservador, respectivamente. Embora esse não fosse o único ponto abordado pelo projeto, foi, com certeza, o que mais gerou discussão, a ponto de o presidente, em seu despacho, não ter sancionado tal indicação. A sua justificativa foi de que, caso tal determinação fosse cumprida, a administração pública poderia ser prejudicada por

[...] ver-se embaraçada ou por não aceitação dos que ha, ou por dificuldade de obter pessoal estranho á província, por não serem taes as vantagens que os attraiam para ella, ou por entender a presidência que o profissional não reuna outras condições, aliás indispensaveis para o administrador, o que póde acontecer. A’ presidencia incumbe, em seu criterio, preferir o profissional; não deve porem ficar peada quando se derem as hypotheses supra referidas. A lei pois com a limitação em questão póde prejudicar o Estabelecimento, ou por que possa ficar ele entregue a profissional sem qualidades de administrador, ou por que fique na ausencia de profissional a direção entregue a interino, sem o necessario prestigio, grande mal para um estabelecimento de tal ordem (RPPA, 1876, p.19).

A Província do Pará foi o primeiro periódico a tornar pública a existência do projeto e a se posicionar contrariamente por não conseguir identificar

[...] qual a utilidade, ou alcance em beneficio do Instituto que o seu director seja um profissional em artes mechanicas, quando as officinas existentes actualmente no Instituto são as de alfaiate, sapateiro, marceneiro, carpina, ferreiro e funileiro (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 19/04/1876).

Segundo o periódico, tal medida só podia se consubstanciar numa nova estratégia de perseguição e já tinha alvo certo: o atual diretor. Dito isso, completa dizendo que tal questão só poderia ser resultado da má política adentrando o Instituto, o que era um sinal de que o próprio futuro do estabelecimento estava comprometido. Em tom de protesto, a matéria jornalística é finalizada dizendo que se isso fosse realmente necessário seria preciso que a instituição tivesse vários diretores,

[...] um director que seja profissional nas artes alli ensinadas de alfaiate, de sapateiro, de marceneiro, e assim por diante. O projecto *para ser completo*, deveria [ter] dado ao instituto **tantos directores, quantas são as officinas creadas e por crear** (Ibid.).

Acresce ainda a reportagem um apelo ao presidente da Província, lembrando ao mesmo os fins para os quais o Instituto Paraense de Educandos Artífices havia sido criado:

S. exec. que tem de ser o exsecutor da lei, quando venha a ser tal, deve compenetrar-se que Ella é falha de um interesse de momento, e que nenhum beneficio traz uma instituição de grande futuro, e que tem um fim muito nobre – **o de dar uma educação regular a meninos desvalidos ou menos favorecidos da fortuna** (Ibid., Grifo nosso).

Infelizmente, não tivemos acesso às respostas publicadas pelo *A Constituição* referentes a esse tema, a não ser aqueles que *A Província do Pará* republica e argumenta.

Em 1878, José Luiz Coelho assume interinamente o cargo de diretor do Instituto de Educandos, por motivo de doença do diretor efetivo. Posteriormente, ele é efetivado no cargo e viria a ser o diretor que mais tempo permaneceu no comando do estabelecimento e o mais empreendedor de todos os antecessores e sucessores. José Gama Malcher o descreve como alguém “que tem revellado, a par de muita dedicação e zelo, inteira aptidão para aquelle cargo” (RPPA, 1878, p.82). O Barão de Maracaju o descreve como alguém que “muito se interessa pela sua prosperidade [do Instituto]” (RPPA, 1883, p.52).

José Luiz Coelho, durante sua direção, apresentou várias propostas para a melhoria do atendimento oferecido, dentre elas, alternativas para a jornada pedagógica: alterações nos horários de ministração das aulas e reorganização curricular, como a de elevação da aula de Francês, ministrada por ele mesmo, ao mesmo nível das demais. Esse diretor também demonstrava ter a preocupação de que o Instituto alcançasse uma parcela maior da população paraense, espalhando, assim, seus benefícios civilizatórios. Para isso, propôs a admissão de educandos externos e o oferecimento de aulas noturnas à população em geral, alegando, inclusive, que, se obtivesse essa aprovação, a presidência não precisaria se preocupar, pois, segundo ele, “muitas pessoas inteligentes e ilustradas, [...] sem duvida alguma se prestariam gratuitamente para professores das aulas publicas nocturnas do instituto paraense” (PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ. RELATÓRIO IPEA, 1878, Anexo, p.IV).

Essas propostas encaixavam-se perfeitamente nos ideais construídos naquela época quanto aos fins da instrução pública e do ensino profissional. O período em que José Luiz Coelho permaneceu na condução do estabelecimento foi o que apresentou maior desenvolvimento, tanto no que diz respeito à produtividade e à organização interna, quanto à ampliação do atendimento ao público para o qual o Instituto se destinava.

Como pudemos constatar, o Major Luiz Eduardo de Carvalho foi o primeiro diretor do Instituto, sendo trocado, em 1874, por José Custodio Fernandes do Nascimento, que depois foi substituído interinamente pelo Tenente Coronel Vicente Batista Miranda (1876-1877). O terceiro diretor foi o Dr. José Luiz Coelho, que permaneceu até 1886, sendo sucedido por Manoel Joaquim Fernandes Navegantes, que teve seu mandato até o fim do primeiro semestre de 1889, pois, no início do segundo semestre daquele mesmo ano, José Luiz Coelho foi reconduzido ao cargo onde permaneceu até o fim do Período Imperial.

As justificativas apresentadas para as trocas eram sempre aquelas que argumentavam que as mudanças visavam ao progresso e ao desenvolvimento do Instituto, mas os periódicos paraenses costumavam apresentar outras versões para a substituição dos diretores, e, quase sempre, as razões apresentadas eram muito mais político-partidárias que filantrópicas. Pelos jornais, a própria sociedade encontrava

espaço para cobrar, à sua maneira, prestação de contas sobre o funcionamento daquele estabelecimento, pois costumava se interessar bastante pelo que acontecia lá.

Na pesquisa realizada, encontramos casos, um deles citado aqui, em que cidadãos visitavam o Instituto para inquirir o diretor acerca do andamento dos trabalhos. As sessões de premiação e os exames gerais também eram boas oportunidades aproveitadas pela população para verificar o produto de “todo investimento” que a Província vinha fazendo naquele estabelecimento. Dessa forma, mesmo que não vivenciasse o cotidiano interno do Instituto Paraense de Educandos Artífices, a sociedade controlava o seu funcionamento para garantir que os objetivos previstos para ele fossem realmente cumpridos, para o bem de todos.

Afim de ajudar na visualização desses constantes reveses gerados pelas relações entre as pessoas e os partidos Conservador e Liberal e as disputas da pequena política, como alguns intelectuais classificavam essas práticas clientelistas, elaboramos o quadro abaixo.

PRESIDENTES DA PROVINCIA DO PARÁ	PERÍODO	DIRETORES DO INSTITUTO PARAENSE DE EDUCANDOS ARTÍFICES
João Alfredo Correia de Oliveira	1870	Período anterior à implantação do Instituto.
Joaquim Pires Machado Portela	1871	
Abel Graça		
Francisco Bonifácio de Abreu	1872	Major Luiz Eduardo de Carvalho
Domingos José da Cunha Junior	1873	
Pedro Vicente de Azevedo	1874	
Francisco Maria Correia de Sá e Benevides	1875	José Custódio Fernandes do Nascimento
João Capistrano Bandeira de Melo Filho	1876-1877	Tenente Coronel Vicente Baptista Miranda
José Joaquim do Carmo	1878	Jose Luiz Coelho
José Coelho da Gama Abreu	1879-1880	
Manuel Pinto de Sousa Dantas Filho	1881	
João José Pedrosa	1882	
Justino Ferreira Carneiro		
Barão de Maracaju	1882-1883	
João Silveira Sousa	1884	
Carlos Augusto de Carvalho	1885	
Tristão de Alencar Araripe	1885-1886	
João Antonio de Araújo Freitas Henriques	1886	Manoel Joaquim Fernandes Navegantes
Joaquim da Costa Barradas		
Miguel José de Almeida Pernambuco	1888	
Antonio José Ferreira Braga	1889	José Luiz Coelho
Silvino Cavalcanti de Albuquerque		

Como podemos constatar, essas mudanças foram uma constante ao longo de todo o Segundo Império e foram muito prejudiciais ao desenvolvimento do estabelecimento. Em capítulo onde trata do Instituto Paraense de Educandos Artífices, Castro (2007, p.75) afirma que essas alterações de comando podem ser entendidas “como um dos fatores que contribuem para a descontinuidade das políticas de assistência e educação aos meninos pobres e desvalidos paraenses”.

Em artigo sobre a Colônia do Assunguy, localizada no Paraná no período de 1854-1874, Ana Maria Rufino Gilles concorda com essa ideia e diz que essas relações políticas além de prejudicarem o andamento dos trabalhos nessas instituições imperiais, faziam com que os diretores desses estabelecimentos assistenciais se vissem presos numa verdadeira rede de interdependências, onde

[...] o diretor era o que mais “civilisadamente” precisava se **comportar**; pela fragilidade de sua posição, era o que mais precisava calcular as conseqüências da sua própria conduta. No Brasil do século XIX, não há universalidade de projetos nem continuidade administrativa. **Ele em tudo dependia de diferentes órgãos, diga-se sempre, de pessoas**, para o pagamento de seus salários, para o envio de recursos financeiros, suprimentos e manutenção da ordem (GILLIES, 2007, p.5, Grifo nosso).

Apesar de os relatórios presidenciais sempre apontarem a utilidade e a importância do Instituto Paraense de Educandos Artífices, ele nem sempre foi visto como a melhor alternativa para o atendimento aos desvalidos, tanto é que na Assembleia Provincial chegou-se a discutir seu fechamento, como podemos ler nessa reportagem de um jornal paraense: “anno passado appareceu na assembléa a idéa de extinção do Instituto, Idea que foi combatida. Isto não obstou a que este anno fosse, na conferencia dos srs. deputados, aventada de novo a mesma Idea!” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 24/04/1876).

Como podemos ler, esse já era o segundo ano que se cogitava a possibilidade de encerrar as atividades do Instituto. Durante a pesquisa nos periódicos paraenses, não encontramos as argumentações usadas tanto para o fechamento, quanto para a manutenção do estabelecimento. No entanto, pelos relatórios dos presidentes da província, detectamos que uma das razões era o volume de recursos consumidos pelo Instituto, como lemos na *Falla* de Francisco José Cardoso Junior:

Depois que me convenci de que **o resultado obtido pelo instituto não corresponde a avultada despesa com a sua manutenção**, entendi-me com o virtuoso bispo diocesano sobre a possibilidade da **fusão d'este estabelecimento com o “Providencia”**, sob os auspícios do mesmo exm. Sr., recebendo até 200 meninos, mediante uma subvenção equivalente á metade das despesas feitas actualmente com o instituto (RPPA, 1887, p.69, Grifos nossos).

Pelo trecho supracitado, verificamos que o presidente acreditava que essa proposta traria importantes ganhos para a Província e também para os educandos que seriam atendidos. Ele, inclusive, já havia tomado a iniciativa de conversar com D. Antonio Macedo Costa, fundador e diretor do Instituto Providência, sobre o interesse e o processo que levaria à tal fusão. O presidente chega também a apresentar uma sugestão para o prédio do Instituto que, segundo ele, poderia “ser utilizado para outro qualquer serviço, ou então vendido ou arrendado, o que equivale a produzir boa receita para a província” (Ibid., p.70).

Essa proposta acabou não se concretizando e, pelos relatórios presidenciais, não é possível identificar o porquê, mas pelas leituras acima percebemos como as razões financeiras justificavam muitas posturas das autoridades paraenses. De qualquer forma, a junção dos dois estabelecimentos numa instituição resolveria uma das dificuldades que anteriormente impediu que o Instituto fosse fechado quando surgiram as propostas anteriormente citadas: outro lugar para a instrução dos meninos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O continente europeu no século 18, com base nos princípios iluministas, constituiu-se no que se convencionou chamar de o centenário das luzes e das grandes revoluções. Essas revoluções deram-se tanto nos campos econômico e tecnológico (como foi o caso da Revolução Industrial), quanto no campo intelectual, e fizeram nascer variadas discussões acerca da educação popular e da obrigatoriedade do ensino. Em particular, a Revolução Francesa, com seus fundamentos político e social, envergou esforços em derrubar os privilégios dos membros da nobreza e da Igreja Católica.

No Brasil, esses ideais começam a chegar no início do século seguinte, principalmente com o retorno dos estudantes brasileiros que completavam seus estudos no estrangeiro. A vinda da Família Real ao Brasil no início do século 19 também reforça isso, pois, de certa forma, com a instalação de uma infraestrutura não pensada anteriormente, acontece a expansão do ideário iluminista. Isso fez com que, ao longo do século 19, no Brasil, fossem implementadas várias propostas, que ajudaram na construção da nacionalidade brasileira após a Independência.

A partir dos anos de 1850, depois de várias crises financeiras e das revoltas regenciais em praticamente todas as regiões do país, o Império vive uma fase de consolidação política. Mais do que nunca, as propostas pensadas nos anos anteriores começam a ser experimentadas, dentre elas, a aliança educação e assistência social.

Esse período é tão fértil que nele podemos observar uma verdadeira ampliação geográfica da educação popular, assim como o surgimento em todo território nacional de dezenas de asilos, escolas e institutos, que se apresentavam como alternativas ao modelo escolar tradicional e se direcionavam a públicos específicos.

Os institutos, por exemplo, eram destinados, principalmente, à formação profissional, oferecendo instrução nas artes e ofícios aos meninos desvalidos. Havia também aqueles estabelecimentos que tinham como objetivo o ensino rural, que, no caso do Pará, concretizou-se com a instalação do Instituto Providência, fundado por Dom Antônio Macedo Costa nos anos de 1880.

Na Amazônia, as ideias iluministas, pelo menos no plano do imaginário governamental, chegam com força total. As pesquisas apontam que em nenhuma região do país a instrução pública foi tão grandemente propagandeada como aqui. A educação passa a ser difundida como o melhor caminho para o Pará chegar à condição de civilizado, em pé de igualdade com a capital e mesmo com os países do continente europeu. É nesse momento, também, que se começa a discutir como esse processo civilizador deveria ser oferecido à população, com base em uma dada representação dos povos amazônicos, sua origem e história. A miscigenação, no bojo dos debates sobre povo e educação, passa a ser considerada a principal responsável pelo atraso no qual se afirmava viver o amazônida, uma gente de arco e flecha. Esse pensamento era comum entre a maioria dos governantes e grupos militares.

A literatura da época, principalmente o Romantismo, no início do século 19, mostra figuras idealizadas dos índios brasileiros. Mais tarde, já com o Realismo e o Naturalismo, as raças miscigenadas aparecem na sua mais profunda degradação e decadência moral. As personagens desses romances – negros, mulatos e caboclos –, por conta de sua origem impura, são protagonistas dos mais terríveis atos. Ao longo dos anos, essas ideias foram se disseminando na realidade nacional e paraense.

Dentre as experiências educacionais projetadas para atender às novas ideias, destaca-se a Casa de Educandos, pioneira no Pará e no Brasil. Essa instituição fundamentava-se na pedagogia desenvolvida, principalmente, nos Arsenais de Guerra, e visava ao abrigamento dos órfãos e desvalidos da fortuna. Seu funcionamento durou pouco mais de uma década, quando foi fechada em grave crise financeira e pedagógica, além de moral, já que estava recebendo as mais duras críticas da sociedade, que desaprovava a forma como ela prestava seu atendimento à população.

Anos depois, mais precisamente em 1872, o Pará conheceu outra iniciativa – a do Instituto Paraense de Educandos Artífices. O projeto havia sido pensado no gabinete do Conselheiro João Alfredo de Oliveira que, à época, deixava a presidência da província. O Instituto não era uma retomada do projeto da Casa de Educandos, pois em sua concepção trazia um novo modelo de assistência, embasado na filantropia. Ele era também uma resposta dos governantes à modernidade que já havia chegado na capital da Província, trazida, principalmente, pelos vultuosos recursos que começavam a circular no comércio belenense, com a expansão da exploração da borracha.

Mas que Belém era essa? Era a Belém da *Belle Époque* que, com a riqueza produzida pela borracha, gerou uma modificação sem precedentes no plano urbano.

No comércio, a abertura de um maior número de lojas a cada dia, deu vez a um grande movimento nas ruas do centro, principalmente na Rua dos Mercadores. Esse movimento também incentivou uma maior circulação das pessoas nessa área. Estas não eram apenas os compradores, mas também homens e mulheres mais humildes que buscavam vender de tudo àqueles que por lá circulavam, mesmo tendo, por vezes, que driblar a vigilância policial. Dentre as lojas abertas, muitas dedicaram-se à venda de produtos importados, principalmente tecidos e bebidas vindas da França, mas, também queijos, sapatos e outros produtos das mais diferentes nacionalidades. Esse movimento de entrada dos produtos estrangeiros acabou levando à abertura de várias casas de câmbio.

A cidade também passou por uma grande mudança cultural. Explodiram as apresentações das mais importantes companhias nacionais e internacionais. Orquestras de todo o mundo tiveram sua passagem por aqui. A abertura de livrarias também ofereceu ao paraense acesso a variadas obras da literatura mundial nas suas línguas originais. A navegação a vapor também favorecia o intercâmbio dos periódicos e magazines de todo o país e até do mundo.

A paisagem também mudava a cada dia. A cidade, com sua iluminação a gás, e depois elétrica, começava a ser completamente transformada, favorecendo uma vida noturna intensa. Os cafés, restaurantes, mercados e largos municipais atraíam diferentes pessoas, que movimentavam ainda mais as ruas da urbe. As maiores facilidades com o transporte público operado por bonde também favorecia essa circulação das pessoas em áreas nobres da cidade. Com a instalação do telégrafo, a comunicação passou a ser ainda mais facilitada, assim como o intercâmbio de ideias.

Outra grande transformação vivenciada pela cidade foi o aumento populacional. Muitas pessoas, atraídas pelas notícias do progresso de Belém, deixavam os distantes povoados e vilas e dirigiam-se à cidade em busca de melhores oportunidades nas obras públicas (numerosas nessa época) e nos outros postos de trabalho que surgiam. Havia também aqueles que vinham em busca de um lugar no controlado processo de

comercialização da borracha. Alguns deles embrenhavam-se na floresta em busca do látex e deixavam famílias inteiras na cidade aguardando seu retorno.

Estas, desamparadas, procuravam alternativas de sobrevivência, como foi o caso dos imigrantes nordestinos atraídos pelas promessas de riqueza e fartura na Amazônia. Muitos deles não conseguiram inserir-se no processo e permaneceram tentando a sobrevivência nas ruas belenenses; outros acabaram perdendo suas vidas e deixaram suas famílias por conta própria, sofrendo todo tipo de privação que as grandes cidades proporcionam, especialmente pela ausência das típicas relações de amizade e compadrio que marcam, principalmente, as comunidades mais humildes e carentes, de onde a maioria vinha.

Quanto ao Instituto, localizado nessa Belém, era destinado ao atendimento de crianças e jovens desfavorecidos. Inicialmente, foi considerado por outras províncias como um modelo, servindo de inspiração para a criação de outros estabelecimentos similares. Era uma instituição que se enquadrava na nova mentalidade do final do século 19, que metamorfoseava a assistência social de face caritativa, ligada principalmente aos ideais religiosos, à filantrópica, de caráter mais científico, atrelada aos ideais do iluminismo. O Instituto também se apresentava como uma proposta civilizadora da população local, especialmente a mais pobre, marcada pela mestiçagem, fortemente rejeitada pelos governantes.

O filantropismo já era uma realidade na Belém daquela época, como demonstram as várias associações fundadas, principalmente, nos últimos vinte anos do Período Imperial, e que possuíam diferentes campos de atuação: a libertação de escravos, a disseminação de práticas culturais, o apoio ao ensino de primeiras letras para as pessoas mais pobres, o financiamento do ensino noturno para escravos e trabalhadores etc. Tais associações filantrópicas tiveram um papel importante em disseminar os ideais que norteavam a criação de locais como o Instituto paraense.

As crianças admitidas no Instituto de Artífices pertenciam às famílias mais pobres da cidade e que, desde cedo, tinham que buscar alternativas para colaborar com o sustento familiar, prática que as autoridades consideravam extremamente perigosa, pois colocava as crianças em condições de vulnerabilidade moral devido às influências das pessoas com as quais conviviam, principalmente nas ruas do centro. Em contrapartida, a

maioria das famílias não tinha outra alternativa a não ser valer-se da força de trabalho das crianças.

A literatura e as matérias dos jornais paraenses trazem muitas histórias de crianças e adolescentes perambulando pelas ruas de Belém com tabuleiros na cabeça, vendendo doces e frutas regionais, ou aguardando a oportunidade de ganharem um trocado carregando as compras de alguém ou prestando quaisquer outros serviços. Assim, não eram somente as crianças órfãs as consideradas desvalidas, mas todas aquelas que não podiam contar com a proteção integral de suas famílias.

O Estado tratava todos da mesma forma. Se estavam na rua, ainda que para trabalhar, eram consideradas crianças vadias e, portanto, passíveis de punição. E, para elas, as autoridades precisavam oferecer uma alternativa.

Antes da fundação do Instituto, para os meninos paraenses, só existia a opção dos Arsenais de Guerra, tanto da Marinha quanto do Exército. Mas o encaminhamento para lá era considerado um verdadeiro castigo para as famílias que, ao longo dos anos, passaram a ter uma visão negativa do estabelecimento, principalmente depois da Guerra do Paraguai, pois os menores de todos os arsenais do Brasil foram encaminhados ao combate sem nenhuma chance de sucesso. Essa rejeição da população constituiu-se em motivo para o governo pensar em uma alternativa que atendesse às demandas por trabalhadores especializados.

Portanto, nas décadas finais do Oitocentos, todas as mudanças ocorridas na Província por conta da exploração da borracha produziram a necessidade de se constituir uma força de trabalho que garantisse o atendimento de todas as demandas forjadas no dia a dia da *Belle Époque* dos trópicos. À medida que os anos passavam, a demanda era por labutadores cada vez mais especializados. Mas essa formação não poderia ser dada informalmente, nem, muito menos, podia esperar que os trabalhadores aprendessem com a prática. Daí o ensino de artes e ofícios às crianças ter se apresentado como uma importante solução para essa dificuldade, e o Instituto vinha justamente garantir que isso fosse feito adequadamente.

E de onde vieram tais demandas? Como vimos anteriormente, elas eram oriundas do crescimento da cidade e das obras de urbanização desta, como a construção de palacetes, abertura de avenidas, ampliação da iluminação a gás etc. Vinha também da

necessidade de homens para atuarem nos navios a vapor, que iniciavam a navegação do Amazonas através de companhias da região, como a do Barão de Mauá.

Mas, além da formação profissional, precisava-se também que os homens instruídos fossem doutrinados para adquirirem o verdadeiro sentimento de amor ao Brasil, principalmente de amor ao trabalho, contribuindo voluntariamente para a construção e o desenvolvimento do país. Esses homens seriam morigerados, aqueles que compreendiam perfeitamente o seu lugar no processo produtivo e não procuravam outro espaço de atuação, ficando satisfeitos com o que tinham. Alguns homens das letras acreditavam que, para uma melhor morigeração, as pessoas precisavam ser doutrinadas desde pequenas, por isso, a idade inicial de admissão no Instituto era de sete anos. Ademais, fazia-se necessário submeter os meninos a mais rígida disciplina para que desde cedo eles não tivessem dificuldades relacionadas à insubordinação. Não à toa, o regime disciplinar controlava todo o dia deles, inclusive o tempo considerado livre, e era praticamente uma reprodução dos regimentos disciplinares militares, pois se utilizaram de várias práticas, típicas do militarismo, como uso do uniforme, exercícios militares, atividades físicas etc.

Os educandos também tinham seu movimento totalmente controlado. Só podiam sair do Instituto devidamente autorizados e, mesmo quando fora, ainda estavam sujeitos a várias normas, como a de não falar com estranhos, por exemplo, entre outras. Em contrapartida, o próprio regime disciplinar encontrava formas de compensar a rígida disciplina com as distinções e prêmios concedidos. No primeiro caso, eram oferecidas no dia a dia, no segundo caso, à medida que os meninos se destacavam nos aspectos valorizados pela direção e corpo de funcionários do estabelecimento. Os prêmios eram oferecidos anualmente em importante cerimônia pública que contava com a presença dos ilustres homens da Província do Grão-Pará.

O Instituto assumia um importante papel na sociedade paraense que era o de formar homens e profissionais úteis a si mesmo e à nação, e também, desenvolver indivíduos perfeitamente dóceis e ajustados à sociedade. Garantia-se, assim, que os meninos não se entregassem aos vícios e imoralidades tão repudiados à época. Pelos relatórios dos presidentes da Província e dos diretores do estabelecimento, tomamos conhecimento de como os fins almejados materializavam-se tanto na organização

pedagógica, quanto na curricular. Tudo era pensado para se garantir os objetivos propostos.

A jornada pedagógica, segundo os regulamentos do Instituto paraense – três ao todo: 1872, 1873 e 1883 –, ocupava os meninos de dia e à noite com diversas atividades formativas; entre essas, destacamos as orações, realizadas em diferentes momentos do dia. Essas e outras atividades religiosas oriundas das tradições da Igreja Católica eram mais um ingrediente na receita da desejada morigerância. Tudo tinha hora predeterminada, tudo era controlado pelo ressoar da sineta, e isso era fundamental para o controle dos corpos e das mentes dos educandos.

Apesar dos investimentos considerados altos, o Instituto paraense não chegou a causar grande impacto na vida das camadas mais pobres. Primeiro porque o número de meninos atendidos ao longo dos seus quase trinta anos de funcionamento durante o Período Imperial foi muito reduzido, não chegando nem a mil e quinhentos meninos, número insignificante diante do quantitativo de crianças desvalidas existentes na Província, como apontam os relatórios da diretoria da instrução pública e como comprovam as insistentes solicitações de ampliação do número de educandos. Segundo, por não ter atendido às crianças indígenas, historicamente muito exploradas nas mais diversas atividades nas ruas da capital e nas casas dos homens ilustres. Quanto às crianças ingênuas e libertas, também tiveram um número de atendimentos quase insignificante, mesmo sendo estas as principais vítimas da pobreza daquela época.

Mas acreditamos que, para os meninos atendidos e suas famílias, a passagem por aquele estabelecimento foi um diferencial em suas vidas, pois, ao saírem de lá, os educandos tinham uma profissão especializada, o que favorecia encontrar mais facilmente uma colocação no mercado. Prova disso é que alguns dos oficiais retornavam ao Instituto como mestres das oficinas. Embora não tenhamos dados concretos para afirmar, supomos também que o pecúlio recebido quando do desligamento auxiliou muitos daqueles rapazes a iniciarem suas vidas profissionais fora do Instituto e a garantirem, assim, o seu sustento, embora em determinados períodos esse valor não tenha sido tão significativo. Portanto, de alguma forma, o Instituto, se não causou um grande impacto na situação de pobreza vivenciada na Província do Pará, como afirmamos anteriormente, certamente causou grandes transformações na vida dos meninos que puderam receber a formação oferecida por ele.

É certo que os benefícios a que o Instituto se propunha a oferecer poderiam ter alcançado um número muito maior de paraenses se o atendimento tivesse sido progressivamente ampliado, como solicitavam insistentemente os presidentes de província e os diretores do Estabelecimento aos membros da Assembleia Provincial, que sempre demonstrou atribuir pouca importância àquela instituição.

Pela leitura dos relatórios, tomamos conhecimento de numerosas solicitações tanto de ampliação do número de educandos, como de melhoras e ampliações no prédio para que se pudesse garantir isso. Muitas vezes, a ampliação foi autorizada, sem, no entanto, as melhorias que deveriam precedê-las. E, por isso, na prática, o quantitativo de meninos admitidos não mudava; o que demonstra quão contraditórios se faziam determinados discursos que apontavam a inegável relevância do Instituto para a província do Pará, assim como para a cidade de Belém, mas não se materializavam na prática, através da progressiva qualificação do atendimento oferecido aos desvalidos. Os jornais da época denunciam a insensibilidade da Assembleia Provincial às necessidades do Instituto e acusam-na de implementar apenas as medidas que na prática não fariam diferença nenhuma.

Os presidentes da Província também eram acusados de privilegiar negociatas políticas em vez da competência na indicação dos diretores e demais funcionários do Estabelecimento, o que consideravam um incalculável prejuízo. Em comparação aos outros institutos no Brasil, o do Pará teve um número muito grande de diretores que fizeram com que essa Instituição padecesse da descontinuidade de seus projetos. A nomeação de cada novo presidente muitas vezes implicava em várias mudanças de funcionários dos mais importantes setores, como o almoxarifado, e na formação de comissões que acabavam não sendo eficientes na melhoria do Instituto.

Os discursos oficiais, que visavam usar o Instituto para civilizar o povo paraense, muitas vezes eram contraditórios com as práticas, pois, mesmo numa época em que os castigos físicos já estavam abolidos, encontramos acusações de que os mestres os aplicavam nos meninos, demonstrando que, enquanto no plano das ideias, a civilização viria pela instrução da população, desterrando-a da ignorância, na prática, a educação acontecia pela força e pela violência, física e simbólica.

Outra contradição encontrada era com o próprio ideário da *Belle Époque*. Este prescrevia uma sociedade saneada, higiênica. Muitas medidas foram tomadas nesse sentido para transformar a urbe nessa representação de civilidade e modernidade. O abastecimento de água, a iluminação pública, o alargamento das ruas, a disposição dos espaços, tudo foi rediscutido e revisto adquirindo novos padrões e procedimentos. Mas, no Instituto, os meninos continuavam sem banhos frequentes, sem acesso a banheiros com latrinas modernas, com dormitórios pouco ventilados, em camas divididas por dois ou três educandos, estudando em salas pequenas e aprendendo os ofícios e artes em oficinas escuras e insalubres, como comprovam os alertas médicos e as solicitações da direção do Instituto aos Presidentes da Província do Grão-Pará.

A presença da Igreja Católica, através das orações constantes, e a própria existência de um padre nomeado capelão, também é outra contradição, já que os ideais filantrópicos, que serviram de fundamento para a criação do Instituto, buscavam uma instituição diferente das que foram criadas e administradas pela Igreja Católica. Esse caráter laico era, portanto, um sinal de modernidade que naquele Estabelecimento assumiu outra forma. Talvez por isso tenha sido tão comum que a banda formada pelos meninos da aula de música fosse convidada para tocar em praticamente todas as festas religiosas de Belém, das maiores, como a procissão e a quadra Nazarena, às menores, como a festividade de Santo Antônio etc.

Parece que a principal preocupação dos governantes era muito mais com a imagem externa do que com a realidade, pois, mesmo vivendo em condições tão precárias, nas saídas dos educandos para passeios rápidos e, principalmente, para as apresentações, estes sempre encontravam-se impecáveis, em uniformes alinhadíssimos, sendo inclusive um destes, usado pela banda de música, da cor branca, que deveria mostrar-se sem qualquer mancha, imaculado. O prédio do Estabelecimento é outro exemplo desse zelo aparente. Enquanto as denúncias apontavam as suas péssimas condições internas, a fachada era de impressionar, como podemos ver ainda hoje, apresentando grande dignidade a quem passasse pela frente do local. De fato, os ideais civilizatórios e de higiene, considerados imprescindíveis para uma sociedade moderna, eram pouco aplicados no dia a dia do Instituto.

A exploração dos educandos também era evidente. Para exemplificar isso, podemos recuperar a questão da banda de música. Esta, muitas vezes, teve sua

importância questionada por impedir (por conta dos ensaios e apresentações públicas), que alguns educandos pudessem se dedicar mais às oficinas. A banda só foi definitivamente mantida quando se concluiu que ela seria uma fonte de renda alternativa, principalmente na formação do pecúlio. A agenda de shows era intensa, principalmente aos finais de semana e os jornais também dão conta de situações em que os meninos voltavam de madrugada ao Instituto após realizarem apresentações nas casas de particulares.

Acerca das normas para as saídas, é possível compreendê-las pelo entendimento que a sociedade em geral tinha do comportamento dos meninos, principalmente quando eles estavam fora do Instituto. Todo o investimento feito neles precisava ser apreciado de fora, daí o cuidado com a aparência, passando para a sociedade a ideia de organização, de disciplina e de ordem, tão primadas no Instituto e ensinadas a cada dia e a todo momento nas suas práticas cotidianas.

Ao fim e ao cabo, o Instituto foi um instrumento usado na consolidação do projeto civilizador iniciado desde a conquista da América pelo português e que acaba se transformando em recurso dos homens miscigenados da Província para se manter, ainda que precariamente, ao realizar atividades consideradas de segunda categoria, em uma sociedade que, ao longo do século 20, já na condição de Estado do Pará, servirá ao avanço do capitalismo.

O Instituto foi, sem dúvida, reapropriado pelos filhos da terra, que encontraram nele uma forma de diferenciação e ascensão social. Através do ensino recebido, os meninos eram apresentados à sociedade em uma nova condição – a de trabalhadores especializados (oficiais). Ao assumir tal condição, esses novos trabalhadores passaram a almejar a um nível social que antes jamais seria atingido apenas por seus esforços; o que pode explicar o grande número de solicitações para a admissão encaminhadas a cada dia ao Presidente da Província.

Apesar de saberem as restrições a que seus filhos seriam submetidos, os pais ainda assim desejavam que eles fossem admitidos no Instituto, pois isso poderia garantir o futuro da família. Ficar ou não nele e submeter-se aos rigores de seu árduo dia a dia parece não ter sido uma decisão tão fácil. Ao longo das leituras dos relatórios, tomamos conhecimento de que o diretor José Luiz Coelho pede ao presidente da Província que os

pais sejam obrigados a assinar um termo de compromisso de que manterão os filhos no estabelecimento após os mesmos concluírem o curso de 2º oficial, devendo ir até o final e receberem o título de primeiro oficial. Se havia por parte desse diretor tal preocupação é porque muitos meninos após receberem a formação inicial (o que já lhes permitia atuarem no mercado), não retornavam das férias, preferindo ficar com suas famílias. O *Jornal do Pará*, que foi instrumento da imprensa oficial durante alguns anos, traz uma série de chamadas aos pais para que os mesmos apresentem seus filhos à Instituição, pois mesmo após o encerramento das férias regulares, estes ainda não haviam retornado.

Outra estratégia usada pelos pais para terem seus filhos desligados após a formação inicial era alegarem que os mesmos haviam ficado doentes durante as férias. Nessas circunstâncias, solicitavam que seus filhos permanecessem em casa ou tivessem suas matrículas excluídas. Eles apoiavam-se no regulamento do próprio Instituto que impedia aos meninos doentes receberem a formação oferecida, devendo ficar aos cuidados de seus pais ou tutores.

Nos primeiros anos, a solicitação dos pais foi mais facilmente atendida, mas, com o tempo, os governantes começaram a desacreditar da justificativa dos pedidos e, posteriormente, os educandos só eram desligados após a perícia médica do Dr. Jayme Pombo Bricio, médico do estabelecimento, provavelmente numa tentativa de impedir os desligamentos indevidos.

Outra razão apresentada pelas famílias era a precariedade de suas vidas que exigiam o filho de volta para ajudar no sustento, sendo tal razão mais comumente usada pelas viúvas ou mulheres sem marido e cujo filho matriculado no Estabelecimento era o mais velho dentre muitos irmãos, ou até mesmo, era filho único.

Enfim, os desligamentos e a própria incapacidade dos governantes em tornar realidade os fins propostos no projeto do Instituto colocam em questão os resultados alcançados com sua implantação. Certo é que, se, por um lado, os intentos do governo da Província com a Instituição malograram, por outro, promoveram alternativas outras, aos poucos desvalidos que por ele foram atendidos.

REFERÊNCIAS

ADAS, Melhem. **Panorama geográfico do Brasil**: contradições, impasses e desafios. 3 ed. reform., São Paulo: Moderna, 1998.

ALENCAR, José de. **Iracema**. São Paulo: Ática, 1994, 27^a ed. (Série Bom Livro).

_____. **O Guarani**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000135.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2010

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos viventes**: a formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. As Águas e a cidade do Pará: uma leitura histórica sobre as águas e a cidade de Belém no século XIX. In: BELTRÃO, Jane Felipe; VIEIRA JUNIOR, Antônio Otaviano (orgs.). **Conheça Belém, co-memore o Pará**. Belém: EDUFPA, 2008. Disponível em: <<http://www.pdf-2-flashbook.com:8080/viewBook.cfm?b=65fd40d0ad3461a5788643d549af6c89>>. Acesso em: 13 jun. 2009.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **Instrução pública no Brasil (1500-1889)**. Antonio Chizzotti (Tradução de); ed. crítica Maria do Carmo Guedes. 2 ed. rev. São Paulo: EDUC, 2000 [1889].

ALVES FILHO, Armando. O Trabalho forçado na Amazônia colonial. In: ____; BEZERRA NETO, José Maia; ALVES JÚNIOR, José. **Pontos de história da Amazônia**. 3 ed. rev. amp. Belém: Paka-Tatu, 2001, vl. 1.

AMAZONIA. Belém: Typographia À Rua Nova de Sant'Anna, n.24, 1888.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de crianças no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org). **A Arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da infância no Brasil. 2 ed. ver – São Paulo: Cortez, 2009.

ARANTES, Ana Cristina. **A História da educação física escolar no Brasil**. Revista Digital. Buenos Aires. Ano 13. n. 124, setembro, 2008. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd124/a-historia-da-educacao-fisica-escolar-no-brasil.htm>>. Acesso em: 05 mar. 2011.

ARAÚJO, Sônia Maria da Silva (org.). **José Veríssimo**: raça, cultura e educação. Belém: EDUFPA, 2007.

_____; RIZZINI, Irma. **O Século das luzes na Amazônia**: a instrução pública às populações mestiças e indígenas nas províncias do Pará e Amazonas no Brasil Imperial. 2010 (mimeo).

A CONSTITUIÇÃO: Orgão do Partido Conservador. Belém: Typographia da Constituição, 1877.

____. Belém: Typographia da Constituição, 1886.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. Belém: Typographia do Futuro. 1876.

____. Belém: Typographia do Futuro. 1877.

____. Typographia do Futuro. 1879.

A REGENERAÇÃO. Belém: Typographia d' A Regeneração, 1874.

BANDEIRA, Fabiana Martins. **Disciplinando homens, fabricando marinheiros:** Relações de poder no enquadramento social da Corte (1870-1888). 2010. 201 p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

BARROS, José d'Assunção. **A História cultural francesa** – caminhos de investigação. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais out/nov/dez de 2005, vl. 2, ano II n. 4. Disponível em: <<http://www.revistafenix.pro.br/pdf5/artigo%201%20-%20jose%20barros.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2010

BASTOS, Péricles Antonio Barra. **De Escola de Aprendizes Artífices do Pará à Escola Técnica Federal do Pará, 1909/84.** Belém, Gráfica Sagrada Família, 1984.

BELTRÃO, Jane Felipe. A andarilha em Belém, cidade do Pará oitocentista. In: ____; VIEIRA JUNIOR, Antônio Otaviano (orgs.). **Conheça Belém, co-memore o Pará.** Belém: EDUFPA, 2008. Disponível em: <<http://www.pdf-2-flashbook.com:8080/viewBook.cfm?b=65fd40d0ad3461a5788643d549af6c89>>. Acesso em: 13 jun. 2009.

BERCHO, Carolina Fuzaro. **Discurso higiênico na formação da educação do Rio de Janeiro imperial:** Colégio Pedro II (1829-1850). (Comunicação Oral). In: VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas. Campinas, São Paulo. 2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/3xUrdz wi.doc>. Acesso em: 09 nov. 2009.

BEZERRA NETO, José Maia. **As oficinas do trabalho: representações sociais, institutos e ensino artístico no Pará (1830/1888).** Revista Ver a educação. Belém: Centro de Educação/UFPA. vl.1, n.1, pag., 41-70, jan/jun. 1996.

____. As luzes da instrução: o Asylo de Santo Antonio em Belém do Pará (1870-1912). In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth (org). **A Escrita da história.** Belém: NAEA/UFPA, 1998.

BEZERRA NETO, José Maia. A cabanagem: a revolução no Pará. In: ____; ALVES FILHO, Armando; ALVES JÚNIOR, José. **Pontos de história da Amazônia**. 3 ed. rev. amp. Belém: Paka-Tatu, 2001, vl I.

____. A conquista portuguesa da Amazônia. In: ____; ALVES FILHO, Armando; ALVES JÚNIOR, José. **Pontos de história da Amazônia**. 3 ed. rev. amp. Belém: Paka-Tatu, 2001, vl I.

BORGES, Angélica; NEVES, Dimas Santana Souza Neves. **Dispositivos disciplinares na Corte imperial e em Mato Grosso**: a inspeção escolar como aparato de modelagem docente (1852–1856). (Comunicação oral). In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação (COLUBHE). Uberlândia, Minas Gerais. 2006. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/478AngelicaBorges_DimasNeves.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2009.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales – 1929-1989**: a revolução francesa na historiografia. 2 ed. São Paulo: UNESP, 1992a.

____. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: _____. **A Escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992b.

CABRAL, Suzie Hayashida; SOUSA, Sonia Margarida Gomes. **O histórico processo de exclusão/inclusão dos adolescentes autores de ato infracional no Brasil**. Psicologia em Revista. Belo Horizonte. V.10, n.15, p.71-90, jun. 2004. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20041213114955.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2010.

CADIOU, François *et al.* **Como se faz história**: historiografia, método e pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CANCELA, Cristina Donza. Uma cidade... muitas cidades: Belém na economia da borracha. In: BELTRÃO, Jane Felipe; VIEIRA JUNIOR, Antônio Otaviano (orgs.). **Conheça Belém, co-memore o Pará**. Belém: EDUFPA, 2008. Disponível em: <<http://www.pdf-2-flashbook.com:8080/viewBook.cfm?b=65fd40d0ad3461a5788643d549af6c89>>. Acesso em: 13 jun. 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique et al. **História geral da civilização brasileira - o Brasil monárquico: dispersão e unidade**. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004. Tomo II, vl. 2.

CARDOZO, José Carlos da Silva. **A Belle Époque como guia da modernidade**. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=161>>. Acesso em: 09 jun. 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTANHA, André Paulo. **Pedagogia da moralidade: a Ordem Civilizatória Imperial.** Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_014.html>. Acesso em: 01 maio 2009.

CASTRO, Cesar Augusto. **Infância e trabalho no Maranhão Provincial: uma história da Casa de Educandos Artífices (1841-1889).** São Luís, MA: EdFUNC, 2007.

____. O Artista: um jornal dedicado à indústria e às artes no Maranhão império. In: ____ (org.). **Leitura, impressos e cultura escolar.** São Luís: EDUFMA, 2010.

CAVALCANTE JUNIOR, Idelmar Gomes.; SILVA, Maria do Rosário de Fátima Vieira da.; COSTA, Rozane da Silva. **A história cultural de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Hollanda e os novos rumos da historiografia brasileira.** Revista F@pciência. v.6, n. 6, p. 47-54, 2010. Disponível em: <http://www.fap.com.br/fapciencia/006/edicao_2010/006.pdf>. Acesso em: 25 out. 2010.

CHAMBOULEYRON, Rafael. “As várias utilidades do Maranhão”. Reflexões sobre o desenvolvimento da Amazônia no século XVII. In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas; LIMA, Maria Roseane P. (orgs). **Faces da história da Amazônia.** Belém: Paka-Tatu, 2006.

____. O espaço e os moradores da Belém seiscentista In: BELTRÃO, Jane Felipe; VIEIRA JUNIOR, Antônio Otaviano (orgs.). **Conheça Belém, co-memore o Pará.** Belém: EDUFPA, 2008. Disponível em: <<http://www.pdf-2-flashbook.com:8080/viewBook.cfm?b=65fd40d0ad3461a5788643d549af6c89>>. Acesso em: 13 jun. 2009.

____. CHARTIER, Roger. **A História cultural: entre práticas e representações.** Rio de Janeiro, Difel, 1990.

CORREIO DO NORTE. Belém: Typographia de Francisco da Costa Junior; Typographia do Correio do Norte; Typographia C. Wiegandt, 1882.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino industrial-manufatureiro no Brasil.** Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago 2000 N° 14. São Paulo. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14_07_LUIZ_ANTONIO_CUNHA.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2008.

CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. **Os Exercícios gymnasticos no imperial Collegio de Pedro Segundo (1841-1870).** Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, SP: v. 25, n. 1, p. 69-81, set. 2003. Disponível em: <<http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php/rbce/article/viewfile/174/183>>. Acesso em: 05 mar. 2011.

DAMASCENO, Alberto. **Problemas na investigação histórica da educação colonial e imperial no Pará**. Revista Ver a educação. Belém: Universidade Federal do Pará. Centro de Educação. vl.1, n.1. p.XX-XX , jan/jun. 1995, p.3950

DEL PRIORE, Mary. **Histórias do cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2001.

____; VENÂNCIO, Renato Pinto. **Uma História da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

DIÁRIO DE BELÉM. Belém: Typographia Diário de Belém, 1872.

DIÁRIO DO GRAM-PARA. Belém: Typographia Commercial; Typographia J.J. Mendes Cavalheiro; Typographia do Gram-Pará; Typographia da Estrella do Norte, 1885.

DOMINGUES, Ângela. A Educação dos meninos índios do norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org). **Cultura portuguesa na terra de Santa Cruz**. Lisboa: Estampa, 1995.

EL FAR, Alessandra. **Crítica social e idéias médicas nos excessos do desejo**: uma análise dos “romances para homens” de finais do século XIX e início do XX. Cadernos Pagu (28), janeiro-junho de 2007:285-312. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/13.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2010.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que protege**: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007, edição eletrônica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escqprote_eletronico.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2009.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 2 ed., 2 reimp. São Paulo: Edusp, 2009.

FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. **Livros e sociedade**: a formação de leitores no século XIX. Revista Teias. v. 1, n. 1. Janeiro/junho de 2000. Disponível em: <[http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php?journal=revistateias&page=article&op=viewFile&path\[\]=15&path\[\]=17](http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php?journal=revistateias&page=article&op=viewFile&path[]=15&path[]=17)>. Acesso em: 21 set. 2010.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Memórias da infância na Amazônia. In: DEL PRIORE, Mary (org). **História das crianças no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1996.

____. **A Cidade dos Encantados**: pajelança, feitiçarias e religiões afro-descendentes na Amazônia 1870-1950. Belém: EDUFPA, 2008.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **Instrução e assistência na capitania de Minas Gerais**: das ações das câmaras às escolas para meninos pobres (1750-1814). Revista Brasileira de Educação. 2008, vl13, n.39, pp. 535-544. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n39/09.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2009.

FONTES, Edilza. A batalha da borracha, a imigração nordestina e o seringueiro: a relação história e natureza. In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas; LIMA, Maria Roseane P. (orgs). **Faces da história da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2006.

FRANÇA, Maria do Perpetuo Socorro de Souza Avelino de. **Raízes históricas do ensino secundário público na Província do Grão-Pará**: o liceu paraense. 1997. 168 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas: São Paulo.

FREITAS, Marcos Cezar. Para uma sociologia histórica da infância no Brasil. In: ____ (org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista: USF-IFAN, 1997.

GALVÃO, Eduardo. **Encontro de sociedades**: índios e brancos no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Belém: Typographia Commercial, 1881.

GILLIES, Ana Maria Rufino. **Os Ingleses da Colônia do Assunguy (1859-1882) sob a perspectiva do processo civilizador**: um estudo comparativo com outra comunidade britânica do século XIX. X Simpósio Internacional Processo Civilizador. Campinas, São Paulo: 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais10/Artigos_PDF/Ana_M_R_Gillies.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2011.

GINZBURG, Carlo. **A Micro-história e outros ensaios**. Lisboa; Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand do Brasil, 1991.

GOÉS, José Roberto de; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil** (org.). 4 ed. São Paulo: Contexto, 1996.

GOFFMAN, Erving. **Manicônios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GÓIS JÚNIOR, Edivaldo. **“Movimento higienista” na história da vida privada no Brasil**: do homogêneo ao heterogêneo. Conscientiae Saúde. rev. cient., v. 1 : 47-52. 2002. São Paulo: Uninove. Disponível em: http://portal.uninove.br/marketing/cope/pdfs_revistas/conscientiae_saude/csaude_v1/cnsv1_edivaldогоis.pdf. Acesso em: 24 maio 2010.

GONDRA, José Gonçalves. “Modificar com brandura e prevenir com cautela”. Racionalidade médica e higienização da infância. In: FREITAS, Marcos Cezar; KUHLMANN JR, Moysés (orgs). **Os Intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Elane Marta; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____; GARCIA, Inára. **A Arte de endurecer “miolos moles e cérebros brandos”**: a racionalidade médico-higiênica e a construção social da infância. Revista Brasileira de Educação. Maio/jun/jul/ago, 2004. Nº 26. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n26/n26a05.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2003.

_____. **Artes de civilizar**: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

_____.; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008 – (Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira)

GORDO, Margarida do Espírito Santo Cunha. **A formação profissional em Educação Física no Pará e a aspiração discente**. 2011. 188p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Instituto de Ciências da Educação. Universidade Federal do Pará. Belém.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de; JINZENJI, Mônica Yumi. **Escolarizar para moralizar**: discursos sobre a educabilidade da criança pobre (1820-1850). Revista Brasileira de Educação. v.11, n.31, jan/abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n31/a09v11n31.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

GREGORIO, Vitor Marcos. **O Progresso a vapor**: navegação e desenvolvimento na Amazônia do século XIX. Nova econ. [online]. 2009, vl19, n.1, pp. 185-212. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/neco/v19n1/08.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2010.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Cantadores das viagens. A literatura de cordel e a experiência da migração nordestina para a Amazônia**. In: VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. As Ciências Sociais nos Espaços de Língua Portuguesa, balanços e desafios. Porto: Lisboa. Actas, vl 2, 2002, pag. 219-232. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7107.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2010.

GUIMARÃES, Luiz Antônio Valente. **As Casas & as coisas**: um estudo sobre vida material e domesticidade nas moradias de Belém – 1800-1850. 2006. 195 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém.

GUIMARÃES, Luiz Antônio Valente. Olhares estrangeiros na cidade: a rua do comércio de Belém. In: BELTRÃO, Jane Felipe; VIEIRA JUNIOR, Antônio Otaviano (orgs.). **Conheça Belém, co-memore o Pará**. Belém: EDUFPA, 2008. Disponível em: <<http://www.pdf-flashbook.com:8080/viewBook.cfm?b=65fd40d0ad3461a5788643d549af6c89>>. Acesso em: 13 jun. 2009.

HEROLD JUNIOR, Carlos. **A Educação Física na crise do capitalismo no século XIX. Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 7, n. 2, p. 163-172, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.boletimef.org/biblioteca/1461/A-Educacao-Fisica-na-crise-do-capitalismo-no-seculo-XIX>>. Acesso em: 05 mar. 2011.

_____. **Análise histórica da Educação Física no pensamento educacional moderno**. Revista Digital. Buenos Aires, Año 10, n. 83, p.1, Abr. 2005. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd83/histor.htm>>. Acessado em: 05/04/2011.

IMPÉRIO DO BRASIL. **Código Criminal**. Lei de 16 de dezembro de 1830. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm>. Acesso em: 18 mar. 2010.

_____. Lei 660 de 31 de outubro de 1870. In: MELO, Clarice Nascimento de. **Coletânea de documentos da educação do Pará imperial (1839-1889)**. Universidade Federal do Pará. Instituto de educação. Grupo de estudos e pesquisas em história e educação (GEPHE), 2009 (Mimeo).

KOSHIBA, Luiz. **História do Brasil**. 8 ed. rev. e atual. São Paulo: Atual, 1996

JORNAL DO PARÁ: Órgão oficial. Belém: Typographia do Jornal do Pará, 1872.

_____. Belém: Typographia do Jornal do Pará, 1875.

_____. Belém: Typographia do Jornal do Pará, 1876.

_____. Belém: Typographia do Jornal do Pará, 1878.

LAGE, Ana Cristina Pereira. **Universalização e controle das práticas de leitura das filhas de caridade de São Vicente de Paulo, 1862**. In: 32ª Reunião Anual da ANPEd, GT 02, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2009. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT02-5504--Int.pdf>>. Acessado em 19/11/2009.

LE GOFF, Jacques. A história nova. In: _____. **A História nova**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LEONARDI, Vitor. **Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil**. Brasília: Paralelo 15, 1996.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. **A Escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

LOPES, Paulo Roberto do Canto. Aldeias, missões religiosas e diretório: intercâmbios políticos, econômicos, culturais e ambientais. In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas; LIMA, Maria Roseane P. (orgs). **Faces da história da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2006.

MARCÍLIO, Maria Luisa. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. A Roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil - 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. **Ensino profissionalizante em Goiás: a experiência pioneira da Colônia Blasiana**. Inter-ação: rev. fac. educ. UFG, 31 (1), p. 111-137, jan./jun. 2006. Disponível: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/view/1495/1479> >. Acesso em: 05 abr. 2011.

MARQUES, Marília Bernardes. **Discursos médicos sobre seres frágeis**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000.

MARQUES, Vera Regina Beltrão; PANDINI, Silvia. **Crianças trabalhadoras: os aprendizes marinheiros no Paraná oitocentista**. Asclepio. Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia, 2008, vl LX, nº 2, julio-diciembre, p. 75-94. Disponível em: <<http://asclepio.revistas.csic.es/index.php/asclepio/article/viewFile/258/254>>. Acesso em: 13 nov. 2009

MARTINS, Fábila. A concepção de missão no projeto da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão e Grão-Pará, no século XVII. In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas; LIMA, Maria Roseane P. (orgs). **Faces da história da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2006.

MARTINS, Karla Denise. **Cristóvão e a Romanização do inferno verde: as propostas de D. Macedo Costa para a civilização da Amazônia (1860-1890)**. Tese (Doutorado). 2005. 217. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: São Paulo. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000375043>>. Acesso em: 23 dez. 2009.

MARTINS, Sylvania Damacena. **Reformando a Casa Imperial: As reformas modernizantes da Assistência e da Educação no Império e o exemplo do Asilo de Meninos Desvalidos na Corte (1870-1888)**. Dissertação (Mestrado). 2004. 97p. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Programa de Pós-graduação em História Social. Rio de Janeiro. Disponível em:

<http://www.multiculturas.com/boarding_school/library/SMartins_asilo_meninos_desvalidos_na_corte_2004.pdf>. Acesso em: 10 set. 2009.

MAUAD, Ana Maria. A Vida das crianças de elite durante o império. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das crianças no Brasil** (org.) 4 ed. São Paulo: Contexto, 1996.

MEDEIROS, Vera B. Alarcón. **Incompreensível colosso: A Amazônia no início do Segundo Reinado (1840-1850)**. 2006. 417p. Tese (Doutorado). Universidade de Barcelona. Faculdade de Geografia e História. Departamento de Antropologia Cultural e História da América e África. Programa de Doutorado: Estado e sociedade na América e África. Barcelona.

MÉDICI, Rafael de Lima. Os Ingênuos da lei do ventre livre: a educação para o trabalho. In: MOURA, Esmeralda Blanco B. de; CARVALHO, Carlos Henrique de; ARAÚJO, José Carlos Souza (orgs.). **A Infância na modernidade: entre a educação e o trabalho**. Uberlândia: UFU, 2007.

MELLO, Dirceu de et al. **Código criminal de 1830**. Disponível em: <<http://www.dantaspimentel.adv.br/jcdp5217.htm>>. Acesso em: 18 mar. 2010.

MORAES, Cleodir da Conceição. Gabriel José Quaresma: mulato, escravo e vaqueiro. In: NEVES, Fernando Arthur de F.; LIMA, M^a Roseane P. (org.). **Faces da história da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2006.

MOREIRA, Maria de Fátima das Neves. A Infância no passado brasileiro. In: DEL PRIORI, Mary et al (org.). **500 anos de Brasil: histórias e reflexões**. São Paulo: Scipione, 1999.

MOURA, Vera Lúcia Braga de. **Meninos livres, mãe escrava**. In: XXIII Simpósio da Associação Nacional de História – ANPUH, Londrina, Paraná, 2003. Disponível em: <<http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/VERA%20L%20C%20ACIA%20BRAGA%20DE%20MOURA.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2009.

NARITA, Felipe Ziotti. **A Infância asilada: notas sobre a educação dos desvalidos na corte**. CAMINE: Caminhos da Educação. Franca, São Paulo: vl. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://seer.franca.unesp.br/index.php/caminhos/article/viewArticle/62>>. Acesso em: 25 jan. 2011.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **Frutos da castidade e da lascívia: as crianças abandonadas no Recife (1789-1832)**. Revista Estudos Feministas. Florianópolis. Janeiro-abril de 2007, vl.15, n.1, p. 67-83. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n1/a05v15n1.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2009.

NEGRÃO, Ana Maria Melo. **Infância, educação e direitos sociais: "Asilo de Órfãs"** (1870-1960). 2002. 350p. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, São Paulo. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000290516&opt=1>>. Acesso em: 25 mar. 2010.

NEVES, Fernando Arthur de F. Estado e igreja: cumplicidades e tensões do catolicismo no Pará no final do século XIX. In: ____: LIMA, M^a Roseane P.(org). **Faces da história da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2006.

NICOLAZZI, Fernando. **A Fabricação do Sorriso: Ortodontia social em Curitiba na virada dos séculos XIX e XX**. Klepsidra: Revista virtual, Ano I , n.3, 2000. Disponível em: <<http://www.klepsidra.net/klepsidra3/cidadesorriso.html>>. Acesso em: 05 abr. 2011.

NUNES, Clarice. **A Instrução pública e a primeira história sistematizada da educação brasileira**. Caderno de Pesquisa: São Paulo: n.93, p.51-59, maio, 1995. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/651.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2010.

NUNES, Francivaldo Alves. **Modernidade, Agricultura e Migração Nordestina: Os discursos e a atuação governamental no Pará do Século XIX**. Revista Eletrônica Cadernos de História. Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de História. Ano II. n.1, março, 2007. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria/download/CadernosDeHistoria-03-07-Livre.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2009.

NUNES, Tânia Maria da Silva. **A criança e o adolescente na imprensa paulista** (Jornal: Folha de São Paulo – 1990/2000). 2007. 166p. Dissertação (Mestrado). Universidade São Marcos. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Administração e Comunicação: São Paulo. Disponível em: <http://www.saomarcostatuape.com.br/portal2/pos/mestrado/docs/dissertacoes/2007/dissertacao_13.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2010.

OLIVEIRA, João Alfredo Corrêa de. Discurso (1874). Apud: ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **Instrução pública no Brasil (1500-1889)**. Trad. Antonio Chizzotti; ed. crítica Maria do Carmo Guedes. 2 ed. rev. São Paulo: EDUC, 2000 [1889].

OLIVEIRA, Sidney Benedito de. **Ação social e terceiro setor no Brasil**. 2005. 151p. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestrado em Economia Política. São Paulo. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1985>. Acesso em: 21 set. 2010.

O ARTÍFICE: órgão do grêmio cívico-literário Ernesto Matoso. Belém: 3 jun. 1946. Ano xx, n.25

O JASMIM. Cametá, s.ed., 1873.

O LIBERAL DO PARÁ: Órgão do Partido Liberal. Typographia do Jornal do Pará; Typographia do Liberal do Pará, Belém, 1883.

O MONTE ALEGRENSE. Monte Alegre: s.ed., 1886.

PAIVA, Ataulfo. Assistência pública e privada no Rio de Janeiro. 1922 apud: RANGEL, Rosangela Faria. **A laicização da assistência social na Primeira República.** (Comunicação Oral). In: XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO: Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276742598_ARQUIVO_artigoANPHU.pdf>. Acesso em: 21 set. 2010

PERARO, Maria Adenir. **O princípio da fronteira e a fronteira de princípios:** filhos ilegítimos em Cuiabá no séc. XIX. Revista Brasileira de História. São Paulo, vl. 19, n.38, p.55-80. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v19n38/0996.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2010.

_____. **Bastardos do império:** família e sociedade em Mato Grosso no século XIX. São Paulo: Contexto, 2001.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso.** Curitiba: Ed. UFPR, 1996.

PEREIRA, Sinedei de Moura. **Da Economia colonial amazônica à crise da borracha.** In: V Encontro Nacional de Economia Política. Sociedade Brasileira de Economia Política. Fortaleza, Ceará. 2000. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigo/vcongresso98.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural.** 2 ed. 2 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PIMENTEL FILHO, José Ernesto. **Incultura e criminalidade:** estereótipos sobre a educação da criança, do jovem e do camponês no século XIX. Revista História: São Paulo, vl.24, n.1, 2005. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=221014791009>>. Acesso em: 08 jan. 2009.

PINEAU, Pablo; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A Educação e a questão da construção de identidades modernas no século XIX: os casos da Argentina e do Brasil. In: VIDAL, Diana G.; ASCOLANI, Adrián (org.). **Reformas educativas no Brasil e na Argentina:** ensaios de história comparada da educação (1820-2000). São Paulo: Cortez, 2009.

PROVINCIA DO GRÃO-PARÁ. **Collecção de leis da Provincia do Gram-Pará 1870-1889.** [Belém, 18-].

____. **Actos de Governo da Provincia do Gram-Pará.** 1870-1889. [Belém, 18-].

____. **Relatórios dos presidentes de província e dos diretores do Instituto Paraense de Educandos Artífices.** 1870-1889. Disponíveis em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>>. Acessos em 2010.

____. **Correspondência entre a Presidência do Pará e a Direção do Instituto Paraense de Educandos Artífices** (Minutas de ofícios): 1875, 1878 a 1882, 1884 a 1889.

QUIROGA, Ana Maria. **Assistência social no Rio de Janeiro oitocentista: desqualificação dos atendidos, racismo científico e filantropia.** (Comunicação Oral). In: XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO: Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1273270795_ARQUIVO_VersaofinalAnpuh.pdf>. Acesso em: 21 set. 2010

RANGEL, Rosangela Faria. **A laicização da assistência social na Primeira República.** (Comunicação Oral). In: XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO: Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276742598_ARQUIVO_artigoANPHU.pdf>. Acesso em: 21 set. 2010

RAYMUNDO, Leticia de Oliveira, **O Estado do Grão-Pará e Maranhão na nova ordem política pombalina: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e o Diretório dos índios (1755-1757).** Almanaque Brasiliense. n.3; p.124-134. Maio 2006. Disponível em: <http://www.almanack.usp.br/PDFS/3/03_informes_1.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2010.

RESENDE, Luciana Araújo Valle de; GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Educar nos e para os preceitos higienistas: Juiz de Fora (1889-1906).** Cadernos de História da Educação, vl. 8, n. 2, p.365-380. 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/viewFile/3719/2721>>. Acesso em: 19 abr. 2010.

REVISTA FAMILIAR: Periodico dedicado ás familias. Belém: Typographia do Commercio do Pará, 1883.

RIZZINI, Irene. **O Século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil.** 2 ed. rev. São Paulo: Cortez: 2008.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores – do pátrio poder ao pátrio dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: ____ e PILOTTI, Francisco (org.). **A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da infância no Brasil.** 2 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, Irma. **Domesticar e civilizar: crianças indígenas e o ensino de ofícios no norte do Brasil imperial.** II Congresso Brasileiro de História da Educação. 2002. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema6/0654.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2009.

____. **O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial.** Tese (Doutorado). 2004. 441 p. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro.

____. **A Politicagem na instrução pública da Amazônica Imperial: combates à política d’aldeia.** Revista brasileira de história da educação n° 10 jul./dez. 2005. p. 11-43. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/rbhe/RBHE10.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

____. **Pedagogia da força: Como polir um índio.** Revista de história da Biblioteca Nacional. Edição n.29. Fevereiro. 2008a. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=1411>>. Acesso em: 12 maio 2010.

____; SCHUELER, Alessandra Martinez. **Índios e missionários no ensino e na história da educação: o caso do Instituto do Prata (Pará, 1898-1913).** 2009 (Mimeo). Disponibilizado pela autora.

RODRIGUES, Maria Izabel da Silva Reis Vieira. **O Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado no Grão-Pará e Maranhão (1751-1759): contribuição do seu epistolário para a História Portuguesa do Brasil.** 1997. 275p. Dissertação (Mestrado). Lisboa. Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Disponível em: <<http://dited.bn.pt/30714/1702/2149.pdf>>. Acessado em 01/03/2010.

RODRIGUES, Nathália Maria Dorado. **A Atuação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão na capitania de Mato Grosso entre 1755 e 1778.** (Comunicação Oral). In: XII Encontro Regional de História. ANPUH-RIO. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Nathalia%20Maria%20Dorado%20Rodrigues.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2010.

RODRIGUES, Carmem Izabel. À beira do rio Guamá... um bairro em movimento. In: BELTRÃO, Jane Felipe; VIEIRA JUNIOR, Antônio Otaviano (orgs.). **Conheça Belém, co-memore o Pará**. Belém: EDUFPA, 2008. Disponível em: <<http://www.pdf-2-flashbook.com:8080/viewBook.cfm?b=65fd40d0ad3461a5788643d549af6c89>>. Acesso em: 13 jun. 2009.

SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Modernidade e castigos escolares**: oscilando entre os costumes e a legislação (o caso da província de Mato Grosso). Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_086.html>. Acesso em: 22 jul. 2009.

SALLES, Vicente. **O Negro na formação da sociedade paraense**. Textos reunidos. Belém: Paka-Tatu, 2004.

SANTOS, Marileide Lopes dos. “Serviço à humanidade desvalida” em Sabará na primeira metade dos oitocentos: regulamentação e ordenamento do atendimento à criança abandonada (Comunicação oral). In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. COLUBHE. Uberlândia, Minas Gerais, 2006. Disponível em: <<http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/53MarileideLopesSantos.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

SANTOS, Maria Inês Detsi de Andrade. Uma retrospectiva sobre o percurso do investigador no processo de pesquisa. In: MATOS, Kelma Socorro Lopes de.; VASCONCELOS, José Gerardo (orgs.). **Registros de pesquisas em educação**. Fortaleza: LCR-UFC, 2002.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. **A "Infância desamparada" no asilo agrícola de Santa Isabel**: instrução rural e infantil (1880 – 1886). Educação & Pesquisa. vl.26 n.1 p.119-133, São Paulo, Jan./June 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v26n1/a09v26n1.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2009.

_____. A Associação Protetora da Infância Desvalida e as escolas de São Sebastião e São José. In: MONARCHA, Carlos (org). **Educação da infância brasileira: 1875-1983**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

_____. **Internatos, asilos e instituições disciplinares na História da educação brasileira**. Revista Contemporânea de Educação. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 4, n. 7. janeiro/julho 2009. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.educacao.ufrj.br/artigos/n7/numero7-artigo_1_internatos_asilos_e_instituicoes_alessandra_f_m_de_schueler.pdf>. Acesso em: 12 set. 2010.

SILVA, Antonio Carlos Galvão da; SILVA, Josué da Costa. **Seringueiros na Amazônia**. Disponível:

<http://www.geografia.ufpr.br/neer/NEER_2/Trabalhos_NEER/Ordemalfabetica/Microsoft%20Word%20-%20AntonioCarlosGalvaodaSilva.ED2V.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2010.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Donas e plebeias na sociedade colonial**. Lisboa: Editorial Estampa, 2002.

SOARES, Karol Gillet. **As formas de morar na Belém da Belle-Époque (1870-1910)**. Dissertação (Mestrado). 2008. 247p. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém, 2008.

SOUZA, Denise Helena Farias de et al. **Estado do Pará: pesquisa histórico-bibliográfica**. Belém: Governo do Estado do Pará, 1986.

SOUZA JÚNIOR, José Alves de. O projeto pombalino para a Amazônia e a “doutrina do índio-cidadão”. In: ____; ALVES FILHO, Armando; MAIA NETO, José. **Pontos de História da Amazônia**. 3 ed. rev. amp. Belém: Paka-Tatu, 2001^a, vl.1.

____. Filippi Patroni: um vintista no Pará. In: NEVES, Fernando Arthur de F.; LIMA, M^a Roseane P. (Org). **Faces da história da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2006.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Infância, escola e pobreza: ficção e realidade**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2002.

TYLOR, Edward. **Primitive Culture**. Londres, John Mursay & Co, 1958 [1871], Nova York, Harper Torchbooks.

UJIE, Nájela Tavares; PIETROBON, Sandra Regina Gardacho. **Considerações acerca do movimento a favor da infância no Brasil: final do século XIX e início do século XX**. Publicatio UEPG: Ciências humanas, ciências sociais aplicadas, lingüística, letras e artes. Ano 16, n.2. p.335-341, dezembro 2008. Disponível: <<http://www.uepg.br/propesp/publicatio/hum/2008-2/Art.12.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2010.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História Geral do Brazil (1854-1857)**. IHGB: 18XX. Disponível em: <http://books.google.com.br/books/pdf/Historia_geral_do_Brazil.pdf?id=GI0OAAAAQAAJ&hl=ptBR&capid=AFLRE72PTARleIWjnmcHkhBk1JS0AKMDujZBeeqYToyDiDftOPCjMwUMS6_I1hxc7e3obwpJnX8ujyVOo8EVtaGAOadkx8sUJw&continue=http://books.google.com.br/books/pdf/Historia_geral_do_Brazil.pdf%3Fid%3DGI0OAAAAQAAJ%26output%3Dpdf%26hl%3Dpt-BR>. Acesso em: 25 out. 2009.

VEIGA, Cynthia Greive. **A Escolarização como projeto de civilização**. Revista brasileira de educação. set/out/nov/dez 2002 n° 21, p.90-103. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE21/RBDE21_09_CYNTHIA_GREIVE_VEIGA.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2009.

_____. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. Revista brasileira de educação. vl.13, n.39, p. 502-516, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n39/07.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os Aprendizes da guerra. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. **Famílias abandonadas** – assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador: séculos XVIII e XIX. Campinas: Papirus, 1999.

VESENTINI, José William. **Geografia**. Série Brasil. 1 ed. São Paulo: Ática, 2003.

VERISSIMO, José. **As Populações indígenas e mestiças da Amazônia**: sua linguagem, suas crenças e seus costumes. In: Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1887.

_____. **Cenas da vida amazônica**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Simões, 1957.

VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto. **A Conveniência de um Asilo de Órfãos na Cidade de Santos**. Revista contemporânea de educação. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 4, n. 7. Jan./jul., p.61-77, 2009. Disponível em: <http://www.educacao.ufrj.br/artigos/n7/numero7-5_a_conveniencia_de_um_asilo_marina_t_b_p_vieira.pdf>. Acesso em: 12 set. 2009.

WEIGEL, Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros. **Escolas de branco em malokas de índio**: formas e significados da educação dos Baniwa do rio Içana. Tese (Doutorado). 1998, 282p. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.